

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**A institucionalização da formação superior em história: o curso de  
Geografia e História da UPA/URGS – 1943 a 1950**

Dissertação de Mestrado em História  
Mara Cristina de Matos Rodrigues

Orientadora:  
Profa. Dra. Regina Weber

Banca examinadora:  
Profa. Dra Ieda Gutfreind  
Profa. Dra Daisy Macedo de Barcellos  
Prof. Dr. René Emani Gertz

Porto Alegre, janeiro de 2002

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**A institucionalização da formação superior em história: o curso de  
Geografia e História da UPA/URGS – 1943 a 1950**

Dissertação de Mestrado em História

**Mara Cristina de Matos Rodrigues**

Orientadora:

**Profa. Dra. Regina Weber**

Porto Alegre, janeiro de 2002

URGS  
Biblioteca Setorial de Ciências Sociais e Humanas

Para Maria Conceição Matos Rodrigues, minha querida mãe, minha primeira professora, que se foi antes que pudéssemos compartilhar a satisfação de concluir este trabalho.

Ao meu marido e companheiro Paulo Adriano Escher, meus irmãos Ana Maria Matos Rodrigues e Marcelo de Matos Rodrigues, meu pai Alcides Nunes Rodrigues e sobrinhos Gabriela, Helena, Camila e Vítor, que incentivaram a realização deste trabalho.

## **Agradecimentos**

À minha orientadora Regina Weber, por fazer o seu trabalho de forma dedicada, sincera e responsável, a quem dedico os possíveis méritos desta pesquisa.

À direção e funcionários do Museu Universitário, do Conselho Universitário e do setor de Cadastro da Pró-Reitoria de Recursos Humanos da UFRGS pelo atendimento atencioso e pelo acesso à documentação da universidade necessária à realização deste trabalho.

Ao Núcleo de Pesquisa em História do IFCH da UFRGS por disponibilizar o acesso a documentos assim como propiciar a transcrição dos depoimentos tomados nesta pesquisa pelo Bolsista de Iniciação Científica da FAPERGS Lairton Pedro Kleinübing, ligado ao projeto “História do IFCH/UFRGS: fontes para pesquisa da instituição e seus intelectuais”, ao qual se inseriu este trabalho.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq, pela bolsa de estudos concedida no período entre junho de 2000 e janeiro de 2001.

Aos meus simpáticos depoentes, Earle Diniz Macarthy Moreira e Helga Iracema Landgraff Piccolo, por terem disponibilizado horas valiosas de seu tempo para minhas perguntas que mostraram-se modestas perante sua experiência, sabedoria e espírito de cooperação.

Aos professores Daisy Barcellos, Ieda Gutfreind e Letícia Borges Nedel, por terem permitido o acesso ao material levantado em suas pesquisas, e Anderson Vargas, René Gertz, Francisco Marshall, José Avancini, Luiz Alberto Grijó, Temístocles César e Fernando Seffner pelas aulas e conversas que exerceram importante influência na minha vida acadêmica.

Aos colegas da universidade, Cláudio Heinrichs, Lizete Kümer, Alice Trusz, Mara Péres, Vanessa Campos e Letícia Nedel por terem sido interlocutores inteligentes nas discussões e companhias amigáveis fora da sala de aula.

## Índice

<b>Siglas e Abreviaturas</b>	p. 07
<b>Siglas e Abreviaturas das Fontes</b>	p. 08
<b>Introdução</b>	p. 09
<b>1. Contextualização histórica, teórica e historiográfica do objeto</b>	
1.1 O contexto intelectual e institucional das Ciências Sociais e da História no Brasil na década de 40	p. 14
1.2 A criação das Faculdades de Filosofia e o “campo” da história no Rio Grande do Sul	p. 41
1.3 Pressupostos teóricos para o estudo da institucionalização da formação superior em História no Rio Grande do Sul	p. 50
1.4 A bibliografia e as abordagens teóricas sobre a História no Rio Grande do Sul	p. 58
<b>2. A Faculdade de Filosofia e o curso de Geografia e História da UPA/URGS</b>	
2.1 A Faculdade de Filosofia da Universidade de Porto Alegre	p. 66
2.2 Os estatutos da Faculdade e o curso de Geografia e História	p. 98
2.3 A seleção dos primeiros docentes da Faculdade de Filosofia	p. 109
<b>3. Os docentes do curso de Geografia e História</b>	
3.1 Perfis profissionais	p. 121
3.2 Critérios de seleção, padrões e relações sociais dos docentes de Geografia e História	p. 144

3.3	As atividades da Faculdade de Filosofia: ênfase na formação de professores e dificuldades para a pesquisa em História	p. 162
	<b>Conclusão</b>	p. 184
	<b>Anexo</b>	p. 194
	<b>Bibliografia</b>	p. 207
	<b>Fontes Primárias</b>	p. 220

## Siglas e Abreviaturas

<b>ABE</b>	Associação Brasileira de Educação
<b>APC</b>	Associação dos Professores Católicos
<b>CTA</b>	Conselho Técnico e Administrativo
<b>FCF</b>	Faculdade Católica de Filosofia (nome da FLECL a partir de 1944)
<b>FCPE</b>	Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas de Porto Alegre (dos irmãos Maristas)
<b>FLECL</b>	Faculdade Livre de Educação, Ciências e Letras de Porto Alegre (dos irmãos Maristas)
<b>FFCL</b>	Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (da USP)
<b>FNFi</b>	Faculdade Nacional de Filosofia (da Universidade do Brasil)
<b>IHGB</b>	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
<b>IHGRS</b>	Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul
<b>LEC</b>	Liga Eleitoral Católica
<b>PRR</b>	Partido Republicano Rio Grandense
<b>SESP</b>	Secretaria de Educação e Saúde Pública (RS)
<b>UDF</b>	Universidade do Distrito Federal
<b>UPA</b>	Universidade de Porto Alegre
<b>USP</b>	Universidade de São Paulo

## Siglas e Abreviaturas das Fontes

<b>CR</b>	Livro de Correspondências Recebidas (Datas anteriores a 1946 para os livros da UPA/URGS e posteriores a 1946 para a Faculdade de Filosofia da UPA/URGS).
<b>CE</b>	Livro de Correspondências Expedidas (Datas anteriores a 1946 para livros da UPA/URGS e posteriores a 1946 para Faculdade de Filosofia da UPA/URGS)
<b>LPR</b>	Livro de portarias da reitoria da UPA.
<b>CER</b>	Comissão de Ensino e Recursos do Conselho Universitário
<b>CLR</b>	Comissão de Legislação e Regimentos do Conselho Universitário
<b>Anais FCF</b>	Anais da Faculdade Católica de Filosofia
<b>Anais FCPE</b>	Anais da Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas

### **Relatório para Autorização :**

Relatório da Comissão Verificadora do processo de Autorização dos cursos da Faculdade de Filosofia da UPA, 1943 (Cursos de Letras, Filosofia, Pedagogia, Geografia e História e Didática)

### **Relatório para Reconhecimento:**

Relatório da Comissão Verificadora do Processo de Reconhecimento da Faculdade de Filosofia da UPA, 1944 (Todos os cursos)

## Introdução

Esta pesquisa visa ao exame do processo de institucionalização oficial da formação superior em História no estado do Rio Grande do Sul. Será examinado o perfil institucional do curso de Geografia e História da Faculdade de Filosofia da Universidade de Porto Alegre (UPA) no momento inicial de sua estruturação e funcionamento – início dos anos 40 até finais dos anos 50. Da mesma forma, os perfis profissionais dos primeiros docentes desse curso, nesse mesmo período, serão analisados conforme os dados disponíveis nas fontes da Faculdade de Filosofia da UPA<sup>1</sup>. Os docentes serão considerados enquanto agentes da institucionalização referida.

Para este estudo, consideram-se mais adequadas, primeiramente, as concepções teóricas de Weber acerca da forma de dominação burocrática em uma sociedade. Pressupõe-se que a universidade, representada pelo seu curso de História e Geografia, seria uma instituição representativa dessa forma de dominação em um determinado setor da sociedade.

Em segundo lugar, e com maior importância para este trabalho, utilizam-se as proposições de Pierre Bourdieu em relação ao “campo científico”. Neste sentido, tomam-se como inspiração os trabalhos de Coradini e Grijó, que utilizaram as concepções e metodologia bourdianas para a análise dos campos da Medicina no Brasil e do Direito no Rio Grande do Sul, respectivamente.

A História pode ser tomada como objeto de estudo, inserida em um “campo científico”, mesmo considerando-se uma série de reflexões atuais que buscam discutir e relativizar o caráter científico dessa área de conhecimentos. A epistemologia da História, porém, não é o que está em causa mais diretamente neste estudo. O objeto desta pesquisa está relacionado mais intimamente à

---

<sup>1</sup> A UPA poderá ser denominada UPA/URGS ou apenas URGS (Universidade do Rio Grande do Sul) dependendo do período ao qual se fizer referência, pois o nome da Universidade de Porto Alegre foi modificado para Universidade do Rio Grande do Sul em 1948.

constituição de tradições de pesquisa, à práxis intelectual, do que à “natureza” do campo de estudos da História. Por outro lado, pressupõe-se que a análise das práticas sociais no campo intelectual são fundamentais para subsidiar as discussões epistemológicas. As disputas teóricas no campo intelectual da história (e outros, também) não se reduzem às disputas de poder existentes no campo intelectual, mas estas não podem ser negligenciadas e devem, pelo contrário, ser enfatizadas e incorporadas à discussão epistemológica.

Como objetivo geral, se propõe construir o perfil institucional do curso de Geografia e História da UPA em seu período inicial de funcionamento. O período aqui caracterizado como inicial pode ser situado desde o início de funcionamento do curso, em 1943, até 1950, quando ocorreu a federalização da URS. O recorte temporal adotado justifica-se devido às profundas mudanças implementadas com o fim da gestão estadual da universidade. No período enfocado, a universidade esteve muito mais sujeita às interferências da política partidária e da correlação de forças dos grupos intelectuais locais. A partir da federalização, a situação administrativa e financeira, principalmente, mudou de forma substancial, influenciando na estrutura acadêmica, com novos espaços de sociabilização na sede própria da Faculdade de Filosofia e a regularização da situação de provisoriedade legal na contratação dos professores. Durante esse período, os professores tinham contratos provisórios ou eram interinos nas cátedras, e as decisões internas na universidade estavam menos sujeitas às regras estabelecidas nacionalmente pela legislação federal.

Tendo em vista o perfil institucional do curso de Geografia e História no período de tempo delimitado, busca-se determinar o papel desempenhado pelo curso de História e Geografia da UPA em seu período inicial de funcionamento enquanto instituição inserida em um “campo científico”, o da História no Rio Grande do Sul, em processo de institucionalização e especialização. Além disso, objetiva-se estabelecer as “posições relativas” ocupadas pelos docentes do período inicial do curso de História e Geografia da UPA no “campo” da História no Rio Grande do Sul.

Para atingir os objetivos propostos, a metodologia a ser utilizada consiste, em primeiro lugar, da análise dos documentos e livros de registro das atividades administrativas da Faculdade de Filosofia, conforme listagem em anexo. Em segundo lugar, deve-se estabelecer uma cronologia que leve em conta as principais mudanças ocorridas na estruturação do curso por força de legislação estadual e

federal e atos administrativos internos à universidade. Pode-se exemplificar essas mudanças com os diferentes decretos-leis estaduais e federais que regulamentaram a Faculdade de Filosofia: um em 1936, outro em 1939 e outro em 1947. Em terceiro lugar, examinam-se os processos de seleção para os primeiros docentes e a forma de seu recrutamento. Interessa aqui investigar se havia procedimentos explícitos, provas seletivas e como eram realizados. Outro aspecto relacionado ao atendimento desse objetivo é o estabelecimento do papel atribuído ao título escolar que detinham os primeiros docentes selecionados.

No que diz respeito ao atendimento dos objetivos específicos, em primeiro lugar, foi empreendida a construção dos perfis profissionais e intelectuais dos docentes do período inicial do curso de Geografia e História através das informações constantes em suas pastas funcionais, exame da documentação administrativa da Faculdade de Filosofia da UPA e depoimentos deixados pelos mesmos.

Em segundo lugar, com base nas informações obtidas através dos procedimentos descritos, foram selecionados dois docentes do curso de Geografia e História da URGS que tiveram vínculos continuados com a universidade. Estes foram Earle Diniz Macarthy Moreira e Helga Iracema Landgraff Piccolo. Ambos vivenciaram o contexto do período inicial do curso de Geografia e História da UPA na condição de alunos e conviveram próximos ao mesmo e aos seus docentes um pouco depois de terminarem sua formação. Além disso, Macarthy chegou a ser reitor da UFRGS na década de 80, período após o qual se aposentou, nessa universidade seguindo sua carreira acadêmica na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Piccolo segue até os dias de hoje vinculada aos cursos de Graduação e Pós-graduação em História da Universidade, além de ter recebido o título de professora emérita recentemente.

Dentre as dificuldades e justificativas para a realização deste trabalho, enfocando especificamente esse período, está a relativa carência de estudos referentes, especificamente, aos anos 40 e ao período pós-guerra no Rio Grande do Sul e no Brasil, em contraste com a abundância de trabalhos sobre os anos trinta e o Estado Novo. Além disso, as abordagens relativas à pesquisa e produção da história no Rio Grande do Sul necessitam de análises de cunho sóciohistórico para a complementação das várias análises de conteúdo e imaginário que têm sido empreendidas em relação à historiografia gaúcha. Essas discussões foram

aprofundadas no Capítulo 1, no qual realizou-se uma contextualização histórica, teórica e historiográfica referente ao tema. Inicialmente, através de uma revisão bibliográfica, traçou-se um panorama do contexto institucional das disciplinas incluídas nas ciências sociais, e da história, especificamente, no Brasil. Foram utilizadas obras baseadas em concepções teóricas semelhantes às adotadas neste trabalho, enfatizando os diferentes grupos e as relações entre eles estabelecidas no período de formação das primeiras universidades brasileiras após a revolução de 30. Foi dispensada uma atenção especial, como não poderia deixar de ser, à implantação das Faculdades de Educação, Ciências e Letras, posteriormente denominadas de Faculdades de Filosofia, no centro do país. Também se tentou apreender a constituição do “campo da História” no Rio Grande do Sul anteriormente à criação da Faculdade de Filosofia e seu curso de Geografia e História na UPA.

No segundo capítulo, buscou-se articular as informações referentes à legislação e aos modelos nacionais nela propostos com as características assumidas pela Faculdade de Filosofia da Universidade de Porto Alegre. Foram utilizados como fontes os Estatutos da Faculdade de Filosofia da UPA, de 1942, e os Relatórios para Autorização e Reconhecimento dos cursos da Faculdade, que incluíam os pareceres dos fiscais federais a respeito da instituição. Além disso, foram utilizadas, também, fontes da universidade que não se referiam exclusivamente aos assuntos atinentes à Faculdade de Filosofia, mas também a outros institutos, no sentido de compreender critérios tradicionais dentro da universidade em relação à contratação de docentes, por exemplo. Foi descrita a estrutura administrativa da Faculdade, com suas modificações ao longo do período, no sentido de entender a que tipo de estrutura estava submetida a formação superior em história e a que tipo de objetivos buscava-se atender. Além disso, foi possível reconstituir o currículo utilizado no curso de Geografia e História durante o período enfocado.

No terceiro capítulo, foram construídos os perfis profissionais dos professores que atuaram no curso de Geografia e História desde 1943 até 1950, com base em fontes diversas, mas principalmente nos relatórios anuais da Faculdade de Filosofia e nas correspondências por ela recebidas e enviadas. As informações sobre os docentes admitidos foram levantadas ano a ano, sendo que após a reconstituição dos perfis, buscou-se efetuar um cruzamento de dados que fornecesse conclusões a

respeito dos critérios utilizados pelas autoridades universitárias para a contratação e a valorização dos docentes. No fim do capítulo, através da análise das atividades do curso de Geografia e História, baseada fundamentalmente nas informações obtidas na correspondência da Faculdade de Filosofia, tentou-se compreender a articulação entre as estratégias profissionais e intelectuais dos docentes e sua posição na hierarquia interna do curso e da Faculdade, assim como sua inserção em outras instituições e atividades em outros setores sociais e culturais, especificamente aquelas correlatas ao “campo da História” no estado.

## Capítulo 1 – Contextualização histórica, teórica e historiográfica do objeto

### *1.1 O contexto intelectual e institucional das Ciências Sociais e da História no Brasil na década de 40*

Tendo como ponto de partida a efervescência cultural dos anos 20, mudanças significativas nos campos intelectual e educacional brasileiros podem ser apontadas, tendo como um importante marco a Revolução de 30 e aprofundamentos substanciais no Estado Novo. Durante o governo Vargas, de 1930 a 1945, foram implantadas políticas culturais e educacionais que se destacam entre os principais aspectos que envolvem a criação das Faculdades de Filosofia no Brasil. Segundo Gomes (1999b), “a política educacional desse período, em especial a do Estado Novo, precisa ser entendida como integrando um conjunto bem maior de políticas públicas dirigidas às áreas social e cultural”, de alcance, diversificação e sofisticação tão amplos que chegaram a influenciar a vivência cotidiana das pessoas.<sup>1</sup>

As iniciativas governamentais estavam em consonância com uma série de demandas sociais, políticas e econômicas que não podiam ser atendidas pelos grupos e sistema vigentes no poder na República Velha. Ruíam, no Brasil, o sistema político do liberalismo oligárquico e o modelo econômico da agro-exportação sob a pressão da crise econômica internacional dos anos 30, a emergência da

---

<sup>1</sup> São exemplos da legislação social e cultural do regime Vargas fora do campo educacional a criação de diversas instituições culturais: Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; Museu Imperial de Petrópolis e inúmeras sedes do Instituto Histórico e Geográfico nos estados. Além disso, foram subsidiadas instituições já existentes: Museu Histórico Nacional, Museu da Quinta da Boa Vista e Biblioteca Nacional; também foram apoiadas financeira e institucionalmente diversas publicações pelo Ministério de Educação e Saúde (Gomes, 1999b: 13).

industrialização, dos novos atores sociais em cena e das novas relações entre velhos atores.

Segundo Pécaut (1990), os intelectuais, nos anos 30, vinham de uma experiência de isolamento em relação ao poder político vivida na República Velha após o mecenato da monarquia, que os favorecera no período anterior. Apesar da diversidade das concepções que estavam em jogo no cenário político a partir de 1922, o ano paradigmático do período pré-30, havia entre elas alguns pontos em comum: “vaga nacionalista, modernização cultural, ressurgimento católico e impulso anti-liberal” (Ib.: 24). Através dessas chaves de leitura, os intelectuais procuravam apreender o âmago da realidade brasileira e de seu povo, do qual podiam ser os porta-vozes frente ao poder governamental, oscilando entre a adesão e a repulsa ao engajamento político e assumindo, muitas vezes, a “vocação para elite dirigente”.

O destaque social alcançado pelos intelectuais após os anos trinta, no entanto, não deve ser atribuído apenas à força das idéias que defendiam. Dois fatores conjugaram-se no sentido de que esse destaque se estabelecesse. As elites políticas e militares já consideravam, nessa época, o positivismo e outras doutrinas de organização social como “princípios que sustentam práticas políticas”. Assim, ao formular a “organização científica” da sociedade e propor a colocação do Estado a serviço da nacionalidade, os intelectuais seguiam preceitos que já orientavam esses grupos sociais que ocupavam, também, uma posição de elite, embora não a da elite oligárquica (Ib.: 59). Essas concepções se evidenciaram também no amplo destaque dado à sociologia nos anos trinta. A valorização das abordagens sociologizantes se ampliava desde os anos 20 e se relacionava também ao movimento Modernista que, segundo Antônio Cândido, além do seu impacto sobre a literatura e a arte, teve o mérito de facilitar o desenvolvimento até então embrionário da sociologia, história social, etnografia, folclore, teoria educacional e teoria política (Almeida, 1989: 190-191).

Além disso, outro fator influenciou o destaque alcançado pelos intelectuais nessa época. Apesar da existência de uma forte censura desde os primeiros anos da Revolução de 30, que se exacerbou com o Estado Novo, o novo regime foi

“magnânimo” com os intelectuais (Pécaut, 1990: 66)<sup>2</sup>: “o regime sabia não só acolher os intelectuais rebeldes, mas também, ao se referir a eles, manter uma linguagem que evitasse as rupturas definitivas” (Ib.: 72). Ou seja, apesar do reforço dos mecanismos policiais pelo regime autoritário do Estado Novo, este não prescindiu de “todo um instrumental de políticas culturais diretamente articuladas pelo Estado, cujo objetivo era construir e difundir valores, crenças e idéias que pudessem legitimar o regime e integrar a nação” (Gomes 1999b: 11). Desta forma, a atitude do poder governamental reconhecia a posição privilegiada dos intelectuais para procederem à leitura da realidade brasileira, necessária à construção da nação sobre bases legítimas, fundamentada nas características mais profundas partilhadas pelo povo brasileiro. Esse reconhecimento, portanto, tinha como base o desenvolvimento do nacionalismo. Tanto os intelectuais estavam envolvidos com a construção da nacionalidade, quanto o governo necessitava desta para se consolidar. Assim, uma das formas pela qual se concretizava essa reciprocidade entre os dois setores era através da ocupação de posições e cargos nas novas instituições e empreendimentos culturais do Estado. As relações entre os intelectuais e o regime, porém, assumiram diversas formas de “engajamento político”:

“Alguns se comportam como ideólogos do autoritarismo, ocupam funções no Estado, colocam seu talento literário ou artístico diretamente a serviço da política oficial. Outros se contentam em aventurar-se por conta própria em busca do Brasil autêntico, lutar para impor temas nacionais, inventar modos brasileiros de expressão e, havendo oportunidades, apresentar sugestões e pedidos aos governantes e ao seu círculo.” (Ib.: 74)

Apesar de concepções e destaque social compartilhados, não se pode supor, entretanto, a categoria “intelectuais” como um grupo homogêneo em suas relações com as mudanças ocorridas em todos os setores da vida social a partir dos anos 30 no Brasil. Suas respostas e atitudes em relação ao processo de transformação econômica, social e política e ao governo que lhes deu sustentação foram variadas e não devem ser compreendidas com base na noção de interesse vinculado às suas origens sociais e sim em uma complexidade de motivações e estratégias de ação (Pécaut, 1990: 20-22). Não se deve ignorar a formação de grupos e a orientação de ações advindas da “solidariedade devida à posse de um ‘capital’ familiar e cultural,

---

<sup>2</sup> Pécaut ressalta, porém, que os comunistas e os liberais obstinados ficaram alijados do reconhecimento do novo regime.

destacadas por Sérgio Miceli” (Pécaut, 1990: 72); porém, dentre as diferentes formas de atuação intelectual pode ser verificada a presença de diferentes experiências partilhadas nos diversos grupos e movimentos culturais do período, que revelam

“uma socialização intelectual diversificada, de onde emergia uma ‘esfera pública’ amplamente articulada com circuitos privados de comunicação e com princípios de hierarquização interna, considerando-se a densidade das relações com as outras elites da sociedade” (Ib.).<sup>3</sup>

As divisões entre os movimentos de intelectuais, desde o momento posterior à Revolução Constitucionalista de 1932 até 1938, se aprofundavam na medida em que buscavam a meta comum de criar uma sociedade indivisa a partir de premissas opostas (Ib.: 88-89). No entanto, era comum a todas as correntes intelectuais a busca ilusória de uma modernidade cultural universal, visível apenas fora do país, através da “brasilianização”, ou seja, da busca das “raízes do Brasil”. “No campo cultural, as múltiplas correntes intelectuais se encontram nessa partilha e nessa fusão improvisadas entre o duplo excesso da modernidade pela assimilação e da modernidade pela rejeição” (ib.: 93).

No campo político, também se verificaram pontos de encontro entre divisões aparentemente insuperáveis. Em 1935, aqueles que continuavam adeptos do liberalismo, aproximaram-se do governo no apoio à repressão aos movimentos comunistas; católicos oscilavam entre uma proximidade maior dos integralistas e do regime; comunistas abandonavam progressivamente a luta de classes para privilegiar o nacionalismo. Em suma, entre 1933 e 1938, as divergências mais profundas entre os diferentes movimentos políticos diziam respeito ao papel do Estado na formação social; à posição religiosa: católicos e não-católicos; às concepções econômicas dos nacionalistas e dos partidários da abertura; e às propostas sociais elitistas e dos defensores das classes populares.

Entretanto, esse quadro de divisões e agrupamentos muda com a entrada do Brasil na Guerra Mundial em 1943: liberais retomam a bandeira da democracia; integralistas se decompõem após terem tentado se aproximar do regime; católicos, aliados freqüentes do governo, criticam oficialmente o regime e comunistas tentam

---

<sup>3</sup> A “esfera pública” que emergia dessa socialização diz respeito aos intelectuais que vieram a se integrar ao governo Vargas, dentre eles, Gustavo Capanema, Carlos Drummond de Andrade, Afonso Arinos de Melo Franco, Milton Campos e Pedro Nava, na Bahia e em Belo Horizonte (Pécaut, 1990: 72).

aproximar-se daqueles que se proclamavam anti-nazistas, chegando, inclusive, ao apoio a Getúlio. Após a Guerra e com o advento da “redemocratização” em 1945, foram criados diversos partidos nos quais o que se verifica é a não-correspondência das opções políticas de seus membros. Na UDN (União Democrática Nacional), por exemplo, se aglutinam socialistas, diversos intelectuais e católicos do Rio de Janeiro.

Em suma, de 1930 a 1945, muitos intelectuais brasileiros, individual ou coletivamente, fizeram “o mesmo trajeto que, começando pela negação das velhas instituições oligárquicas e liberais, os havia levado, pelo caminho da cultura e da política, a proclamar a primazia da nação sobre os interesses fragmentários da sociedade civil e depois os conduziu a uma revalorização da democracia” (Pécaut, 1990: 96). Desta forma, estiveram próximos do regime que buscava legitimidade através da liderança do processo de construção nacional, desejado e empreendido pela maioria deles, iniciando ou aprofundando um afastamento desse regime quando se esgotava a estratégia política baseada no autoritarismo e na cooptação de seus pares.

Dos diferentes movimentos e instituições novos ou revitalizados a que se integraram os intelectuais, de onde agiam coletivamente ou sobre os quais influíam individualmente, serão destacados aqueles que marcaram a história do ensino superior e da pesquisa histórica desde os anos 30 até os anos 40 no Brasil. Foram eles, principalmente, o movimento comumente denominado “Escola Nova”, a atuação dos intelectuais católicos no âmbito educacional e os embates desses grupos em torno da definição da política educacional do governo e dos novos postos de poder no setor educacional; a criação e modificações da legislação do ensino superior, que permitiu e regulou a criação das universidades brasileiras e das primeiras Faculdades de Educação, Ciências e Letras ou Faculdades de Filosofia; e a construção de uma história de teor nacionalista sob o patrocínio do governo.

∴

As idéias da Escola Nova começam a se fazer presentes no Brasil em meados da década de 20. Anteriormente a elas, já havia uma crescente sensibilização para os temas educacionais, vinculada ao “programa nacionalista”, que se desenvolvia no Brasil a partir de 1915. Buscava-se o “soerguimento moral da nacionalidade” através da disseminação da educação popular. Esse momento no

setor educacional brasileiro é denominado por Nagle (1997) “entusiasmo pela educação”. Se neste a preocupação maior foi com a difusão da escola existente, no momento posterior, que o mesmo autor caracteriza como de “otimismo pedagógico”, o que se pretende é a substituição do modelo vigente.

O auge do “otimismo pedagógico” vai de meados dos anos vinte até o início dos trinta, com a introdução sistemática das idéias da Escola Nova e sua aplicação simultânea nas escolas primárias e normais no país. Esse processo se deu a partir das reformas educacionais implementadas em vários estados por intelectuais adeptos das novas idéias como, por exemplo: em São Paulo, a reforma de Sampaio Dória, em 1920; em 1923, a de Lourenço Filho, no Ceará; em 1925, a de Anísio Teixeira, na Bahia; em 1927, o futuro Ministro da Educação, Francisco Campos, implementa a reforma de Minas Gerais; no ano seguinte, foi a vez de Fernando Azevedo fazer o mesmo no Distrito Federal; em 1929, Carneiro Leão, em Pernambuco; e, em 1930, a atuação de Lourenço Filho, em São Paulo (Nagle, 1997: 264). Os princípios “escolanovistas” propunham que o foco central do processo pedagógico devia ser o aluno em detrimento da posição destacada que ocupava o professor anteriormente. Apesar de algumas orientações mais claras, como esta, o movimento renovador e suas diferentes reformas educacionais, segundo Fernando de Azevedo, um de seus integrantes, caracterizaram-se por uma confusão de doutrinas que mal se encobriam sob a denominação genérica de “Escola Nova” (Romanelli, 1999: 130).

O grupo dos escolanovistas estava já se articulando quando da criação da Associação Brasileira de Educação (ABE), em 1924, que reunia não só aqueles, mas também os educadores católicos. A convergência desses grupos, nesse momento ainda de “entusiasmo pela educação”, se devia às reivindicações comuns do setor educacional quanto à necessidade de intervenção do poder público na resolução dos problemas no país através da “organização da nação pela cultura”. As divergências em torno das formas que devia assumir o Plano Nacional de Educação se manifestaram nos congressos da ABE, posteriormente à Revolução de 1930, com acirradas discussões em torno da gratuidade e obrigatoriedade do ensino, da laicidade e da co-educação, princípios defendidos pelos

“escolanovistas”.<sup>4</sup> Tais discussões geraram uma dissolução do “consenso educacional” anterior, definindo mais claramente as disputas entre os “pioneiros” e os “católicos”.

Em 1932, as disputas no interior da ABE chegam a um ponto decisivo, pois tratava-se das propostas do setor educacional para a constituinte de 1934. Os católicos, dominantes até então na instituição, pretendiam endossar a dualidade do sistema escolar e sua orientação religiosa, sintonizados com o Ministério da Educação, produzindo um documento que fundamentasse a política educacional do Governo Provisório, a pedido deste. No entanto, o grupo dos “escolanovistas” armou uma estratégia capaz de barrar essa pretensão, fazendo com que o congresso não proporcionasse a resposta que o governo solicitara quanto à nova política educacional a ser implementada na constituinte de 1934. Após o congresso, foi lançado o “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”, em 1932, e os católicos retiraram-se da ABE, constituindo a Associação dos Professores Católicos do Distrito Federal e articulando-se, também, no Centro Dom Vital de São Paulo, inicialmente, e fundando a Confederação Católica Brasileira de Educação, posteriormente, em 1934.

Redefinido o campo dos debates educacionais e constituídas as novas trincheiras de lutas dos dois principais grupos do setor, o “entusiasmo pela educação”, que congregava profissionais do ensino e intelectuais até a década de 20, cede lugar às disputas abertas, em grande parte, pela abertura de novos canais de controle da educação, como o Ministério da Educação e Saúde, por exemplo, criado em 1930.<sup>5</sup> O consenso em torno da “organização nacional através da organização da cultura”, do qual governo provisório tentava apropriar-se, foi prejudicado pela abertura dos conflitos entre “pioneiros” e “católicos”. Mas os traços comuns entre os dois grupos permitiram que o Governo, através de concessões de postos e incorporação de princípios dos dois grupos, implementasse uma política educacional diferenciada do período anterior, com base na centralização de poder e na padronização nacional. Em comum, a política educacional proposta pelos principais grupos ou movimentos de educadores

---

<sup>4</sup> Sobre a política educacional nos anos trinta, os debates da ABE e as disputas entre “pioneiros” e “católicos”, ver Carvalho (1999: 17-30) e Romanelli (1999: 128-130)

<sup>5</sup> O Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública foi criado pelo decreto 19402 de 14 nov. 1930. (Cunha, 1980: 251).

atribuía papel de destaque à formação e educação de elites, que se tornariam, assim, capazes de assumir a direção política do país. Referente à educação, havia nessa época uma “crença, por quase todos compartilhada, em seu poder de moldar a sociedade a partir da formação de mentes e da abertura de novos espaços de mobilidade social e participação” (Schwartzman, 1983: 51). E esse era um dos fatores que acirrava a disputa em torno do controle das diretrizes e do aparelho do ensino no país e colocava em oposição as idéias de escola única e escola dual, escola pública e particular e ensino leigo e religioso, fundamentadas em discussões pedagógicas (Carvalho, 1999: 19-21).

Uma das estratégias utilizadas pelos católicos na disputa contra os escolanovistas, da qual lançavam mão vários grupos contra seus adversários no contexto dos anos 30 até a Guerra Fria, foi a caracterização dos opositores como comunistas. Essa acusação foi sistematicamente mantida por Alceu Amoroso Lima em relação a Anísio Teixeira – um dos maiores expoentes da “Escola Nova”, autoridade responsável pela educação no Distrito Federal – até conseguir não apenas a sua destituição do cargo como também de professores a ele ligados.<sup>6</sup> A despeito das ferrenhas discussões e disputas entre os dois grupos, Carvalho (1999) identifica no discurso de um dos “pioneiros”, Fernando Azevedo, durante o Estado Novo, a busca do resgate de uma “zona de consenso” no campo educacional em torno da unificação nacional pela cultura através do expurgo das “zonas de pensamento perigoso” nas proposições da nova pedagogia. A autora sugere que os educadores profissionais que se tornaram técnicos a serviço da estruturação do sistema educacional brasileiro o fizeram na medida em que a ênfase na “organização” lhes “concedia uma espécie de salvo-conduto nas areias movediças do debate educacional no limiar do Estado Novo”, livrando-os do ostracismo a que fora legado Anísio Teixeira, por exemplo. Pairou sobre este educador o estigma do comunismo que alguns católicos desejavam estender ao conjunto dos escolanovistas (Carvalho, 1999: 27-30).

---

<sup>6</sup> A oposição do católico Alceu Amoroso Lima ao escolanovista Anísio Teixeira chegou ao ponto de o Ministro Capanema se ver forçado a fechar a Universidade do Distrito Federal, idealizada e dirigida por Teixeira (Pécaut, 1990: 68). Além disso, Lima vetou também o nome de outro escolanovista, Fernando de Azevedo, para a ocupação de um alto cargo no Ministério de Educação na gestão de Capanema. Sobre o pacto de Francisco Campos com a igreja e a influência de Alceu Amoroso Lima sobre o ministro Capanema, ver também Schwartzman (1983) e, principalmente, Schwartzman *et alli* (1984).

Esse novo posicionamento dos “pioneiros”, enfatizando os aspectos técnicos e negligenciando a discussão política no campo educacional, pode ser entendido como uma estratégia adotada após a relativa vitória dos católicos em relação à legislação educacional da constituição de 1934. Os católicos vinham protagonizando o que se denominou “ressurgimento” católico, ou ainda, “rearmamento institucional da Igreja”, desde o início do século XX.<sup>7</sup> Em 1922, como resultado mais visível desse processo, a partir da ação do alto clero do Distrito Federal, foi fundado o Centro Dom Vital, que reunia os intelectuais católicos, convocando-os a alavancar a retomada de espaços perdidos pela Igreja desde a proclamação da República no Brasil. O movimento, no entanto, tinha raízes nas encíclicas do Papa Pio XI e se destinava a organizar uma ampla ação do laicato católico, reagindo contra o crescente desapego aos princípios da religião verificado desde o iluminismo.<sup>8</sup>

As organizações ligadas aos movimentos leigos católicos se ampliaram, atingindo principalmente a área educacional, com a atuação na ABE, inicialmente, e na Confederação Brasileira de Professores Católicos, posteriormente, como foi visto. Com o apoio da hierarquia eclesiástica, articularam-se politicamente, criando as Ligas Eleitorais Católicas em diversos estados a fim de apoiar os candidatos que abraçavam suas teses. Mas as iniciativas dos católicos não se restringiram apenas ao setor educacional; reivindicaram, e obtiveram sucesso na constituição de 1934, a inclusão do nome de Deus, retirado da Constituição de 1891, a indissolubilidade do casamento, a assistência espiritual às forças armadas e a liberdade de ensino.<sup>9</sup> Dessa forma é que se chegou ao resultado de uma “vitória” quanto à possibilidade de

---

<sup>7</sup> A primeira expressão foi usada por Beozzo, (1995), e a segunda, por Miceli (1979).

<sup>8</sup> Sobre os objetivos da Ação Católica, ver Dias (1996). Segundo o autor, “não é possível compreender o sentido da Ação Católica sem uma referência ao combate à sociedade moderna”. D. João Becker, arcebispo do RS nos anos 20 e 30, retoma o lema do pontificado Pio XI: “o Sumo Pontífice olhara para o mundo, observando o grande mal: a invasão dos costumes paganizantes nas diversas camadas sociais. Contra esse mal, Pio XI apresenta a Ação Católica” (Ib.: 62).

<sup>9</sup> Dentre as teses defendidas pela Igreja, através da LEC, para a constituição de 1934, estavam: promulgação da constituição em nome de Deus; indissolubilidade do matrimônio; ensino religioso facultativo nas escolas públicas, do primário ao secundário, e nas escolas normais; assistência religiosa facultativa às classes armadas, aos hospitais e às prisões; reconhecimento oficial dos sindicatos católicos organizados; reconhecimento da assistência religiosa às populações civis e militares como equivalentes ao serviço militar; legislação do trabalho inspirada nos preceitos da justiça e da ordem cristã; defesa dos direitos e deveres da propriedade individual; lei de garantia da ordem social contra atividades subversivas, respeitadas as liberdades políticas e civis; combate à legislação contrária aos princípios fundamentais da doutrina católica (Beozzo, 1995: 306).

manterem e ampliarem suas instituições educacionais a partir da constituição de 1934 e de receberem verbas governamentais para essas e outras de suas instituições. (Nunes, 1999: 37-38).

As correntes católicas, como “aliadas indispensáveis” do governo federal, intervieram muitas vezes contra as ações dos escolanovistas, principalmente no Rio de Janeiro, através da figura de Alceu Amoroso Lima. Ele e os católicos, no campo da educação, ocupavam-se de tentar restabelecer o caráter religioso da educação e promover uma contratação mais apropriada dos professores (Pécaut, 1990: 68). A influência dos católicos sobre seu numeroso rebanho, aliada à coesão de seus princípios eficazmente reorganizados no contexto republicano da separação entre o poder temporal e o espiritual, proporcionou-lhes ampla margem de ação junto ao regime de Vargas. O “ressurgimento” católico, consolidado através da sua rede de instituições e de seu disciplinado corpo leigo intelectual e militante, garantiu a necessidade do novo governo de efetuar um pacto com a Igreja, no qual um dos objetos de barganha era a influência na escolha do Ministro de Educação e Saúde bem como sobre suas ações. Segundo Schwartzman, tanto Francisco Campos quanto Gustavo Capanema, embora de diferentes formas, vincularam-se fortemente à Igreja. O primeiro utilizando-a como uma peça no seu projeto político, e o segundo valendo-se do seu apoio para ascender ao ministério em 1934. “Empossado no ministério, Capanema teria em Alceu Amoroso Lima seu principal conselheiro, que indicaria nomes, vetaria outros, proporia leis e trataria de dar conteúdo às principais iniciativas do ministro” (Schwartzman *et alli*, 1984: 48-49).

Porém, o poder e a influência obtidos pela Igreja após a Revolução de 30 no plano educacional não foi devido apenas à ampla movimentação dos intelectuais leigos a partir do Centro Dom Vital e da Revista *A Ordem* somada à Ação Católica junto a diversos setores sociais (como operários e estudantes) e à ação política através da LEC. O governo de Vargas precisava dos católicos devido à sua longa tradição no campo educacional brasileiro. Com tantas frentes em que pretendia e necessitava atuar, o novo regime não tinha condições técnicas de substituir a estrutura do ensino privado, predominantemente confessional, que era mais desenvolvida do que a oficial. “Além disso, era exatamente com a Igreja Católica que o Ministério da Educação contava para a tarefa de incutir nos alunos os valores éticos e morais que faziam parte de uma cultura nacional revigorada” (Schwartzman *et alli*, 1984: 164).

∴

A legislação que regulamentou as primeiras universidades no Brasil foi lançada logo após a tomada do poder pela revolução de trinta e a criação do Ministério de Educação e Saúde Pública em 1930. Essa legislação era integrada a um conjunto de decretos que foram designados como “Reforma Campos”, já que o seu principal mentor fora Francisco Campos, o primeiro Ministro da Educação do novo regime.<sup>10</sup> Foi no interior da ABE que se desenvolveu a concepção da reorganização do ensino adotada por Francisco Campos. Em 1927, a instituição fez uso de um expediente freqüentemente verificado na época, um inquérito destinado a consultar a opinião de especialistas para levantamento de dados que subsidiassem a discussão de temas educacionais. Este versava sobre o ensino secundário e o problema universitário brasileiro, e foram incluídas questões sobre o melhor modelo de universidade a ser adotado no país, sobre as relações que deveriam existir entre universidade e pesquisa e também sobre a profissionalização do professor universitário. Posteriormente, nas Conferências Nacionais de Educação da ABE, continuou-se a discussão sobre o assunto, sendo que as conclusões relativas à ciência envolviam sinteticamente três aspectos: separação entre ensino profissional e atividade científica, pesquisa livre e autonomia universitária. Isso significa que a atividade científica deveria ser desvinculada tanto do ponto de vista administrativo quanto das demandas do ensino profissional e das atividades e demandas práticas e imediatas do país, sem a interferência do Estado na gestão dos institutos criados para esse fim (Schwartzman 1979: 163-169). A ABE, portanto, através de atividades como os inquéritos e outras discussões entre educadores, veiculava e desenvolvia na época uma série de concepções acerca de um modelo universitário para o país.

Os decretos da Reforma Francisco Campos incorporaram, embora não literalmente, as idéias desenvolvidas no interior da ABE a respeito das características que deveriam ter as universidades brasileiras. Se o novo regime não havia ainda definido mais claramente qual universidade desejava, demonstrava, no entanto, “uma firme disposição (...) em recuperar o monopólio das iniciativas

---

<sup>10</sup> Os decretos federais denominados de “Reforma Francisco Campos” são: n.º 19850, 19851 e 19852, todos de 11 de abril de 1931, sendo que o segundo era o que estabelecia os Estatutos das universidades brasileiras.

relevantes e das normas básicas que orientariam o rumo na área cultural, de acordo com os interesses da nova situação que apenas se consolidava” (Ib.: 171). No entanto, era necessário buscar uma “alternativa de equilíbrio”, pois as proposições majoritárias na ABE não eram consensuais no campo educacional e não correspondiam sempre aos objetivos e possibilidades do novo governo. Assim, os decretos foram baseados “nas diferentes alternativas que os movimentos da década de 20 tinham aventado, combinando duas ou três perspectivas mais próximas ao espírito centralizador e autoritário do período Vargas”. Buscava-se, portanto, legitimar o projeto governamental na Educação através de concessões a várias correntes de opinião nesse momento inicial (Ib.: 172).

Apesar de preconizar também uma dupla função universitária, desenvolvendo o ensino profissional e a pesquisa, é na concepção da autonomia universitária e das instituições dedicadas à pesquisa que a Reforma Campos se separa das proposições da ABE para o ensino superior. Francisco Campos entendia que a autonomia seria obra da conquista do “espírito universitário”, a ser devidamente tutelado, naquele momento, pelo Estado. Assim, desde a composição dos diferentes organismos universitários, Reitoria, Conselho Universitário, Assembléia Universitária e suas atribuições até a organização didática dos diferentes institutos eram definidos e controlados pelo governo. A mesma dissimulação em relação aos princípios da autonomia universitária, conforme as propostas da ABE, a Reforma Campos aplicou à sua concepção de pesquisa científica. O ministro reconhecia a importância da pesquisa mas não a considerava prioritária, postergando os investimentos universitários nessa atividade intelectual (Ib.: 174-175).

O ideal da formação de um “espírito universitário”, referido por Campos, já estava presente no país desde os tempos coloniais em que o Brasil tinha um Ensino Superior incipiente baseado nas Escolas profissionais tradicionais de Medicina, Engenharia e Direito (Teixeira, 1989: 105). Essas escolas funcionavam, até a década de 20 e 30, de modo independente, sem vinculação administrativa umas com as outras, e seguindo, muitas vezes, diferentes concepções, inspiradas em modelos europeus alemães, franceses ou americanos, apesar de estarem localizadas conjuntamente nas principais cidades brasileiras como Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre, por exemplo. A proximidade, no entanto, era geográfica ou, no máximo, baseava-se na partilha de um mesmo modelo importado, sem que

isso significasse uma ação mais integrada entre duas Escolas ou Faculdades. As poucas universidades brasileiras instituídas desde meados da década de 10 até anos 20 – Universidade de Minas Gerais, em 1927, Universidade do Paraná, em 1913, e Universidade do Rio de Janeiro, em 1920 (Romanelli, 1999: 132)<sup>11</sup> – não eram consideradas como modelos do almejado “espírito universitário” a ser desenvolvido no país.

Assim, não se podia instituir como base da universidade brasileira meramente a junção das Faculdades tradicionais sob uma mesma administração e um território próximo. A permissão de que se criassem universidades a partir da junção das três escolas tradicionais de Direito, Engenharia e Medicina foi facultada pela Reforma; porém, as Faculdades de Educação, Ciências e Letras, inexistentes até então no país, foram propostas como célula básica do caráter universitário. Através dessas Faculdades, argumentava-se, seria possível transcender os limites do interesse puramente profissional e proporcionar um conhecimento de “Alta Cultura” ou “Ciência Pura” e “desinteressada” (Schwartzman, 1979: 175). Estabelecia-se, portanto, uma oposição entre o conhecimento “desinteressado”, pretensamente, a ser produzido e veiculado através das Faculdades de Educação, Ciências e Letras, e o ensino profissional, conseqüentemente “interessado” e correspondente às demandas práticas do país, veiculado e produzido nas faculdades tradicionais. No entanto, segundo Schwartzman,

“Não existe, neste tributo aparente aos ideais da ciência como cultura, nenhum reconhecimento à importância da pesquisa como produtora, a curto ou a longo prazo, de benefícios sociais e econômicos; nem da idéia da vinculação entre ensino e pesquisa, que por muitas décadas havia se erradicado da experiência alemã. Simples ornamento, a ciência podia esperar” (Ib.).

Desta forma, também a Faculdade de Educação, Ciências e Letras foi instituída, a despeito dos anseios manifestos na ABE e de algumas palavras incorporadas à sustentação dos decretos governamentais, para atender a uma demanda premente do governo em se produzir, nas escolas, o espírito de coesão nacional necessário à manutenção do novo regime. Essa tarefa caberia aos

---

<sup>11</sup> A Universidade do Paraná só foi reconhecida em 1946, mas funcionou efetivamente desde 1913. Cunha (1980: 206) também inclui entre as universidades de antes da Reforma Campos a Escola de Engenharia de Porto Alegre, que funcionava efetivamente como uma Universidade Técnica, embora só tenha sido reconhecida como tal em 1932. Sobre a Universidade Técnica de Porto Alegre ver Franco (1993).

professores das Escolas Normais – que ensinariam os futuros professores primários – e aos professores secundários, que seriam formados, a partir de então, em uma Faculdade de Educação, Ciências e Letras.

“Ao lado de órgão de alta cultura ou de ciência pura e desinteressada, ela deveria ser, antes de tudo e eminentemente, um instituto de educação, em cujas divisões se encontrassem todos os elementos próprios e indispensáveis a formar nosso corpo de professores, particularmente os do ensino normal e secundário” (Ib.).

Pode-se dizer, então, que as Faculdades de Educação, Ciências e Letras, de acordo com a legislação proposta, nascem e se inserem no contexto da profissionalização que já vinha orientando os rumos do ensino superior no Brasil. A novidade é que, no momento em que surgem, essas Faculdades se integram às universidades recém criadas com a justificação de condensarem o “espírito universitário” a se desenvolver no país, de acordo com as altas autoridades educacionais.

Outra concepção do “espírito universitário” foi veiculada entre os intelectuais católicos ligados à educação. Em um livro, cujo nome é justamente *O espírito universitário*, Alceu Amoroso Lima (1959) não propõe em nenhum momento que este fosse conferido às instituições universitárias pelo caráter eclético das Faculdades de Educação, Ciências e Letras, em relação às áreas de estudo por elas abrangidas, nem à sua função de desenvolvimento de pesquisa “desinteressada”. Lima, o principal líder dos intelectuais do movimento leigo católico após a morte de Jackson de Figueiredo em 1928, acreditava, em 1959, que no Brasil não existia ainda o “espírito universitário”. Somente “com a fundação da Universidade Católica do Rio de Janeiro, em 1941”, dizia ele, “o espírito universitário, em sua mais ampla acepção teórica, começou a lançar raízes em nossa civilização” (Lima, 1959: 13). Coerentes com essa avaliação, os três princípios considerados pelo autor como fundamentais na base da instituição universitária, assemelhavam-se muito às características da Igreja Católica: unidade, comunidade e universalidade. Lima propõe uma tipologia para as universidades na qual as de tipo “eclético” e “totalitário” se opunham à universidade “orgânica”, que congregaria os três aspectos referidos, fundamentais para a existência do “espírito universitário” (Lima, 1959: 15-25).

A concepção de universidade evidenciada por Lima não se baseava na instituição das Faculdades de Educação, Ciências e Letras, e sim na filosofia católica. Isso não significa que os católicos não dessem importância a essa instituição, mas colocá-la como essência do espírito universitário significaria enfatizar sua função de pesquisa científica e não as suas características de profissionalização no magistério secundário.

O “espírito universitário”, conforme as conclusões dos inquéritos e pesquisas da ABE, só poderia surgir a partir das Faculdades de Educação, Ciências e Letras porque estas seriam responsáveis pela unificação das áreas dispersas nos cursos universitários profissionalizantes. No entanto, enfatizar o aspecto da formação profissional do professor nessas instituições equivaleria a reforçar a permanência da situação anterior de um ensino superior voltado para as necessidades imediatas e práticas da nação. Desta forma, essas instituições não estariam voltadas à produção de uma “alta cultura” baseada em pesquisas sobre as diversas áreas, mas apenas se aprenderia nelas como lecionar, ou seja, como popularizar a cultura vigente, baseada até então no autodidatismo.

Duas concepções de “espírito universitário” traziam diferentes conseqüências para a estruturação das Faculdades de Educação, Ciências e Letras, evidenciando assim o caráter de “representação” que assumiram, construídas num campo de disputa por diferentes identidades e interesses (ver Bourdieu, 1996a). As duas se fazem presentes na elaboração da legislação para o ensino superior da Reforma Campos, que era sustentada com base na invocação dos objetivos direcionados para a produção de uma “alta cultura” de caráter “desinteressado” e a formação de professores. Porém, conforme apontado anteriormente, na prática, o ministro, que estava alinhado com o grupo católico do campo educacional, enfatizou mais a função formativa de professores nas Faculdades de Educação, Ciências e Letras. Entretanto, sob os decretos da Reforma Campos de 1931, duas Faculdades foram instituídas, similares à projetada: a da USP, que seguia, conforme se poderá verificar, um modelo mais alinhado às proposições da ABE, e a da Universidade do Distrito Federal (UDF), que teve curta existência, extinta em 1939. O caso da Faculdade da USP será comparado ao projeto governamental expresso na Reforma Campos e, posteriormente, na legislação que criou a Faculdade Nacional de Filosofia.

A primeira universidade a incluir uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, no Brasil, foi a Universidade de São Paulo (USP). A trajetória inicial dessa instituição revela particularidades que a tornaram referência paralela às legislações que estipulavam os modelos a serem seguidos pelas faculdades similares no Brasil. Aquilo que a legislação esboçava para as Faculdades de Educação, Ciências e Letras, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP superava, antecipando-se ou desviando-se do modelo em determinados aspectos. Isso foi possível não somente pela adoção de um modelo sutilmente diferenciado da legislação, mas também pelo volume de investimentos que o estado de São Paulo podia e se dispunha a oferecer para a sua universidade.

A intenção da criação da USP recua a meados dos anos 20, inserida em uma pregação cívica e política através do jornal *O Estado de São Paulo*, de propriedade de Júlio de Mesquita Filho, ao redor do qual gravitavam educadores, editores e escritores, dentre os quais, Fernando Azevedo e alguns educadores profissionais ligados ao Movimento da Escola Nova em São Paulo, Monteiro Lobato, além do futuro governador de São Paulo, Armando Salles. Entre 1923 e 1926, Fernando Azevedo, um dos expoentes da “Escola Nova” no Brasil, escreveu no jornal uma série de artigos, além de promover um inquérito sobre instrução pública no estado de São Paulo, discutindo também o problema do ensino superior. Em 1925, também Mesquita Filho começa a defender a criação da Universidade, utilizando-se de análises sociológicas baseadas nas escolas francesas introduzidas no estado nesta época (Limongi, 1989: 111-120).<sup>12</sup> Seus argumentos giravam em torno da necessidade de se constituir e instrumentalizar uma elite capaz de influir na condução dos problemas do país. Acreditava-se existir “uma completa aberração do sistema político brasileiro: negar às elites culturais a direção dos negócios públicos”. Na reforma educacional a ser empreendida no estado, a universidade ocuparia papel central, formando estudiosos “desinteressados” capazes de indicar as diretrizes para os homens de ação. Além dessa missão, a universidade deveria formar professores secundários que seriam responsáveis pela criação de uma mentalidade média nacional (Ib.: 126-127).

As teses defendidas pelos educadores profissionais em torno da reforma educacional que deveria ser empreendida em São Paulo, tendo como centro a

---

<sup>12</sup> Sobre a criação da USP, ver também Schwartzman (1979: 191- 214) e Miceli (1989).

universidade, denunciam um “deslocamento da preocupação com a cidadania para a formação de mestres [que] trai o verdadeiro interesse da campanha: o controle sobre a formação de profissionais sobre o setor” (Ib. 148). A campanha que alia os educadores profissionais e os liberais doutrinários em torno da criação da universidade com sua Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras chega ao auge em 1927, 28 e 29, perdendo ímpeto com a Revolução de 30, devido à implementação da reforma educacional em nível federal pelo governo provisório (Ib.: 151). O foco dos protagonistas da campanha paulista se dirige para as disputas que se estabeleceram, então, em nível federal, com os grupos católicos pela definição da política educacional brasileira e pela ocupação dos postos abertos nas novas instituições do setor. O saldo da disputa, para os educadores articulados ao grupo paulista, foi a marginalização política de Teixeira e Azevedo, como referido anteriormente. No entanto, alguns expoentes desse grupo ocuparam postos no Ministério da Educação e auxiliaram na definição de políticas educacionais durante as gestões de Campos e Capanema. Além disso, desde 1930 até 1937, os escolanovistas controlaram o aparelho estadual do ensino em São Paulo e puderam implementar muitas de suas idéias.

Após a Revolução Constitucionalista de 1932, iniciaram-se novos desdobramentos. Em 1933, Mesquita Filho volta do exílio e retoma a mobilização em torno da criação da universidade. Fernando Azevedo elabora o decreto estadual que é analisado por uma comissão formada por representantes dos vários institutos a serem incorporados pela universidade. No aniversário da cidade de São Paulo, em 25 de janeiro de 1934, foi lançado o decreto de criação da universidade. A Universidade desde logo enfrentou alguns problemas decorrentes da negociação em relação à encampação das faculdades profissionais tradicionais. A Escola Politécnica, por exemplo, fizera gestões no sentido de manter a possibilidade de tornar-se mais tarde uma Universidade Técnica fora da USP.

A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) e o Instituto de Educação constituíram duas unidades separadas que se conjugavam para a formação dos professores secundários e de nível superior. Uma atenção toda especial era dada à primeira, com a contratação de professores na Europa. Na concepção da nova universidade se verificava a oposição entre as características das faculdades profissionais e as da faculdade de filosofia, já presente na legislação federal, provavelmente por influência das proposições defendidas nacionalmente

desde a década de 20 pelos mesmos idealizadores da USP. Desta forma, se “visava criar uma faculdade não-utilitária, não-prática e purgada ao máximo do caráter profissionalizante” (Limongi, 1989: 157). Essa é mais uma manifestação da força que ganhara a idéia do conhecimento “desinteressado” no Brasil, a ponto de integrar as justificativas da Reforma Campos, a partir, justamente, da argumentação do grupo de educadores escolanovistas que podia, agora, implementar de maneira integral o seu projeto.

A criação da Universidade de São Paulo e mais especificamente da sua FFCL, deveria servir, conforme os objetivos do grupo que a idealizou, como um instrumento da elite política paulista, derrotada em 1930 e 1932, na busca da constituição de novas elites.<sup>13</sup> De acordo com Miceli (1979), o desenvolvimento econômico acarretou a ampliação de demandas sociais, represadas até 1930 pela falta de canais de expressão para outros setores além do oligárquico.<sup>14</sup> No entanto, os dirigentes da oligarquia paulista atribuíram as suas derrotas em 1930 e 1932 não à demanda social crescente e sim à carência de quadros especializados para o trabalho político e cultural. Observa-se, porém, na análise do perfil dos alunos que ingressavam e se formavam nos anos iniciais da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, principal peça na estratégia elitista da USP, que a sua meta inicial pode ser considerada frustrada.

Se nos primeiros anos de funcionamento, a FFCL tem uma procura bastante grande de inscitos, estes são, em grande número, provindos de cursos superiores e das classes abastadas que se faziam presentes principalmente nas aulas dos mestres europeus para prestigiar a nova instituição. Nos anos seguintes, porém, o quadro se modifica, caindo bastante a procura pelos cursos oferecidos na FFCL, chegando a não se utilizarem completamente as verbas disponíveis para bolsas de estudo. O objetivo de competir com as faculdades profissionais na formação de elites, desta forma, pode ser considerado fracassado, já que os filhos da elite continuaram a ingressar nos tradicionais cursos realizados pelos seus pais. O contingente de mulheres e de descendentes de imigrantes foi significativo, principalmente no curso de Ciências Sociais, provavelmente “por considerarem uma alternativa de formação escolar e cultural condizente com suas pretensões mais modestas de

---

<sup>13</sup> Essa concepção é explicitada principalmente por Pécaut (1990) e Miceli (1979).

<sup>14</sup> O autor refere-se ao contexto paulista, principalmente, p.21.

projeção social se comparadas aos privilégios ainda associados aos títulos de carreiras liberais tradicionais” (Miceli, 1989b: 79).

A situação de baixa procura dos cursos da FFCL foi atribuída, parcialmente, à inaplicabilidade prática e profissional do título obtido na Faculdade. Boa parte de sua clientela veio a ser os normalistas e professores secundários da rede pública e privada que recebiam incentivos especiais para ingressarem nos seus cursos e completavam a sua formação profissional no Instituto de Educação. Além disso, a partir de 1943, a legislação federal exigia a titulação nas Faculdades de Filosofia para professores secundários.<sup>15</sup>

Uma parcela considerável dos formandos da FFCL veio a ingressar em seu corpo docente, substituindo paulatinamente os professores estrangeiros contratados no início. Esse novo corpo docente influenciou o direcionamento da instituição para a priorização da “vocação científica” em detrimento da formação de professores secundários, que veio a ser impulsionada apenas na década de 50 na FFCL da USP (Limongi, 1989: 158-188).

Em suma, apesar de preconizar a formação de elites culturais capazes de subsidiar as ações dos políticos, a FFCL não atendeu aos filhos das elites e sim a um contingente de intelectuais e profissionais de categorias menos prestigiadas do que a dos egressos das Escolas superiores tradicionais. O reduzido número de interessados em seus cursos dava-se pela possibilidade limitada de profissionalização pelos diplomas conferidos e acabou direcionando-se para a formação de professores na década de 50. Apesar disso, no período inicial, destacava-se no cenário nacional por ser a única a possibilitar a formação intelectual para a pesquisa, que estava presente também no horizonte das discussões acerca da legislação do ensino superior. Mas no nível federal não se verificaram a mesma atenção e investimentos para a constituição de uma cultura de pesquisa como fora observado no caso paulista.

O decreto-lei que criava a Faculdade Nacional de Filosofia<sup>16</sup> e estabelecia mais detalhadamente a estruturação que esta e as similares brasileiras deveriam ter, não alterou, e talvez apenas tenha aprofundado, a distância do projeto universitário oficial das atividades de pesquisa. A Universidade do Distrito Federal (UDF),

---

<sup>15</sup> Conforme o decreto federal 1190, de 04 de abril de 1939.

<sup>16</sup> *Ib.*

fundada em 1935, cujo projeto foi encabeçado por Anísio Teixeira, Secretário Municipal de Educação do Rio de Janeiro, foi extinta em 1939 por iniciativa do governo central, abrindo-se espaço para a criação da Faculdade Nacional de Filosofia.<sup>17</sup> A forte oposição exercida pelos setores católicos nesse episódio foi seguida de êxito ao derrotar um projeto universitário implementado pelos seus principais opositores no campo educacional brasileiro. A UDF e a USP, conjuntamente, representavam uma ameaça ao prestígio dos princípios católicos na educação por serem ambas orientadas conforme as propostas escolanovistas e contarem com um corpo docente qualificado, recrutado em centros de excelência na Europa. A USP era uma instituição mais bem estruturada, era mais distante geograficamente do epicentro do movimento católico leigo nacional, o Rio de Janeiro, e representava o centro mais atuante do grupo “escolanovista” no país, tornando muito difícil a oposição à sua atuação. Era, provavelmente, mais fácil e mais importante opor-se à UDF e tentar criar no Rio de Janeiro uma instituição capaz de fornecer o contraponto da congênere paulista.

É nesse contexto que foi criada a Faculdade Nacional de Filosofia, mantida pelo governo federal na Universidade do Brasil, e destinada, por força da lei, a tornar-se o modelo a ser seguido pelas faculdades similares no país. Nas palavras de Schwartzman: “a Faculdade Nacional de Filosofia deveria ser criada nos moldes de sua antecessora paulista, mas sob tutela federal e estrito controle doutrinário da Igreja Católica” (Schwartzman *et alli*, 1984: 214). Como a única Faculdade desse tipo, fora do estado de São Paulo, era a da extinta UDF, reverte-se parcialmente a situação de desequilíbrio no ensino superior nacional em favor do grupo dos católicos, já que o modelo federal que influenciavam seria o das próximas faculdades a serem fundadas no país.

O decreto especificava o currículo de cada um dos dez cursos<sup>18</sup> que constituíam a Faculdade e mais o curso de Didática, de um ano, a ser cursado posteriormente ao bacharelado. Além disso, versava sobre o número de cátedras e a organização administrativa e didática. Instituiu, também, o prazo de 1º de janeiro de 1943 para que se passasse a exigir o diploma conferido pela Faculdade para o

---

<sup>17</sup> Sobre a Universidade do Distrito Federal, ver Schwartzman (1979: 176-180) e Almeida (1989).

<sup>18</sup> Matemática, Física, Química, História Natural, Ciências Sociais e Geografia e História, Letras Clássicas, Letras Neo-latinas, Letras Anglo-Germânicas e Pedagogia (Art. 3º do decreto-lei federal n.º 1190, 04 abr.1939).

exercício do magistério secundário nas escolas normais e para o cargo de assistente nas cátedras da própria Faculdade. Dentre as modificações introduzidas em relação à legislação anterior, estava a mudança do nome da Faculdade de Educação, Ciências e Letras, conforme a Reforma Campos, e Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, conforme a lei que instituiu a Universidade do Brasil, para Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi). Dentre as finalidades das Faculdades de Filosofia no país estavam:

- a) preparar trabalhadores intelectuais par o exercício das altas atividades culturais de ordem desinteressada ou técnica;
- b) preparar candidatos ao magistério do ensino secundário e normal;
- c) realizar pesquisas nos vários domínios da cultura que constituam objeto de seu ensino”.<sup>19</sup>

As finalidades explícitas na nova regulamentação, portanto, condiziam com os objetivos anteriormente afirmados na Reforma Campos, propondo-se a função de realização de pesquisas ao lado da formação para o magistério:

“A Faculdade de Educação, Ciências e Letras ministrará o ensino superior de diversas disciplinas com os objetivos de ampliar a cultura no domínio das ciências puras; de promover e facilitar a prática de investigações originais; de desenvolver e especializar conhecimentos necessários ao exercício do magistério; de sistematizar e aperfeiçoar, enfim, a educação técnica e científica para o desempenho proficuo de diversas atividades nacionais”.<sup>20</sup>

A exemplo da Universidade paulista, foram trazidos professores do exterior, contatados e indicados através de canais oficiais como embaixadas na França e Itália. Mas os pedidos do Ministro Capanema para esses intermediadores eram acompanhados de um perfil desejado que não tinha como prioridade máxima o mérito acadêmico. Acima deste esperava-se que os professores fossem católicos, já que deveriam ser aprovados por Alceu Amoroso Lima, que fora convidado pelo ministro para ser o diretor da Faculdade Nacional de Filosofia. Capanema escreveu a George Dumas para que este auxiliasse na escolha dos professores franceses para as cátedras de sociologia e psicologia:

“desejo professores habituados à pesquisa e de estudos bem orientados, mas ligados à Igreja. A faculdade vai ficar sob a direção do Sr. Alceu Amoroso Lima, católico, amigo de Jacques Maritain. Daí não encontrar eu boa acolhida

---

<sup>19</sup> Art. 1º do decreto-lei federal n.º 1190, de 04 abr. 1939.

<sup>20</sup> Art. 196 do decreto-lei federal 19852, de 11 abr. 1931.

para nomes que sejam conhecidos por suas tendências opostas à igreja ou dela divergentes” (Schwartzman *et alli*, 1984: 216).

A despeito de que tenham sido observados esses critérios na composição do corpo docente, outras injunções políticas se faziam presentes, para atender o interesse do Presidente da República, por exemplo. Estas foram responsáveis, segundo Schwartzman *et alli* (Ib.:217), pela desistência de Lima, em fevereiro de 1941, em assumir o cargo para o qual havia sido convidado e centrar seus esforços na criação da Universidade Católica do Rio de Janeiro. Apesar disso, a marca dessa proximidade entre Ministério da Educação e Igreja já havia sido impressa na trajetória futura da Faculdade Nacional de Filosofia (Schwartzman *et alli*, 1984: 217-218). Desta forma, a FNFi,

“não chegou a capturar a mística e as esperanças que cercaram a Universidade do Distrito Federal, nem conseguiu se equiparar ao nível de qualidade de sua congênere e antecessora paulista, criada em 1934. A tentativa de dar à nova faculdade um conteúdo ético e filosófico de cunho católico não chegou a ganhar corpo, tendo a própria Igreja partido para a criação de sua universidade independente” (Ib.: 226).

A principal diferença entre as duas instituições comparadas – a FFCL da USP e a FNFi da Universidade do Brasil – diz respeito aos procedimentos que orientaram a formação das duas instituições. Schwartzman *et alli* e Miceli consideram que na primeira prevaleceram os critérios mais acadêmicos enquanto na segunda destacaram-se as orientações doutrinárias da Igreja e os aspectos autoritários e hierárquicos do Estado Novo (Ib. : 227).

Segundo Miceli (1989b), o desenvolvimento das Ciências Sociais no eixo Rio-São Paulo foi fortemente influenciado pelos principais acontecimentos políticos desde os anos 30 até os anos 50, e as particularidades de um ou outro caso foram devidas às diferentes formas de organização do ensino superior nesses estados, à margem de distância institucional em relação às escolas superiores tradicionais e ao grau de autonomia destas em relação aos seus mentores políticos (Miceli, 1989b: 73-74). O mesmo autor resume as conclusões a que chegou pela comparação entre os dois casos:

“A diferença entre os casos carioca e paulista é tão gritante nesse particular que nem mesmo chegou a se constituir na então capital do país uma equipe de investigação ou uma turma de docentes ou sequer uma corrente de pensamento lastreada pela universidade. Em São Paulo, a hierarquia acadêmica que vai se constituindo nas duas primeiras décadas de funcionamento foi sendo modelada por docentes estrangeiros treinados nas

regras e costumes da competição acadêmica européia (e francesa, em particular), todos eles empenhados em instaurar um elenco de procedimentos, exigências e critérios acadêmicos de avaliação, titulação e promoção. O acesso às posições de comando e liderança esteve invariavelmente condicionado à produção e defesa do doutoramento, ao concurso para livre-docência e à conquista da cátedra, preenchendo-se esses lugares de preferência com licenciados nativos que firmaram sua reputação pela excelência de sua produção intelectual, pela herança presuntiva das posições em aberto com o retorno dos estrangeiros, ou então, por uma combinação variável de ambos fatores. No Rio de Janeiro, nos dois empreendimentos universitários citados, verifica-se uma corrida política em torno das posições disponíveis, logo convertidas em alvos de clientelismo, e rapidamente preenchidas pelos docentes estrangeiros 'acima de qualquer suspeita' doutrinária, por jovens provincianos recém-chegados ao Rio na cola de algum protetor ou mandachuva político e por docentes transferidos de cátedras do ensino jurídico ou médico, alguns desses últimos tendo dado provas de serem intelectuais de primeira linha" (Ib.: 81-82).

A longa citação foi aqui utilizada por sintetizar uma série de preocupações, semelhantes às deste trabalho, em relação ao campo das ciências sociais, muito próximo do da história, no caso das instituições universitárias do período referido no Brasil. Miceli utiliza princípios teóricos que enfocam as relações específicas do campo intelectual, sem pressupor as mesmas como idênticas às motivações do campo político, mas sem perder de vista as influências recíprocas de um e outro. Além disso, a história pode ser inserida no âmbito das disciplinas que faziam parte da abordagem sociológica em voga no período abordado.

A história das ciências sociais no âmbito universitário é de suma importância para este trabalho devido à sua proximidade da história, já que a formação superior em ambas as disciplinas foi instituída no país com a criação das Faculdades de Educação, Ciências e Letras ou Faculdades de Filosofia. No entanto, é necessário acompanhar a trajetória mais específica da pesquisa histórica no período abordado, no qual já se evidenciava uma incipiente separação das ciências sociais e da literatura. A especialização dos estudos históricos estava já em curso, no Brasil, anteriormente à criação das universidades brasileiras, e o *locus* de prestígio para a pesquisa nesta área não parece ter mudado imediatamente à criação das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, pelo menos fora de São Paulo.

∴

Guimarães (1988:5) enfatiza os vínculos existentes entre a disciplinarização da história e o debate em torno da questão nacional que teriam ocorrido desde a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). O IHGB foi criado

no interior da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, ocupando provisoriamente a sua sede, em 1838, sem submeter-se, no entanto, à mesma estrutura administrativa. Desde o início o IHGB foi colocado sob a proteção do imperador, o que significou o custeio, por parte deste, de 75% do orçamento da instituição. O recrutamento dos membros do Instituto, regulado pelos seus estatutos, dava-se fundamentalmente por via das relações sociais, sem um vínculo privilegiado com a produção intelectual na área de atuação do mesmo, contrariando um critério básico do mundo acadêmico:

“Enquanto na Europa o processo de escrita e disciplinarização da história estava se efetuando fundamentalmente no espaço universitário, entre nós essa tarefa ficará ainda zelosamente preservada dentro dos muros da academia de tipo ilustrado, de acesso restrito, regulamentada pelos critérios que passam necessariamente pela teia das relações sociais e pessoais” (Guimarães, 1988: 9).

A maioria dos fundadores do IHGB desempenhava funções no aparelho de Estado como magistrados, burocratas e militares. Pode-se caracterizar o conjunto dos integrantes como apresentando uma diversidade de origens sociais, niveladas, no entanto, pelo processo de educação segundo a tradição jurídica de Coimbra e o treinamento para a carreira no aparelho de Estado (Ib.: 10).

A função do Instituto era a construção de uma história do Brasil através da coleta e publicação de documentos históricos relevantes para o país e da canalização das informações obtidas no exterior e nas províncias. Desta forma, era necessário estimular a criação de institutos congêneres ao da capital do império para que estes coletassem as informações necessárias na integração dos dados dispersos da nacionalidade. A ênfase não deveria recair, nesse momento, nas particularidades regionais e sim nos vínculos existentes entre as diferentes regiões e o conjunto nacional (Guimarães, 1988: 24). Assim, o desenvolvimento de uma história política e de heróis era coerente com o momento vivido. Não havia muito mais do que diretrizes políticas e iniciativas individuais que poderiam ser consideradas patrimônio comum daqueles que viviam sob a unidade política do Estado brasileiro de então.

Além desses, as características da paisagem poderiam servir de ponto comum ao país e diferenciado do exemplo europeu que servia de contraponto à constituição da nacionalidade. Deste modo, as viagens e explorações científicas centradas, sobretudo, na história natural do país e a questão do indígena – que pode

também ser considerado como parte da paisagem natural, já que não integrava o que se entendia por civilização –, assim como a inclusão dos dados regionais em um todo homogêneo, foram os principais temas da história veiculada na revista do IHGB. O exemplo europeu, porém, não fornecia apenas o modelo da diferenciação; era, sobretudo, a referência de similaridade para que o país se proclamasse integrante de uma civilização que tinha aqui um de seus locais de desenvolvimento. Assim, buscou-se a similaridade do próprio modelo do instituto com instituições francesas e também o estabelecimento de relações de intercâmbio com o Instituto Histórico de Paris, fundado em 1834 (Ib.: 12). “Construir a imagem de um Brasil como frente avançada da civilização francesa nos trópicos é, sem dúvida, o projeto subjacente ao intenso contato que as duas instituições irão incentivar” (Ib.:13).

Além da perspectiva externa, internamente, a historiografia produzida no IHGB, criado no bojo do processo de consolidação do estado nacional, “visa a produzir uma homogeneização da visão de Brasil no interior das elites brasileiras” (Guimarães, 1988: 6) para que estas esclareçam o restante da sociedade. O traço mais marcante da historiografia produzida no Brasil, a partir do século XIX, portanto, foi o nacionalismo. A proclamação da República, no entanto, arrefeceu o projeto da construção de uma história nacional e nacionalista, que tinha como seu principal mecenas o imperador. Inaugurou-se então, um momento que favoreceu a ênfase nas particularidades regionais, mais coerente com a orientação dos novos grupos que assumiram o poder e com o sistema político federalista adotado no período.

Nos primeiros anos, observam-se um aprofundamento das relações entre o instituto e a monarquia e algumas mudanças nos critérios de recrutamento dos integrantes, assim como das características da produção dos trabalhos, que se estenderão pelo século XIX. Na medida em que se começa a priorizar a produção de trabalhos inéditos nos campos da história, geografia e etnologia, em detrimento da prioridade na coleta e armazenamento de documentos, os critérios de admissão tendem a se basear em parâmetros mais acadêmicos, como a experiência prévia em estudos da área do Instituto, sem negligenciar as relações sociais e pessoais.

A carência de análises das instituições preocupadas com a escrita da história após a proclamação da república é inversamente proporcional ao número de

abordagens de trajetórias individuais de intelectuais e historiadores autodidatas que atuaram nesse período como, por exemplo, Capistrano de Abreu. As referências ao IHGB ou a outras instituições que estivessem sendo criadas no período, envolvidas com a escrita de estudos sociológicos ou históricos, são escassas ou inexistentes na bibliografia consultada. Em uma periodização da historiografia brasileira, Iglesias (2000), com base nos estudos de José Honório Rodrigues, propõe que a criação do IHGB, em 1838, inaugura a pesquisa histórica no Brasil e marca um período que vai até 1931, ano em que surge a presença da universidade, assumindo lugar destacado na pesquisa histórica daí em diante. Mesmo abordando o período de 1838 até 1931 sem vincular mudanças significativas na produção histórica brasileira – baseada, sobretudo, no IHGB, durante o império, que subsidiava a instituição – quando da proclamação da república, é evidente que o autor deixa de se referir ao IHGB quando trata dos historiadores que escreveram predominantemente após essa mudança política no país. Não fica muito claro, porém, o que aconteceu com a institucionalização da história, a cargo do IHGB durante o império, no período que vai de 1889 até 1930. Contudo, pelo tipo de abordagem de vários autores, centrando sua análise nas trajetórias individuais e nos conteúdos das obras dos principais historiadores brasileiros, o que também pode se verificar no caso da sociologia, o período referido parece se caracterizar justamente pela ausência ou escassez de instituições especializadas nos estudos dessas áreas.<sup>21</sup>

Apesar do autodidatismo ser apontado como predominante na escrita da história e da sociologia em todo o período anterior ao surgimento das universidades brasileiras, ocorrido a partir da década de 30 do século XX, verifica-se o desenvolvimento de uma especialização no campo da história através das atividades patrocinadas pelo IHGB durante o período monárquico. No início do

---

<sup>21</sup> Dentre os trabalhos que abordaram ou se referiram à historiografia e às trajetórias de historiadores no período que vai da proclamação da República até a Revolução de 30, ver, por exemplo, Glénisson (1961), Janotti (1998) e Iglesias (2000). Guimarães (1988), referido anteriormente, centra sua análise na historiografia produzida pelo IHGB e, apesar de não se referir a nenhuma periodização referente ao seu objeto, não mencionou os destinos da instituição no período após a proclamação da República. Esse foi o caso, também, de Gomes (1999a), que, apesar de ocupar-se do período referente ao Estado Novo, faz um paralelo entre a historiografia incentivada pela ação governamental nesse período e a historiografia produzida sob o mecenasato de D. Pedro II no IHGB, sem referir-se, no entanto, às características do campo institucional da história no lapso de tempo que separa as duas experiências citadas. Para o caso da sociologia, ver os autores já referidos, Miceli (1979) e Pécaut (1990), que também centraram a análise da produção sociológica nas trajetórias individuais até 1930, com exceção da referência às instituições de atuação dos intelectuais católicos e às instituições vinculadas ao campo educacional.

período republicano, entretanto, parece que esse processo estagnou, pelo menos do ponto de vista institucional, sendo que a história e as ciências sociais em geral ficaram a cargo dos autodidatas de formação jurídica que trabalhavam sem o apoio oficial. Portanto, dentre as instituições que podem ser vinculadas à pesquisa histórica de maneira mais contínua, além das “academias do tipo ilustrada”, desde o tempo do império até a criação dos cursos superiores de Geografia e História no Brasil, estão as Faculdades de Direito do país. Mesmo assim, com a aparente estagnação do IHGB nos anos iniciais da República e o decréscimo do apoio governamental aos intelectuais do setor, a especialização da história enquanto campo de estudos sistematizados seguiu de maneira um pouco mais lenta, acontecendo fora das instituições de ensino superior.

Mas a necessidade e a intenção de se construir a nação brasileira seria retomada mais tarde e, com ela, o apoio governamental à produção da história. A partir de 1915, segundo Pécaut, uma obra que parecesse manter distância do nacionalismo era vista com suspeita (Ib.: 25). Vários nacionalismos estiveram presentes no contexto pré-30 e mantiveram-se nos anos posteriores. Em comum, porém, os escritos dos diversos nacionalistas apresentavam a questão da posição e função dos intelectuais e se caracterizavam pelo elitismo: “O elitismo não foi, portanto, apanágio exclusivo dos nostálgicos de um Estado todo-poderoso, nem da ordem cristã. Até os ‘liberais’ estavam convencidos de que a República se mostrara incapaz de formar elites necessárias a qualquer modernização” (Ib.: 30). Desta forma, os anos trinta iniciam com um forte apelo à construção da nação pela via elitista, na qual os intelectuais acabam por retomar um papel fundamental nos destinos da nação, como visto anteriormente.

Ângela Gomes acredita que a cultura histórica construída no Brasil pela influência da política cultural do Estado Novo assemelha-se ao empreendimento do império brasileiro quando da fundação do IHGB. Essa semelhança se daria pelo mecenato que os governantes teriam assumido nesses momentos em relação à pesquisa e à escrita de uma história de teor nacionalista (Gomes, 1999a: 16-17). A autora, no entanto, focaliza a construção de uma cultura histórica, nesse período, que obteve duração e influência prolongadas no país, em seus vínculos com a construção da coesão nacional empreendida pelo Estado Novo, sem se preocupar diretamente com a “produção histórica profissional” (Ib.: 10). Desta forma, poucas

informações quanto às relações entre a pesquisa histórica autodidata e os cursos de Geografia e História foram fornecidas pela autora.

Em resumo, a despeito da escassez de informações referentes às instituições voltadas para a pesquisa da história durante os anos trinta, quando surgem as universidades com seus cursos de Geografia e História no Brasil, algumas questões puderam ser levantadas. O que se destaca, primeiramente, é que no período dos anos trinta e também do Estado Novo, seguem atuando em paralelo, no “campo” da história, instituições de diferentes características e objetivos semelhantes, como os Institutos Históricos e Geográficos, o brasileiro e seus congêneres regionais, e os cursos universitários ligados às Faculdades de Filosofia recém fundadas. Não é possível delimitar estritamente quem detinha o prestígio da pesquisa histórica no Brasil nas décadas de 40 e 50. Porém, baseando-se nos autores anteriormente referidos em relação à legislação oficial para as Faculdades de Filosofia e às posturas das altas autoridades educacionais no período, pode-se dizer que, à exceção de São Paulo, as instituições universitárias não assumiram prontamente o desenvolvimento de pesquisa na área das ciências sociais e da história. De acordo com as comparações referidas anteriormente entre os casos de Rio de Janeiro e São Paulo nas ciências sociais, tudo indica que em cada região se desenvolvia um processo diferenciado com a característica comum da contemporaneidade de diferentes instituições e tradições de pesquisa. Em suma, nos anos 30 e inclusive mais tarde, tanto as instituições do tipo “academias ilustradas”<sup>22</sup> quanto os cursos das Faculdades de Filosofia não se inseriam ainda em um “campo cultural autônomo capaz de produzir uma hierarquia institucionalizada de posições” (Pécaut, 1990: 22).

## ***1.2 A criação das Faculdades de Filosofia em Porto Alegre e o “campo” da história no Rio Grande do Sul***

---

<sup>22</sup> O termo foi utilizado por Guimarães (1988: 5) para caracterizar o IHGB no século XIX.

O “campo” da História no Rio Grande do Sul estava já se especializando e se institucionalizando desde o início do século XX até a década de 40. Havia uma atividade voltada para a pesquisa histórica realizada por autodidatas mas regulada ou reconhecida em algumas instituições, majoritariamente ligadas à iniciativa governamental. Entre as instituições voltadas para a preservação da memória e a construção da história do Rio Grande do Sul, existiam o Arquivo Público Estadual, desde 1906, o Museu Júlio de Castilhos, desde 1903, e o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, desde 1920.<sup>23</sup>

O Arquivo Público Estadual foi criado com base em um projeto de Borges de Medeiros, enviado à Assembléia de Representantes do estado. Vinculado a ele, estava o Arquivo Histórico e Geográfico, que era uma das seções do Arquivo Público do Rio Grande do Sul e cuja função foi definida por uma oposição entre “arquivista” e “historiador”, segundo manifestação de seu primeiro diretor. Ao primeiro não cabia a tarefa de interpretar os documentos, que era do historiador, mas apenas de selecionar, guardar e divulgar documentos históricos (Almeida, 1983: 142). Era como se os critérios de definição do que seria um documento histórico não subentendessem uma posição, ou interpretação, a respeito do que vem a ser a história que deve ser preservada, escrita e contada.

Durante a década de 20, o Arquivo Histórico e Geográfico foi desmembrado do Arquivo Público do Rio Grande do Sul e transferido para o Museu Júlio de Castilhos, onde ficou até a década de 50. Durante esse período, as duas instituições publicaram uma revista em que, ao contrário das pretensões iniciais referidas acima, são publicados artigos interpretativos (Ib.: 146).

O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul foi uma instituição chave no processo de especialização e institucionalização da história no Rio Grande do Sul. Apesar de ser uma instituição privada, o IHGRS instalou-se durante muito tempo na mesma sede do Museu Júlio de Castilhos e do Arquivo Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, que eram entidades públicas (Ib.: 148). Essa confusão entre os espaços públicos e privados demonstra o baixo grau de autonomia da pesquisa no momento de sua institucionalização. Essa avaliação, porém, não fazia sentido na época, pois muitos dos intelectuais ligados ao IHGRS,

---

<sup>23</sup> As informações sobre a institucionalização da história no Rio Grande do Sul, o Arquivo Público e o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul foram tomadas da dissertação de mestrado de Marlene Medágia de Almeida (1983).

que faziam pesquisas históricas e escreviam sobre as mesmas, eram ocupantes de cargos públicos e detinham relações de classe social e/ou partidárias com os ocupantes do poder político.<sup>24</sup>

Conforme Almeida (1983:149-150), fazer parte do IHGRS auferia o prestígio de ciência ao trabalho do intelectual que se ocupava da história. O caráter científico era conferido pela observância de uma série de procedimentos e critérios que foram explícitos já nas primeiras publicações do IHGRS. No entanto, muitos de seus membros não preencheram os requisitos estatutários de apresentação de trabalhos inéditos. Muitos dos membros do instituto, à semelhança do recrutamento de “pesquisadores” para o IHGB, foram convidados a ingressar no seletivo “clube” apenas pelo destaque político e social que possuíam, sem avaliação dos méritos acadêmicos e científicos de sua eventual produção intelectual (Almeida, 1983: 149-154).

O Museu Júlio de Castilhos<sup>25</sup>, desde sua criação, seguia a orientação naturalista e enciclopedista que caracterizava os museus etnográficos e científicos do Brasil na década de 10. Na década de 20, porém, devido em grande parte à atuação próxima das instituições com que partilhava seu espaço físico (Arquivo Histórico e Geográfico e IHGRS), voltou-se para a pesquisa histórica. Após uma orientação mais pedagógica voltada ao grande público e às escolas na década de 40, nos anos 50 o museu retoma o discurso histórico em suas publicações e abandona definitivamente o caráter eclético original. Essas mudanças não foram influenciadas apenas pelas instituições “anexas” e pela crescente afirmação do regionalismo gaúcho em campos que se reivindicavam científicos (história, folclore). Em grande parte, as diferentes orientações do museu seguiram as preferências profissionais e individuais de seus diferentes diretores.

Esse era o quadro das principais instituições envolvidas na construção da história do Rio Grande do Sul na década de 40. Não havia historiadores com formação acadêmica específica na área de história, já que as primeiras Faculdades de Filosofia, com seus respectivos cursos de História e Geografia, conforme

---

<sup>24</sup> Sobre as relações entre intelectuais e historiadores gaúchos e o poder político local, ver: Gutfreind (1998), Almeida (1983), Pesavento (1996), e Gertz (1984).

<sup>25</sup> As informações e interpretações a respeito do papel institucional do Museu Júlio de Castilhos da década de 10 até a década de 50 no Rio Grande do Sul foram tomadas da dissertação de Leticia Borges Nedel (1999).

referido anteriormente, foram fundadas em meados dos anos 30, no centro do país, e na década de 40, no Rio Grande do Sul. O intelectual que se ocupava da história no estado seguia uma tradição na área das ciências sociais que persistiu até os anos 50 no Brasil. Eram os diplomados em direito e/ou autodidatas, em sua maioria, que escreviam ensaios e obras que tratavam dos temas sociais e históricos do país.

Em 1934, é criada a Universidade de Porto Alegre a partir de escolas e institutos de ensino superior existentes na cidade, alguns desde o final do século XIX.<sup>26</sup> A criação de uma Faculdade de Educação, Ciências e Letras, da qual faria parte o curso de História e Geografia, já estava nos planos da recém criada universidade, mas foi concretizada apenas em 1942 (Moreira, 1967:13). A Congregação dos Irmãos Maristas, que já havia iniciado investimentos na área do ensino superior em Porto Alegre<sup>27</sup>, empenhava-se, juntamente com alguns intelectuais católicos, em fundar uma Faculdade de Educação, Ciências e Letras desde a efetivação da nova regulamentação federal para o ensino superior em 1931 (PUCRS, 1971: 26). As poucas referências encontradas a respeito das relações entre a fundação da Faculdade de Filosofia daquela que se tornaria a Universidade Católica, atual PUCRS, e da Faculdade de Filosofia da UPA, atual UFRGS, não esclarecem muito a respeito da duplicidade de cursos superiores na mesma área que se estabeleceu então.

O que se sabe a respeito é que o irmão Afonso, provincial dos maristas, “liderando um grupo de professores, ofereceu à comissão que estruturava a Universidade de Porto Alegre a inclusão no projeto da Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas (FCPE) e a Faculdade de Educação, Ciências e Letras” (João, Clemente, 1995: 35),<sup>28</sup> tendo enviado pedido semelhante ao Secretário de Estado dos Negócios do Interior posteriormente. Ambos foram recusados, motivo de insatisfação do irmão Afonso, que escreveu a Flores da Cunha protestando pela não inclusão da FCPE na universidade (Ib.: 36). Provavelmente após esses pedidos, foi enviado, no ano de 1934, um manifesto de intelectuais católicos já atuantes no

---

<sup>26</sup> Faculdade de Medicina com suas Escolas de Odontologia e Farmácia, Faculdade de Direito com sua Escola de Comércio, Escola de Engenharia, Escola de Agronomia e Veterinária e Instituto de Belas Artes.

<sup>27</sup> O Instituto Superior de Comércio (que se tornou a Faculdade de Ciências Econômicas de Porto Alegre em 1931) fora fundado pela Ordem dos Maristas, em 1927, anexo ao ginásio que já administravam: o Ginásio N. Sra. do Rosário (PUCRS, 1971: 26).

<sup>28</sup> Sobre o assunto, ver também Diniz da Silva (1992: 40-41).

ensino superior, tanto da FCPE quanto de outras Faculdades a serem incorporadas à UPA, reivindicando determinados critérios a serem observados na formação da Faculdade de Educação, Ciências e Letras da nova universidade: “Seu conteúdo deixa clara a pugna dos signatários para imprimir à nova Faculdade de Educação, Ciências e Letras as diretrizes do pensamento cristão e mormente católico” (Regner, 1993: 28).

Os apelos dos católicos mobilizados em torno da ocupação de novos postos no ensino superior da esfera pública estadual e da ampliação de sua influência junto a esses organismos não foram bem aceitos inicialmente. O fato é que a Faculdade Livre de Educação, Ciências e Letras (FLECL), sob a administração dos Irmãos Maristas, iniciou suas atividades no primeiro semestre de 1940 com os cursos de Filosofia, Geografia e História, Letras Clássicas, Letras Neolatinas e Letras Anglo-germânicas. Essa iniciativa, no entanto, não significa que os católicos atuantes tenham desistido de suas reivindicações junto à nova universidade, nem que a UPA não tenha se transformado, futuramente, em um importante meio onde atuavam. As mudanças de reitor indicavam, muitas vezes, mudanças no tratamento das gestões desse grupo organizado.

Os eventos relativos à implantação da FLECL serão retomados no Capítulo 2. Por enquanto é suficiente destacar que os católicos ocuparam um importante espaço na nova faculdade ainda na década de 40, segundo Trindade (1982). O autor ressalta a influência do grupo de intelectuais católicos, denominados por ele de “geração católica”, na orientação ideológica que se tornou dominante no curso de Filosofia da recém fundada Faculdade de Filosofia da UPA. Além das tentativas anteriores de influência direta nos rumos da nova universidade, especificamente na Faculdade de Filosofia, expressa no referido manifesto enviado a Flores da Cunha em 1934, outras gestões e atividades se fizeram no mesmo sentido. Alguns signatários daquele manifesto lograram ocupar cargos de poder na estrutura interna da universidade, muitos deles como reitores. Os católicos no Rio Grande do Sul revelaram grande poder de mobilização e obtiveram um sucesso relativamente maior do que seus semelhantes no Rio de Janeiro baseado, ao que tudo indica, na maior dependência da rede de ensino estadual em relação às ordens religiosas no que diz respeito, principalmente, à educação das elites.

Comparando ainda as disputas do setor educacional do estado com as de nível nacional, deve ser ressaltado que existia um conflito diferenciado no Rio

Grande do Sul em torno dos novos postos abertos nas instituições educacionais e culturais impulsionadas pela política federal implementada pelo governo provisório e Estado Novo. Se no centro do país, as principais batalhas em torno da educação eram travadas entre os escolanovistas e os grupos católicos, aqui não havia um grupo importante de educadores e intelectuais adeptos das idéias da Escola Nova.

A Secretaria de Educação e Saúde Pública (SESP) foi criada no Rio Grande do Sul em 1935 e teve como primeiro titular o historiador Othelo Rosa<sup>29</sup>. Em 1937, pouco antes do golpe de novembro, assume em seu lugar José Pereira Coelho de Souza, que permanece até 1945, com a queda do Estado Novo. Em sua gestão, pode ser verificada a realização de enquetes, do tipo que se realizava no centro do país, para recolhimento de opiniões de especialistas e professores sobre as políticas educacionais a serem implementadas no estado. Nessas comissões, pode-se observar a presença de intelectuais e professores ligados ao movimento católico leigo, como Armando Câmara, por exemplo, e Olga Acauã Geyer (Barbosa, 1987: 79).<sup>30</sup> Na gestão de Coelho de Souza, a principal iniciativa foi a nacionalização das escolas das regiões de imigração alemã e italiana. Os setores católicos tiveram trânsito razoável na Secretaria de Educação, a julgar pelos nomes que aparecem nas comissões e postos da burocracia ligadas à SESP, sendo que o próprio Coelho de Souza foi identificado com o grupo católico (Trindade, 1984: 57). No entanto, verifica-se um cuidado por parte do secretário no tratamento dos grupos em disputa no centro do país, demonstrado, por exemplo, no convite feito a Everardo Backheuser e Lourenço Filho – o primeiro ligado ao grupo católico do centro do país e o segundo, aos escolanovistas de São Paulo – para ministrarem palestras sobre assuntos pedagógicos no estado (Barbosa, 1987: 98). A despeito dessa proximidade do grupo católico, Coelho de Souza foi apontado também como introdutor das idéias da Escola Nova no estado<sup>31</sup>, sendo ajudado por Lourenço Filho na elaboração da reorganização da SESP (Barbosa, 1987: 101).

---

<sup>29</sup> Othelo Rosa foi secretário particular do governador Borges de Medeiros e possuía expressiva liderança no IHGRS, principalmente na década de 50. Sobre a sua trajetória pessoal, ver Gutfreind (1998) e Spalding (1969)

<sup>30</sup> Sobre os nomes dos intelectuais católicos atuantes, principalmente no ensino superior e na Faculdade de Filosofia da UPA, ver Trindade (1982) e (1984).

<sup>31</sup> O comentário foi feito por Laytano, que trabalhou como assessor do secretário durante o Estado Novo: “Na área educacional, havia então o trabalho persistente de doutrinação dos chamados

A orientação “filosófica” e estratégica do secretário da educação, entretanto, não foi hostil aos católicos. A própria posição do secretário, aliada a outras informações, fornece um curioso quadro, se comparado ao nacional, onde as propostas dos intelectuais e educadores católicos parecem convergir com as dos poucos “escolanovistas” identificados. Isso pode ser devido à força da Igreja no campo educacional e à relativa inexpressividade do movimento renovador no estado, que teria estado presente apenas na implementação de algumas providências relativas à modernização do aparelho de ensino, possivelmente sem contestar a presença das ordens religiosas no sistema de ensino no estado. A principal disputa enfrentada pelo grupo católico no âmbito do ensino superior foi com grupos “positivistas” (Bastos, 1994: 39). Segundo depoimento de um professor do curso de Geografia e História da UPA, identificado com o movimento leigo católico, as disputas com os positivistas excediam o campo educacional e se intensificavam no campo político partidário. A atuação da Liga Eleitoral Católica no estado pautou-se pela defesa das teses católicas contra os preceitos positivistas através de seus integrantes que se negavam à cooptação oferecida por aqueles setores:

“Com esta posição, tínhamos como grande objetivo renovar a cultura rio-grandense, profundamente impregnada pelo positivismo. Quando ingressamos na Faculdade de Direito, o positivismo, que estava no governo do Estado, dominava as cátedras universitárias (...). Mas filosoficamente éramos radicalmente contra” (Carrion, 1983: 685)

Em suma, apresentando um quadro diferenciado em relação às disputas na área educacional dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, o Rio Grande do Sul, com sua forte tradição política e cultural de orientação positivista, cedeu importantes posições no período aos grupos católicos, incorporando, também, princípios escolanovistas em sua política educacional. A SESP centrou sua atuação em um ponto nevrálgico no Rio Grande do Sul: a nacionalização do ensino. Desta forma, o estado incorporou um dos mais caros princípios da política educacional do governo federal: a centralização e a nacionalização do ensino. No âmbito do ensino superior, ainda cabe mencionar que a campanha pela formação da UPA envolveu uma forte mobilização estudantil e a criação de um partido político denominado

---

pioneiros da Escola Nova (...). Coelho de Souza, como titular da Educação, a partir de 1937, incorporou-se a esse movimento” (Laytano, 1983: 597).

Partido Universitário. Esse partido, segundo Diniz da Silva (1992: 37), representava as idéias da Escola Nova. No entanto, na elaboração do projeto, não foi incluída pelas autoridades estaduais a participação dos estudantes. Além do partido universitário, Bastos (1994) localiza em torno da *Revista do Ensino* do Rio Grande do Sul, editada entre os anos de 1939 a 1942, um grupo identificado com os princípios escolanovistas. No entanto, frente às conquistas dos grupos católicos e a identificação, por parte destes, do positivismo como principal antagonista do seu ideário, revela-se uma relativa inexpressividade da “Escola Nova” enquanto movimento organizado de intelectuais no Rio Grande do Sul quando comparada com a do Rio de Janeiro e a de São Paulo. A interpretação de Diniz da Silva – um dos mais ativos organizadores da *Revista do Ensino* – é de que os católicos combatiam os dois grupos no Rio Grande do Sul: os escolanovistas e os positivistas. Essa interpretação pode estar supervalorizando a importância do “grupo” escolanovista no Rio Grande do Sul, já que Diniz da Silva era um de seus integrantes e, ele mesmo, ao se referir à dupla oposição dos católicos aos ideários da Escola Nova e aos positivistas, menciona uma polêmica que envolve apenas os católicos e positivistas: “foi marcante a polêmica sustentada por Othelo Rosa, líder republicano e defensor do ideário positivista, e Adroaldo Mesquita da Costa, atuante líder católico” (Diniz da Silva, 1992: 37).

Tendo em vista a referência ao grupo concebido pelos autores citados como “positivista” é importante situar alguns aspectos discutidos por estudiosos atuais sobre o tema. O positivismo enquanto um sistema de idéias importadas da França já chegou ao Brasil em duas versões, aumentando o número de variações com rupturas ocorridas aqui mesmo entre seus primeiros divulgadores e seguidores. Em segundo lugar, a recepção ao positivismo comtiano dependeu dos indivíduos e grupos que o adotaram, podendo variar entre a adoção da vertente religiosa até a adoção de algumas palavras ou idéias dessa filosofia. Não se pode atribuir a adoção dos “positivismos” a uma classe social sendo que diversos grupos constituídos em torno de profissões, atividades intelectuais e científicas e partidos políticos, o adotaram de diferentes formas, muitas vezes seletivamente evitando contradições com outras concepções que orientavam suas vidas (Carvalho, 1998).

A presença mais forte das idéias positivistas comtianas no Rio Grande do Sul se verificava no sistema político republicano adotado desde o século XIX. No

entanto, vários outros setores sociais no Rio Grande do Sul utilizaram termos e concepções positivistas. Os historiadores gaúchos, assim como outros intelectuais e políticos que buscavam ingressar no IHGRS já foram rotulados simplificadaamente de “positivistas”. No entanto, segundo Gutfreind (1998: 29), a caracterização mais correta desses intelectuais, do ponto de vista das teorias que adotavam, era o “ecletismo teórico”. Mesmo assim, pode se verificar nesse grupo de intelectuais que a sua produção escrita podia seguir parâmetros metodologicamente identificados ao positivismo sem que adotassem enquanto indivíduos ou grupo social, os pressupostos políticos do positivismo comtiano, sem falar das variações possíveis nesse mesmo.<sup>32</sup>

A identificação de um grupo “positivista” foi feita neste trabalho principalmente em oposição ao grupo católico. Nesse sentido, pode-se propor um grupo de intelectuais, que defendiam preceitos políticos contrários aos interesses dos grupos militantes católicos, principalmente no que diz respeito à laicidade do ensino. Talvez a melhor definição em torno das divisões existentes não seja a de “grupos” já que os mesmos indivíduos que defendiam idéias opostas quanto às reivindicações fundamentais da Igreja no estado podiam estar juntos no mesmo partido político. Esse era o exemplo de Adroaldo Mesquita da Costa que era a mais alta expressão do grupo católico a partir da década de trinta e foi eleito para a Assembléia estadual pelo Partido Republicano Rio-grandense (PRR), conhecido pela defesa do positivismo político no Estado desde o final do século XIX.

Assim, também no IHGRS agrupavam-se historiadores e intelectuais “positivistas” e católicos, desenvolvendo nesse meio uma série de controvérsias a respeito dos objetos legítimos de estudo na história do Rio Grande do Sul. Apesar de compartilharem uma concepção marcadamente nacionalista da escrita da história, voltada para a construção de uma identidade brasileira para o Rio Grande do Sul, que justificava o poder político do estado no país, não concordavam sobretudo em relação ao predomínio das influências lusitanas ou platinas na formação histórica da sociedade local. Desta forma, a melhor definição para essas articulações entre reivindicações e posições intelectuais, teóricas, confessionais e político partidárias seria a de “forças”, proposta por Gutfreind ao se referir às

---

<sup>32</sup> Sobre historiografia e positivismo ver também Petersen (1998) e Gutfreind (1994).

polêmicas desenvolvidas entre “positivistas” e católicos no IHGRS iniciadas na década de 1920 e presentes ainda na de 1950:

“Embora o positivismo já estivesse, segundo diziam, ‘fora do sistema’, na verdade era sua força que se contrapunha à outra força que sempre se fizera presente e atuante – a Igreja católica, instituição com grande poder no Estado, mesmo durante o domínio do PRR sob influência do castilhismo-borgismo” (Gutfreind, 1998: 118).

Portanto, ao serem referidos acima os positivistas enquanto “grupo” em oposição aos católicos, está-se concebendo o mesmo enquanto força opositora aos interesses da Igreja no campo educacional. Na seção 1.4 serão aprofundadas as concepções que agrupavam católicos e positivistas em lados opostos no IHGRS.

### ***1.3 Pressupostos teóricos para o estudo da institucionalização da formação superior em história no Rio Grande do Sul***

Weber (1999) teoriza sobre as diferentes estruturas e funcionamentos das formas de dominação na sociedade. Na maioria dos casos, “o modo como os meios econômicos são empregados para conservar a dominação influencia, decisivamente, o caráter da estrutura de dominação” (Weber, 1999: 188). A burocratização é vista como uma das formas de dominação que surgiriam como uma tendência do desenvolvimento das sociedades. Essa tendência pode ser considerada para o caso brasileiro sem se pressupor, com isso, um processo “evolutivo” de desenvolvimento em que a burocratização seria uma das etapas superiores. A teoria de Weber não obriga a esse tipo de concepção (embora a permita também). Para evitar uma concepção evolucionista, a dominação burocrática pode ser tomada como um tipo freqüente ou, no máximo, como uma tendência em sociedades urbanizadas, industrializadas e capitalistas. Desta forma, considera-se o surgimento das universidades no Brasil e no Rio Grande do Sul, especificamente, inserido num processo de burocratização da sociedade e do sistema educacional, tentando compreender as particularidades de seu desenvolvimento.

“Atrás de todas as discussões atuais sobre os fundamentos do sistema educacional, encontra-se, em algum ponto decisivo, sempre a luta, condicionada pelo avanço irrefreável da burocratização de todas as relações de dominação públicas e privadas e pela importância cada vez maior do conhecimento especial, entre o tipo do ‘homem especializado’ e a antiga idéia do ‘homem culto’ ” (Weber, 1999: 232).

O surgimento das universidades brasileiras desde a década de 20 correspondeu às exigências de uma sociedade em crescente burocratização, demandando a especialização de diversos campos de conhecimentos. O ensino superior no Brasil, apesar de existir desde o tempo de colônia, restringia-se, nessa época, à formação humanista e teológica nas ordens religiosas voltadas para seus próprios componentes.<sup>33</sup> As escolas superiores que se dirigiam para a população (ou para a parcela privilegiada da população que tinha acesso à educação) e não apenas para a formação de religiosos, limitavam-se às áreas tradicionalmente prestigiadas da Medicina, Engenharia e Direito desde meados do século XIX e inclusive no Rio Grande do Sul a partir do final desse mesmo século. Deste modo, a incipiente especialização das áreas de estudo restrita às profissões liberais, fazia com que se formassem nessas faculdades profissionais para outras áreas de atuação. Nesse sentido, a formação escolar dos praticantes dos estudos e pesquisas na área das ciências sociais, em geral, e da história, em particular, era, sobretudo, realizada nas Faculdades de Direito e na prática do jornalismo. A complexificação da sociedade brasileira, no entanto, exigiu paulatinamente uma organização do ensino superior mais coerente com a necessidade crescente de trabalhadores especializados para as burocracias estatais, assim como o processo de construção do Estado Nacional dependia de um eficiente suporte da rede de ensino. A ampliação da rede de ensino, portanto, requeria a especialização de um outro tipo de profissional, também baseada, muitas vezes, no autodidatismo: a dos trabalhadores da educação.

As novas universidades forneceriam a princípio os profissionais para as novas instituições culturais criadas pela burocracia estatal e os professores da rede de ensino secundária, além dos profissionais liberais das escolas tradicionais. Sendo assim o ensino superior brasileiro, com sua precária especialização nas três escolas tradicionais, apresentava dificuldades para fornecer o contingente necessário às novas exigências sociais. Miceli aponta o estreito vínculo entre o processo de

---

<sup>33</sup> Os dados referentes ao ensino superior no Brasil colônia e século XIX foram tomados de Cunha (1980 e 1983).

urbanização e complexificação social vivido em São Paulo na década de 30 e a criação da USP. “Tal pleito decerto não teria tido êxito não fora o ritmo avassalador das transformações econômicas e sociais em curso no estado de São Paulo, sede dos focos mais intensos de industrialização, urbanização e modernização dos sistemas de ensino e de produção cultural” (Miceli, 1989b: 84). Mas a USP, conforme referido anteriormente, não vinha apenas suprir uma demanda de postos para o incremento quantitativo e qualitativo da intelectualidade paulistana, mas também se relacionava às disputas pelo controle de todo o setor educacional no estado (Limongi, 1989). Assim, também a criação da Faculdade Nacional de Filosofia não viria apenas atender à necessidade de professores para o ensino médio no Distrito Federal, mas também desbancar posições adquiridas por determinado grupo de intelectuais e substituí-los por integrantes de outro grupo que carregava consigo um corolário de concepções diferenciadas das dos seus antecessores.

Esse duplo relacionamento da universidade com a sociedade global, em seu processo de burocratização e complexificação social e com as disputas internas ao seu campo de atuação intelectual, apontados por Miceli (1989b) e Limongi (1989) no caso da USP e por Schwartzman no caso da FNF e UDF, ilustra o tipo de problema a ser investigado no caso do Rio Grande do Sul. Para dar conta das relações da universidade com a sociedade na qual se insere, tentamos apreender essa sociedade em processo de burocratização, conforme aponta Weber. Nesse sentido destaca-se a necessidade de examinar a legislação à qual estava submetida a Faculdade de Filosofia da UPA/URGS, as interferências dos governos estadual e federal, assim como da Igreja Católica nas suas atividades e o mercado profissional ao qual se destinavam os egressos do curso de Geografia e História.

Dentre as relações que se estabeleceram internamente ao campo de ação intelectual ao qual se inseria o curso de Geografia e História da Universidade de Porto Alegre (UPA), busca-se compreendê-lo como uma instituição burocratizante em meio a um “campo científico” – o da História – em constituição, especialização e institucionalização. A própria existência de um Instituto Histórico e Geográfico no Rio Grande do Sul (IHGRS), com sua maneira própria de atuar, conforme a bibliografia nos indica, representou um passo fundamental no sentido de constituir um campo especializado de atuação social, com seus procedimentos específicos,

diferenciado de outras atividades culturais, como será analisado posteriormente. Mas a universidade, aqui representada pelo seu curso de Geografia e História, será considerada como uma instituição que tende a acelerar e aprofundar o processo de especialização e autonomização do “campo” da história. Nesse sentido, Weber aponta o caráter revolucionário da burocratização em uma determinada sociedade, considerado aqui em um determinado setor social:

“A burocracia é de caráter ‘racional’: regra, finalidade, meios, impessoalidade ‘objetiva’ dominam suas atitudes. Por isso, seu surgimento e sua divulgação tiveram por toda parte efeito ‘revolucionário’ naquele mesmo sentido especial, ainda a ser exposto, que caracteriza o avanço do racionalismo, em geral, em todas as áreas. Nesse processo, a estrutura burocrática aniquilou formas estruturais da dominação que não tinham caráter racional, nesse sentido especial” (Weber, 1999: 233).

A universidade é tomada, de acordo com a perspectiva adotada nesta pesquisa, como uma instituição que opera conforme uma estrutura de burocratização nos campos em que se insere, aí incluído o “campo” da História, e que é capaz, portanto, de “revolucionar” o mesmo. Para corroborar essa afirmação, basta considerar a longo prazo e em linhas gerais as mudanças ocorridas na atividade de produção da História no Rio Grande do Sul e no Brasil. Desde o século XIX até meados do século XX, as instituições que detinham o prestígio da pesquisa histórica, por serem as únicas estruturadas para tal, eram os Institutos Históricos e Geográficos. No entanto, os cursos de pós-graduação em Ciências Sociais e História criados nas universidades desbancaram a posição suprema dos anteriores. Esse processo, pelo menos no caso do Rio Grande do Sul, ainda não foi especificamente focado, mas é verificável em alguns exemplos na vivência cotidiana dos que se ocupam da pesquisa histórica atualmente. É difícil imaginar na atualidade uma demanda tão expressiva por pareceres do IHGRS no que se refere a problemas da História do Rio Grande do Sul tal como existia na década de 50, por exemplo.<sup>34</sup> Também se está mais acostumado a presenciar o convite dos meios de comunicação de massa a pesquisadores e docentes ligados aos programas de pós-graduação em História e aos cursos superiores de História para emitirem suas

---

<sup>34</sup> Na revista *Província de São Pedro*, editada em 21 volumes entre os anos de 1945 e 1957 (Mottin,, Moreira, Glock *et al*, 1999) em vários deles existem transcrições de pareceres do IHGRS e das disputas que ocorriam em torno destes. Para maiores detalhes sobre o assunto ver Gutfreind (1998).

considerações em relação à História do Rio Grande do Sul do que a pesquisadores ligados apenas ao IHGRS. -

A despeito de um processo de especialização já evidenciado na pesquisa histórica sob a égide do IHGRS, o ingresso de “intelectuais” nessa instituição nem sempre atendia aos critérios estatutários do mérito científico, conforme mencionado. Essa estruturação institucional quanto aos indivíduos que a compunham evoca o conceito de “honoratioses” de Weber (1999:194-195). Os “honoratioses” são os indivíduos que detêm uma situação econômica obtida sem ou com relativamente pouco trabalho, que os capacita a exercer, ao lado de sua eventual atividade profissional, funções que lhes proporcionam prestígio social que lhes destina à dominação. Desta forma, a pesquisa histórica realizada sob instituições do tipo do IHGRS, sem uma profissionalização e um custeio obtidos com base no mérito científico, mas pelo reconhecimento e recrutamento com ênfase na posição social, somente pode ser realizada por uma camada de pessoas que se nobilitam através dessa prática intelectual não para a disputa de tipo acadêmica, mas para a ocupação de postos no poder político.

A análise e abordagem de algumas instituições envolvidas com estudos históricos, mais ou menos autônomas, com suas formas de estruturação inseridas no processo de burocratização da sociedade, no entanto, não é suficiente para dar conta da constituição do “campo” da história. Para compreender o papel que desempenhou o curso de Geografia e História da UPA, enquanto instituição universitária e burocratizante, nas primeiras décadas de seu funcionamento, entre as demais instituições ligadas à história no Rio Grande do Sul, é necessário compreender a rede de relações desenvolvidas internamente a este campo, entre os agentes coletivos – as instituições – e os agentes individuais – os intelectuais que estavam envolvidos em cada instituição.

“A estrutura do campo científico se define, a cada momento, pelo estado das relações de força entre os protagonistas em luta, *agentes ou instituições*, isto é, pela estrutura da distribuição do capital específico, resultado das lutas anteriores que se encontra objetivado nas instituições e nas disposições e que comanda as estratégias e as chances objetivas dos diferentes *agentes ou instituições*”. (Bourdieu: 1994, 133, grifo meu).

Os conceitos apresentados no texto “O Campo Científico”, de Pierre Bourdieu (1994), e nos textos que tratam do poder simbólico e da constituição de

campos de produção cultural, do mesmo autor, constituem a base teórica sobre a qual se empreenderá esta pesquisa.<sup>35</sup>

“A mais ‘pura’ ciência é um campo social como outro qualquer, com suas relações de força e monopólios, suas lutas e estratégias, seus interesses e lucros, mas onde todas essas *invariantes* revestem formas específicas” (Ib.: 122). Essa é a definição de campo científico elaborada por Bourdieu, que recusa a oposição entre explicações externas e internas a um determinado campo, freqüentes na sociologia das ciências, no sentido de compreender a estrutura de um campo social de produção cultural. Essa oposição encobre uma convergência entre os propositores das explicações referidas: ambas ignoram o campo de produção cultural como um espaço social de relações objetivas (Bourdieu, 2000b: 64).

Para estabelecer a rede de relações existentes entre o curso de Geografia e História da UPA e outros setores da sociedade, especialmente com as demais instituições voltadas para a história, compreende-se ser necessária a construção não somente do perfil institucional do curso, mas também dos perfis profissionais dos intelectuais nele envolvidos: os seus docentes. Os perfis profissionais dos docentes auxiliam, por um lado, na compreensão das relações do curso de Geografia e História, enquanto instituição universitária, com outros campos sociais, dando visibilidade ao seu grau de autonomia, e permitem, por outro lado, visualizar as relações entre os intelectuais do campo da história.

As atividades mantidas pelos docentes antes e simultaneamente ao seu trabalho na universidade são objetos privilegiados de análise, pois a maior parte desses profissionais dificilmente teria formação superior específica na área de estudos da história (os cursos superiores de história estavam sendo instalados nesse momento no RS, e poucas Faculdades de Filosofia já funcionavam no restante do Brasil). A questão do título universitário deve ser abordada e colocada no processo de burocratização da sociedade capitalista, em que surge uma demanda crescente por especialistas técnicos e administrativos. Esse desenvolvimento “é fomentado pelo prestígio social dos atestados de formação adquiridos pelo exame especial, e isso tanto mais quanto estes, por sua vez, se transformam em vantagens econômicas” (Weber, 1999: 231). Bourdieu também considerou o aspecto da reconversão de prestígio científico em vantagens econômicas ao afirmar que a

---

<sup>35</sup> “Sobre o Poder Simbólico” e “A gênese dos conceitos de habitus e de campo” (Bourdieu, 2000).

“autoridade científica, espécie particular de capital social, (...) assegura um poder sobre os mecanismos constitutivos do campo e (...) pode ser reconvertido em outras espécies de capital” (Bourdieu, 1994: 127).

Para justificar o uso dessas concepções nesta pesquisa, é preciso que se façam algumas considerações. Em primeiro lugar, o conceito de “campo científico” não autoriza uma necessária delimitação geográfica como a que está sendo proposta aqui. A idéia de um “campo histórico do/no Rio Grande do Sul” só é possível se referida a uma bibliografia anterior que tomou como objeto a “historiografia rio-grandense”, conforme exposto na próxima seção deste texto. É necessário ressaltar, por um lado, que a regionalização do objeto não significa postular uma diferenciação marcada *a priori* de um “campo” da história no Rio Grande do Sul em relação ao nacional e que, por outro lado, o estabelecimento de conexões entre o desenvolvimento ocorrido regionalmente e o nacional é uma das premissas deste trabalho. Desta forma, a delimitação “geográfica” proposta tem significado apenas do ponto de vista metodológico, já que seria inadequado empreender uma ampliação das fontes em virtude das limitações próprias de uma dissertação de mestrado.

Em segundo lugar, o uso do termo “científico” para caracterizar o campo histórico obriga situar esta pesquisa em relação às discussões referentes ao estatuto da história como ciência ou não. Alguns estudos<sup>36</sup> têm marcado os debates entre teóricos contemporâneos no que diz respeito à concepção do campo de conhecimentos da história como científico, colocando algumas objeções que induzem à relativização dessa concepção. Justifica-se, porém, o uso do conceito de “campo científico” no sentido de que, se a história não pode ser considerada estritamente como uma ciência do ponto de vista epistemológico, pode ser considerada como pertencente a uma tradição cultural que se reivindicava científica no período dos anos 40 no Rio Grande do Sul. As práticas de pesquisa, com maior ou menor sucesso, dependendo do grau de autonomia do campo histórico, se orientavam por procedimentos e metodologias características do “campo científico”.<sup>37</sup> As relações sociais estabelecidas entre os agentes que operavam nesse

---

<sup>36</sup> Veyne P.(1995), Hayden White (1995), por exemplo.

campo, portanto, tendiam a se estruturar conforme essas práticas e o grau de autonomia da área.

Em terceiro lugar, Bourdieu favorece uma concepção menos ingênua da ciência ao afirmar que:

“tentar dissociar o que, na competência científica, seria pura representação social, poder simbólico, marcado por todo um ‘aparelho’ (no sentido de Pascal) de emblemas e de signos, e o que seria pura capacidade técnica, é cair na armadilha constitutiva de toda a competência, razão social que se legitima apresentando-se como razão puramente técnica” (Ib.:123).

A noção de campo científico, de Bourdieu, permite, desta maneira, incorporar a noção de representação para a compreensão do campo histórico. Não se considera, assim, a existência de uma verdade histórica única, acessível através de teorias e metodologias “puras”, monopólio de alguns “iluminados”. O “campo científico” pode ser visualizado como sendo atravessado e constituído por relações de poder, sem as quais não haveria ciência.

“Aqueles que estão à frente das grandes burocracias científicas só poderão impor sua vitória como sendo uma vitória da ciência se forem capazes de impor uma definição de ciência que suponha que a boa maneira de fazer ciência implica a utilização dos serviços de uma grande burocracia científica” (Ib.: 124).

Portanto, para se compreender as concepções teóricas em jogo nas disputas concorrenciais próprias do “campo científico”, é necessária uma análise das posições de onde determinados agentes emitem seus pareceres. A análise de conteúdo dos textos dos historiadores como fundamento único para a compreensão das concepções teóricas por eles adotadas não é suficiente para investigar a constituição do “campo” histórico. Para a visualização da configuração de poder relacionada às respectivas posições teóricas no campo científico, deve-se tomar a disputa teórica associada à disputa pelo “monopólio da competência científica” como objeto.

---

<sup>37</sup> Para o caso da história no RS, verificar os procedimentos de pesquisa defendidos pelos historiadores do IHGRS desde a década de 20 em Almeida (1983) e Gutfreind (1998). Ver também textos que se referem à pesquisa histórica, conforme historiadores do período, em Azambuja (1945) e Rosa (1945).

#### 1.4 *A Bibliografia e as Abordagens Teóricas sobre a História no RS*

Nesta seção será realizado um recenseamento comentado da bibliografia correlata ao tema desta investigação: o papel do curso de Geografia e História da UPA e de seus docentes no “campo da História” do Rio Grande do Sul na década de 40. Além da realização de uma revisão bibliográfica (no sentido formal de uma pesquisa), busca-se estabelecer a seguir as particularidades e possíveis contribuições deste trabalho, tendo em vista o que já foi feito em relação ao tema.

Almeida (1983), em sua dissertação de mestrado, abordou o processo de institucionalização e especialização da História no Rio Grande do Sul. A autora fez um levantamento das diversas instituições ligadas à pesquisa da história rio-grandense, enfocando principalmente o IHGRS. O período delimitado pela autora como fundamental no processo referido vai da fundação daquela instituição, em 1920, até o Primeiro Congresso de História e Geografia do Rio Grande do Sul, realizado em comemoração ao centenário da Revolução Farroupilha em 1935. Além do IHGRS, foram abordados secundariamente por Almeida o Arquivo Histórico do Estado e o Museu Júlio de Castilhos como instituições que também se ocupavam do passado gaúcho buscando a preservação de sua memória.

Utilizando pressupostos de teóricos marxistas, como o conceito de intelectual orgânico de Gramsci, a autora concluiu que se estabeleceu, no período estudado por ela, uma prática historiográfica “oficial” sob a égide do IHGRS, apesar de o Instituto ser uma entidade privada. Essa historiografia estaria a serviço da sustentação ideológica da classe dominante no cenário político e econômico do Rio Grande do Sul. As interpretações acerca do passado do estado estariam unificadas sob o imperativo dos interesses dessa classe.

As disputas ocorridas entre os historiadores e as diferenças de interpretação históricas nessa instituição não foram consideradas significativas pela autora:

“Ocorrências como a dissensão entre Alfredo Varela e a grande maioria dos ‘historiadores’ rio-grandenses sobre a natureza da Revolução Farroupilha não foram frequentes e, por isso, devem ser vistas como manifestações incomuns e, até certo ponto, isoladas” (Almeida: 1983, 327, sublinhado no original).

Deste modo, Almeida conclui que “a produção historiográfica vinculada ao Instituto Histórico rio-grandense apresentou, no período estudado, uma

significativa unidade” (Almeida: 1983, 54). Tal conclusão é coerente com sua concepção teórica do campo intelectual em suas relações com o poder político: “os matizes dissonantes que eventualmente ocorreram devem ser atribuídos às fricções internas à própria classe dominante, que caracterizaram a transição do ‘federalismo’ de 1891 para o progressivo ‘centralismo’ de 1930-1937” (Ib.).

A autora apresenta uma considerável contribuição no sentido de explorar uma grande quantidade de fontes, fornecendo um extenso quadro informativo sobre instituições relacionadas com a pesquisa histórica e conteúdos de obras historiográficas. A homogeneidade da produção histórica do IHGRS sob os interesses de classe, no entanto, pode ser questionada tomando-se como base o estudo de Ieda Gutfreind sobre a historiografia gaúcha, abordado a seguir. A “relativa unidade” concebida por Almeida em relação à historiografia produzida no IHGRS pode ser considerada como induzida pelas perspectivas teóricas da autora, que tendem a reduzir o funcionamento dos campos de produção cultural à defesa de interesses políticos e econômicos. Pode-se dizer que a autora se enquadra em uma tradição de pesquisa que se iniciou no campo acadêmico da história no Rio Grande do Sul nos anos 80, quando as preocupações teóricas enfatizam “as estruturas e não nos fatos”, “sendo marcante a influência marxista” (Piccolo, 1995: 48).

Sem ignorar os méritos da geração de historiadores marxistas que nos anos 80 rompeu com uma historiografia factual “em torno dos chamados grandes acontecimentos, na qual o documento escrito (especialmente o documento oficial) falava por si” (Piccolo, 1995: 49), pretende-se, entretanto, na presente pesquisa, uma abordagem diferente. Compreende-se aqui a constituição de um “campo científico” com particularidades em relação aos “campos” político e econômico. Não se pretende negligenciar as influências que se trocam entre os diferentes “campos” (o político, o intelectual e o artístico, por exemplo), mas considera-se que as relações sociais e de poder nesse “campo” são específicas e não se reduzem às disputas políticas e econômicas da sociedade como um todo.

“A teoria geral da economia dos campos permite descrever e definir a forma específica de que se revestem, em cada campo, os mecanismos e os conceitos mais gerais (capital, investimento, ganho), evitando assim todas as espécies de reducionismo, a começar pelo economismo, que nada mais conhece além do interesse material e a busca da maximização do lucro monetário” (Bourdieu, 2000b: 69).

Busca-se, portanto, compreender as disputas internas, inerentes ao campo da História, diferentemente de aceitar uma homogeneidade ideológica referente aos interesses da classe dominante, cujas divergências são unificadas por um “substrato de classe comum” (Almeida, 1983: 154).

Pesquisando também sobre a historiografia rio-grandense, Gutfreind (1998 [1992]) avança, em relação a Almeida, ao identificar duas diferentes matrizes ideológicas na historiografia gaúcha em um período de longa duração: desde os primeiros cronistas no século XIX até os historiadores do IHGRS na década de 70. A autora utiliza pressupostos semelhantes aos de Marlene Almeida, mas se detém com maior atenção na articulação dos conteúdos da historiografia com as disputas políticas (Almeida põe acento no desenvolvimento das forças produtivas). É devido a essa perspectiva, que Gutfreind enfoca algo que não interessara à outra autora: as diferentes versões e disputas entre grupos no seio do IHGRS.

As diferenças “ideológicas” tornam-se mais visíveis devido ao privilégio dos aspectos políticos, sendo consideradas como duas diferentes versões de uma mesma ideologia de classe dominante representadas pelos “lusitanistas” em oposição aos “platinistas”.<sup>38</sup> Os representantes das duas matrizes ideológicas dominantes na historiografia gaúcha, conforme a autora, se uniam quando se tratava da defesa dos seus interesses de classe: “a contradição existia, os grupos cindidos eram reais, mas, acima e mais forte que as divergências, havia a unidade de interesses comuns de classe”. As versões que enfatizavam as particularidades do Rio Grande do Sul devidas às influências platinas “respondiam a necessidades políticas conjunturais” do período imediato após a proclamação da República (Gutfreind, 1998: 23). Os lusitanistas, já no contexto que precede a Revolução de 30, enfatizam a brasilidade do Rio Grande do Sul, sendo que “o instrumento utilizado é a história e os seus manipuladores, os historiadores e os políticos gaúchos” (Ib.: 24). Os interesses de classe, então, seriam atendidos por qualquer uma das duas versões que conseguisse alçar o estado a uma posição mais favorável no cenário do poder político nacional.

Apesar de enfatizar as relações do trabalho dos historiadores com os interesses de classe e o poder político, a autora não pressupõe uma homogeneidade

---

<sup>38</sup> As duas matrizes ideológicas presentes na historiografia gaúcha produzida no IHGRS, conforme Gutfreind, são as matrizes lusitana e platina. A primeira enfatizava as influências lusitanas, e a segunda, as influências platinas na “formação do Rio Grande do Sul”, expressão frequentemente utilizada pelos historiadores estudados pela autora.

ideológica e teórica no “campo” da história no Rio Grande do Sul, evidenciando uma certa complexificação do mesmo a partir dos conteúdos das obras históricas:

“Insiste-se em afirmar que a influência do positivismo comtiano foi flagrante entre os membros do IHGRS, porém a caracterização mais correta que se pode dar à produção historiográfica de seus membros é do ecletismo teórico, sem uma discriminação filosófica específica, comum a todos, daí a preferência às expressões história e historiografia tradicional” (Ib.: 29).

Pesavento, em dois diferentes textos, do ponto de vista temporal (um é da década de 80 e o outro, da década de 90) e também teórico, enfoca os conteúdos da historiografia gaúcha identificando algumas tendências homogêneas nos autores analisados. No primeiro texto (Pesavento, 1996 [1980]), a historiografia gaúcha é abordada do ponto de vista ideológico e associada às lutas sociais e políticas mais gerais da sociedade sulina na República Velha, à semelhança do tipo de abordagem que referimos em Almeida. No segundo texto (Pesavento, 1993), a perspectiva teórica da qual parte a autora considera o texto histórico como uma representação construída pelos historiadores. Nesse sentido, a autora privilegia a construção do imaginário da sociedade gaúcha através da historiografia. Pesavento evidencia nos dois textos o conteúdo das representações dominantes sobre o passado do Rio Grande do Sul no “campo” histórico do Rio Grande do Sul.

O texto “Historiografia e Ideologia”, de 1980, se insere nas preocupações características dos historiadores gaúchos desta década, já referidas, que podem ser qualificadas também como pertencentes à “historiografia crítica”, conforme as palavras da própria autora (Pesavento, 1991:139). Esse texto adquiriu importância para a geração de escritores da “historiografia crítica”, porém não se diferencia substancialmente no que diz respeito às concepções teóricas já abordadas em relação à dissertação de Almeida.

Em “A Invenção da Sociedade Gaúcha” (Pesavento, 1993), o uso do conceito de representação em detrimento ao de ideologia revela uma preocupação maior da autora com a produção das representações dominantes na historiografia gaúcha. Pesavento delineou estratégias de enredo e interpretações utilizadas na produção de crenças relativas ao passado gaúcho que visavam justificar práticas políticas que excediam o campo historiográfico e voltavam-se não apenas para especialistas, mas sim para a sociedade em geral. Tomando Bourdieu, a autora sublinha que “essas representações são produzidas num campo de lutas que ocorrem no âmbito das práticas sociais” (Ib.: 385), produzindo crenças e gerando

práticas, ou seja, exercendo um poder estruturante. No campo de lutas no qual são elaboradas as representações que povoam o imaginário social, algumas tornam-se dominantes por meio de várias estratégias, entre elas, a da legitimidade científica invocada por parte das construções empreendidas pelos historiadores.

O objeto da autora é a construção do imaginário dominante na sociedade gaúcha, cujo poder de dominação simbólica “depende sempre de uma negociação, no seio da sociedade civil, e de uma relação de forças em enfrentamento” (Ib.: 386). Usando concepções teóricas semelhantes, procura-se nesta pesquisa, porém, enfatizar o aspecto da construção das representações históricas que se relaciona com as posições relativas ocupadas pelas instituições e pelos intelectuais que as produzem. Interessa, nesse sentido, conceber o “campo” da história enquanto uma estrutura que é ao mesmo tempo estruturante e estruturada por determinados conteúdos e concepções epistemológicas evidenciados nos textos/discursos dos historiadores. Nas palavras de Bourdieu: “Os ‘sistemas simbólicos’, como instrumentos de conhecimento e de comunicação, só podem exercer um poder estruturante porque são estruturados. O poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem gnoseológica: o sentido imediato do mundo” (Bourdieu, 2000a: 9).

Com outras concepções teóricas, mas com propósitos semelhantes aos de Gutfreind, Diehl se propõe a fazer um mapeamento das diferentes tradições da historiografia brasileira desde meados do século XIX até os dias atuais. Diehl afirma a existência de duas distinções em relação à abordagem teórica da história como objeto: a teoria *sobre* a ciência histórica e a teoria *dentro* da ciência histórica. Essas duas abordagens, o autor tenta desenvolver no intuito de compreender a modernidade na cultura histórica brasileira (Diehl, 1993:39-40), buscando exceder a noção de historiografia em direção à noção mais ampla de uma cultura histórica. Para examinar o caso do Rio Grande do Sul, o autor utiliza algumas análises já referidas neste trabalho, como as de Pesavento (1996), Almeida (1983) e Gutfreind (1998), além do texto de Boeira (1996 [1980]) sobre o positivismo no estado, ressaltando a presença do mesmo na cultura histórica rio-grandense entre o final do século XIX e o início do século XX. Diehl enfatiza, como os outros autores, a relação entre o historiador e seu público, assumindo também a perspectiva do uso ideológico da história e considerando os historiadores associados aos interesses da classe dominante.

Outro estudo de grande porte sobre a historiografia gaúcha é o de Torres (1996). O autor enfoca especificamente o lugar ocupado pelas Missões Jesuíticas no Rio Grande do Sul nas pesquisas dos historiadores gaúchos desde o século XIX até a década de 70 do século XX. Sua análise, à semelhança do que foi apontado por Gutfreind, abrange as disputas estabelecidas no IHGRS em relação à legitimidade das Missões como objeto da História gaúcha ou não.

Nedel (1999), em sua dissertação de mestrado, abordou a trajetória institucional do Museu Júlio de Castilhos, enquanto uma instituição de memória operando num quadro no qual já se encontrava em construção o regionalismo gaúcho. A autora prioriza a década de 50, quando a instituição, sob a direção de Dante de Laytano, mudou suas orientações teórica e estratégica iniciais. Ao voltar-se exclusivamente para os aspectos históricos e folclóricos do Rio Grande do Sul, o Museu Júlio de Castilhos abandonou o caráter eclético que abrangia a história natural, aspectos etnográficos e outros, e que caracterizava os museus brasileiros do século XIX e início do século XX.

Dante de Laytano era professor dos cursos de Geografia e História da UPA e Faculdade Católica naquele mesmo período e é uma das figuras chave a serem analisadas devido à projeção e longevidade alcançadas na docência exercida nas duas universidades. Quanto a esse aspecto, Nedel fornece uma série de informações relevantes para este trabalho, principalmente porque a autora se ocupou também das disputas estabelecidas entre Dante e outros intelectuais do folclore e da história no Rio Grande do Sul. Segundo a autora, a direção do museu, para Dante de Laytano, serviu também de reduto de disputa e resistência ao poder do IHGRS em comandar os rumos da pesquisa histórica no estado. Essas afirmações levam a questionar se uma cátedra no curso de Geografia e História da UPA não poderia também se prestar a esse tipo de função.

Além disso, as relações que estabelece Nedel entre as características da atuação do museu junto à sociedade e as preferências e orientações metodológicas de seus diferentes diretores proporcionam elementos para que se compreendam as possibilidades de ação institucional vigente no “campo” da história da década de 40. O personalismo que vigorava na administração do Museu Júlio de Castilhos revela as possibilidades que tinham os intelectuais de reconverter seu capital simbólico projetando-se e angariando prestígio no “campo” da história e obtendo postos e vantagens econômicas não só pessoais como também para a instituição.

Exemplo disso é a troca de favores entre o museu e outras instituições que ajudavam a superar a exigüidade das verbas a ele destinadas.

A trajetória de Dante de Laytano também é abordada em um texto específico sobre o intelectual (Barcellos, 1997). A autora enfatiza a atuação de Laytano na área do folclore do Rio Grande do Sul, destacando seu papel na difusão de temas sobre o estado em todo o país, utilizando a noção de campo intelectual de Bourdieu. O texto fornece muitas informações acerca do currículo e dos cargos honoríficos ocupados por Dante de Laytano, além de uma análise de conteúdo de algumas de suas obras. No estudo, a autora destaca aspectos que foram evidenciados também por Almeida, Gutfreind e Pesavento.

Do ponto de vista do referencial teórico e metodológico a ser utilizado nesta pesquisa, há dois trabalhos a serem destacados pela influência que exerceram na delimitação e abordagem teórica deste projeto de pesquisa. Coradini (1995), estudou a constituição de uma elite profissional na Medicina brasileira, e Grijó (2000), o campo universitário do Direito no Rio Grande do Sul no início do século XX. Ambos baseiam-se nas concepções teóricas de Bourdieu, como as noções de campo e *habitus*, e fornecem modelos a serem considerados na aplicação daquelas ao campo universitário no Rio Grande do Sul.

Coradini tem como objetivos estabelecer as relações entre as instituições oficiais de medicina no Brasil; caracterizar um padrão de práticas sociais e políticas na Academia Nacional de Medicina, baseando-se nas trajetórias de seus componentes; e examinar a importância do título escolar para a ascensão social e seleção de elites no Brasil (Coradini, 1995: 3). Embora sua ênfase nas relações entre os detentores de um determinado diploma escolar e a constituição de elites políticas seja diferente da pretendida neste trabalho, a perspectiva metodológica que constitui trajetórias de indivíduos para a compreensão das relações sociais em uma determinada instituição atende aos objetivos aqui propostos. Além disso, a concepção do título escolar como uma forma de capital a ser investido e invertido na atuação do seu detentor no seu campo profissional subsidia algumas reflexões no caso do curso de Geografia e História da UPA. Pode-se atentar, desta forma, ao título que detinham os primeiros docentes recrutados e o papel que desempenhou em sua escolha, já que a bibliografia pesquisada aponta um predomínio de

formados em Direito nas posições para as quais viriam a concorrer os formados na área das ciências sociais.<sup>39</sup>

Grijó (2000) preocupa-se com a relação entre a Faculdade de Direito de Porto Alegre e os movimentos da política partidária na época de sua fundação. O aspecto do estudo que interessa mais diretamente a este trabalho é o recurso da construção das trajetórias de expressivas lideranças políticas gaúchas de alguns dos egressos daquela Faculdade. Nesse sentido, ressalta-se a importância que a trajetória institucional da Faculdade de Direito de Porto Alegre e as trajetórias de indivíduos egressos desta Faculdade assumem para este trabalho. Conforme apontado anteriormente, o diploma do curso de Direito autorizou durante muito tempo no Brasil uma série de práticas intelectuais, entre elas, a escrita de obras no campo das ciências sociais e história e também a ocupação de cargos de magistério nessas áreas de conhecimento. O Rio Grande do Sul não fugiu muito do padrão nacional, conforme os estudos historiográficos revisados nos apontaram.

Incorporando as contribuições anteriores e utilizando um referencial teórico apropriado à especificidade do “campo” histórico, busca-se compreendê-lo como um “espaço de jogo de uma luta concorrencial” “pela autoridade científica” (Bourdieu, 1994: 122).

---

<sup>39</sup> Esse é o caso de São Paulo, em que as Faculdades de Filosofia surgiram em uma “conjuntura inflacionária de diplomas superiores”, provocando a resistência quanto à introdução das disciplinas das Ciências Sociais nos cursos tradicionais (Direito e Medicina, por exemplo) (Miceli, 1989b: 100).

## Capítulo 2 – A Faculdade de Filosofia e o curso de Geografia e História e da UPA/URGS

### 2.1 *A Faculdade de Filosofia da Universidade de Porto Alegre*

A intenção de se criar uma “Faculdade de Educação, Ciências e Letras” – que se denominaria “Faculdade de Filosofia” em 1942 – já era parte dos planos iniciais da Universidade de Porto Alegre (UPA), como se pode ver no texto do decreto de criação da Universidade, de 1934, no qual a instituição é listada entre os estabelecimentos que a comporiam.<sup>1</sup> Somente em 1936, porém, foi elaborado um projeto específico criando a referida Faculdade.<sup>2</sup> Esse lapso inicial de tempo entre a intenção explícita da criação e a elaboração do primeiro projeto diz respeito ao tempo que as autoridades estaduais demoraram na organização da universidade. Exemplo disso é que apenas em abril de 1936 o primeiro reitor, Manoel André da Rocha, tomaria posse. Só depois disso é que se procedeu a uma série de medidas administrativas, como a organização da Reitoria e do Conselho Universitário e a elaboração do Regimento Interno da Universidade e do projeto de estruturação da Faculdade de Educação, Ciências e Letras, apresentado já na primeira reunião do Conselho Universitário (Diniz da Silva, 1992: 51).

---

<sup>1</sup> O decreto que criou a Universidade de Porto Alegre é o Decreto Estadual 5758, de 1934. Ver o texto do decreto na íntegra em Moreira, 1967, p. 99.

<sup>2</sup> O texto do decreto estadual, n.º 6164, de 30 mar.1936, que cria a Faculdade de Educação, Ciências e Letras pode ser visto na íntegra em Moreira, 1967, p. 100.

Os entraves responsáveis pelas dificuldades e demora na implantação da UPA são atribuídos por Diniz da Silva a uma orientação filosófica dominante no pensamento político gaúcho que preconizava a liberdade profissional.<sup>3</sup>

“Nas palavras do Chefe do Governo, Gen. Flores da Cunha, ao assinar o ato de criação da Universidade, unidas daquela sinceridade e emoção que caracterizam os gestos do ilustre homem público, com o exaltar a significação social e cultural da iniciativa, imposta pelo progresso do Rio Grande, vamos encontrar a confissão de que o pensamento oficial, até então dominante, pelo influxo da orientação filosófica prevalecente no regime político estadual, *consagradora da liberdade profissional*, era infenso ao ensino universitário. Submeteu-se o estadista aos reclamos gerais, considerando a Universidade fruto de ‘insofreadável aspiração da consciência esclarecida no Rio Grande’.

“Essa orientação, superada segundo a palavra oficial, ou por força da inércia, ou, quiçá, por não estar de todo dissipada na esfera governamental, entorpeceu e dificultou os passos iniciais da Universidade. Seria longo citar casos e aspectos negativos nas relações administrativas da Universidade com a Secretaria da Educação e Saúde, então sob a direção do escritor Otelo Rosa” (Diniz [da Silva], 1960: 175, grifo meu).

Durante a República Velha, principalmente no Rio Grande do Sul, foi defendida a tese do exercício livre das profissões sem a exigência de título que as regulamentasse. Essas idéias de grande aceitação no Estado sofreram contestações, principalmente por parte da Faculdade de Medicina, devido ao curandeirismo que no Rio Grande do Sul atingiu consideráveis proporções no início da República (Boeira, 1996: 45-54). Sobre a “influência nefasta” do positivismo na educação e ciência brasileiras provinda, em parte, do Rio Grande do Sul, e vigente ainda na década de 1930 no Brasil, segundo Schwartzman:

“Vale a pena especular sobre quão negativa a influência do positivismo sobre a atividade científica brasileira continuou sendo nesse período. Derrotado intelectualmente na área estritamente científica, o positivismo continua por várias décadas do período republicano como idéia-força de engenheiros, técnicos e intelectuais, que identificam, na organização de um Estado forte e centralizador e no pragmatismo da técnica – uma técnica, em geral, mal dirigida –, a forma de realização de seus ideais. O Ministério da Agricultura, como já vimos, parece ter permanecido como um centro ativo das idéias positivistas durante toda a República Velha. Com Vargas, a influência militar e

---

<sup>3</sup> Utiliza-se neste trabalho dois textos sobre a história da Universidade elaborados parcial ou completamente por Pery Pinto Diniz da Silva, que era Secretário Geral da Universidade de Porto Alegre na década de 1940: “Origem e Evolução da URS” publicado em 1960, e “Memória da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1934-1964”, escrito em conjunto com Mozart Pereira Soares, um defensor da Universidade Técnica – a predecessora da Escola de Engenharia da UPA, cuja adoção do ideário positivista foi ressaltada por Leite *et alli* (1996: 49), por exemplo. Nota-se claramente que a crítica ao positivismo, quase explícita no primeiro texto (em relação ao período de implantação da UPA), não aparece no segundo, provavelmente devido à vinculação do outro autor àquela tradição intelectual.

positivista do Rio Grande do Sul volta a ter predominância nacional e parece influir na maneira pela qual as questões culturais, educacionais e científicas eram vistas na era de Vargas” (Schwartzman, 1979: 189).<sup>4</sup>

Além de sofrer a influência das vicissitudes enfrentadas para a implantação da Universidade de Porto Alegre, a futura Faculdade de Filosofia enfrentou as dificuldades de seu próprio percurso que incluiu também o enfrentamento das diferentes concepções de ensino vigentes no Rio Grande do Sul. O primeiro projeto da Faculdade de Educação, Ciências e Letras apresentava este nome (e não o de “Faculdade de Filosofia”, como foi denominada posteriormente), em conformidade com a legislação vigente para o Ensino Superior na época – elaborada pela Reforma do Ensino de Francisco Campos em 1931. Em 1936, foram apresentados dois projetos ao Conselho Universitário – um deles elaborado pelo então Secretário de Educação e Saúde, o historiador Othelo Rosa – dentre os quais foi escolhido o que previa os cursos de Matemática, Ciências Físicas, Ciências Químicas, História Natural, Filosofia, Filologia, Educação e Geografia e História. Na sessão de análise do projeto o Conselho Universitário definiu em ata que a função da Faculdade de Educação, Ciências e Letras seria a de

“fornecer uma soma de conhecimentos reclamados pelos que ambicionavam uma cultura desinteressada e, ainda, encaradas as condições da nossa realidade, aliar a esses estudos o *objetivo pragmático* de preparar professores para o ensino secundário” (Diniz da Silva, 1992: 55-56, grifo meu).

Essa função foi definida, segundo Diniz da Silva, em contraposição ao modelo da Faculdade de Educação, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo: “na congênere paulista, prevalecia nos cursos a finalidade cultural” (Ib.).

De acordo com os esforços para a implementação de uma política nacional para a educação, iniciados a partir de 1930, os ensinos fundamental, secundário e superior deveriam seguir os modelos colocados pela legislação federal. Em relação ao ensino superior, a Universidade do Rio de Janeiro, com sua organização estabelecida pelos decretos-leis federais da Reforma Campos e outros posteriores, deveria servir de paradigma para a organização das universidades do Brasil. Desta forma, o projeto elaborado em 1936 para a UPA, que ainda não havia sido implementado em 1939, teve de ser remodelado para se adequar ao padrão da

---

<sup>4</sup> Sobre a influência das idéias positivistas na educação brasileira e no Rio Grande do Sul, em especial na Universidade Técnica ou Escola de Engenharia da UPA, ver: Leite et alli (1996: 48-50).

Faculdade Nacional de Filosofia, que viria a integrar a Universidade do Brasil, criada em 1937, em substituição à Universidade do Rio de Janeiro.<sup>5</sup>

A organização e efetivo funcionamento da Faculdade de Educação, Ciências e Letras, ou Faculdade de Filosofia, conforme a nova legislação, foi preocupação constante dos reitores da UPA. Aurélio de Lima Py (1937-1939) tinha este como um dos principais problemas a serem resolvidos em sua gestão. Ary de Abreu Lima, que o sucedeu (1939-1941), “jamais esmoreceu no empenho de ver instalada a Faculdade de Educação, Ciências e Letras” (Diniz da Silva, 1992: 55), tendo proporcionado, quando ainda diretor da Escola de Engenharia, a um grupo de professores que assistissem a aulas na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras<sup>6</sup> de São Paulo a fim de prepará-los para a organização do futuro curso de Ciências na UPA.<sup>7</sup>

Os primeiros cursos a funcionar foram os de Matemática, Física, Química e História Natural, instalados contiguamente aos institutos da Escola de Engenharia, Veterinária e Agronomia e Faculdade de Direito.<sup>8</sup> Aproveitaram-se não só as instalações, mas também os professores dos cursos já existentes na Universidade após um período de treinamento na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP. A entrada em funcionamento daqueles cursos antes dos demais foi atribuída à idéia implementada pelo Reitor Ary Abreu Lima de que deviam se consolidar os órgãos em funcionamento, sem desviar recursos para outras iniciativas que pudessem comprometer as já precárias condições de funcionamento das unidades existentes (Diniz da Silva, 1992: 59). Essa talvez tenha sido a razão para que esse Reitor tenha procurado reservar para a UPA os cursos da área de “Ciências”, além das estreitas relações que mantinha com o grupo católico.<sup>9</sup> Em relação às intenções de Ary Abreu Lima, afirma Diniz [da Silva]:

---

<sup>5</sup> O decreto-lei federal n.º 1190, 04 abr. 1939, modificou o nome das Faculdades de Educação, Ciências e Letras para Faculdade de Filosofia e deu organização à Faculdade Nacional de Filosofia, detalhando os aspectos gerais propostos anteriormente na Reforma Campos para esses institutos.

<sup>6</sup> Apesar da legislação de 1939 preconizar o nome de “Faculdade de Filosofia”, a Faculdade da USP continuou a denominar-se “Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras”.

<sup>7</sup> Os assistentes enviados, Ary Nunes Tietböhl, Simões da Cunha e José Rafael Alves de Azambuja Jr., freqüentaram os cursos de Matemática, Física e História Natural, respectivamente. (Diniz da Silva, 1992: 59).

<sup>8</sup> Guia da Faculdade de Filosofia da UPA, 1943.

<sup>9</sup> Ary Abreu Lima foi um dos signatários do manifesto de intelectuais católicos enviados a Flores da Cunha em 1934, mencionado na seção 1.2.

“Era seu pensamento, no atinente à Faculdade de Educação, Ciências e Letras, reservar para a Universidade os cursos de ciências – já definidos na legislação federal. Ante a disposição da União Sul Brasileira de Educação, sob a necessidade de preparar docentes para seus inúmeros colégios e desejosa de instalar uma Faculdade de Filosofia, aquele Reitor, que era membro do Conselho Nacional de Educação, concordara com a iniciativa, mas com restrição: somente concordaria com o funcionamento das seções de Letras, Pedagogia, Filosofia e Ciências Sociais – reservando-se a seção de ciências para a Universidade. Tanto assim que a Faculdade Católica iniciou suas atividades com aqueles Cursos em 1940” (Diniz [da Silva], 1960: 180).<sup>10</sup>

Edgar Schneider<sup>11</sup> assumiu a reitoria da UPA após a morte de Ary Abreu Lima, condicionando a sua aceitação ao cargo à providência de recursos necessários à implantação da Faculdade de Filosofia (Diniz da Silva, 1992: 65). Assim, finalmente, em 1942, entraram em funcionamento alguns dos cursos previstos para a Faculdade de Filosofia da UPA: Matemática, Física, Química e História Natural (Moreira, 1967: 14). Mas o efetivo funcionamento dos primeiros cursos da Faculdade de Filosofia iniciou com alguns problemas. Segundo Diniz [da Silva] (1960: 181), criou-se uma “delicada questão” com a Faculdade Católica. Esta conseguira um convênio durante a gestão interina do Professor Martins Gomes<sup>12</sup> para aproveitamento de algumas instalações da UPA necessárias ao funcionamento dos demais cursos ainda não implementados da Faculdade Livre de Educação, Ciências e Letras (FLECL) – dos Irmãos Maristas. Edgar Schneider, porém, recusou-se a cumprir esse convênio, alegando que haveria dificuldades ao serem utilizadas as mesmas instalações que viriam a ser ocupadas pelos cursos recém aprovados pelo governo federal que já seriam compartilhadas com outros institutos da UPA.

---

<sup>10</sup> A União Sul Brasileira de Educação de que fala o autor era presidida pelo Rv. Ir. Afonso, Superior Provincial dos Maristas, e destinava-se a ser a instituição mantenedora da Faculdade Livre de Educação, Ciências e Letras (FLECL) – que posteriormente se tornou a Faculdade Católica de Filosofia – e dos demais cursos superiores sob a responsabilidade daquela ordem religiosa. Os cursos da FLECL que entraram em funcionamento em 1940 foram: Filosofia, Geografia e História, Ciências Sociais, Letras Clássicas, Letras Neolatinas e Letras Anglo-germânicas (PUCRS, 1971: 26-28) e (João, Clemente, 1995: 46).

<sup>11</sup> Edgar Luís Schneider foi deputado pelo Partido Libertador na década de 1920, apoiou a “Revolução Constitucionalista” de 1932, afastando-se da política após o golpe de 1937 e voltando à ativa com a redemocratização de 1945 no mesmo partido. Foi catedrático e diretor da Faculdade de Direito (Spalding, 1969: 183-188) e ingressou no IHGRS em 1941 (Rev. IHGRS, 1982: 177-187).

<sup>12</sup> O professor Martins Gomes ocupou o cargo de reitor interinamente após a morte de Ary Abreu Lima, entre abril de 1941 e abril de 1942, quando assume Edgar Schneider (Diniz da Silva, 1992: 64-65).

Esse não foi o único ato da reitoria e/ou governo do estado a contrariar os interesses da Faculdade Católica no período de implantação da Faculdade de Filosofia da UPA. Em 1942, quando da instalação de seus primeiros cursos, no decreto estadual que regulamentava a nova Faculdade da UPA estava previsto que os professores de ensino secundário de todos os estabelecimentos oficiais e *oficializados* eram obrigados a matricular-se nos cursos respectivos da Faculdade. Isso incluía os professores dos colégios confessionais católicos, provocando um protesto por parte dos administradores e professores da FLECL junto ao Conselho Nacional de Educação, que garantiu a liberdade de escolha entre uma e outra Faculdade (João, Clemente, 1995: 51). Assim, observa-se que as mudanças de reitor condicionavam fortemente as mudanças de atitude da universidade em relação aos grupos católicos e à constituição do corpo docente com maior ou menor controle destes. Os católicos, no entanto, nunca deixaram de negociar e pressionar o governo ampliando significativamente sua influência no interior da universidade, em diferentes momentos, principalmente na Faculdade de Filosofia.

Em 1943, entraram em funcionamento na Faculdade de Filosofia da UPA os demais cursos previstos pela legislação: Letras Neolatinas, Letras Anglo-germânicas, Letras Clássicas, Filosofia, Pedagogia e Geografia e História, com exceção do curso de Didática, que iniciou suas atividades em 1945, e do curso de Ciências Sociais, que iniciaria suas atividades apenas em 1959 (Moreira, 1967: 15). Os cursos compreendiam três anos de Bacharelado e, se houvesse interesse do estudante, após fazia-se o curso de Didática em um ano, ao fim do qual recebia-se o título de Licenciado. O curso de Didática passa a funcionar apenas em 1945, porque somente então se constituía a primeira turma de bacharelados aptos a se tornarem licenciados, já que a legislação federal proibia que se fizessem os cursos de bacharelado simultaneamente ao de Didática.

∴

Em 1947, o decreto-lei estadual número 1500, de 7 de julho, deu à Faculdade de Filosofia da UPA uma estruturação oficial muito semelhante ao previsto na legislação federal de 1939 (Diniz da Silva, 1992: 181; Moreira, 1967: 15-17). Essa variedade de decretos no âmbito federal e estadual que se combinavam na administração não só da Faculdade de Filosofia, mas na da Universidade como um todo, só existia porque a UPA era uma Universidade estadual. Como tal,

necessariamente dependia de ser criada, organizada e regida conforme a legislação local, desde que esta não contrariasse a federal, que estipulava a padronização do ensino. Segundo Fernando Azevedo, a padronização da educação fazia parte do contexto pós-30, marcado pela idéia de nacionalização da política de educação e cultura:

“A unificação dos sistemas educativos, não pela identidade de estruturas de ensino, mas pela unidade fundamental de diretrizes, ou, em outras palavras, o ensino público organizado segundo uma política geral e um plano de conjunto, é um dos meios, certamente o mais poderoso e eficaz, de que pretendeu utilizar-se o novo regime para realizar uma obra de assimilação e reconstrução nacionais” (In: Schwartzman, 1979: 170).

Mesmo após 1947, não se tinha regularizado o corpo docente da Faculdade devido aos problemas que já enfrentavam os administradores da Universidade desde 1942. A lei que proibia a acumulação de funções para os funcionários públicos era um sério obstáculo para a constituição oficial e definitiva do corpo docente, conforme Diniz da Silva (1992: 78). Desta forma, como uma parte dos docentes exercia outros cargos no serviço público estadual ou na própria universidade, foi necessário utilizar o artifício de contratar os professores a título provisório como extranumerários (Diniz [da Silva], 1960: 181).

Schwartzman examinou situação semelhante no Rio de Janeiro. O autor coletou uma série de depoimentos de cientistas e intelectuais que trabalhavam na Universidade do Distrito Federal na época da “Lei de Desacumulação” das funções públicas (1937-38) e sintetizou os seus efeitos:

“Se bem que a Lei da Desacumulação não visasse diretamente à comunidade científica, às universidades e aos institutos de pesquisa e não passasse de uma norma geral de racionalização administrativa, seus efeitos neste âmbito foram bastante significativos, apesar de contraditórios aos olhos dos cientistas entrevistados” (1979: 184).

A situação provisória da contratação de professores para a Faculdade de Filosofia, criada por essa legislação na Universidade de Porto Alegre, somente foi definitivamente resolvida em 1956 após a federalização da Universidade, ocorrida em 1950. As questões relativas à situação legal e às soluções adotadas para a contratação dos professores serão aprofundadas adiante em uma seção específica sobre a seleção dos primeiros docentes do curso de Geografia e História.

∴

Em relação às questões gerais que afetavam a Faculdade de Filosofia e todos os seus cursos, cabe ainda uma análise dos objetivos que eram apontados para a criação da Faculdade de Filosofia. A definição mais geral quanto à função e aos objetivos das Faculdades de Educação, Ciências e Letras é a vinculação desta instituição ao “espírito universitário”. Sobre o assunto, Schwartzman utiliza as palavras de Francisco Campos, o mentor do sistema universitário brasileiro do pós-30, regulamentado pelos decretos da chamada “Reforma Campos”:

“A Faculdade de Educação, Ciências e Letras, prevista pelo decreto, é que daria à Universidade seu caráter ‘propriamente universitário, permitindo que a vida universitária transcendesse os limites do interesse puramente profissional, abrangendo, em todos os aspectos, os altos e autênticos valores de cultura que à universidade conferem o caráter e atributo que a definem e a individualizam’ ” (In: Schwartzman, 1979: 175).

A função de criar ou consolidar o “espírito universitário” também foi ressaltada na Aula Inaugural da Faculdade de Filosofia da UPA, ministrada pelo professor Oscar Machado em abril de 1943.<sup>13</sup> Segundo ele, a Faculdade de Filosofia era a “cúpula da organização universitária”, responsável pela formação do verdadeiro “espírito universitário”. Sem a Faculdade de Filosofia, a Universidade de Porto Alegre seria apenas um “agregado de unidades de ensino superior ligadas meramente por laços administrativos” (In: Diniz da Silva, 1992: 69).<sup>14</sup>

Essa discussão permeou os grupos escolanovistas e católicos com diferentes concepções do “espírito universitário” que tiveram suas respectivas conseqüências práticas. Apesar de a lei expressar em seu texto a idéia de uma Faculdade de Educação Ciências e Letras, ou de Filosofia, voltada para a produção da “alta cultura”, sem o privilégio da profissionalização, a proximidade dos católicos ao ministério da educação acabou fazendo prevalecer a ênfase na formação de professores. Dois projetos foram possibilitados pela mesma legislação: o da FFCL, da USP, com ênfase na pesquisa, e o da FNFi, com ênfase na formação de

---

<sup>13</sup> Oscar Machado foi professor de Psicologia e Lógica no curso de Filosofia e também de Didática Geral no curso de Pedagogia e Didática na década de 1940. Nessa época, era também Diretor do Instituto Porto Alegre (IPA), mantido pela Igreja Metodista. Ingressou no corpo docente da Faculdade de Filosofia da UPA em 1943 e chegou a ser nomeado catedrático em Psicologia Educacional em 1956, quando da regularização do corpo docente da Faculdade. (Relatório da Autorização, 1943; LPR/1939 a 1944, P. 3 e 44; LPR/1944, P. 42; LPR/1945, Ps. 51 e 54; CE/1947, n.º 237; Relatório, 1949; Lista NPH/1951; Anuário UFRGS, 1955, p. 177; Moreira, 1967, p. 55).

<sup>14</sup> Sobre o “espírito universitário” conferido pela Faculdade de Educação, Ciências e Letras, ver também Leite *et alli*, 1996, p. 71.

professores. Situação semelhante à do Rio de Janeiro se coloca no estado em relação à influência dos católicos no campo educacional, especialmente no ensino superior, no qual se verificou, conforme referido no capítulo anterior, uma estratégia montada especificamente para a ocupação de espaços e aumento de sua influência. Isso indica uma tendência a ser observada em relação aos rumos propostos pela Faculdade de Filosofia em relação à ênfase na profissionalização do magistério secundário no Rio Grande do Sul.

No entanto, a característica agregativa da Faculdade de Filosofia, enfatizada no centro do país, principalmente pelos escolanovistas, foi além dos limites da prescrição legal e atingiu as sensibilidades daqueles que passaram pela experiência de convivência e ingresso nos quadros discente e docente da instituição durante sua existência até 1968. Segundo Enno Liedke Filho, “essa faculdade ao longo de vários depoimentos foi sempre referida como sendo uma miniuniversidade” (In: Comissão 50 anos, 1993: 20). São exemplos desse tipo de visão: Helga Piccolo, no discurso da inauguração do retrato do professor Ângelo Ricci, declarou: “nas vésperas de completar seus 25 anos, a Faculdade de Filosofia, verdadeira miniuniversidade, estava pela Reforma Universitária condenada, desmembrando-se em Instituto e Faculdades” (Piccolo, 1993: 96). Macarthy Moreira, sobre o assunto, afirmou em depoimento à autora, referindo-se ao caráter integrador da antiga Faculdade de Filosofia:

“Da Faculdade de Filosofia devem ter saído uns quatorze cursos diferentes, faculdades e institutos da Universidade. Então convivíamos todos juntos ali. (...) Hoje a vida é departamental. Quer dizer, o departamento realmente se reunia, mas não era ali que se passavam as coisas fundamentais. A função da Faculdade de Filosofia era de ser uma miniuniversidade. (...) Então você tinha lá todo o pessoal da Matemática, todo o pessoal da Física estava lá, o pessoal da Biologia... Isso, para mim, por exemplo, foi uma ‘pós-graduação informal’ fantástica. Interdisciplinar. Porque na sala dos professores, que era uma sala agradável, mas pequena, lá estavam o professor Elpidio Paes, o Dante de Laytano, o Laudelino...”<sup>15</sup>

A atribuição do “verdadeiro espírito universitário” da instituição, quer pela prescrição legal ou pela vivência, pode ter se efetivado não apenas devido à variedade de áreas e conhecimentos agrupados em uma só unidade administrativa e organizacional. O momento do surgimento das Faculdades de Filosofia, concomitantemente à criação de um novo sistema de ensino superior no Brasil, o

---

<sup>15</sup> Depoimento de Moreira cedido à autora, 2001, p. 9.

universitário, e sob o rígido controle de um governo de características centralizadoras, marcaram desde o início a sua trajetória institucional. Porém, não se deve esquecer que no final dos anos 1930 e início dos 40, a concretização do sistema universitário brasileiro, que incluía como célula básica a Faculdade de Filosofia, era apenas um projeto com possibilidades de se consolidar ou não. Portanto, o sentimento integrador e universitário, que compartilham vários depoimentos, não deve ter se verificado logo de imediato, quando da instalação dos cursos, período que está sendo analisado neste momento, mas como decorrência desses projetos em épocas posteriores, vivenciadas pelos depoentes. Mas de fato, a experiência “interdisciplinar” da sala dos professores e dos corredores da Faculdade, aliada a um discurso escolanovista eficientemente veiculado no país, a despeito das dificuldades enfrentadas devido à oposição sistemática dos católicos, perpetuou a representação da Faculdade de Filosofia como a “essência” do “espírito universitário”.

Esse sentido mais geral atribuído às Faculdades de Educação, Ciências e Letras no sistema universitário parece ter sido a principal herança dos decretos da Reforma Campos de 1931 para as Faculdades de Filosofia que viriam a se instalar no país, principalmente a partir da década de 40. A regulamentação efetiva das Faculdades de Filosofia do Brasil ocorreu somente através do decreto-lei federal 1190, assinado em 1939 (quando Gustavo Capanema era ministro da Educação e Saúde), que dava organização à Faculdade Nacional de Filosofia e estabelecia o modelo nacional, conforme visto anteriormente. A FNFi integrava a Universidade do Rio de Janeiro, que englobaria a Universidade do Distrito Federal, em vias de extinção.<sup>16</sup> O decreto 1190, além de estabelecer a organização administrativa e didática, apontava fins mais específicos para as Faculdades de Filosofia (citados no Capítulo 1), idênticos aos colocados pelo primeiro Regimento Interno da Faculdade de Filosofia da UPA:

- a) preparar trabalhadores intelectuais para o exercício das altas atividades culturais de ordem desinteressada ou técnica;
- b) preparar candidatos ao magistério do ensino secundário e normal;
- c) realizar pesquisas nos vários domínios da cultura, que constituam objeto de seu ensino”.<sup>17</sup>

---

<sup>16</sup> A extinção da Universidade do Distrito Federal foi referida rapidamente no capítulo 1. Maiores detalhes a respeito estão em Schwartzman (1979: 176-181).

<sup>17</sup> Regimento Interno da Faculdade de Filosofia da UPA, 1942, p. 1.

Capanema, em 1946, sintetizou os objetivos da criação das Faculdades de Filosofia no país, opondo estes aos das escolas profissionais:

“Não existindo no ensino superior em nosso país senão escolas de caráter estritamente profissional (medicina, farmácia, odontologia, direito, engenharia), eram esses futuros especialistas obrigados a procurar em outros países a formação filosófica, científica ou literária que aqui não se lhes poderia dar. E, (...) via-se a grande maioria dos nossos professores e pesquisadores representada por autodidatas que se tinham visto forçados a orientar sozinhos seus próprios estudos” (In: Schwartzman, 1983: 370).

O primeiro objetivo, portanto, tinha um sentido bastante presente, nas discussões da época, de apontar como “desinteressado” o conhecimento que não fosse voltado para a aplicação na atividade profissional. Esse é o mesmo sentido conferido por Francisco Campos, como visto anteriormente, quando atribui às Faculdades de Filosofia a capacidade de fazer com que as universidades brasileiras transcendessem “os limites do interesse puramente profissional” (Schwartzman, 1979: 175). A possibilidade de se “proporcionar ambiente propício às vocações especulativas e desinteressadas” para a “formação da cultura nacional” através da “investigação da ciência pura” eram acessíveis, obviamente, a um seletivo grupo de pessoas que não necessitavam exercer uma profissão para sobreviver (Ib.). Esse seletivo grupo, porém, dificilmente optaria pela via da Faculdade de Filosofia no lugar das escolas tradicionais. Essa é a conclusão a que chega Limongi (1989) a respeito da clientela da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo em meados dos anos 1930 e 40.

Além dos nobres objetivos “desinteressados”, havia o segundo “fim”, de sentido “mais pragmático”: formar professores para o ensino secundário, segundo as palavras de Diniz da Silva (1992:56). Aliado a esse objetivo mais “interessado”, de sentido profissionalizante, criou-se toda uma legislação federal e estadual que estabelecia praticamente uma compulsoriedade aos professores em exercício para se inscreverem nos cursos da Faculdade de Filosofia, como será discutido adiante.

Quanto ao terceiro objetivo, relativo à realização de pesquisas científicas, não se verifica a mesma preocupação em criar uma obrigatoriedade como a reservada ao segundo fim. Pode-se citar, nesse sentido, os cursos de doutorado que tinham a duração de dois anos, previstos genericamente já na legislação federal de

1931.<sup>18</sup> Esse curso, no entanto, não chegou a ser efetivado na Faculdade de Filosofia da UPA, não havendo também nenhum item na regulamentação dessa instituição que mencionasse qual a aplicação prática do título de doutor, tal como havia para o título de licenciado pela Faculdade de Filosofia.

Quanto à realização ou não dos fins a que se propunha a Faculdade de Filosofia, a análise da documentação focalizando o caso do curso de Geografia e História auxiliará a esclarecer tal ponto.

∴

Do ponto de vista da estrutura administrativa da Faculdade de Filosofia, desde sua implantação, em 1942, até 1946, quando tomou posse o primeiro diretor da Faculdade, as decisões administrativas que lhe afetavam eram tomadas diretamente pelo Reitor e pelo Conselho Universitário. Segundo Moreira, a primeira função administrativa exclusiva da Faculdade foi a secretaria assumida pelo professor Edgar Wiltgen, em 1945. Depois, Álvaro Magalhães assume a direção da Faculdade em 1946 (Moreira, 1967: 15).

Segundo Moreira, o decreto-lei estadual n.º 1500 de 7 de julho de 1947, já referido, deu à Faculdade de Filosofia sua “primeira estruturação maior”, criando 45 cadeiras, com os respectivos cargos de professores catedráticos, além do quadro de professores adjuntos, assistentes, e colaboradores. Também criou as funções gratificadas de diretor e secretário. De fato, o texto do decreto menciona todas essas providências. Mas a comparação entre a estruturação estadual proposta em 1947 e a estruturação federal prevista em 1939 mostra que ambas são quase idênticas e que o decreto estadual não passa da formalização de uma situação que não parece ter mudado muito a vida prática da Faculdade. Apesar da criação de 45 cargos de catedráticos no pessoal fixo da UPA, as vagas continuaram ocupadas em caráter interino, tanto que o reitor Alexandre Martins Rosa, em 1952, seis anos após o decreto de estruturação estadual, declarou sobre a Faculdade de Filosofia: “Este instituto não dispõe de professores catedráticos efetivos. Ao Reitor tem cabido, através de um diretor, delegado de sua imediata confiança, a responsabilidade da gestão administrativa e didática do estabelecimento” (In: Diniz da Silva, 1992: 115).

---

<sup>18</sup> Parágrafo 2º do art. 205: O curso complementar das disciplinas exigidas para o doutoramento terá a duração de dois anos letivos.

Essa situação provisória no quadro docente impossibilitou a constituição de uma Congregação e de um Conselho Técnico Administrativo, órgãos fundamentais na estrutura administrativa e didática universitária. O estatuto da Faculdade de Filosofia da UPA, adotado em 1942, previa, tal como a legislação de Ensino superior vigente desde 1931 no Brasil, a existência e o funcionamento do Conselho Técnico Administrativo (CTA) que seria formado por seis professores catedráticos de diferentes cursos da Faculdade e que tinha como finalidades, resumidamente, ser um órgão deliberativo da Faculdade, indicar ao Conselho Universitário a contratação de professores substitutos e assistentes, elaborar proposta de orçamento, escolher os componentes das comissões examinadoras dos concursos para catedráticos e elaborar o estatuto da Faculdade, entre outras. A Congregação da Faculdade de Filosofia também era prevista em estatuto e seria formada pelo conjunto dos professores catedráticos efetivos e interinos, contratados e um representante dos docentes livres. Seria o órgão superior da direção didática, ou seja, trataria dos assuntos afetos ao ensino e aos alunos. Porém, os primeiros livros dessas unidades administrativas da Faculdade de Filosofia são de 1956 que foi o ano em que se constituíram devido à nomeação dos 29 primeiros catedráticos da Faculdade pelo presidente da República em exercício (Moreira, 1967: 16).<sup>19</sup>

Portanto, durante o período que abrange este trabalho, a estrutura administrativa à qual se submetia o curso de Geografia e História era bastante improvisada. Antes de ser nomeado o diretor Álvaro Magalhães, pode-se dizer que as poucas referências feitas à Faculdade de Filosofia na documentação da Reitoria e do Conselho Universitário giravam quase que unicamente acerca da contratação de professores através de portarias que não informavam mais do que o nome do docente, a disciplina, o curso e a data em que assumiria suas funções. Essa carência de referências escritas sobre a Faculdade na documentação elaborada por seus administradores pode aparentar um relativo descuido com seu funcionamento; entretanto, tudo indica que se trata, nesse caso, de uma atuação pouco afeita aos procedimentos burocráticos. As tratativas em torno dos destinos da Faculdade de Filosofia e de seus cursos recém implantados provavelmente ocorreram em nível de conversações, já que a estrutura administrativa da Faculdade estava precariamente

---

<sup>19</sup> Os Livros de posse do Conselho Técnico e Administrativo e Atas da Congregação da Faculdade de Filosofia estão entre os documentos da Faculdade de Filosofia no Museu Universitário da UFRGS.

complexificada e, portanto, também precariamente burocratizada. A falta de registros pode ser uma evidência da pouca utilidade que estes desempenhariam naquele momento.

∴

O exame das correspondências expedidas e recebidas pela Faculdade, iniciadas a partir da posse do diretor, revela uma reversão nas preocupações e atividades da reitoria da universidade em relação ao novo Instituto. Os procedimentos e registros escassos ou orais referentes à Faculdade de Filosofia dão lugar a uma abundância de informações e de atividades na instituição a partir de 1946.

O diretor da Faculdade era um cargo de confiança da reitoria, conforme visto acima. Tudo indica que Álvaro Magalhães, exercendo essa função, usufruiu no ambiente universitário de prerrogativas semelhantes às dos outros diretores de Faculdades da UPA, participando, por exemplo, das sessões das Assembléias Universitárias desde 1946, apesar de seu cargo ter sido criado apenas em 1947.<sup>20</sup> Isso não representou, no entanto, um tratamento da Faculdade de Filosofia equivalente ao dos demais institutos da UPA por parte do poder estadual.

Assim que assumiu Álvaro Magalhães, surgiram novas necessidades burocráticas que não podiam ser supridas apenas por este e o secretário e que exigiam novos equipamentos. No início do ano de 1946, o diretor solicitava autorização para instalar um telefone no Instituto de Educação, onde funcionava a secretaria da Faculdade, e também um assistente técnico para assessorar o secretário. A medida visava “ao aperfeiçoamento e à racionalização dos serviços administrativos, auxiliando nos misteres cada vez mais complexos”.<sup>21</sup>

Em 1947, a Faculdade de Filosofia estava dividida em departamentos que equivaliam aos nove cursos então em funcionamento. Os chefes e respectivos departamentos eram: Ary Nunes Tietböhl, Matemática; Lourenço Mário Prunes, Geografia e História; Álvaro Diffini, Química; Mário da Silva Brasil, Física; Elpídio Ferreira Paes, Letras Clássicas; Leonardo Tochtrop, Letras Anglo-germânicas; Guilhermino César, Letras Neolatinas; José Gomes de Campos,

---

<sup>20</sup> CR/1946, 12 jul.

<sup>21</sup> CE/1946, 26 abr., 10 maio.

Pedagogia; e Romeu Mucillo, História Natural.<sup>22</sup> A característica desses departamentos, porém, era completamente diferente da que se verifica atualmente. Se hoje a vida na universidade é “departamental”, tomando de empréstimo a expressão de Moreira (2001), antes da reforma universitária que desmembrou a Faculdade de Filosofia em 1968, os diferentes departamentos eram organicamente integrados à estrutura da Faculdade de Filosofia, o que seguramente intensificou-se a partir da construção da sede única em 1953 e da constituição da Congregação e do CTA em 1956.

Ainda em 1947, a Faculdade contratou uma bibliotecária para assessorar o secretário. Em correspondência a esta, o diretor informava a relação dos documentos pertencentes à Faculdade de Filosofia naquele ano: ofícios expedidos em 1946, correspondências recebidas em 1946, atestados, certidões de 1945 e 1946, boletins dos vários exames parciais dos anos de 1945 e 1946. A instituição se organizava e assim podia empreender novos projetos. Exemplo disso foi a consulta encomendada por Armando Câmara e feita aos professores, através dos chefes de departamento, com o objetivo de se propor junto ao Ministério da Educação uma reestruturação da Universidade.<sup>23</sup>

A despeito da crescente necessidade de pessoal e equipamentos, em 1948, Magalhães lamentava ao reitor a precariedade das condições de funcionamento da Faculdade e o não-atendimento de algumas demandas, solicitando providências. O diretor argumentava que o instituto era um dos mais complexos da universidade, com dez cursos em funcionamento, cuja diversidade de objetivos exigia uma grande variedade de recursos, desde os “audiovisuais dos cursos de Letras até o moderno aparelhamento de que devem dispor os cursos de História Natural, Física e Química”. Além disso, o número de alunos era dos mais elevados entre os institutos da Universidade, acrescido pelos egressos do curso Normal, obrigando a secretaria a elaborar um registro especial para esses estudantes, em paralelo com os habituais, “tendo em vista uma possível fiscalização federal”.<sup>24</sup> Apesar desse acúmulo de funções, cursos, professores e alunos sob a responsabilidade

---

<sup>22</sup> CE/1947, n° 46 a 53, 27 maio.

<sup>23</sup> CE/1947, 31 jul.;CE/1946, 26 abr., 10 maio.

<sup>24</sup> O ingresso de normalistas nos cursos da Faculdade de Filosofia era considerado excepcional devido ao fato de que esses cursos não eram aceitos como secundários. Só poderiam habilitar para o ingresso nos cursos da Faculdade de Filosofia por força do decreto-lei estadual n.º 1506.

administrativa da Faculdade de Filosofia, a mesma contava apenas com um contínuo, não obtivera o telefone solicitado e estava sobrecarregada de tarefas burocráticas: “a rápida menção desses problemas de ordem prática que assoberbam a Secretaria desta Faculdade tem por objeto justificar a proposta que ora tenho a honra de submeter a V. Ex.<sup>a</sup>, da criação de um quadro de Pessoal Administrativo nesta Faculdade”.<sup>25</sup>

A correspondência referida exemplifica claramente o tipo de estrutura burocratizada, que se complexificava mais à medida que os administradores procuravam torná-la eficiente. A superposição de instituições complexas a que estava ligada a Faculdade de Filosofia exigia que o seu funcionamento se burocratizasse de forma ainda mais acentuada. A entrega de relatórios para a reitoria, o cumprimento dos programas didáticos, a emissão de atestados, certificados e diplomas, própria das organizações educacionais, impunha esse tipo de procedimentos. Verifica-se, desta forma, um duplo desenvolvimento. À medida que a Reitoria e o Conselho Universitário deixam, gradualmente, de controlar diretamente a administração da Faculdade, verifica-se a necessidade de funcionários de confiança, em primeiro lugar, e de registros que possibilitem a continuidade de um controle, embora de forma mais descentralizada. Essa é, seguramente, uma demonstração da passagem de uma estrutura baseada nas relações pessoais e muito mais pautada pela comunicação oral para uma estrutura burocratizada, em que se verifica a descentralização e a necessidade de maior número de funcionários e registros escritos. A marca específica da Faculdade de Filosofia em relação aos demais institutos universitários da UPA é que a sua estruturação deveria desde o início assimilar as características burocráticas já incorporadas aos demais, o que só foi conseguido gradualmente.

∴

É necessário que se comentem, também, as instalações destinadas aos diversos cursos da Faculdade de Filosofia. As preocupações dos administradores da Faculdade de Filosofia e da Universidade em relação a esse assunto são demonstradas com bastante freqüência nas diversas fontes primárias e na literatura referente à história da Universidade e da Faculdade de Filosofia.

---

<sup>25</sup> CE/1948, 22 mar.

No Guia da Faculdade de Filosofia de 1943 constam o endereço da Faculdade de Direito e aparecem respectivamente as fotos dos prédios da Faculdade de Direito, do Instituto de Física, do Instituto de Química Industrial, do Gabinete de Microscopia do Instituto de Ciências Naturais, do Museu de História Natural e de uma Sala de Aula do Instituto de Física, todos já existentes na universidade, que seriam utilizados pelos cursos da Faculdade de Filosofia. Pode-se observar, portanto, que os primeiros cursos implantados – Matemática, Física, História Natural e Química – estavam ligeiramente melhor que os demais por poderem gozar de uma estrutura técnica e logística anteriormente instalada pela Escola de Engenharia ou Universidade Técnica. Na primeira página já se mencionava que “no ano letivo de 1943, serão instalados os demais cursos de Filosofia, Letras e Pedagogia, inclusive o de Geografia e História”, mas não se definia quais seriam suas instalações.<sup>26</sup> A questão das instalações e a situação comparativa desfavorável desses cursos em relação aos primeiros que foram instalados torna-se mais evidente através da análise de outras fontes.

No “Relatório das Condições de Funcionamento, para Efeito de Reconhecimento” de todos os cursos da Faculdade de Filosofia que se encontravam então em pleno funcionamento, verificam-se maiores informações não apenas a respeito das instalações iniciais, mas também sobre outros aspectos que eram observados para a concessão do reconhecimento dos cursos.<sup>27</sup> No relatório, a comissão citou um trecho do decreto que definia as condições mínimas a serem observadas para o funcionamento dos cursos e enfatizava a necessidade de se prover condições físicas necessárias ao funcionamento deles.<sup>28</sup>

---

<sup>26</sup> Guia da Faculdade de Filosofia, 1943, p. 5.

<sup>27</sup> Antes de se solicitar e obter o reconhecimento dos cursos, que lhes permitia emitir diplomas válidos para o exercício do magistério secundário e outras funções, conforme a legislação federal, era necessário pedir autorização para iniciar o funcionamento de um curso superior de acordo com a legislação federal pós-30. Após a autorização concedida ao curso de Geografia e História, Letras Clássicas, Letras Neolatinas, Letras Anglo-germânicas, Pedagogia e Didática, pelo Decreto-lei n.º 12386, de 11 de maio de 1943, assinado pelo presidente Getúlio Vargas e referendado pelo Ministro da Educação Gustavo Capanema, foi solicitado o Reconhecimento. Para esse processo, foi designada, pelo Ministro da Educação, uma Comissão Verificadora composta pelos inspetores Rômulo Hartley Gutierrez e Aryon Niepce da Silva, das Faculdades de Engenharia e Direito do Paraná, e o inspetor Waldemar Camilo Ruas, do Colégio Nossa Senhora do Rosário, de Porto Alegre. O reconhecimento de todos os cursos em funcionamento da Faculdade de Filosofia foi obtido pelo Decreto-lei federal n.º 17400, 19 dez. 1944, após o parecer favorável da comissão verificadora (Relatório de Reconhecimento, 1944; Moreira, 1967, ps. 14-15).

<sup>28</sup> Decreto n.º 421, 11 maio 1938.

“se a entidade de caráter público ou privado que se propuser instituir o curso, demonstrar que possui capacidade financeira para manter, de modo satisfatório, o seu integral funcionamento, que dispõe de edifícios e instalações apropriadas, sob o ponto de vista pedagógico e higiênico, ao ensino a ser ministrado”.<sup>29</sup>

No item referente aos cursos de Filosofia, Geografia e História, Letras Clássicas, Letras Neolatinas, Letras Anglo-germânicas, Pedagogia e Didática, a comissão relata e justifica que *todos* funcionavam no prédio da Faculdade de Direito, da mesma Universidade

“seguindo o mesmo princípio universitário de cooperação entre os vários institutos que integram a Universidade de Porto Alegre e continuando na política educacional de descentralizar o menos possível os cursos, serviços e dependências de um mesmo instituto”.<sup>30</sup>

Além desses, há um item específico no mesmo relatório sobre “Edifícios e Instalações” em que a comissão escreve sobre o assunto:

“Conforme já foi acentuado linhas atrás, a Faculdade de Filosofia, como parte integrante do conjunto universitário sul-riograndense da Universidade de Porto Alegre, diretamente subordinada na sua administração à Reitoria dessa Universidade, funciona nos prédios dessa *instituição de cultura superior*.

“No prédio da Faculdade de Direito, estão instalados, além da Reitoria, Secretaria e Tesouraria, as aulas teóricas dos cursos de Filosofia, Geografia e História, Letras clássicas, neolatinas e anglo-germânicas e Pedagogia, devendo ali se instalar o curso de Didática quando passar a funcionar.”<sup>31</sup>

O que se pode verificar nas citações acima é um contraste entre o que prescrevia a lei e o que era verificado na prática, com o endosso da Comissão Verificadora. Esta parecia se esforçar em dissimular a precariedade da situação na qual se verificava uma grande quantidade de cursos agrupados na Faculdade de Direito, através de uma valorização da integração entre a direção administrativa representada pela reitoria e a Faculdade de Filosofia sob sua direta responsabilidade. Essa localização inicial dos cursos na Faculdade de Direito assim como as mudanças posteriores de sede de alguns deles, evidenciam o caráter de improvisado e as dificuldades financeiras e materiais com que lidavam os administradores da Universidade.

---

<sup>29</sup> Relatório para Reconhecimento, 1944, p. 2.

<sup>30</sup> Relatório para Reconhecimento, 1944, p. 3.

<sup>31</sup> Relatório para Reconhecimento, 1944, p. 4, grifo meu.

Já em 1946, alguns cursos, dentre eles o de Geografia e História, mudaram-se para o Instituto de Educação, vinculado à rede estadual de ensino. A solução, porém, não parece ter sido das melhores, gerando atritos entre a diretora daquela instituição, Maria Heloísa Degrazia, e o diretor da Faculdade de Filosofia a respeito do horário de utilização das salas de aulas. A reação de Magalhães quanto às restrições de Degrazia pode ser observada através da correspondência enviada a esta:

“Estranhando os termos do ofício de V.Ex.<sup>a</sup>, no qual se refere à impropriedade da hora escolhida para as aulas do professor Jean Roche e onde afirma a necessidade de ser previamente consultada sobre a conveniência da realização das mesmas, cumpre-me esclarecer a ilustre educadora de que (...) o referido projeto obteve a aquiescência e a plena aprovação do Ex.<sup>mo</sup> Sr. Reitor da Universidade, única autoridade a quem me devia dirigir”.<sup>32</sup>

Em maio de 1947, os problemas com as instalações do Instituto de Educação se avolumaram. Magalhães comunica ao reitor as dificuldades enfrentadas com uma redução dos horários cedidos para as salas do Instituto de Educação, obrigando a Faculdade a transferir novamente as aulas dos cursos de Filosofia, Pedagogia e Didática para a Faculdade de Direito, aproveitando a ocorrência de algumas disciplinas comuns entre esses cursos.<sup>33</sup> Em meio a esses problemas, eram encaminhadas discussões quanto aos projetos da nova sede da Faculdade. Lourenço Prunes, como chefe do departamento de Geografia e História, enviava naquele mesmo ano sugestões ao Gabinete de Projetos e Obras da UPA em relação às instalações destinadas ao curso e seus anexos sob sua responsabilidade.<sup>34</sup> Em 1948, os problemas das instalações ainda angustiavam a direção da Faculdade:

“O velho e angustioso problema da falta de edifício próprio, que obriga a Faculdade a manter seus cursos de Letras e de História e Geografia no Instituto de Educação; o de Física e o de Química, respectivamente, nos Institutos de Física e de Química da Escola de Engenharia; e os demais, no edifício da Faculdade de Direito”.<sup>35</sup>

No entanto, a Faculdade de Filosofia só veio a ter sede própria em 1953, com o aporte de verbas possibilitado pela federalização da universidade. Sob essas

---

<sup>32</sup> CE/1946, 17 abr.

<sup>33</sup> CE/1947, 05 maio.

<sup>34</sup> CR/1947, 03 nov.

<sup>35</sup> CE/1948, 22 mar.

condições materiais precárias e de dispersão física a Faculdade de Filosofia, nesse período, dificilmente se verificaria a vivência descrita anteriormente por alguns depoimentos. As experiências da convivência na sala de professores proporcionando uma pós-graduação interdisciplinar e informal, conforme Moreira, e as da chamada “miniuniversidade” só teriam lugar na década de 50. Daí em diante, a socialização nesse meio tornou-se um diferencial no desenvolvimento das perspectivas intelectuais dos docentes de então.

As crescentes demandas por funcionários, instalações e outros traduziam-se concretamente em necessidade de verbas. A falta de recursos destinados às freqüentes reivindicações não só da Faculdade de Filosofia, mas da universidade em geral, foi em grande parte responsável pela restrição do crescimento da instituição durante o período analisado, provocando crises freqüentes, como a renúncia de reitores, até que a universidade se federalizasse a partir de 1950.

Um processo que esteve na origem de algumas crises entre a universidade e o governo estadual foi a incorporação do Instituto de Belas Artes à UPA/URGS. Embora esse processo seja muito rico no sentido de se compreenderem as dificuldades para se atingir uma autonomia da universidade em relação ao poder público, este será abordado com a intenção de entender melhor os aspectos envolvidos na implantação da Faculdade de Filosofia.

A incorporação do Instituto de Belas Artes à Universidade de Porto Alegre foi bastante polêmica, ocorrendo a desanexação do mesmo em 1939, após já estar vinculado à UPA, devido às dificuldades financeiras que seriam enfrentadas para adaptá-lo ao padrão estabelecido pela legislação federal (Diniz da Silva, 1992: 76). Foram feitas mais de uma tentativa de incorporar o referido instituto ao sistema de ensino superior estadual gerando freqüentemente contestações e desacordo por parte das autoridades universitárias. Houve inclusive a renúncia de um reitor, Egydio Hervé, em decorrência dos impasses criados quando, em dezembro de 1945, o governo do estado do RS baixou um decreto-lei reincorporando o Instituto de Belas Artes à UPA. Em sessão do Conselho Universitário, o reitor se manifestou:

“Está naquela ata transcrito o protesto formulado pelo Reitor em exercício, considerando inoportuno o ato em referência. É que a deliberação de reintegração do Instituto de Belas Artes na Universidade não atendia, antes agravava a situação precária em que se encontravam os institutos estaduais componentes da Universidade” (Diniz da Silva, 1992: 58).

Em janeiro de 1946, o novo reitor, Armando Câmara, comunica ao Conselho Universitário que a solução oficial dada ao caso do Instituto de Belas Artes fora sua desanexação da UPA (Ib.: 87). Mas em julho de 1947, já se constituía uma comissão no Conselho Universitário para exame do processo de incorporação do Instituto de Belas Artes, ficando claro que a desanexação acontecera apenas para controlar a crise num primeiro momento (Ib.: 91). Em dezembro de 1948, uma lei estadual incorporou novamente o Instituto de Belas Artes à UPA. Além deste, também a Faculdade de Direito e Odontologia de Pelotas e a Faculdade de Farmácia de Santa Maria foram incorporadas à UPA, que mudava então o seu nome para Universidade do Rio Grande do Sul (URGS) (Ib. 95-96). Os autores consultados não deixaram muito claro, mas a anexação dos novos institutos superiores parece estar vinculada aos motivos que fizeram com que Armando Câmara e quase todo o conselho universitário renunciassem no início de 1949.

A relação que pode ser estabelecida entre os episódios polêmicos sobre a incorporação do Instituto de Belas Artes e a implantação da Faculdade de Filosofia encontra-se em um parecer de Elpídio Paes, Walter Castilhos e Ivo Wolff em uma das comissões do Conselho Universitário em 1943. No documento, os conselheiros manifestaram-se acerca de uma das tentativas de incorporação do Instituto. O parecer divide o tema a ser tratado em dois níveis de consideração: legal e financeiro. Do ponto de vista legal, conclui-se que não havia objeções a serem colocadas quanto à incorporação do Instituto de Belas Artes. O aspecto financeiro, contudo, é considerado “mais delicado e complexo” e, sobre este, os conselheiros somente poderiam oferecer subsídios para apreciação do assunto pelo “poder competente”. A argumentação dos conselheiros expõe amplamente a situação da universidade e da Faculdade de Filosofia naquele contexto político e econômico, assim como revela as estratégias utilizadas pelas autoridades estaduais e universitárias para a resolução dos problemas que surgiam e a visão que tinham dos fins que deveria cumprir essa instituição. Pela riqueza de informações, será feita uma citação extensa, retirada do referido parecer em relação às dificuldades colocadas pela incorporação de um novo instituto à UPA:

“Assim, parece-nos que não se deveria perder de vista que, dentro da própria Universidade, já existe uma instituição, que é de alta importância para a vida universitária e para a própria cultura rio-grandense e cuja estabilidade ainda

não está assegurada: a Faculdade de Filosofia, que tantos e tamanhos sacrifícios tem exigido aos professores da Universidade e aos funcionários da Reitoria, e tamanha habilidade e dedicação tem exigido igualmente do Reitor para se manter com o mínimo sacrifício para os cofres públicos... Basta lembrar que essa Faculdade, que devia merecer a maior atenção do Governo pela sua relevância no terreno cultural, ainda não tem sede, não tem Diretor, não [tem] funcionários, não tem professores... Tudo que tem é de empréstimo e transitório, e vive praticamente a expensas das outras escolas e dalguns professores particulares. E muito embora seja tal fato profundamente reconfortante e nos encha de orgulho ante o espetáculo que nos oferece do espírito de cooperação que domina nossos intelectuais, não podemos, por outro lado, deixar de reconhecer que muito melhor seria se pudessemos dotar a Faculdade de seus professores próprios, com edifício adequado onde pudessem livremente exercer suas funções sem se preocuparem com a terrível angústia dos horários; e dar-lhes, ademais, uma administração exclusivamente sua, que pudesse, com mais segurança e amplitude, e portanto com maior eficiência, exercer seu mister em atenção aos seus verdadeiros fins. (...)

“O problema é complexo e grave, e essa gravidade sobe de ponto se levarmos em conta a própria situação delicada que o Estado e todo o País atravessam, mercê das responsabilidades assumidas em face do momento internacional. Não devemos esquecer que é precisamente em consequência disso que o Governo, apesar de sua boa vontade, não tem podido melhor dotar a Universidade. Impor maiores sacrifícios aos professores dos Institutos já integrados não nos parece justo, quando os próprios elementos do Governo, e ainda há pouco o repetiu publicamente o senhor Ministro da Educação, reconhecem que os professores ainda não são aquinhoados de acordo com seu esforço e a sua posição. Em vários Institutos da Universidade chegou-se mesmo ao regime de cadeiras reunidas, a fim de buscar algum equilíbrio entre o interesse do Estado e o interesse do professor. E se o Estado, num elevado e plausível gesto de assistência social, busca amparar essa parcela valiosa do organismo universitário, que é o estudante, proporcionando-lhe excursões de estudo, assembléias que exprimam suas aspirações, casa em que se recolham os mais necessitados, e até procure propiciar-lhe a gratuidade completa do estudo, não é justo nem humano que ao elemento orgânico da Universidade, o professor, que não é menos importante do que o primeiro, se atribuam sempre sacrifícios e mais sacrifícios. A justiça para ser perfeita, há de estar em equilíbrio, e por isso mesmo deram-lhe os antigos como símbolo uma balança”.<sup>36</sup>

A despeito do parecer acima ter sido emitido com referência a uma questão legal, a incorporação do Instituto de Belas Artes à universidade, é curioso observar que o jurista Elpídio Paes, um de seus redatores, não tenha chamado a atenção das autoridades para o “regime de ilegalidade” no qual vivia a Faculdade de Filosofia. A contestação das intenções do governo não partem de um sentimento de inconformidade com a quebra das regras legais na constituição do corpo docente. Apela-se para o senso de justiça dos governantes em equilibrar a concessão de

---

<sup>36</sup> Decisões e Pareceres Cons. Univ., 1943/44/45, CLR, par. 3.

verbas aos diferentes grupos sociais identificados como professores e alunos. Esse argumento revela que a estruturação da Faculdade de Filosofia, via aumento de verbas, deveria favorecer, de alguma forma, os professores. O parecer não solicita um concurso que regularize a situação dos professores e então eleve seus vencimentos, revelando, deste modo, que a forma de recrutamento, baseada nas indicações pessoais do conselho universitário e reitoria, não incomodava (e nem poderia) aos redatores do parecer. Mas a questão da seleção dos professores será aprofundada adiante e, por enquanto, é importante ressaltar que apenas a elevação dos vencimentos dos professores e a melhoria das instalações da Faculdade pareciam se adequar bem, nesse momento, aos anseios dos conselheiros, dois dos quais eram professores da Faculdade de Filosofia. As demandas dependiam não apenas de verbas ou de uma legislação, dependiam do senso de justiça, que poderia ser definido também como vontade política dos governantes.

As interferências do poder político local sobre a universidade não eram contestadas no sentido da busca de uma autonomia universitária. Os intelectuais, referidos pelos redatores do parecer, que se desdobravam em meio à carência de recursos imposta pelo governo estadual, desejavam que a autoridade fosse sensível às suas propostas, mas que utilizasse seu poder no sentido de efetivá-las. Não se procurava poder ou autonomia para a instituição universitária, e sim senso de justiça por parte das autoridades. Essa argumentação em torno do apelo ao bom senso, qualidade moral que não dependia da legislação, e a referência ao espírito de cooperação que dominava entre os intelectuais indicam a presença do ideário católico e da coesão de um grupo envolvido na crise entre governo e autoridades universitárias. É importante repetir, no sentido de se compreender o uso dessa argumentação, que naquele momento era reitor Armando Câmara e que Elpídio Paes, Walter Castilhos e Ivo Wolff, os conselheiros responsáveis pelo parecer em questão, tinham ligações com o grupo de intelectuais católicos militantes no estado (Trindade, 1982). Além disso, lembremo-nos de que apenas um membro desse conselho coeso (e católico?) não renunciou juntamente com Armando Câmara em 1949.

Por trás da crise entre universidade e governo estadual, portanto, é bastante provável que estivesse se desenvolvendo mais um capítulo da disputa em torno de concepções e posições que envolviam católicos e positivistas. Isso é apenas uma hipótese, já que seria necessário conhecer toda a composição do conselho

universitário e também saber exatamente quais seriam os setores beneficiados com a incorporação do Instituto de Belas Artes à Universidade (abertura de novos postos e, conseqüentemente, de novas “trincheiras” de onde seria possível retomar posições de poder na universidade, dominada, no momento, por intelectuais católicos). Seria necessário, também, investigar as diferentes forças políticas que compunham o governo estadual naquele instante, no qual foram feitas importantes concessões aos setores católicos que estavam em processo de reorganização e militância – questão instigante, mas que foge às possibilidades deste trabalho. O que o parecer e a crise entre governo e universidade revelam seguramente é que as dificuldades materiais que limitavam a ampliação e o desenvolvimento das atividades e atuação da Faculdade tinham poucas chances de serem solucionadas enquanto o governo estadual a gerenciasse. Essa situação independia do indivíduo que ocupava o posto de reitor pois Hervé, que era opositor dos católicos<sup>37</sup>, assim como Câmara, católico militante, parecem ter renunciado pelo mesmo motivo: dificuldades para gerenciar a universidade que se ampliava sem receber as verbas que necessitava para seu pleno funcionamento.

∴

Uma das questões acima esboçadas apresenta aspectos que devem ser examinados em maior profundidade em relação à implantação da Faculdade de Filosofia. Esses foram referidos como “ideológicos” por Trindade (1982) e Diniz da Silva (1992) e como “culturais e ideológicos” por Regner (1993) e dizem respeito à influência de um grupo de leigos católicos militantes na estruturação da Faculdade. Tanto o reitor, Armando Câmara, quanto o primeiro diretor da Faculdade de Filosofia, Álvaro Magalhães, estavam entre os principais articuladores do grupo chamado de “geração católica” por Fernando Trindade (1982). O tema assume relevância para esta pesquisa porque o período aqui analisado, antes da federalização da universidade, é quase todo coberto pela administração Câmara/Magalhães. O reitor assumiu em dezembro de 1945, renunciando em janeiro de 1949, enquanto a gestão de Álvaro Magalhães na Faculdade de Filosofia

---

<sup>37</sup> Hervé foi um destacado líder espírita na década de 20 e participou da organização de um “Congresso Pró-Manutenção dos Princípios Liberais da Constituição da República” no final da década de 20, em reação às emendas católicas propostas à Constituição nacional de 1891 (Gertz, 1999: 164-165).

ocorreu de março de 1946 até janeiro de 1949, quando renunciou três dias após o reitor (Moreira, 1967: 19).

O estreito vínculo entre catolicismo militante e atuação na área educacional, característica marcante da “geração católica”, na vida de Magalhães iniciara-se na década de trinta. Ele foi um dos fundadores, juntamente com Armando Câmara, por exemplo, e também vice-presidente da Associação de Professores Católicos (APC) em 1934 (Trindade, 1982: 49). Alguns membros da APC ocuparam importantes funções na UPA/URGS, inclusive após a federalização: Aurélio Py, Ary de Abreu Lima e Elyseu Paglioli foram reitores nas diferentes fases da universidade. Eloy José da Rocha, um dos secretários-gerais da APC, foi professor na Faculdade de Direito da UPA e chegou a Secretário de Educação. Outros diretores também foram professores na FLECL e na Faculdade de Filosofia da UPA: Amadeu Fagundes de Oliveira Freitas e Francisco Machado Carrion. A APC foi uma instituição importante na criação das duas Faculdades de Filosofia de Porto Alegre na década de 40 – a católica e a estadual – e tinha entre seus objetivos difundir o catolicismo em meios não confessionais (Trindade, 1982: 49). Um documento assinado por vários dos professores acima, datado do mesmo ano e enviado ao interventor Flores da Cunha, mostra que a articulação dos católicos em torno da criação e do controle das Faculdades de Filosofia em Porto Alegre é tão antiga quanto a criação da UPA, ocorrida no mesmo ano de 1934.<sup>38</sup> O documento, referido por Trindade (1982) e outros autores, revela as pretensões dos católicos em relação à Faculdade de Filosofia da UPA que era prevista já no decreto de criação da universidade.

Analisando-se o texto do documento de 1934 detidamente, verifica-se que os parágrafos iniciais foram dedicados a demonstrar, primeiramente, que o grupo de professores católicos já pensava na criação de uma Faculdade de Educação, Ciências e Letras “a fim de revigorar nos espíritos os princípios de uma cultura espiritualista e cristã”, começando pela formação das novas gerações, sob responsabilidade dos professores secundários, sem formação superior disponível até então no estado. Desta forma, evidenciam-se elementos semelhantes aos da argumentação de Alceu Amoroso Lima em torno do “espírito universitário” e da

---

<sup>38</sup> Os signatários da carta foram: Raul Moreira, Frederico Dahne, Elyseu Paglioli, Ary de Abreu Lima, Normélio Rosa, Ruy Cirne Lima, Mário Bernd, Álvaro Magalhães, Adalberto Pereira Câmara, Ivo Corrêa Meyer e Armando Câmara (In: Regner, 1993: 44).

ênfase dos católicos na formação de professores em detrimento do desenvolvimento de pesquisas na Faculdade de Filosofia, como visto anteriormente. Nos parágrafos seguintes, afirma-se que a clientela futura dessa Faculdade deveria ser, em sua maioria, oriunda dos Ginásios religiosos e que, portanto, “seria moralmente funesta a ruptura dessa orientação por um ensino acadêmico que lhe fosse franca ou veladamente contrário”. Mais adiante, argumenta-se que, em decorrência de não ser necessária a existência de duas Faculdades com o mesmo objetivo, deveria ser aproveitada “a cooperação dos representantes da cultura católica na organização definitiva da Faculdade de Educação, Ciências e Letras”. Por último, os signatários do documento indicam a Flores da Cunha a intermediação do Arcebispo Dom João Becker (In: Regner, 1993: 44).

A carta acima descrita evidencia o uso de argumentos morais e conjunturais com o objetivo de enfrentar uma disputa concorrencial entre instituições – a possível faculdade católica e a futura faculdade estadual – e pela ocupação de cargos de administração e docência que não se orientava exclusivamente pelos critérios do mérito e da competência científica. O fato de que a carta devesse se destinar ao chefe administrativo do estado para reivindicar posições na universidade, invocando ainda a intervenção da autoridade religiosa, demonstra o tipo de estratégia e critério de seleção a que estariam submetidos os professores de uma Faculdade controlada por esse grupo. Além disso, evidencia a inexistência da autonomia freqüentemente reivindicada no meio universitário em relação ao poder estadual, de forma às vezes contraditória, conforme discutido anteriormente em referência à crise entre governo e universidade em torno da incorporação do Instituto de Belas Artes.<sup>39</sup>

Somente com a entrada de Armando Câmara na reitoria da UPA e a nomeação de Álvaro Magalhães como diretor da Faculdade de Filosofia é que se concretizariam algumas intenções expressas em 1934. O insucesso do grupo em relação à criação da Faculdade de Filosofia com uma orientação católica naquele momento não pode ser superestimado. Os católicos tiveram um bom canal de

---

<sup>39</sup> Em relação ao período inicial da universidade, afirma Diniz da Silva (1992: 52): “Não obstante a autoridade incontestável do Reitor André da Rocha e do seu empenho, os primeiros anos foram, em verdade, de geral frustração de expectativas. (...) Negou-se a competência do Reitor e do Conselho Universitário de contratar professores sem a autorização prévia do Chefe do Governo. O mesmo com a execução de qualquer despesa.” A autonomia universitária somente foi obtida por lei em 1944 (Diniz da Silva, 1992: 77).

comunicação com o governo de Flores da Cunha como se pode verificar abaixo, em contatos mantidos com dois secretários de estado, Othelo Rosa e Darcy Azambuja apesar de os mesmos serem qualificados freqüentemente como “positivistas”.

Em 1935, o professor da Escola de Agronomia da UPA, Álvaro Magalhães, dirigiu um apelo ao secretário do Interior, Darcy Azambuja, repassado ao interventor do estado, Flores da Cunha, reivindicando seu aproveitamento como catedrático na disciplina que lecionava, Física, da qual fora “esbulhado” e “aproveitado apenas como interino” (sublinhado no original). Darcy Azambuja, que, além de secretário de estado, era catedrático da Faculdade de Direito e, portanto, colega do reitor André da Rocha, também professor naquela Faculdade, enviou uma carta a este último referindo-se ao apelo de Álvaro Magalhães:

“Sr. Reitor,

Levo ao vosso conhecimento que, em face da exposição que fez o engenheiro Álvaro Magalhães, de sua situação nessa Universidade, como professor da Escola de Agronomia e da Escola de Engenharia e atendendo ao parecer do engenheiro diretor desta última Escola, o Sr. Governador do Estado resolveu que seja nomeado professor catedrático de Física da Escola de Engenharia o referido engenheiro, conforme se verifica da cópia do expediente incluso.

Saúde e fraternidade

Darcy Azambuja, Secretário do Interior”.<sup>40</sup>

As relações de Darcy Azambuja com o grupo católico foram enfatizadas por Trindade. Através de uma aproximação progressiva, este egresso da Escola Militar, de formação mais próxima do positivismo, posicionou-se em outros momentos de maneira favorável aos católicos, escreveu nas revistas administradas pelo grupo e ingressou no corpo docente do curso de Filosofia da Faculdade Livre de Educação, Ciências e Letras implantada pelos irmãos Maristas em 1940. Azambuja, portanto, pode ter sido um canal de negociação entre os católicos e governo.

Ainda no governo de Flores da Cunha, Magalhães, um católico militante, foi chamado por Othelo Rosa, reconhecido defensor de princípios positivistas como o ensino leigo e a cultura agnóstica (Gutfreind, 1998: 118), para organizar o Colégio Universitário. Essa iniciativa aponta para a possibilidade de uma grande dependência do governo estadual em relação aos católicos no que diz respeito aos

---

<sup>40</sup> CR/1935 a 1938, 03 jun. 1935.

assuntos educacionais ou para o uso da educação como elemento de barganha em outras negociações. Afirma Magalhães em seu depoimento:

“disse-lhe que só poderia aceitar a designação se o governo me permitisse escolher livremente os professores, sem nenhuma injunção de qualquer natureza. Aí, foi o titular da Educação que me pediu 24 horas, para ouvir o Governador, pois acreditava que este não iria aceitar a condição. Declarei-lhe que, neste caso, não me mandasse chamar mais. Sem esse condicionamento, reafirmei ser minha convicção profunda que sem um professorado que trabalhasse de maneira coesa em torno de um planejamento pedagógico, seria *impossível*<sup>41</sup> realizar o Curso Complementar previsto na legislação do ensino secundário, principalmente porque o curso se iniciaria no meio do ano, em junho, já decorridos três meses do ano letivo. As condições eram muito diversas e difíceis, exigindo-se, conseqüentemente, muito idealismo e participação consistente dos professores, com a extensão letiva ao período de férias escolares.

“Contra a minha expectativa, passadas as 24 horas, o Secretário Othelo Rosa deu-me a resposta do Governador, concedendo-me a liberdade de escolha dos docentes” (grifo meu).<sup>42</sup>

Esse depoimento de Magalhães, analisado em conjunto com a carta dos católicos de 1934 e seu “apelo” em 1935, evidencia que, apesar de a carta não ter sido atendida, o governador não permaneceu insensível às demandas do grupo católico, que foi conquistando, progressivamente, também no ensino superior, um espaço que se ampliava cada vez mais junto ao poder estadual naquele período. Algumas expressões e idéias são semelhantes na carta de 1934 e no depoimento referente ao ano de 1936: professorado e planejamento pedagógico coeso, idealismo e escolha livre dos professores. A decorrência lógica dessas proposições e argumentações é a de que o corpo docente seria de orientação católica, tal como desejara o grupo da carta de 1934. Ainda segundo seu depoimento, “o Colégio Universitário seria a semente da Faculdade de Filosofia” (Magalhães, 1983: 592). Conforme podemos atestar na análise da correspondência do período em que Armando Câmara e Álvaro Magalhães trabalhavam “coesos” e conforme seu “idealismo” na Faculdade de Filosofia da UPA/URGS, algumas das diretrizes apontadas em relação ao Colégio Universitário foram seguidas naquela instituição, realizando em grande parte também os objetivos colocados na carta de 1934.

---

<sup>41</sup> A palavra impossível, grifada, foi colocada neste trabalho em substituição à palavra “possível” encontrada no texto original. A inconsistência flagrante desta com o restante do texto evidencia seguramente um erro de impressão no original.

<sup>42</sup> Magalhães, 1983, p. 591.

A condição imposta por Magalhães, a da escolha de um grupo de professores identificado com o catolicismo, era uma das estratégias utilizadas pelos católicos do Rio de Janeiro, especificamente Alceu Amoroso Lima, quando logravam uma posição de poder em uma instituição educacional. Em troca do conhecimento e experiência com as lides educacionais a serem colocados a serviço do estado na organização e implantação dos novos investimentos na educação, os católicos barganhavam o poder de escolha de todo um grupo de professores identificados com seu ideário. O fato de que Othelo Rosa, um “positivista”, tenha aceito a condição imposta por Magalhães reforça a tese de Schwartzman (ver Capítulo 1) de que o Estado nacional varguista necessitava do conhecimento, da tradição e da influência dos católicos no campo educacional para implementar seu projeto nacionalista, centralizador e autoritário.

Outro episódio apontado como de significativa importância para as relações estabelecidas entre os católicos e a Faculdade de Filosofia foi a polêmica entre o padre Leonardo Fritzen e o escritor Érico Veríssimo em 1943, justamente quando entravam em funcionamento os cursos de Letras, Filosofia, Pedagogia e Geografia e História (Trindade, 1984: 35-98). O padre Fritzen lecionava no Ginásio Anchieta e escreveu um artigo em uma revista interna da instituição, criticando principalmente aspectos morais do romance *O Resto é Silêncio*, de Érico Veríssimo. Este, movido pela intenção política de combater a conformidade geral da nação em relação ao Estado Novo, decidiu reagir contra a Igreja, que considerava aliada deste. Desta forma, moveu uma queixa crime contra o padre, que teve como consequência a elaboração de uma moção de solidariedade ao religioso, de enorme repercussão, datada de 28 de abril de 1943. Essa moção foi assinada por muitos militantes do movimento leigo católico, dentre eles, aqueles que viriam a ser professores da Faculdade de Filosofia da UPA, em processo de instalação. Por outro lado, um grupo de intelectuais também manifestou seu apoio a Érico Veríssimo através de um “a pedido” no diário de Notícias em 02 de maio de 1943. O episódio foi resolvido com a absolvição do padre devido a uma prescrição da queixa, ou seja, de modo que não se julgasse o mérito, em 1944. A ida de Veríssimo para os Estados Unidos e sua permanência naquele país até 1945 teria sido também uma consequência da polêmica com o padre Fritzen e da situação que enfrentava no Brasil, em relação ao Estado Novo e seu Departamento de Imprensa e Propaganda.

Segundo Trindade (ib.: 35), “os partidários do padre Fritzen representavam o poder político instaurado e sua imagem social, no caso específico, a Faculdade de Filosofia, e de outro lado, os aliados do poder”. Dentre os apoiadores do padre Fritzen, estavam vários professores da Faculdade de Filosofia, inclusive do curso de Geografia e História, além de Armando Câmara. Dentre as ausências mais destacadas entre os apoiadores, estavam a de Álvaro Magalhães, que era, também, funcionário da Livraria do Globo, e a de João Pereira Coelho de Souza, Secretário da Educação na época, que preferiu manter-se “eqüidistante” no episódio (ib.: 57).

Dentre os apoiadores de Érico Veríssimo, verificou-se uma pluralidade de posicionamentos políticos, que envolvia desde intelectuais de esquerda, ligados ao Partido Comunista, até os que estavam envolvidos com a sustentação do Estado Novo, demonstrando uma unidade circunstancial. Algumas ausências também foram destacadas entre os apoiadores de Veríssimo, como a de Darcy Azambuja, devido, segundo Trindade (ib.: 62), à sua “posição difícil: de um lado, comprometido com a Globo e, de outro, com o grupo de católicos, por ser professor da recém instalada Faculdade de Filosofia da Universidade de Porto Alegre”.

A polêmica Fritzen/Veríssimo, desta forma, esteve muito próxima de pessoas diretamente envolvidas com a docência no curso de Geografia e História da UPA e com a administração da Faculdade de Filosofia em seu período inicial. A influência que esse episódio e o movimento leigo católico em geral possam ter exercido na escolha dos professores da Faculdade de Filosofia, especificamente do curso de Geografia e História, será examinada mais detidamente no Capítulo 3.

∴

Após a gestão de Álvaro Magalhães, assumem a direção da Faculdade de Filosofia durante o período abrangido neste trabalho, Gaspar Dilermando Ochoa, também apontado por Trindade como um integrante da “geração católica”, de janeiro de 1949 a setembro de 1950, e Bernardo Geisel, de setembro de 1950 a novembro de 1953. Álvaro Magalhães não deixa de ser influente na Faculdade, pois logo após a sua saída, ainda no primeiro semestre de 1949, é empossado como chefe do Departamento Cultural da URGS, que funcionou submetido à hierarquia da Faculdade de Filosofia, contou com um assistente e ocupou-se de vários empreendimentos anteriormente coordenados por Álvaro Magalhães durante sua gestão na direção da Faculdade.

O período final da gestão de Magalhães e todo o período da gestão de Ochoa e Geisel foram marcados respectivamente pelo aprofundamento da crise financeira da universidade, que gerou os conflitos entre autoridades universitárias e da administração estadual, e a tramitação do projeto de federalização da universidade, que consubstanciou-se como a saída mais viável para a situação que se criara. Como amostra do clima criado anteriormente à renúncia coletiva de Câmara, Magalhães e Conselho Universitário, pode ser tomado um parecer emitido por este último, em dezembro de 1948, quanto a um pedido de regulamentação do curso de Doutorado encaminhado pelo diretor da Faculdade de Filosofia já em 1947,<sup>43</sup> no qual se evidencia o histórico de reivindicações das autoridades universitárias não atendidas pela administração estadual: “As atas deste Conselho, porém, e as que registram as atividades dos demais órgãos dirigentes desta Universidade, são os documentos que a eximem de responsável pela indigência e pelo risco de fossilização em que se encontra”.<sup>44</sup>

Desta forma, com a crise institucional ocasionada pela renúncia coletiva que sucedeu esses acontecimentos quase um mês depois, a federalização passou a ser esperada, determinando o ritmo das atividades da Faculdade de Filosofia e muitas das suas decisões. O clima era de expectativa e mobilizações. Os professores mobilizavam-se no sentido de garantir suas posições nas cátedras, evitando a abertura de concurso, argumentando a legitimidade de sua situação, com o que concordava o diretor da Faculdade.<sup>45</sup> Por outro lado, os alunos que até então não se mostravam desfavoráveis aos atos da direção da Faculdade, cobravam do diretor Gaspar Dilermando Ochoa a implantação dos cursos de Jornalismo e Ciências Sociais e questionavam os rumores da efetivação dos catedráticos sem concurso.<sup>46</sup> Enquanto isso, o reitor buscava sensibilizar as autoridades federais em relação à necessidade de federalização da universidade, no que era apoiado pelos professores e diretor da Faculdade.<sup>47</sup> Nesse sentido, verificou-se também o envio de documentos do reitor ao diretor da Faculdade, tais como as normas federais para

---

<sup>43</sup> CE, 1947, 13 ago.

<sup>44</sup> CR, 1948, 04 dez.

<sup>45</sup> CE, 1949, 20 abr.

<sup>46</sup> CR, 1950, 31 maio; CR, 1950, 30 maio.

<sup>47</sup> CE, 1950, 10 ago.

concursos do magistério, editadas pelo Serviço de Divulgação da própria universidade em 1949, e outras informações sobre a legislação para concursos, que sugerem a existência de uma intenção por parte do primeiro de abrir processos seletivos para provimento das cátedras.<sup>48</sup> Em suma, duas novidades surgiram na Faculdade de Filosofia nos anos de 1949 e 1950: a luta e expectativa pela federalização e a colocação em pauta da situação dos professores da Faculdade. Nesse período, esboçava-se mais uma crise que atingiria a universidade em 1952, dessa vez com a participação importante dos alunos, principalmente da Faculdade de Direito, que entraram em greve reivindicando influir na forma de efetivação dos catedráticos implementada durante o processo de federalização.<sup>49</sup>

Além dessas novidades, cabe destacar o surgimento de advertências do Ministro da Educação, que eram encaminhadas por Alexandre Rosa, reitor que sucedeu Câmara, a Gaspar Ochoa, no sentido de que se alertasse para determinadas atividades estudantis que eram suspeitas de “infiltração comunista”. Em uma dessas circulares, o Ministro alertava para a necessidade de esclarecer aos jovens o caráter democrático das instituições políticas brasileiras como a primeira sugestão que apresentava aos professores no sentido de evitar a confusão da democracia com outras concepções perigosas:

“A primeira delas é a de melhor e de mais constante esclarecimento de nosso regime político e de suas instituições à mocidade estudiosa. Por falta desse esclarecimento, e em virtude da ação pertinaz e solerte de inimigos da democracia, a juventude facilmente passa a confundir espírito de liberdade com intuídos de subversão, a dignidade com a exaltação, o devido respeito ao educando, que é dever dos mestres, com a licença dos discípulos. Esquecer as obrigações escolares, o devido respeito às autoridades e aos professores e o esforço contínuo e perseverante por seu próprio aperfeiçoamento – chega a parecer a alguns jovens de hoje não só o regular, mas traço distintivo de eleitos”.<sup>50</sup>

No entanto, a maior preocupação com o comunismo não decorreu apenas em resposta à iniciativa do ministro, verificando-se também na divulgação de conferências que tratavam sobre o assunto no meio universitário.<sup>51</sup> O sentimento de anticomunismo, que já estava presente entre as autoridades universitárias da

---

<sup>48</sup> CR, 1949, jul. e s/data.

<sup>49</sup> Para maiores detalhes sobre a federalização da URGs, ver Diniz da Silva, 1992: 104-124.

<sup>50</sup> CR, 1949, abr., s/data.

<sup>51</sup> CR, 1948, s/data; CR, 1949, 13 abr., 31 ago., 8 nov.; CE, 1949, 04 maio.

UPA/URGS desde meados da década de 40, por influência forte de Armando Câmara,<sup>52</sup> foi muito mais explícito, entretanto, no período posterior à sua saída – a partir de 1949 –, como evidenciou a correspondência da Faculdade de Filosofia. Essa exacerbação do anticomunismo na universidade era coerente com a recente ilegalização do Partido Comunista no Brasil, decorrida da intensificação do combate ao comunismo no pós-guerra.

A análise da documentação indica que, no período posterior à saída de Magalhães, as expectativas criadas com a possibilidade de federalização e a tramitação do projeto nesse período no Congresso Nacional ocasionaram, em parte, uma redução das iniciativas e empreendimentos da direção da Faculdade, que se evidencia na comparação do volume de correspondências expedidas e recebidas pela instituição nos anos de 1948 e 1949. De um ano para o outro, as correspondências reduziram-se mais ou menos pela metade. De outra parte, deve ser considerada a particularidade da gestão Câmara/Magalhães, que possibilitou uma atuação coesa e afinada e teve ganhos consideráveis devido às articulações de que foi capaz. Nos anos de 1949 e 1950, portanto, não houve modificações substanciais, além das referidas anteriormente, no funcionamento geral da Faculdade de Filosofia. Verificou-se a continuidade das dificuldades relativas à falta de uma sede e não se alterou a estrutura burocrática e administrativa nem o sistema de contratação de professores.

## ***2.2 Os Estatutos da Faculdade e o curso de Geografia e História.***

O curso de Geografia e História deveria seguir a letra da lei federal, como todo o ensino superior, a partir da Revolução de Trinta. Uma Universidade estadual equiparada, como era o caso da Universidade de Porto Alegre, deveria observar os seguintes requisitos:

“a) ministrar em cada curso o ensino no mínimo de todas as disciplinas obrigatórias do curso correspondente de instituto federal congêneres;

---

<sup>52</sup> Ver Trindade (1982) e Diniz da Silva (1992: 68-70).

- b) organizar o curso e os períodos letivos de modo que tenham, no mínimo, duração igual aos do instituto federal congêneres;
- c) observar o regime escolar, no mínimo, de rigor equivalente ao do instituto federal congêneres<sup>53</sup>

e também:

“As universidades estaduais ou livres, enquanto não tiverem os respectivos estatutos aprovados, nos termos deste decreto, deverão obedecer às leis e aos regulamentos que estabelecem a organização e o funcionamento da Universidade do Rio de Janeiro, em tudo o que não colidir com o presente decreto”.<sup>54</sup>

Os livros de portarias dos reitores, no período precedente à instalação da Faculdade de Filosofia e no período inicial, estão repletos de portarias que, à semelhança da que foi citada, apresentam um ou mais excertos de decretos-leis, portarias e outros instrumentos legais, de proveniência federal e estadual, aos quais deveriam se enquadrar os diferentes institutos da universidade. Nesse sentido, a Faculdade de Filosofia surge em pleno desenvolvimento de um processo de adequação da Universidade de Porto Alegre ao regime universitário, buscando integrar suas diferentes escolas e institutos superiores, e também de adequação a uma legislação centralizada e válida para todo o Brasil. Uma demonstração dessa necessidade de enquadramento é a existência, junto aos documentos da Faculdade de Filosofia preservados no Museu Universitário da UFRGS, de um livro com a Legislação do Ensino Superior desde 1931 até 1939, editado, aliás, pela Universidade de São Paulo, que obviamente enfrentava o mesmo processo. Além desse livro, havia outro, encadernado da mesma forma que os demais documentos da Faculdade, cujo título era “Leis”. Neste encontramos recortes dos diários oficiais da União e do Estado, cópias datilografadas de decretos, portarias e leis, referentes à Faculdade de Filosofia da UPA e ao Ensino Superior no Brasil.

Era necessário um enorme esforço por parte dos administradores da Universidade, como foi visto na demora para a implantação da Faculdade de Filosofia, para atender as exigências mínimas da lei e seguir o padrão exigido em nível nacional. Segundo Schwartzman *et alli* (1984: 208) a “concepção grandiosa” do projeto da Universidade do Brasil prejudicou o seu próprio desenvolvimento trazendo também “como seqüela a morte ou a tentativa de sufocamento de outras

---

<sup>53</sup> Decreto federal n.º 24279, de 22 de maio de 1939 (LPR/1939 a 1944, P. 13, 1940).

<sup>54</sup> Decreto federal n.º 22579, de 27 de março de 1933, artigo 5º. (LPR/1939 a 1944, P. 13, 1940).

iniciativas mais modestas e localizadas que não se ajustavam ao grande projeto, a começar pela Universidade do Distrito Federal”.

Não é de surpreender, portanto, que o primeiro Regimento Interno da Faculdade de Filosofia da UPA, dadas as exigências da lei e as dificuldades de implementar algo além disso, fosse quase idêntico ao da Faculdade Nacional de Filosofia. Na 96ª sessão do Conselho Universitário da UPA, de 03 de junho de 1942, o Conselho aprovou as seguintes indicações do Reitor: “adotar-se, para todos os efeitos, o Regimento Interno da Faculdade Nacional de Filosofia” e “adotarem-se os programas vigentes na Faculdade Nacional de Filosofia”.<sup>55</sup>

De acordo com esse regimento, a Faculdade de Filosofia compreendia cinco seções: a de Filosofia, Ciências, Letras, Pedagogia e Didática. O curso de História e Geografia pertencia à seção de Ciências, juntamente com os cursos de Matemática, Física, Química, História Natural e Ciências Sociais (que foi implantado apenas em 1959). Nesse sentido, como foi dito, o regimento interno seguia o decreto federal 1190, de abril de 1939. Mas é curioso verificar que a legislação federal vigente até 1939, o Decreto n. 19852 de 1931, integrante da chamada Reforma Campos, colocava o curso de Geografia e História na seção de Letras, juntamente com os cursos de Filosofia, Letras e Línguas Vivas (USP, 1939: 106). Assim, pode-se dizer que os decretos-leis, a partir de 1939, evidenciam o abandono da concepção da história como sendo mais próxima da composição literária e estética vigente no século XIX no Brasil para apresentar uma visão mais coerente com o enfoque sociológico dominante no meio intelectual da década de 30 (do século XX) brasileira.<sup>56</sup>

∴

Segundo o regimento interno da Faculdade e o decreto federal no qual se baseara, o curso de Geografia e História deveria ter, no mínimo, o seguinte currículo e seriação:<sup>57</sup>

---

<sup>55</sup> Ata da 96ª sessão do Conselho Universitário, Livro do Reconhecimento, 1944, p. 2.

<sup>56</sup> Sadek (1983: 441) refere-se a uma expressão utilizada por Mário de Andrade que sintetiza o fervor pela Sociologia nos anos trinta: “A sociologia é a arte de salvar rapidamente o Brasil”.

<sup>57</sup> Esse currículo e o texto do decreto estão em: Regimento Interno da Faculdade de Filosofia da UPA, 1942; Guia da Faculdade de Filosofia de 1943; e em Moreira, 1967, ps. 103-104.

### **Primeira Série**

Geografia Física

Geografia Humana

Antropologia

História da Antigüidade e da Idade Média

### **Segunda Série**

Geografia Física

Geografia Humana

História Moderna

História do Brasil

Etnografia

### **Terceira Série**

Geografia do Brasil

História Contemporânea

História do Brasil

História da América

Etnografia do Brasil

A inexistência de outras disciplinas que enriquecessem o currículo ou o adaptassem à realidade regional parece ter sido devida muito mais à precariedade de recursos financeiros e humanos destinados à Universidade do que a um apego ao legalismo, pelo menos no momento inicial. A lei federal, apesar de representar um esforço de padronização do ensino em nível nacional, não proibia o acréscimo de disciplinas, mas estipulava um currículo mínimo a ser seguido.

Muitos dos licenciados em Geografia e História faziam posteriormente o curso de Didática, que tinha como currículo o mesmo proposto na organização da Faculdade Nacional de Filosofia, que devia ser cumprido em um ano:<sup>58</sup>

Didática Geral

Didática Especial

---

<sup>58</sup> Ib.

Psicologia Educacional  
Administração Escolar  
Fundamentos Biológicos da Educação  
Fundamentos Sociológicos da Educação

Em relação às disciplinas constantes no currículo mínimo obrigatório, adotado pela Faculdade de Filosofia da UPA, pode ser feita uma comparação com o currículo anteriormente aprovado pelo Conselho Universitário para a UPA no projeto estadual da Faculdade de Educação, Ciências e Letras de 1936.<sup>59</sup>

### 1ª série

Geografia Geral  
Geografia Econômica  
História da Civilização (antiga e medieval)  
Psicologia Geral e Experimental

### 2ª série

Antropogeografia, especialmente do Brasil  
História Moderna e Contemporânea  
História e Proto-história da América, especialmente do Brasil  
História da Filosofia

### 3ª série

Geografia Econômica do Brasil  
História do Rio Grande do Sul  
Filosofia da História  
Sociologia  
Metodologia da História e da Geografia

Esse currículo teve de ser modificado em prol da prescrição federal e nunca entrou em vigor na UPA. Destaca-se a presença de disciplinas como História da

---

<sup>59</sup> Plano de Ensino da Faculdade de Educação, Ciências e Letras – aprovado pelo Conselho Universitário (Regner, 1993: 42).

Filosofia, Filosofia da História e História do Rio Grande do Sul. As disciplinas de Psicologia e Sociologia podem ser consideradas coincidentes com o currículo de 1943 se forem levadas em conta as cadeiras do curso de Didática para habilitação em licenciatura. Em 1947, quando foi realizada uma pesquisa de opinião entre os professores para a elaboração de um plano de reestruturação dos cursos da Faculdade de Filosofia, a pedido de Armando Câmara, verifica-se que a diferente configuração de forças dentro do curso de Geografia e História pode ter influenciado a proposta resultante. Foi proposta a manutenção da seriação do currículo federal, com o acréscimo de algumas disciplinas: Geografia Matemática e Astronômica na 1ª série, Noções de Topografia e Cartografia na 2ª série e Filosofia da História na última série.<sup>60</sup> Em relação ao projeto de 1936, apenas a Filosofia da História é a disciplina em comum sugerida pelos professores que elaboraram a proposta de 1947. A ênfase na inclusão de disciplinas ligadas à Geografia sugere que a proposta de reestruturação do curso também fora submetida à influência de um destacado docente do curso nesse período: o Professor Lourenço Prunes, catedrático de Geografia Humana e chefe do Departamento de Geografia e História.<sup>61</sup>

Além disso, destaca-se no currículo federal adotado pela Faculdade de Filosofia em 1943 a ausência de uma disciplina relacionada à pesquisa, como a de Metodologia da História e da Geografia, presente no currículo de 1936. Outra ausência significativa foi a da disciplina de História do Rio Grande do Sul. Dante de Laytano referiu-se à inclusão dessa disciplina no currículo das duas Faculdades de Filosofia de Porto Alegre, nas quais lecionou, como uma luta que ele travara com algumas dificuldades de difícil resolução:

“Por que não se ensinava História do Rio Grande do Sul?”

Comecei então uma longa jornada. Os primeiros passos para enfrentar a poderosa máquina burocrática, desvencilhar-me dos obstáculos medíocres e enfrentar a verdade. Aconteceram coisas fabulosas. Uma alta autoridade perguntou-me se havia assunto para um programa de um ano de História do Rio Grande do Sul. Não respondi. Voltei à carga de todas as maneiras e forças. E venci. Consegui na década de 50 incluir a disciplina de História do Rio Grande do Sul nas duas Faculdades de Filosofia” (Laytano, 1979: 15).

---

<sup>60</sup> CE/1947, n.º 88.

<sup>61</sup> O prestígio adquirido por Prunes junto ao diretor Magalhães será destacado no Capítulo 3.

No entanto, é de surpreender que, tendo sido objeto da luta pessoal de Laytano, a disciplina não tenha figurado na proposta de reestruturação quando este já lecionava na Faculdade. O docente teria perdido a oportunidade de inserir sua sugestão no conjunto das proposições ou os geógrafos do grupo teriam se oposto? Difícil determinar as causas dessa omissão. Entretanto, nenhuma sugestão foi incorporada, e o currículo seguiu inalterado até o desmembramento dos cursos, que ocorreria apenas em 1955. Quanto à inclusão da Disciplina de História do Rio Grande de Sul na década de 50, as informações obtidas até 1955 não confirmam essa afirmação. Isso pode ter acontecido depois de 1955 ou de maneira informal, sem entrar no currículo oficial inicialmente. A professora Helga Piccolo, que ingressou na UFRGS como auxiliar de ensino da cadeira de História do Brasil em 1960<sup>62</sup>, declarou não existir ainda a disciplina de História do Rio Grande do Sul naquele ano. O que acontecia é que a cadeira de História do Brasil tinha seu conteúdo dividido entre dois professores: ela lecionava a parte de História do Brasil, e Laytano, a parte de História do Rio Grande do Sul.<sup>63</sup>

As disciplinas do curso de Geografia e História eram agrupadas nas seguintes cátedras<sup>64</sup>:

<b>Antropologia e Etnografia</b>	Antrop., 1ª s., Etnografia, 2ª s., Etnogr. do Brasil, 3ª s.
<b>Geografia Física e Geografia do Brasil</b>	Geografia Física, 1ª e 2ª s., Geografia do Brasil, 3ª s.
<b>Geografia Humana</b>	Geogr. Humana 1ª e 2ª s.
<b>História da Antiguidade e da Idade Média</b>	Hist. da Ant. e Id. Méd., 1ªs.
<b>História Moderna e Contemporânea</b>	História Moderna, 2ª s., História Contemporânea, 3ª s.
<b>História do Brasil</b>	História do Brasil 1ª e 2ª s.
<b>História da América</b>	História da América, 3ª s.

---

<sup>62</sup> Atas da Comissão Julgadora do processo seletivo para Auxiliar de Ensino da Cadeira de História do Brasil dos dias 18 e 20 de outubro de 1960 (Livro de processos de seleção da Faculdade de Filosofia, 5 mar. 1957 a 14 dez. 1961).

<sup>63</sup> Depoimento prestado à autora em setembro de 2001.

<sup>64</sup> Ver decreto estadual n. 1500, de 7 jul. 1947 e decreto federal n. 1190, de 4 abr. 1939.

As cátedras tinham uma estrutura hierárquica na qual a posição mais elevada era a do catedrático que escolhia pessoalmente seus assistentes e lhes definia as tarefas e atividades. No período abordado existiram apenas essas posições na hierarquia acadêmica do curso, sendo que posteriormente foram incluídas as funções de instrutores e auxiliares de ensino. As atribuições dos catedráticos e assistentes eram previstas na legislação que reformou o ensino superior em 1931, mas seguia uma tradição instituída nacionalmente nesse nível de ensino desde os tempos coloniais.<sup>65</sup>

∴

O Regimento Interno contém uma seção dedicada às condições de admissão dos alunos aos cursos onde destacamos inicialmente que a via de acesso ao curso de Geografia e História, assim como aos outros cursos da Universidade de Porto Alegre, era o vestibular e as transferências de outras universidades. Dentre os documentos exigidos para a inscrição no concurso vestibular estava a “prova de conclusão do secundário completo”. Para esse item foram previstas algumas exceções dentre as quais se destaca a que diz respeito aos “professores normalistas com curso regular de pelo menos 6 anos e exercício magisterial na disciplina escolhida”.<sup>66</sup> Esses poderiam candidatar-se aos cursos de Pedagogia, Letras e Geografia e História. Os cursos Normais nem sempre eram reconhecidos como equivalentes ao curso secundário completo e não estavam sujeitos a diretrizes estabelecidas pelo Governo Federal, ficando sob a responsabilidade de cada Estado até 1946, quando foi promulgada a Lei Orgânica do Ensino Normal no Brasil (Romanelli, 1999:163). Em São Paulo, por exemplo, apenas três escolas Normais tinham o *status* de formação secundária durante a República Velha. As outras oito escolas desse tipo existentes neste estado eram “Normais Primárias” (Limongi, 1989:130-131). Deduz-se que os “professores normalistas” referidos nessa seção do Regimento Interno da Faculdade de Filosofia da UPA fossem normalistas primários em exercício do magistério.

---

<sup>65</sup> Sobre a cátedra como unidade organizativa das universidades e da Faculdade de Filosofia ver respectivamente o decreto federal 19851, 11 abr. 1931, arts. 49 a 70 e Fávero (1990).

<sup>66</sup> Regimento Interno da Faculdade de Filosofia, 1942, ps. 7-8.

Mais tarde, em 13 de abril de 1945, o governo do estado do Rio Grande do Sul baixou o decreto 1506, “visando ao aperfeiçoamento cultural e pedagógico do professorado público” que autorizava

“a inscrição de professores normalistas como alunos especiais nos cursos de Filosofia, Pedagogia, Letras Clássicas, Letras Anglo-germânicas, Letras Neolatinas e Geografia e História da Faculdade de Filosofia, assegurando-lhes vantagens ligadas exclusivamente ao exercício de suas funções na órbita do magistério primário e normal”.<sup>67</sup>

Desta forma, podiam inscrever-se naqueles cursos os “professores diplomados por escolas de formação do magistério primário do Estado, oficiais ou reconhecidos”.<sup>68</sup>

Outra exceção refere-se aos professores que já estivessem registrados na Diretoria de Ensino Secundário. Eram dispensados do certificado da formação secundária se comprovassem exercício de mais de três anos *nas disciplinas que pretendessem cursar*. Nesses dois casos previstos de flexibilização no título requerido para o ingresso na Faculdade de Filosofia, pode ser verificado o quadro confuso criado em um período de Reformas sucessivas no ensino brasileiro, no qual se criou uma série de diferentes formações passíveis ou não de ser reconhecidas como degraus legítimos de acesso ao Ensino Superior. No momento em que se inaugurava a formação superior não apenas em Geografia e História, mas também nas outras áreas previstas nas Faculdades de Filosofia, tornava-se também obrigatória a concessão de exceções no sentido de regularizar a situação de inúmeros professores que davam aulas no Ensino Secundário sem a formação que agora o Estado passava a proporcionar e exigir. Além dessas exigências, algumas facilidades foram proporcionadas aos professores. O decreto estadual n.º 1506, de 13 de abril de 1945, referido, além de permitir a inscrição e freqüência de normalistas primários nos cursos da Faculdade de Filosofia até que pudessem prestar vestibular, previa redução de anuidade escolar aos mesmos<sup>69</sup>

Entre os casos especiais de ingresso na Faculdade de Filosofia, também era previsto o reconhecimento dos pesquisadores que trabalharam nesse período sem a formação superior. Estes estavam enquadrados no último item das exceções. Os

---

<sup>67</sup> LPR/1945, P. 20, 16 abr.

<sup>68</sup> Ib.

<sup>69</sup> LPR/1945, P. 20, 16 abr.

autores de trabalhos publicados “considerados de excepcional valor pelo C.T.A. da Faculdade, ou órgão equivalente no curso correspondente ao assunto científico, literário, filosófico ou pedagógico” também estavam dispensados de apresentar o certificado do secundário completo e deviam “requerer o prévio reconhecimento de seu excepcional valor ao C.T.A”.<sup>70</sup>

A preocupação com a abertura de exceções e a especificação de seus limites é apenas uma amostra do zelo evidenciado no primeiro Regimento Interno quanto às condições de admissão aos novos cursos superiores. Existem 25 artigos pormenorizados a respeito dos exames vestibulares e outros ainda sobre os requerimentos a serem utilizados na inscrição ao mesmo. Pode-se acrescentar ainda que, além desses artigos referentes ao vestibular, havia outro artigo que se ocupava das condições de ingresso nos cursos, com sete parágrafos destinados à transferência de alunos de outras faculdades para os cursos da Faculdade de Filosofia da UPA.

Não se pretende, contudo, detalhar o Regimento Interno da Faculdade de Filosofia. Este, bem como os textos dos decretos-leis federais e estaduais, somente serão considerados na medida em que possam elucidar os rumos tomados pelo Curso de História e Geografia em seu período inicial, primeiramente, e as mudanças mais significativas até o final dos anos 40, posteriormente. Sabe-se também que, apesar de existirem os regulamentos, as leis e alguma fiscalização dos mesmos, nem sempre essas fontes revelam ou explicam muitas das práticas adotadas na vida acadêmica. No entanto, torna-se evidente no estatuto da Faculdade o esforço pela padronização do ensino secundário através da normatização do mercado profissional dos professores.

O decreto federal 1190, de 1939, deu um prazo para a exigência dos títulos conferidos pelas Faculdades de Filosofia no exercício do magistério secundário, da função de assistente das universidades e de cargos técnicos no Ministério da Educação. O Artigo 51 prevê que o título conferido por essa instituição:

“a partir de 1º de janeiro de 1943 será exigido:

a) para o preenchimento de qualquer cargo ou função do magistério secundário ou normal, em estabelecimento administrado pelos poderes públicos ou por entidades particulares, o diploma de licenciado correspondente ao curso que ministre o ensino da disciplina a ser lecionada;

---

<sup>70</sup> Regimento Interno da Faculdade de Filosofia da UPA, 1942, p. 8.

b) para o preenchimento dos cargos ou funções de assistentes de qualquer cadeira, em estabelecimentos destinados ao ensino superior da filosofia, das ciências, das letras ou da pedagogia, o diploma de licenciado correspondente ao curso que ministre o ensino da disciplina a ser lecionada;

c) para o preenchimento dos cargos de técnicos de educação do Ministério da Educação, o diploma de bacharel em Pedagogia”.<sup>71</sup>

Apesar do prazo previsto, se forem observados os Estados onde já haviam sido implantadas efetivamente as Faculdades de Filosofia, aptas a emitirem esses títulos, pode-se verificar que o Rio Grande do Sul foi um dos poucos a se habilitar, mesmo que precariamente, a cumprir o que definia a legislação de 1939.<sup>72</sup>

É necessário ressaltar que, num primeiro momento, a Faculdade de Filosofia no Rio Grande do Sul parece não ter vindo prioritariamente preencher uma necessidade ou demanda de um mercado de profissões, como sugere Miceli (1979) para o caso da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP. O que se verifica na análise conjunta das leis que regulamentam o Ensino Superior no Brasil e de sua aplicação no Rio Grande do Sul, especialmente no caso da Faculdade de Filosofia, é a característica intervencionista do governo federal. Este criou e regulamentou as Faculdades de Filosofia e, concomitante a elas, uma legislação que obrigava os professores secundários a ingressar nas mesmas. Mas além dessa legislação federal, o governo estadual criou também condições forçadas de ingresso dos professores secundários que já se encontravam em atividade na rede escolar pública e privada do Rio Grande do Sul na Faculdade de Filosofia. Assim, o primeiro Guia da Faculdade de Filosofia da UPA apresenta um “estímulo” extra aos professores do ensino secundário para ingresso em seus cursos:

“Consta ainda do decreto estadual, que regulamentou o funcionamento da Faculdade de Filosofia da Universidade de Porto Alegre, que: *Os professores contratados dos estabelecimentos oficiais, ou fiscalizados do Estado, de ensino secundário, são obrigados à matrícula nos cursos respectivamente da Faculdade ou Instituto congênere, sob pena de terem rescindidos seus contratos.*”<sup>73</sup>

---

<sup>71</sup> Guia da Faculdade de Filosofia, 1943, ps. 8-9.

<sup>72</sup> Em 1945 havia 16 Faculdades de Filosofia no Brasil (Schwartzman, 1983: 371).

<sup>73</sup> Guia da Faculdade de Filosofia, 1943, p. 10, grifo no original. Essa prescrição legal enfrentou o protesto dos administradores e docentes da FLECL junto ao Departamento de Educação que tornou-o sem efeito pois limitava a “liberdade de escolha” dos professores contratados pelos estabelecimentos oficiais ou oficializados – como era o caso dos colégios Anchieta, Nossa Senhora do Rosário, Sevigné e Bom Conselho (João, Clemente, 1995: 51).

É difícil afirmar, tendo em vista a compulsoriedade do ingresso dos professores secundários nos cursos da Faculdade de Filosofia, que as novas Faculdades tenham desempenhado o papel de atender a uma demanda de um mercado de empregos em expansão. Parece que, pelo contrário, elas vieram a contribuir no sentido de normatizar esse novo mercado.

Desta forma, a burocratização do campo educacional no Brasil introduzia a exigência de títulos para o exercício da atividade profissional no magistério secundário afetando simultaneamente os níveis secundário e superior de ensino. Observa-se nesse desenvolvimento os aspectos já referidos em relação ao papel dos títulos de formação em um processo de burocratização, no qual se estabelece o aumento do prestígio social dos mesmos e a sua transformação em vantagens econômicas, nesse caso, garantindo o acesso a uma profissão. A obtenção do título para o candidato ao magistério secundário era uma forma privilegiada de intervenção no campo educacional. O que se destaca, é que o processo de normatização do mercado profissional implementado para os professores, mormente do ensino secundário, não ocorreu em relação aos pesquisadores.

### ***2.3 A seleção dos primeiros docentes da Faculdade de Filosofia***

Nesta seção, dedicada à análise dos aspectos que envolveram o processo de seleção dos primeiros docentes do curso de Geografia e História da UPA, serão enfatizados os aspectos mais gerais do tema. Os dados analisados se referem aos critérios gerais de seleção de professores na Faculdade de Filosofia em seu período inicial, assim como em outros cursos da UPA em períodos anteriores à década de 40, inclusive. A discussão mais específica relativa aos docentes do curso de Geografia e História será aprofundada no Capítulo 3.

A primeira dificuldade apontada na bibliografia consultada a respeito da seleção de professores diz respeito à proibição de acumulação de cargos públicos. Segundo Laytano (1979: 14), essa “nova disposição legal (...) se fizera para evitar o abuso no exercício das funções públicas”. Diniz [da Silva] refere-se ao assunto

como “problemas difíceis ligados à escolha dos professores” e complementa com uma comparação entre a Faculdade de Filosofia da UPA e a Faculdade Católica:

“Estávamos em situação pior do que a entidade particular. É que podia esta, sem as peias da legislação proibitiva das acumulações, utilizar os professores da Universidade para a vigência das matérias dos seus cursos.

“E o mesmo, por estranho que pareça, não poderíamos fazer” (Diniz [da Silva]: 1960: 181).

A maneira de contornar esse obstáculo, segundo aponta o autor, foi indicar os professores da Faculdade de Filosofia como “comissionados” no processo de autorização, fixando o critério de remuneração como honorários por aula, não configurando a situação que proibia a lei (Ib.).

Segundo Diniz da Silva (1992), a “medida salvadora” da situação foi a interpretação da lei de acumulações fornecida pelo parecer do presidente do Conselho do Serviço Público, função que acumulava com a de professor da Faculdade de Direito da UPA, Mem de Sá:<sup>74</sup>

“não só as pessoas que já tenham investidura de professor, como também as que, para essa regência disponham de habilitação intelectual, exerçam ou não cargo público.

“A remuneração sob a forma de honorários tem precisamente o objetivo de atender, transitoriamente, a situação criada com a instituição da Faculdade de Filosofia, cujas cadeiras ainda não se acham normalmente providas” (In: Diniz da Silva, 1992: 78).

Um dos exemplos de professores prejudicados com o problema da acumulação de cargos foi o próprio autor da transcrição, Pery Pinto Diniz da Silva. Este entrou com um processo no Conselho Universitário para retomar a sua cátedra na Faculdade de Economia e Administração, da qual havia sido exonerado devido à aplicação da “lei de acumulações”, porque exercia paralelamente à sua cátedra o cargo de Secretário Geral da UPA, função pela qual optou.<sup>75</sup>

O decreto federal 421, de 11 de maio de 1938, já referido, que, entre outras coisas, determinava como condição essencial ao reconhecimento de cursos

---

<sup>74</sup> (Livro de Processos do Conselho Universitário/1941-1943, Decisão 179/1941).O próprio emissor do parecer, como se vê, era exemplo da acumulação de cargos. Na década de 40, Mem de Sá também era professor no curso de Geografia e História da FLECL e na FCPE, ambas dos irmãos maristas. Na década de 50, continuou como docente da PUCRS, nas Faculdades de Filosofia e Economia e também no curso de Direito. Era secretário geral do PL, pelo qual foi eleito para a Assembléia Legislativa em 1947 (Anais FCF, 1944, p. 164; Anais FCPE, 1944; Sá, 1981).

<sup>75</sup> Decisões e Pareceres Cons. Univ./1943/44/45, CLR, Par. 1, 23 maio 1945.

superiores que os professores deveriam ser selecionados por concurso de títulos e provas, serviu como parâmetro para as comissões responsáveis pelos pareceres de Autorização de funcionamento e de Reconhecimento dos cursos<sup>76</sup>. A comissão que verificou o pedido de Autorização em relação ao corpo docente relatou apenas que “os professores indicados na relação anexa serão providos, em caráter provisório, até que, mediante concurso, se possa prover efetivamente todas as cadeiras” (*sic*).<sup>77</sup> A Comissão responsável pela verificação do pedido de autorização dos cursos da Faculdade de Filosofia não alterou o parecer anterior, apesar de acrescentar mais explicitamente a obrigatoriedade da realização de concurso. A citação seguinte é longa, mas será colocada pela evidente contradição com a lei que se verifica na situação da contratação dos professores, sem que isto tenha merecido alguma justificativa especial da Comissão Verificadora. Como em outros pontos do texto do relatório, os relatores recortavam um trecho da lei que explicitava um item a ser observado e, a seguir, transcreviam seu parecer a respeito da observância daquele item na Faculdade de Filosofia da Universidade de Porto Alegre. Eis o texto referente à questão da contratação dos professores, na íntegra:

“- art. 9, modificado pelo Decreto-lei n.º 2076, de 8 de março de 1940 - ‘O reconhecimento *só será concedido* se todas as exigências constantes do art. 4º desta lei estiverem observadas, e se, a partir da instalação do curso, todas as vagas verificadas no corpo docente tiverem sido preenchidas por concurso de títulos e provas’.

#### “I. EXIGÊNCIAS DO ART. 4º ESTIVEREM OBSERVADAS.

Ao ver da comissão Verificadora, salvo melhor juízo, todas as exigências constantes do art. 4º do Decreto n.º 421, de 11-05-938, com suas modificações do Decreto-lei n.º 2076, de 8-3-940, foram devidamente observadas pela Faculdade de Filosofia desde que lhe foram autorizados os funcionamentos dos diferentes cursos em 1942 e 1943. O presente relatório, nesta sua parte de introdução e nos anexos que o acompanham, procuram demonstrar a exigência do art. 9 do Decreto n.º 421 para o conhecimento das altas autoridades educacionais que o vão julgar e a Comissão Verificadora pelos exames e observações levadas a efeito *in loco* pode dizer que *na parte administrativa e na parte didática aquelas exigências do art. 4º foram*

---

<sup>76</sup> A autorização para funcionamento dos diversos cursos foi dada em duas etapas, sendo que o de Geografia e História foi autorizado, juntamente com os de Filosofia, Letras, Pedagogia e Didática, pelo Decreto-lei federal n.º12386, de 11 de maio de 1943, enquanto que os de Matemática, Física, Química e História Natural já haviam sido autorizados pelo Decreto Federal n.º 9706 em 17 junho de 1942. O Reconhecimento Federal foi concedido a todos os cursos em funcionamento da Faculdade de Filosofia da UPA pelo Decreto-lei federal n.º 17400, de 19 de dezembro de 1944, ambos baseados nos pareceres favoráveis das Comissões Verificadoras, cujos relatórios foram tomados como fontes primárias neste trabalho (Moreira, 1967: 14-15).

<sup>77</sup> Relatório para Autorização, 1943, p. 4.

*verdadeiramente cumpridas nestes três anos anteriores de funcionamento dos cursos autorizados da Faculdade de Filosofia.*

## “II – PREENCHIMENTO DE VAGAS DO CORPO DOCENTE

O corpo docente da Faculdade de Filosofia é o que consta do processo anterior de autorização para funcionamento dos diversos cursos. As alterações havidas foram motivadas pelas necessidades do ensino e a elas há referências pormenorizadas em anexo próprio. *Todos esses professores estão providos, em caráter provisório, até que, mediante concurso regular, se possam prover efetivamente com catedráticos todas as cadeiras.* As fichas individuais dos Srs. Professores, que acompanham este relatório, foram organizadas, segundo as informações da Secretaria, com os elementos fornecidos pelos próprios professores, com indicação de títulos e diplomas que possuem” (*sic*).<sup>78</sup>

A complacência das comissões verificadoras e das “altas autoridades educacionais” e o “parecer salvador” de Mem de Sá são explicados por Diniz da Silva: “os fatos têm mais força que a lei, quando esta se situa fora da realidade, a que deve servir” (1960: 181). Não era apenas no Rio Grande do Sul que essas dificuldades se faziam sentir, mas a situação colocada pela “lei de acumulações” e as soluções propostas não esclarecem alguns aspectos decorrentes da não realização de concursos para as vagas de docentes da Faculdade de Filosofia. A investigação de outras informações acerca da escolha dos professores para os cursos que iniciavam em 1943 pode auxiliar nesse sentido.

No primeiro corpo docente de alguns dos cursos da Faculdade de Filosofia, destacam-se os nomes de Moysés Vellinho na cadeira de Literatura Brasileira do curso de Letras e o de José P. Coelho de Souza na cadeira de História e Filosofia da Educação do curso de Pedagogia. O primeiro foi historiador, alto funcionário dos Governos estadual (1928-30) e federal (1930-32) junto a Osvaldo Aranha e deputado constituinte em 1934 (Assis Brasil, 1999: 129-30). O segundo era nada menos que Secretário da Educação na época.<sup>79</sup> Além dessas ilustres presenças no corpo docente inicial da Faculdade de Filosofia da UPA, destaca-se também a presença do próprio Reitor Edgar Schneider, que dispunha de algum cacife político.<sup>80</sup> A presença desses “professores/intelectuais/políticos” dentre os

---

<sup>78</sup> Relatório do Reconhecimento, 1944, ps. 13-14 (sublinhados no original e grifos meus em itálico).

<sup>79</sup> José Pereira Coelho de Souza exerceu a função de Consultor Jurídico da Secretaria do Interior e Justiça. Foi eleito Deputado Estadual de 1935 a 1937 antes de assumir o cargo de Secretário da Educação e Cultura, em que permaneceu até princípios de 1945 (Bastos, 1994: 86).

<sup>80</sup> O prestígio político e as relações cordiais entre o Reitor e o Secretário da Educação foram abordados por Diniz [da Silva] (1960: 180). Sobre as relações entre o Reitor e o Secretário da Educação: “Prestigiado pelo Secretário da Educação, Dr. Coelho de Souza, logrou êxito [em relação à criação da Fac. De Filosofia]” (Ib.).

primeiros docentes pode explicar em parte o já citado beneplácito das Comissões Verificadoras assim como das “altas autoridades educacionais” e dos governantes federais – leia-se: Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, e Presidente Getúlio Vargas<sup>81</sup> – em relação às contradições legais da contratação de professores sem concurso. Apesar do controle autoritário que o Estado Novo exercia em relação a atitudes contestatórias de suas decisões – neste caso, das decisões de autoridades universitárias e estaduais sob o regime de interventoria –, não parece que tenha sido esse o motivo principal que possibilitou a ausência de concurso para a Faculdade de Filosofia. A facilidade com que foram contornados os obstáculos legais à contratação de professores sem concurso pode ser parcialmente explicada pelo mérito dificilmente contestável, na época, das presenças ilustres no corpo docente. Tornavam-se, assim, dispensáveis as formalidades legais dos processos seletivos, já que o resultado podia ser antecipado pelo evidente currículo intelectual e político dos contratados.

No Relatório para o Reconhecimento dos cursos da Faculdade de Filosofia, de 1944, verifica-se que nem todos os nomes apresentados na configuração inicial de 1943 chegaram a assumir o exercício de suas cátedras ou o fizeram por pouquíssimo tempo. Já no ano de 1944, os nomes de J.P. Coelho de Souza, Moysés Vellinho e Edgar Schneider não figuram em nenhuma portaria nem em nenhuma comissão examinadora de provas parciais e finais, que são indícios importantes para reconstituir o quadro docente dos cursos da Faculdade de Filosofia ano após ano. Um anexo do próprio Relatório para Reconhecimento intitulado “Alterações havidas no corpo docente” aponta as mudanças no corpo docente ocorridas já no ano de 1944. Segundo esse documento, pode-se concluir que Moysés Vellinho lecionou apenas um semestre, pois seria substituído por Guilhermino César em 1944 na cadeira de Literatura Brasileira. José P. Coelho de Souza não deve ter lecionado nem um semestre sequer, pois antes que a sua cadeira de História da Educação iniciasse as atividades (nas 2ª e 3ª séries do curso de Pedagogia, a

---

<sup>81</sup> Considerando-se as anotações de Capanema, pode-se imaginar que o Decreto-lei 421 tenha sido utilizado com mais rigor em outros casos. Sobre as ações decorrentes desse decreto no Ensino Superior, escreveu Capanema a Getúlio Vargas, em 1946, em um texto intitulado “Algumas notas sobre o problema da Educação e de Saúde no governo Getúlio Vargas”: “Em consequência desse procedimento legislativo e da complementar ação do Ministério da Educação e Saúde, muitos estabelecimentos de ensino superior, de comprovada idoneidade, foram obrigados a encerrar as suas atividades. Outros, submetendo-se às exigências legais, elevaram a qualidade de seu ensino” (In: Schwartzman, 1983: 369).

ocorrerem no segundo semestre de 1944 e no ano de 1945), foi substituído pelo professor Álvaro Magalhães.<sup>82</sup> Essas evidências reforçam a hipótese de que esses nomes apenas constaram como professores dos novos cursos para conferirem seu prestígio político à Faculdade de Filosofia.<sup>83</sup>

Também no Curso de História e Geografia verificam-se modificações no corpo docente inicial de 1943 (segundo semestre) que podem ser relativas a motivos semelhantes ao apontado acima. De acordo com a lista inicial, Francisco Juruena seria o professor designado para reger a cátedra de História Moderna e Contemporânea. Juruena foi substituído por Francisco Machado Carrion, que fora designado como professor interino de História Moderna e Contemporânea em maio de 1944.<sup>84</sup> Nesse ano é que se iniciou a 2ª série, na qual ocorria a disciplina de História Moderna, segundo a seriação do curso de Geografia e História, sendo que a História Contemporânea somente ocorreria na 3ª série, portanto no ano de 1945. Assim, Francisco Juruena, que era diretor da Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas na época e veio a ter outras posições importantes na hierarquia das Faculdades dos Maristas (ver Anexo), não deve ter dado aulas no curso de Geografia e História, apesar de figurar como integrante do quadro docente no Relatório da Autorização. Essa “figuração” de Francisco Juruena no quadro de docentes pode também estar relacionada tanto ao seu prestígio nos institutos superiores administrados pelos Irmãos Maristas quanto ao seu destaque na magistratura estadual, já que ocupou funções importantes junto ao Conselho Administrativo e ao Tribunal de Contas do Estado.

O exame da composição inicial do quadro docente da Faculdade de Filosofia da UPA acompanhado da análise de suas movimentações iniciais permite, portanto, que se considere que a possibilidade de contratação de professores sem concurso proporcionou a composição de um corpo docente de alto prestígio

---

<sup>82</sup> Essa alteração foi relatada da seguinte forma no Relatório citado: “por estar impedido o Professor José P. Coelho de Souza, foi substituído pelo Prof. Álvaro Magalhães”, sem mais explicações.

<sup>83</sup> No relatório para Autorização podemos observar outra fonte de informação nesse sentido. As fichas numeradas correspondentes a alguns dos docentes referidos encontravam-se em branco evidenciando que bastava que os seus nomes constassem na lista dos docentes. Sobre a presença fugaz do escritor Moysés Vellinho na UPA, ainda se pode complementar que além de ter lecionado um semestre no curso de Letras, fez parte de uma das comissões examinadoras dos exames vestibulares de 1943 para os cursos da Faculdade de Filosofia (LPR/1939 a 1944, 15 mar. 1943); entretanto, sequer chegou a possuir uma pasta funcional na UFRGS, ao contrário da maioria dos professores contratados naquele período.

<sup>84</sup> LPR/1944, P. 8, 30 maio.

intelectual e político sem maiores burocracias. Desta forma, eram os intelectuais e políticos que estariam conferindo seu prestígio à universidade, facilitando os trâmites em torno de sua legalização. Os eminentes “professores/intelectuais/políticos” tinham vínculos passíveis de serem desfeitos facilmente com a UPA após terem cumprido o objetivo maior de seu ingresso no corpo docente da Faculdade de Filosofia: a “doação” de prestígio necessária à sua implementação. Esse movimento de aquisição de prestígio, de fora para dentro, evidenciando a mistura de critérios intelectuais e político-partidários, ilustra, mais uma vez, o baixo grau de autonomia existente na instituição universitária em relação ao campo político-partidário e à máquina governamental estadual, a despeito dos avanços obtidos em 1944 pela reivindicação de alguns professores e administradores da Universidade.<sup>85</sup> A situação evidenciada através dessa análise assemelha-se à da constituição do primeiro corpo docente da Faculdade de Filosofia, com o recrutamento dos “historiadores” para o IHGRS. Ou seja, apesar de haver alguma correspondência entre as áreas de atuação dos professores e as disciplinas a eles destinadas, o critério do mérito científico não se baseou apenas nas obras, mas também nos postos de poder e destaque social obtidos pelos “quase” docentes da Faculdade.

A despeito da autonomia limitada da universidade em relação ao poder estadual, as autoridades universitárias, no período inicial, tiveram seus poderes ampliados em relação à escolha dos professores. Devido à organização incipiente que se estabeleceu os reitores e o Conselho Universitário eram os responsáveis pela administração direta da Faculdade de Filosofia, inclusive pela nomeação ou substituição de professores. A legislação federal previa a existência de um diretor, um Conselho Técnico Administrativo e uma Congregação de professores catedráticos na condução das principais decisões da Faculdade de Filosofia, assim como nos demais institutos da UPA. Ou seja, havia uma série de instâncias que deveriam ser consultadas na condução dos assuntos referentes à Faculdade e seus cursos, onde era possível surgirem contestações. A simplificação da estrutura administrativa no período inicial de implantação da Faculdade de Filosofia da UPA aumentou os poderes do Conselho Universitário e do Reitor em relação ao seu corpo docente. Há um acontecimento bastante elucidativo nesse sentido,

---

<sup>85</sup> Sobre as reivindicações em torno da autonomia da Universidade, ver Diniz da Silva (1992: 76-78).

referente ao afastamento de Ney Chrysóstomo da Costa do quadro de professores do curso de Geografia e História.

No Livro das Decisões do Conselho Universitário, de 1943 até 1945, figuram dois documentos da Comissão de Ensino e Recursos. O primeiro é um parecer referente à reabertura, obtida por um recurso do professor, do processo n.º 288/43 que o exonerava da disciplina de Geografia Física devido à denúncia de uma aluna.<sup>86</sup> O segundo é a decisão final referente ao processo e ao recurso do professor:

“DECISÃO N.º 288/43

O Conselho Universitário, em sessão desta data, tomando conhecimento do recurso interposto pelo Engenheiro Ney Chrysóstomo da Costa contra o ato do Reitor que o dispensou da regência da matéria de Geografia Física da Faculdade de Filosofia ‘por motivos pertinentes a interesses de ordem superior’, resolveu unanimemente aprovar o ato do Reitor por isso que (*sic*) *lhe cabia a atribuição de nomear e, portanto, a de dispensar professores daquele instituto que não conviesse manter no exercício das funções, todos eles admitidos no caráter de extranumerário*. Deixa assim o Conselho de examinar os motivos reais da dispensa e determina seja arquivado o presente processo.

Sala das sessões, em Porto Alegre, 18 de Agosto de 1944.”<sup>87</sup>

Apesar deste ter sido o único caso semelhante encontrado nas fontes do período, as partes grifadas da citação permitem concluir que o poder do Conselho Universitário e da reitoria em nomear e destituir docentes era total.

Embora se tenha ressaltado a falta de autonomia da universidade em relação ao poder político-partidário local quando da constituição do primeiro quadro docente da Faculdade de Filosofia, o episódio da dispensa de Ney C. da Costa da Faculdade de Filosofia permite verificar que, por outro lado, tinha havido um avanço substancial em relação à década anterior, quando da criação da universidade. Decisões que seriam da alçada exclusiva da universidade, como contratação e dispensa de professores, eram simplesmente comunicadas ao reitor pela Secretaria de Negócios do Interior e Exterior, a cuja estrutura hierárquica estava vinculada a UPA em 1935. Essa estruturação criou a situação bastante contraditória na qual o secretário do interior, Darcy Azambuja, também professor da Faculdade de Direito, assinava decisões referentes à contratação e vencimentos

---

<sup>86</sup> Foi feita uma denúncia contra Ney C. Costa por uma aluna chamada Santuzza Suppo, “acusando o referido professor de a ter impertinentemente ofendido moralmente”, para a qual apresentou testemunhas (Decisões e Pareceres Cons. Univ./1943/44/45, CER, Par. 20, 07 dez.1943).

<sup>87</sup> Livro de Decisões do Conselho Universitário, 1943-45, grifo meu.

do pessoal da universidade que eram comunicadas ao reitor André da Rocha. Ou seja, um professor da Faculdade de Direito, por acúmulo de cargos, tinha maior poder que o próprio reitor nas decisões relativas à universidade.

Em 1952, em meio ao processo de federalização da URGs, o Reitor Alexandre Rosa foi destituído, devido a uma greve de alunos, de maneira inédita. Os alunos entraram em greve afirmando, entre outras coisas, que a nomeação de quatro professores na Faculdade de Direito haviam sido irregulares.<sup>88</sup> Contrastam-se esses diferentes momentos na mesma Universidade. Na década de trinta, as autoridades estaduais não deixavam um mínimo espaço para que as autoridades da própria universidade a gerissem. Na década de quarenta, o reitor e o Conselho Universitário não necessitavam de maiores justificações de seus atos relativos à contratação e demissão de professores na Faculdade de Filosofia, nem mesmo em resposta a um processo movido por um professor ou quando houvesse uma situação de ilegalidade na forma de contratação de professores. Na década de cinquenta, outro reitor era contestado abertamente pelos alunos em greve e teria sido deposto por essa ação,<sup>89</sup> mesmo após justificar ao presidente da República os seus critérios.

Nas três situações referidas, o presidente do Brasil era Getúlio Vargas, mas os períodos políticos são bastante distintos: o primeiro ocorreu no momento prévio ao Estado Novo; o segundo durante o Estado Novo; e o terceiro, no período de redemocratização do país. Na Universidade, era evidente que havia crescido uma necessidade maior de negociação entre os diferentes níveis hierárquicos de um período para outro e uma maior diferenciação do campo propriamente acadêmico e intelectual do campo político-partidário. Mas também fica evidente que a abertura de espaços se deu após a consolidação de um quadro docente escolhido sem a realização de concursos. Primeiramente, quando da criação da universidade, os catedráticos em exercício nos institutos superiores reunidos na UPA, foram efetivados sem concurso devido ao seu ingresso anterior naqueles.<sup>90</sup> Somente após

---

<sup>88</sup> Sobre a greve dos alunos da URGs em 1952, ver o Relatório enviado pelo Reitor Alexandre Martins Rosa ao presidente Getúlio Vargas (Diniz da Silva, 1992: 112-123).

<sup>89</sup> Segundo depoimento da professora Helga Piccolo (2001), que viveu a situação na época como aluna, foi o primeiro Reitor deposto dessa forma.

<sup>90</sup> Esse é o caso, pelo menos na Faculdade de Direito, onde foram nomeados os catedráticos pela Secretaria do Interior (ainda não havia a Secretaria de Educação no estado) (nomeação *comunicada*

esse passo inicial é que as vagas passaram a ser providas em processos seletivos promovidos pela própria universidade que ocasionavam contestações, disputas e processos.<sup>91</sup> Mesmo assim, verificou-se novamente o expediente de efetivar os catedráticos primeiramente e realizar concursos para as vagas que surgissem após, pelo menos em duas situações. A primeira em 1946, quando os professores da Escola de Comércio reivindicam ser efetivados nas cátedras da Faculdade de Administração e Economia que substituiu a primeira.<sup>92</sup> Depois, em 1956, quando os catedráticos interinos da Faculdade de Filosofia foram efetivados sem concurso. A diferença é que no primeiro caso os professores haviam passado por um processo seletivo para ingressarem na instituição que se extinguiu em favor da que se instalava. No segundo caso, os primeiros processos seletivos iniciaram-se apenas em 1957, 15 anos após a instalação da Faculdade.<sup>93</sup>

A análise anterior, porém, remete a outro aspecto que envolvia as decisões sobre os destinos da Faculdade de Filosofia e de seus professores. Até a criação do primeiro quadro de catedráticos da Faculdade, em 1956, esta encontrava-se em situação completamente diferente em relação aos cursos tradicionais (Medicina, Engenharia e Direito), pelo menos do ponto de vista legal. Durante esse tempo, de 1942 a 1956, conviviam na UPA diferentes formas de atuação quanto à contratação de pessoal nas Faculdades tradicionais e na Faculdade de Filosofia. Em uma correspondência do reitor aos diretores de todos os órgãos da universidade, datada de 20 de maio de 1946, é evidente a situação diferenciada da Faculdade de Filosofia em relação às demais. O texto da correspondência torna-se uma obra de pura ficção quando é considerada a inexistência, na mesma, de alguns personagens a que se referia o reitor (e que existiam nas outras Faculdades da UPA): “a substituição de cadeiras vagas, ou cujos *titulares* estejam licenciados, se fará com o aproveitamento

---

em correspondência enviada pela Secretaria do Interior em 26 junho 1935, no Livro de correspondências recebidas pela reitoria da UPA, 1935 a 1938).

<sup>91</sup> Decisões e Pareceres Cons. Univ./1936 a 1941, CER.

<sup>92</sup> LPR/1945, P. 82, 24 maio.; Decisões e Pareceres Cons. Univ./1946, CER, Par. 2, 30 jan.

<sup>93</sup> Os primeiros livros encontrados referentes aos processos seletivos realizados na Faculdade de Filosofia da UPA foram: Livro de inscrições para concursos para professores catedráticos, com início em 17 de abril de 1957; Livro de concursos à livre-docência, iniciado em junho de 1958; Processos de seleção diversos: instrutores, auxiliares de ensino, assistentes, iniciado em 5 de março de 1957.

dos *docentes livres*, na sua falta, pelos assistentes ou profissionais indicados pelo *Conselho Técnico Administrativo*".<sup>94</sup>

Os catedráticos efetivos do Direito, Engenharia e Medicina e a existência de processos seletivos com provas escritas e de títulos nesses estabelecimentos conviviam e contrastavam com os professores improvisados, contratados como extranumerários, da Faculdade de Filosofia. A situação gerada evidencia, nesse sentido, uma certa hierarquia entre os cursos dentro da própria universidade. As Escolas tradicionais estiveram por muito tempo relacionadas à formação da elite política e mantinham ainda uma superioridade no meio universitário.

∴

As dificuldades financeiras sentidas na implantação da Faculdade de Filosofia sem dúvida influenciaram o processo de seleção de seus docentes. Não apenas em relação aos honorários dos professores, que, pela situação de extranumerários, eram inferiores aos dos catedráticos efetivos das demais faculdades. A situação material da Faculdade de Filosofia somente se modificou após a federalização da URGs, em 1950, concretizando-se o atendimento de várias demandas da Faculdade, mas apenas em 1956 foi regularizada a situação do corpo docente da Faculdade de Filosofia com o decreto que efetivou os catedráticos. A efetivação dos docentes não envolveu um processo seletivo nos moldes preconizados pela lei do ensino superior, já em 1931, conforme referido acima. Parece, entretanto, ter seguido os moldes da fundação da Universidade de Porto Alegre, pelos quais os professores dos institutos já existentes foram efetivados como catedráticos através de decisões da Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Exterior em 1935.<sup>95</sup>

Concluindo, primeiramente verifica-se que a possibilidade de admitir professores sem concurso permitiu que se compusesse um corpo docente inicial, mesmo que apenas no papel, de peso político e intelectual capaz de transferir esse prestígio à Faculdade de Filosofia no sentido de obter a autorização e o reconhecimento do Governo Federal para os novos cursos. Evidencia-se, desta forma, a interferência de fatores alheios à pura competição pela competência

---

<sup>94</sup> CR/1946, 20 maio.

<sup>95</sup> CR/1935-1938, 26 jun., apresenta a nomeação dos catedráticos da Faculdade de Direito segundo o decreto estadual 5964.

científica dentro da nova Faculdade de Filosofia, um demonstrativo do baixo grau de autonomia da nova instituição e dos intelectuais/docentes a ela vinculados.

Em segundo lugar, as dificuldades financeiras estipulavam o limite das iniciativas e possibilidades dos primeiros empreendimentos da Faculdade de Filosofia. A constituição do primeiro corpo docente foi amplamente influenciada pela carência de recursos destinados à implantação da Faculdade de Filosofia no Rio Grande do Sul. A improvisação, a transitoriedade e a acumulação de funções que os catedráticos das Faculdades tradicionais realizaram em suas tarefas, crescendo as disciplinas da Faculdade de Filosofia, estão na base da estratégia que possibilitou a implantação dessa instituição.<sup>96</sup>

---

<sup>96</sup> Isolda Paes aluna e professora da antiga Faculdade de Filosofia declarou em um depoimento: “Ingressei na Faculdade de Filosofia em 1944, no segundo ano de funcionamento de seus cursos de Filosofia, Letras, Geografia e História e Pedagogia. Era uma organização incipiente, mas tal era o entusiasmo dos seus professores e o seu empenho em descobrir novos caminhos, que nós, os alunos da época, fomos imbuídos do mesmo sentimento e juntamos os nossos esforços aos dos docentes para solucionar os problemas” (Paes, 1983: 600-01).

## Capítulo 3 – Os docentes do curso de Geografia e História

### 3.1 *Perfis profissionais*

Nesta seção, serão apresentados os dados obtidos sobre a formação dos docentes e suas experiências profissionais e intelectuais prévias e paralelas ao exercício da docência no curso de Geografia e História. Serão expostos os perfis profissionais e acadêmicos dos docentes de maior permanência no curso durante o período, sempre enfatizando sua atuação na UPA/URGS, assim como os daqueles dos quais foi obtido um maior número de informações, o que permite enriquecer o cruzamento posterior dos dados levantados. Os perfis dos demais docentes, apresentados de acordo com a ordem de ingresso no curso, estão disponíveis no Anexo.

Foram consultadas diferentes fontes e bibliografia que ofereceram uma grande quantidade de dados sobre cada docente, mais ricos em um determinado período ou em algum tipo de informação, sendo que as variações nesse sentido se deveram, em parte, às diferentes formas de administração do curso no período entre 1943 e 1950.

O primeiro corpo docente do curso de Geografia e História em 1943, conforme o Relatório para o Processo de Autorização, apresentava a seguinte composição<sup>1</sup>:

<b>Geografia Física</b>	Ney Chrisóstomo da Costa
<b>Geografia Humana</b>	Lourenço Mário Prunes
<b>História da Antigüidade e da Idade Média</b>	Dante de Laytano
<b>Antropologia e Etnografia</b>	Pe. Balduino Rambo

---

<sup>1</sup> Ver também: Guia da Faculdade de Filosofia, 1943; Moreira, 1967, p. 125.

<b>Geografia do Brasil</b> Freitas	Amadeu Fagundes de Oliverira
<b>História Moderna e Contemporânea</b>	Francisco da Silva Juruena
<b>História da América</b>	Abio Hervé
<b>História do Brasil</b>	Laudelino Medeiros

Como somente as disciplinas da primeira série ocorreriam em 1943, apenas quatro daqueles professores lecionaram efetivamente naquele ano, como segue:

<b>Geografia Física</b>	Ney Chrisóstomo da Costa
<b>Geografia Humana</b>	Lourenço Mário Prunes
<b>História da Antigüidade e da Idade Média</b>	Dante de Laytano
<b>Antropologia</b>	Balduino Rambo

A seguir, serão informados os dados relativos a alguns desses docentes.

### **Lourenço Mário Prunes**

Lourenço Mário Prunes foi designado para reger a cátedra de Geografia Humana em 1943. Nasceu em 1909 em Alegrete, RS, e faleceu em 1991. Em sua ficha cadastral foi registrado como curso oficial concluído o de Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de Porto Alegre, em 1932. Foi contratado para reger interinamente a disciplina de Geografia do Brasil, da 3ª série do curso de Geografia e História, em abril de 1945. Deve ter exercido a advocacia em escritório particular por um período de tempo desconhecido, paralelamente às suas atividades na Universidade, pois aparece um endereço aparentemente comercial em uma correspondência em 1948.<sup>2</sup> Seguiu como regente das disciplinas de Geografia Humana (1ª e 2ª séries) e Geografia do Brasil até sua nomeação definitiva como catedrático em Geografia Humana em 1956. Através de sua pasta funcional, sabe-se que foi aposentado compulsoriamente pelo Instituto de Geociências em agosto de 1979. O motivo para a aposentadoria forçada não foi explícito, mas um documento relativo à efetividade em tempo de serviço registra um total de 1.296 dias de licença para tratar de interesses particulares, a maior parte entre 1969 e

---

<sup>2</sup> CR/1948, Mar.

1979.<sup>3</sup> A grande quantidade de faltas do docente na Faculdade esteve associada, na década de 50, ao seu cargo de desembargador<sup>4</sup>, para o qual fora eleito em 1951, o que pode ter continuado na década de 70.<sup>5</sup>

Algumas das atividades desempenhadas por Lourenço Prunes dentro e fora da universidade ajudam a compreender o papel de destaque que acabou desempenhando no curso de Geografia e História em sua fase inicial. Em 1937, Prunes era um dos diretores do Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul, durante a gestão de Egydio Hervé, futuro reitor da UPA, como diretor-presidente do mesmo. Em 1943, Lourenço Prunes foi orador da Liga de Defesa Nacional nas comemorações da Semana da Pátria, organizadas em homenagem aos professores mortos da universidade. Seu prestígio na Faculdade de Filosofia também se evidenciou em atividades que lhe eram delegadas pelo diretor da Faculdade de Filosofia, Álvaro Magalhães. Sabe-se que Lourenço Prunes foi chefe do departamento de Geografia e História desde 1947 até, pelo menos, 1950 através das correspondências da Faculdade. Seu nome foi, dentre os docentes do curso de Geografia e História, o que mais apareceu nas correspondências recebidas e expedidas da Faculdade de Filosofia entre 1946 e 1950.<sup>6</sup> Além das atribuições como chefe de departamento, tais como acompanhar o projeto da nova sede da Faculdade<sup>7</sup> e coletar opiniões dos colegas sobre assuntos educacionais<sup>8</sup>, Prunes ministrou conferências e cursos de extensão destinados a professores do ensino secundário das redes estadual e privada. Dentre esses, a conferência sobre Imigração e Colonização, realizada em outubro de 1946, o curso sobre Geografia

---

<sup>3</sup> Quadro Demonstrativo de Tempo de Serviço, Pasta Funcional de Lourenço Mário Prunes, UFRGS.

<sup>4</sup> Segundo depoimento de Piccolo (2001).

<sup>5</sup> LPR/1939 a 1944, P. 7, 30 ago. 1943, P. 3, 15 mar. 1943, P. 47, 25 nov. 1943; Guia da Faculdade de Filosofia, 1943, p.31; LPR/1944, P. 4, 30 maio; LPR/1945, P. 48, 30 abr.; CE/1946, 26 abr.; CE/1948, 12 jan., 12 nov.; CR/1948; Relatório, 1949; Lista NPH, 1951; Anuário UFRGS, 1955, p.175; Moreira, 1967, p. 55-56; Prado *et alli*, 1964, p. 292-293; Pasta Funcional de Lourenço Mário Prunes, UFRGS; Rev. IHGRS, 1982, p. 177-187.

<sup>6</sup> CE/1947, 25 maio, 10 out., 31 out., 18 dez.; CE/1946, 1947, 1948, 1949, 1950; CR/1946, 1947, 1948, 1949, 1950.

<sup>7</sup> CR/1947, 03 nov.

<sup>8</sup> CE/1947, 27 maio.

Regional, realizado em dezembro do mesmo ano, e o curso de Extensão sobre Geografia Humana, realizado em 1947.<sup>9</sup>

Algumas declarações explícitas de apreço podem ser destacadas, demonstrando o elevado conceito adquirido por Lourenço Prunes no período enfocado, durante a gestão de Álvaro Magalhães. Em 1948, Magalhães solicitou, em uma correspondência enviada ao professor Prunes, um plano de curso preparatório para vestibular a ser promovido pela Faculdade de Filosofia, elogiando o “notável êxito que logrou no curso especial que sobre a região desenvolveu V. Ex.<sup>a</sup> no ano passado”.<sup>10</sup> Ainda em 1948, foi designado pela direção da Faculdade de Filosofia para acompanhar o professor Pierre Gourou em excursão a Novo Hamburgo. O convite foi justificado por Magalhães: “com o grande lastro de conhecimentos e fino trato que caracterizam V. Ex.<sup>a</sup>, estou certo de que o ilustre professor [Pierre Gourou] terá grandemente facilitada sua missão cultural”.<sup>11</sup>

O papel e o prestígio de Lourenço Prunes na Faculdade de Filosofia nesse período e sob essa direção assumem maior relevância se for considerado o predomínio da “geração católica” na instituição. Poderia-se imaginar que a figura mais proeminente do curso de Geografia e História, então, fosse um católico assumido e praticante. Ao contrário, Prunes era um agnóstico, segundo a definição do professor Macarthy,<sup>12</sup> enquanto Álvaro Magalhães, assim como o reitor da época, Armando Câmara, eram católicos “militantes” e de acentuada atuação no meio educacional.

Lourenço Prunes obteve reconhecimento não apenas do diretor da Faculdade de Filosofia como também pelos seus pares, pois foi indicado pelos demais chefes dos departamentos da Faculdade de Filosofia como representante da instituição junto ao Conselho de Assistência Técnica do Departamento Cultural da UPA.<sup>13</sup> De acordo com o depoimento da professora Helga Piccolo, aluna do curso de Geografia e História na década de 50, os alunos também o respeitavam muito

---

<sup>9</sup> CE/1946, 21 out., 31 dez.; CE/1947, 22 jul.

<sup>10</sup> CE/1948, 12 jan.

<sup>11</sup> CE/1948, n.º 337, s/data.

<sup>12</sup> Depoimento à autora em 2001.

<sup>13</sup> CE/1948, 12 nov.

devido à sua competência pedagógica: “na área de Geografia eu tive um professor que era um monumento, o professor Lourenço Prunes. Faltava um bocado à aula e nós esperávamos (...). Geografia Humana para mim foi uma coisa fundamental”.<sup>14</sup> Quando questionada a respeito da causa a que se devia a influência do prof. Prunes no curso, Piccolo avaliou que se devia ao cargo como desembargador e à sua influência política. Também foi elogiado pela comissão verificadora do processo para Reconhecimento Federal – da qual fazia parte o destacado pedagogo escolanovista Lourenço Filho – quanto à sua competência científica e didática, juntamente com Balduino Rambo:

“Pode-se dizer que a orientação geral do ensino exposta por todos os professores é satisfatória. A documentação do ensino dos dois catedráticos citados revela não apenas alta competência na matéria e contato com as fontes mais modernas de estudo, mas, assim também, segura orientação didática. O material juntado sobre o estudo feito sobre a geografia do café e a geografia do vinho (no qual se demonstram os resultados de trabalhos originais dos alunos, ou seminários e excursões) é verdadeiramente exemplar”.<sup>15</sup>

O depoimento do professor Macarthy, aluno do curso de Geografia e História nos anos 50, reforça o reconhecimento obtido pelo professor Prunes em relação à sua competência didático-pedagógica: “Era um homem muito respeitado. Ele não era um sujeito de... riso fácil. Mas, excelente professor. Nunca frequentou um curso de Didática. Ele era um ‘professor natural’. Trabalhava muito bem. Usava muito bem os recursos didáticos disponíveis”.<sup>16</sup>

A sua competência científica fora consolidada, seguramente, através das viagens de pesquisas que realizava:

“E era um viajante, era homem que tinha um certo patrimônio, fazendeiro em Cachoeira, ou por essas bandas. Eu lembro assim: “onde é que anda o professor Prunes? Nessas férias o professor Prunes foi viajar pela Patagônia”. Ele comprava um fusca, tinha recém aparecido, um carrinho daqueles que enfrentavam tudo. E se ia. Era uma aventura!”(Ib.).

Esse estilo de vida era proporcionado pela condição financeira que permitia ao professor Prunes não depender do salário de professor na Universidade. Acumulava os cargos de desembargador, durante algum tempo deve ter tido o seu escritório de advocacia e tinha propriedades produtivas no interior do Estado. Essa

---

<sup>14</sup> Piccolo, 2001, p. 4, depoimento à autora.

<sup>15</sup> Parecer 227, Relatório para Reconhecimento, 1944.

<sup>16</sup> Macarthy (2001: 5), depoimento à autora.

situação lhe possibilitava a realização de pesquisas na sua área de interesse, não como uma obrigação do cargo que exercia na universidade. Ao contrário, a função de professor parecia ser, do seu ponto de vista, e não da perspectiva dos que o contrataram, uma decorrência de seu interesse pela área da geografia. Estava entre um dos poucos docentes do curso a se envolver em atividades de pesquisa na sua área, chegando também a ingressar no IHGRS a partir de 1949.

Teve uma produção escrita bastante variada, inclusive com uma publicação literária. As demais, em grande número, equilibraram-se entre a Geografia e o Direito, sendo que alguns títulos referiam-se à História do Direito (Martins, 1978: 459-450).

### Dante de Laytano

Antes de registrar-se o percurso profissional e intelectual de Laytano no período em que ingressou no corpo docente do curso de Geografia e História da UPA, serão expostos alguns dados a respeito de sua carreira anterior. Vários trabalhos já mencionaram diversos dados da biografia desse intelectual, facilitando a presente investigação quanto à sua profissionalização, crescentemente voltada para o campo da História. O próprio Laytano fornece uma série de informações em seus livros, declarações, documentos, entrevistas, deixando inclusive um livro de memórias intitulado *Mar Absoluto das Memórias* (1986). Essa exposição dos títulos e enumeração dos congressos e eventos culturais dos quais participou bem como de obras por ele escritas ilustram um procedimento característico do campo científico.<sup>17</sup>

Dante de Laytano nasceu em 1908 em Porto Alegre e faleceu em fevereiro de 2000. Não pertencia a uma família tradicional na intelectualidade e na política do estado, pois era filho de imigrantes italianos, e seu pai era sapateiro. Estudou no colégio Júlio de Castilhos entre 1918 e 1925 e formou-se Bacharel em Ciências

---

<sup>17</sup> Sobre a trajetória intelectual de Dante de Laytano, ver: Barcellos (1997), Nedel (1999), Flores (2000) e o próprio Laytano (1979, 1983a, 1983b, e 1986).

Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de Porto Alegre em 1941.<sup>18</sup> Desempenhou as funções de Juiz Municipal em Sobradinho e Torres e de Promotor Público em Rio Pardo e Cachoeira do Sul. Conheceu Ilha Lopez de Almeida, sua primeira esposa, ainda quando promotor em Rio Pardo, casando-se em 1939 (Nedel, 1999: 166). Isso significa que exerceu funções jurídicas antes de formar-se, pois, segundo o próprio Laytano, a lei permitia que o cargo de promotor público, por exemplo, fosse exercido por estudantes de Direito (Laytano, 1986: 224). Talvez esse seja o motivo para que tenha se formado neste curso somente aos 33 anos de idade, tendo havido uma possível interrupção em seu curso superior devido aos cargos exercidos longe de Porto Alegre. Após ingressar no corpo docente da UPA, defrontou-se inicialmente com a impossibilidade de acumular o cargo de Procurador do Estado, que exercia em cedência na Secretaria da Educação, com o de docente da Universidade, que era estadual nessa época (Laytano, 1979: 14).

Porém, antes de diplomar-se, exerceu uma série de atividades intelectuais e políticas:

“Na verdade, a própria carreira profissional de Laytano desde muito cedo se desdobrou em pelo menos outras quatro áreas além do Direito. Como geralmente acontecia entre os intelectuais de sua geração, a literatura, a história, o jornalismo e a política acabavam-se misturando no cumprimento das funções públicas. Começando no jornalismo ainda quando estudante, aos vinte anos, o futuro bacharel já militava ativamente, participando da propagação dos ideais de uma ‘república nova’ pela imprensa universitária gaúcha como diretor do jornal ‘Oásis’. Dois anos mais tarde, com a revolução de trinta em pleno andamento, compunha com Ernani Fornari, Athos Damasceno Ferreira e Reinaldo Moura a *Agência de Notícias da Revolução*, onde recebiam os informes e os repassavam por via telegráfica aos jornais do Rio Grande do Sul e de outros estados do país. Assinou ainda com os grandes nomes da intelectualidade gaúcha o *Manifesto dos Intelectuais* publicado na Revista do Globo em 1932 quando, segundo seu próprio depoimento, ‘passados dois anos [a revolução] teve que renovar a sua fé, para evitar sua deterioração’ ” (Nedel, 1999: 166-67).<sup>19</sup>

O início dos anos trinta é também o de sua iniciação literária com um livro de crônicas em 1931 e outro de crítica literária em 1933.<sup>20</sup> É nessa época também

---

<sup>18</sup> Segundo Moacyr Flores, Laytano bacharelou-se pela Faculdade de Direito em 1930 (Flores, 2000: 8). Mas uma cópia autenticada do termo de Colação de Grau de Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, na pasta funcional de Dante de Laytano na UFRGS, registra a data de 24 dez. 1941.

<sup>19</sup> Maiores detalhes sobre a atuação política e intelectual de Dante de Laytano na Revolução de 1930 são encontrados em seus depoimentos no Simpósio sobre a Revolução de Trinta, realizado em 1980 (Laytano, 1983a e 1983b).

<sup>20</sup> *Uma mulher e outras Fatalidades*, de 1931, e *Colecionadores de Emoções*, de 1933 (Barcellos, 1997).

que Laytano inicia algumas atividades intelectuais que o levam a se inserir no círculo da pesquisa histórica. Nedel (1999) analisou o percurso intelectual de Laytano até sua entrada no IHGRS, em meados dos anos trinta. Deliberadamente ou não, Dante de Laytano investiu em uma estratégia que obteve sucesso nesse processo de inserção institucional. Depois de realizar alguns trabalhos sobre temáticas históricas, folclóricas e lingüísticas, paralelamente às suas atividades como jurista no interior do estado, por incentivo de Eduardo Duarte, foi convidado a ser funcionário do Museu Júlio de Castilhos em 1934.

“Freqüentando regularmente o museu, recebendo de Duarte os encargos e diretrizes temáticas para a execução de seus primeiros trabalhos e de Alcides Maya o convite oficial necessário para integrar o corpo profissional daquele órgão, Dante de Laytano abriu os canais institucionais para garantir sua participação como congressista no evento comemorativo ao Centenário Farroupilha, onde recebeu menção honrosa pelo trabalho apresentado *Introdução ao Estudo do Presídio das Torres e sua Evolução Histórica*” (Nedel, 1999: 173-74).<sup>21</sup>

Em 1936, Dante escreve uma obra histórica dentro da temática de predileção dos historiadores de maior prestígio no Rio Grande do Sul, provar o caráter brasileiro do sul-riograndense através da abordagem da Revolução Farroupilha, o episódio que era considerado o mais significativo na história do estado.<sup>22</sup> É nesse mesmo ano que o autor ingressa no IHGRS, podendo-se estabelecer um vínculo entre as teses defendidas pelo autor na época e o futuro de sua carreira como historiador:

“Neste sentido, é significativo que os trabalhos sobre a Revolução representem o ponto de passagem de Laytano à história e ao círculo profissional de historiadores, abrindo-lhe as portas para a entrada no IHGRS e, claro, o reconhecimento público pelos pares do Instituto” (Nedel, 1999: 178).

A estratégia bem sucedida e o patrocínio dos seus incentivadores proporcionaram a Laytano a sua passagem, em 1936, ao cargo de assessor do

---

<sup>21</sup> Duarte foi figura importante na criação do Arquivo Histórico do RS, na seção de história do Museu Júlio de Castilhos e na Revista do IHGRS. Alternou-se na direção do Museu com Alcides Maya entre 1926 e 1939 (Nedel, 1999: 171).

<sup>22</sup> Sobre a predominância do tema da brasilidade do gaúcho na década de trinta e as disputas desenvolvidas no IHGRS pelas diferentes correntes de interpretação sobre a história no Rio Grande do Sul, ver Gutfreind (1998) e Almeida (1983). Apesar de Laytano ter defendido os platinistas nas polêmicas do IHGRS, sua produção histórica enfatizou a influência lusitana, minimizando, por vezes, os componentes culturais platinos na “formação” do Rio Grande do Sul. Laytano propunha a diversidade cultural como chave de explicação, definido-se também como folclorista (Nedel, 1999: 192). Foi um dos primeiros historiadores a inserir o negro em suas temáticas (Barcellos, 1997; Flores, 2000).

Secretário da Educação, Coelho de Souza, chegando em 1940 a subdiretor da Seção do Arquivo do Museu Júlio de Castilhos. Além disso, coordenou os trabalhos do Terceiro Congresso Sul-Riograndense de História e Geografia promovido pelo IHGRS (ib.: 179).

Além dessa trajetória bem-sucedida na área da pesquisa em história e junto a pessoas influentes na política partidária antes de ingressar na UPA, Dante de Laytano ingressa no corpo docente da FLECL, a predecessora da Faculdade Católica de Filosofia. Nessa instituição, Laytano foi catedrático em História da América desde 1943, pelo menos, até a década de 70. Lecionou também Português nos cursos de Letras Clássicas, Neolatinas e Anglo-germânicas e nos Ginásios Anchieta e Rosário antes de 1943.<sup>23</sup> A sua continuidade no exercício do magistério nessas escolas secundárias após o seu ingresso na UPA não pode ser verificada.

Apesar de lecionar na Faculdade administrada pelos Irmãos Maristas, na polêmica entre Érico Veríssimo e padre Leonardo Fritzen, que dividiu opiniões no debate acirrado de 1943, Laytano assinou o Manifesto de intelectuais que apoiaram Veríssimo. É importante observar o posicionamento assumido por alguns intelectuais que foram influentes na vida e carreira de Laytano na polêmica entre Fritzen e Veríssimo: Elpídio Paes, J. P. Coelho de Souza e Darcy Azambuja. O próprio Laytano reconheceu a influência de Elpídio Paes em sua carreira profissional (1979: 14), enquanto que a de Coelho de Souza pode ser proposta em função das relações profissionais e políticas estabelecidas a partir da atuação de Laytano como seu assessor na Secretaria de Educação e Cultura. A ascendência de Azambuja foi sugerida por Barcellos (1997) devido à relação professor-aluno na Faculdade de Direito e ao interesse e atuação comuns em relação ao folclore, sendo reforçada pela amizade existente entre eles e suas respectivas esposas, referida pelo próprio Laytano (1986: 222-228).

Paes, Azambuja e Coelho de Souza não constam em nenhum dos Manifestos publicados a favor de Fritzen ou de Érico. Segundo Trindade (1984: 57-

---

<sup>23</sup> “Pois coube-me a honra de ter sido na década de 40 um dos fundadores das duas Escolas de Filosofia de Porto Alegre, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da PUC (1940) e a Faculdade de Filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1943), para as quais fui chamado para ensinar Português e Literatura Brasileira” (Laytano, 1979: 13-14). Apesar dessa declaração, não foi encontrada nenhuma comprovação de que Laytano tenha lecionado Português também na UPA. O guia da Faculdade de Filosofia de 1943, por exemplo, não registra o seu nome entre os professores dos cursos de letras (ver página 32).

62), a ausência de Azambuja nos manifestos seria devida ao seu duplo comprometimento com a Livraria do Globo e os católicos, já que lecionava na Faculdade de Filosofia da UPA, e Coelho de Souza, apesar de ser militante católico, havia declarado que preferira manter-se “eqüidistante” na polêmica. No entanto, o posicionamento de Laytano a favor de Érico Veríssimo não impediu que ele continuasse a fazer parte do corpo docente das duas Faculdades, o que evidencia que o argumento de Trindade deve ser aceito parcialmente. É provável que o acirramento da polêmica Fritzen/Veríssimo tenha ocasionado, por parte do grupo católico, uma exigência maior de “fidelidade” dos professores do curso de Filosofia às suas posições. Desta forma, o posicionamento de Laytano pode ter lhe custado o período de relativa opacidade na Faculdade de Filosofia, durante a direção de Álvaro Magalhães, conforme será analisado adiante.<sup>24</sup>

Antes de ingressar no corpo docente da UPA, Dante de Laytano já tinha, portanto, um percurso reconhecido na área da pesquisa histórica e era um dos poucos integrantes do IHGRS no corpo docente do curso de Geografia e História da UPA naquele momento inicial. A despeito da multiplicidade de funções ainda exercidas em paralelo, pode-se verificar em seu perfil uma especialização e profissionalização na área da História ocorrida de meados de 30 até o início dos anos 40.

O ingresso de Laytano tanto na UPA quanto na FLECL se deu por alguma influência de Elpídio Paes, referida da seguinte forma pelo primeiro: “ao ingressar nas duas faculdades pelas mãos fraternas e amigas, naturalmente generosas, de Elpídio Paes...” (Laytano, 1979: 14). Sabe-se, sobre o mesmo, que foi amigo de Dante de Laytano desde a infância e, mais tarde, padrinho de casamento. Paes era professor na Faculdade de Direito da UPA e fez parte do seu Conselho Universitário e do corpo docente da Faculdade de Filosofia, no curso de Letras, a partir de 1943, sendo nomeado catedrático efetivo em Língua e Literatura Latina

---

<sup>24</sup> Álvaro Magalhães também não assinou nenhum manifesto, sendo apontado por Trindade como uma ausência significativa no manifesto em apoio a Fritzen, já que fazia parte do grupo mais destacado de militantes católicos, que incluía Armando Câmara e Eloy José da Rocha. Os motivos para a atitude de Magalhães, segundo Trindade, estariam vinculados ao cargo que detinha na Editora Globo, na qual o livro de Érico Veríssimo, que se tornou o pivô da polêmica, fora editado (Trindade, 1984: 56-57).

quando da regularização do corpo docente da Faculdade em 1956, mencionada anteriormente. Também lecionava na FLECL.<sup>25</sup>

As posições de Elpídio Paes no Conselho Universitário e na Faculdade de Direito da UPA podem ter sido os canais de sua influência na admissão de Laytano na mesma universidade. O Conselho Universitário e o Reitor é que eram os responsáveis pela administração da Faculdade de Filosofia, inclusive pela admissão e dispensa de docentes, como já vimos. Conforme a ata da 108ª sessão do Conselho Universitário, de 26 de abril de 1944 (In: Moreira, 1967: 126), havia comissões especiais nomeadas pelo reitor para o julgamento de um concurso de títulos realizado para o provimento de cátedras vagas na Faculdade de Filosofia. Elpídio Paes foi o relator de duas dessas comissões, ambas para disciplinas do curso de Geografia e História: História Moderna e Geografia Humana. É provável que algo semelhante tenha ocorrido em 1943, quando Laytano foi selecionado para ingressar no curso.<sup>26</sup>

Após essas considerações sobre o retrospecto favorável ao ingresso de Dante de Laytano na UPA, pode-se acompanhar seu percurso na instituição. Laytano foi contratado inicialmente para a regência da disciplina de História da Antigüidade e da Idade Média no curso de Geografia e História em 1943 já tendo participado de várias comissões examinadoras no vestibular do mesmo ano antes de assumir sua cátedra. Foi designado para reger interinamente a cadeira de História do Brasil do curso de Geografia e História em 1944, substituindo o professor Laudelino Medeiros e aí permanecendo até sua aposentadoria. Como essa disciplina só iniciou nesse mesmo ano, Laytano foi o primeiro professor da cadeira no curso. Na Faculdade Católica de Filosofia, atual PUCRS, seguiu como docente do curso de Geografia e História até sua aposentadoria fazendo parte do CTA da Faculdade de Filosofia em 1949 e chegando a chefe do departamento de História.<sup>27</sup> Foi efetivado como catedrático em História do Brasil na Faculdade de Filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul apenas em 1956, juntamente com os demais

---

<sup>25</sup> Decisões e Pareceres do Cons. Univ./1936 a 1941, CER; LPR/1945 e 1946; Relatório para Autorização (1943); Moreira, 1967, p. 55-56 e 127; Decisões e Pareceres do Cons. Univ./1943 a 1945. Quanto à amizade de infância com Laytano, ver: Laytano, 1986, p. 21. A cópia da certidão de casamento de Dante de Laytano traz Elpídio Paes como testemunha (pasta funcional de Dante de Laytano, UFRGS).

<sup>26</sup> Ver Anais da FCPE, 1944 e 1945 e João, Clemente, 1995, p. 44-49.

<sup>27</sup> Laytano, 1979, p. 14-15

catedráticos que durante o período decorrido entre 1942 e 1956 permaneceram contratados interinamente.<sup>28</sup>

Na década de 50, paralelamente à sua carreira no ensino superior, desenvolveu uma ação destacada junto ao Museu Júlio de Castilhos e a instituições voltadas para o folclore. Em 1952, Laytano assume a direção do museu estadual, mudando a ênfase da atuação do mesmo, privilegiando a pesquisa histórica em detrimento da ênfase pedagógica dos anos quarenta e da eclética dos anos trinta. Além disso, revitalizou a instituição utilizando seus contatos pessoais, intelectuais e políticos para obter verbas no sentido das melhorias das condições físicas do museu e da preparação dos funcionários para a renovação de suas funções. Ainda nesse período, Laytano alargava mais ainda sua esfera de atuação, estabelecendo ligações com entidades de abrangência nacional, representando-as no estado, como a SPHAN e a Comissão Nacional de Folclore, na qual ingressara juntamente com outros intelectuais gaúchos no final da década de quarenta. Enquanto diretor do Museu Júlio de Castilhos, Laytano participou da criação da Divisão de Cultura da Secretaria de Educação e Cultura, integrando o Conselho de Orientação Científica.

A despeito do poder e projeção que chegou a ocupar no meio político e institucional oficial, sua influência nesse meio começa a declinar devido, em parte, às disputas que se travaram neste campo. Se o Museu chegou a ser uma “trincheira” privilegiada de Laytano e outros intelectuais no sentido de disputar novas interpretações históricas dentro do IHGRS, no final da década de cinquenta essa trincheira não foi capaz de fornecer o abrigo necessário ao crescimento avassalador dos tradicionalistas que disputavam com eles o domínio no campo do folclore. Esse declínio de influência junto às decisões oficiais sobre a cultura no Rio Grande do Sul e junto ao campo institucionalizado do folclore levaram Laytano a se aposentar no funcionalismo público estadual em 1960.<sup>29</sup>

---

<sup>28</sup> LPR/ 1939 a 1944, P. 3, 15 mar. 1943; LPR/1944, P. 9, 30 maio 1944; Anais FCF, 1944, p.164; Anais da FCF, 1945, p.137; CE/1946, 26 abr.; Relatório, 1949; João, Clemente, 1995, p.122; Lista NPH/1951; Anuário UFRGS, 1955, p.176; Moreira, 1967, p. 55-56; Pasta funcional Dante de Laytano, UFRGS.

<sup>29</sup> Sobre as mudanças de ênfase na atuação do Museu Júlio de Castilhos e as articulações de Dante de Laytano em relação a diferentes intelectuais e instituições ligados à memória e Folclore em nível nacional, ver Nedel (1999) e Barcellos (1997). Segundo Barcellos, a Comissão Gaúcha de Folclore, filiada à Comissão Nacional de Folclore, foi fundada em 1948 e tinha como sede a Faculdade de Filosofia da UFRGS, presidida então por Dante de Laytano. No entanto, não foram encontrados dados que confirmem as atividades da Comissão referida na Faculdade de Filosofia no período abrangido nesta pesquisa.

Na UFRGS, aposentou-se em 1977, após ter exercido a vice-direção do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas entre 1971 e 1975 e a direção entre 1975 e 1981. Após 1977, sua permanência no IFCH e no curso de história deu-se por meio de uma contratação cujo objetivo foi, entre outros, integrar e presidir a Comissão de História da UFRGS.

Sua produção escrita foi numerosa, com publicações que variavam, inicialmente, desde a literatura, o folclore e a história, para tender a uma especialização cada vez maior nas duas últimas posteriormente, coerente com suas opções profissionais e intelectuais.<sup>30</sup>

O que mais se destaca quando se compara a projeção obtida por Dante de Laytano junto ao campo da pesquisa histórica e às instituições de memória e folclore no Rio Grande do Sul, com a sua presença na Faculdade de Filosofia da UPA em seu período inicial, é a “ausência” de seu nome na documentação. Enquanto Lourenço Prunes aparecia com freqüência nas correspondências da década de 40, não apenas devido às suas atribuições de chefe de Departamento, mas também em diversas atividades extracurriculares desenvolvidas pelo curso, com referências elogiosas, o nome de Laytano foi raramente lembrado e sem destaque especial. Essa ausência poderia ser, eventualmente, atribuída ao acúmulo de atividades exercidas pelo docente em outras esferas de atuação profissional. Mas essa interpretação seria contraditória com a maior freqüência do nome de Dante na documentação justamente a partir da década de 50, quando a direção da Faculdade de Filosofia já havia mudado e justamente quando o docente exercia seu maior acúmulo de atribuições fora da Universidade.

O que se pode concluir dessa alternância de “opacidade” e “brilho” de determinados docentes é que a direção da Faculdade de Filosofia se exercia com uma dose forte de personalismo que privilegiava os mais próximos em amizade ou afinidade profissional e ideológica. Esse modelo de administração foi verificado também em outra instituição do “campo” da história no Rio Grande do Sul, o Museu Júlio de Castilhos, conforme observou Nedel (1999), do qual o próprio Laytano foi diretor. Isso significa que esse tipo de procedimento não era desconsiderado na articulação das estratégias de atuação dos intelectuais da época

---

<sup>30</sup> Sobre as obras e artigos ligados ao folclore e história, ver Barcellos (1997), Nedel (1999) e Flores (2000).

em seus meios variados, porém, similarmente estruturados, de atuação no Rio Grande do Sul.

Nem as relações de Laytano dentro da UPA com Elpídio Paes e Darcy Azambuja e sua assessoria na Secretaria de Educação do RS foram suficientes para que atingisse uma projeção na Faculdade de Filosofia em seu período inicial. Além disso, seu gabaritado currículo na pesquisa histórica, com atuação junto à instituição mais prestigiada nessa área nesse período – o IHGRS –, não lhe valeu, junto à direção católica da Faculdade, uma distinção maior em relação aos demais. Os motivos para essa presença sem brilho podem ser devidos, portanto, à posição de Laytano na polêmica entre Verissimo e Fritzen, revelando que, nesse caso, Álvaro Magalhães teria preferido a “neutralidade agnóstica” de Prunes ao “catolicismo rebelde” de Laytano. Seu nome começa a aparecer com maior frequência nas correspondências da Faculdade de Filosofia durante a gestão de Dilermando Ochôa na direção, de fevereiro de 1949 até setembro de 1950.<sup>31</sup>

Laytano, em seu percurso, revelou uma crescente especialização na área da História, profissionalizando-se no magistério e em instituições próprias do campo da História. Ele mesmo declarou sobre sua carreira, vista em perspectiva num momento bem posterior, que, na Faculdade Católica, onde lecionava antes de ingressar na UPA, iniciara uma diretriz “que levaria para o resto da vida”: “não aceitei matéria alguma mais, cátedra ou disciplina ou aula que não fosse de História” (Laytano, 1979: 14).

### **Balduino Rambo**

O padre Balduino Rambo foi designado para reger a cátedra de Antropologia e Etnografia do curso de Geografia e História em 1943. Nasceu em 1905 em Montenegro, Rio Grande do Sul. Em sua ficha cadastral, registrou como cursos oficiais concluídos o curso eclesiástico da Companhia de Jesus, que incluía três anos de Filosofia e quatro de Teologia.

Antes de iniciar a formação superior, deu aulas no colégio Catarinense, em Florianópolis, em 1927, iniciando o curso de Filosofia no ano seguinte, na

---

<sup>31</sup> CR/1949 e 1950, CE/1949 e 1950.

Alemanha, onde tomou contato com a ciência européia e consolidou seu interesse pela Botânica. Voltou para Porto Alegre para lecionar no Colégio Anchieta e cursou Teologia em São Leopoldo entre 1934 e 1938, tornando-se sacerdote em 1936. Em 1943, ao ingressar no corpo docente da UPA, lecionava História Natural, Geografia Física e Latim no Ginásio Anchieta, onde permaneceu até o final de sua vida, e já havia publicado trabalhos sobre História Natural do RS.<sup>32</sup>

Segundo Lewgoy (1997: 241-43), a cátedra de Antropologia e Etnologia do curso de Geografia e História da UPA foi concedida ao padre Rambo “como um prêmio de consolação, provavelmente para acomodar possíveis descontentamentos com o setor da hierarquia católica que o apoiava, concedendo espaço e reconhecimento aos jesuítas que nele se viam representados”. Rambo tinha maior interesse pela Botânica, área na qual já realizara estudos, mas perdeu a disputa da cadeira de Botânica para Alarich Schültz. A formação e os interesses de Rambo fizeram com que “sua imagem de Antropologia” ficasse “colada às ciências naturais” (ib.).

Segundo Schmitz (1997: 237), o professor Balduino Rambo “não fez pesquisas dentro da disciplina que lecionava”. Mas chegou a fazer um pequeno estudo sobre os Kaingangues e publicou os primeiros dados arqueológicos sobre o Rio Grande do Sul na década de 50 (Lewgoy, 1997: 243).

Dentre as atividades desenvolvidas por Rambo fora da URS, estiveram ações influenciadas pela forte ligação com a população de origem alemã, com quem se identificava, levando-o a participar, por exemplo, do Socorro à Europa Faminta, que enviou ajuda material aos alemães no período pós-guerra.<sup>33</sup>

Balduino Rambo trabalhou na Divisão de Cultura da Secretaria de Educação e Cultura do RS, desenvolvendo e dirigindo, em 1955, o Museu Rio-grandense de História Natural e a revista *Inheríngia*. Nesse período, ainda se empenhava para que fosse criado um Jardim Botânico em Porto Alegre e se transformasse o Taimbezinho em parque nacional. Paralelamente a essas atividades, lecionou Antropologia Cultural na faculdade de Medicina da UFRGS e

---

<sup>32</sup> Schmitz, 1997, p. 234 e Lewgoy, 1997, p. 241; Ficha cadastral, Relatório para Autorização, 1943.

<sup>33</sup> Esse dado foi obtido em Schmitz (1997) e também no depoimento da professora Helga Piccolo (2001), que participou da ação de socorro. Piccolo descreveu o padre Rambo como uma “mente aberta”, dentre outros motivos, por não ter se importado em trabalhar ombro a ombro com o Pastor Weber nessa empreitada.

manteve sua cátedra no curso de Geografia e História da Faculdade de Filosofia. Além disso, juntamente com outros jesuítas, criou o Instituto Anchieta de Pesquisas em 1956, voltado para diversas áreas, que acabou tornando-se referência para a Arqueologia no Rio Grande do Sul (Schmitz, 1997: 236 e Lewgoy, 1997:241-45).

Foi efetivado como catedrático em Antropologia e Etnografia em 1956, quando foi regularizada a situação do corpo docente da Faculdade de Filosofia na Universidade já federalizada (Moreira, 1967: 55-56). A disciplina que mais lecionou na URGs foi a de Etnografia, dividindo as responsabilidades da cátedra com assistentes que se responsabilizaram pela Antropologia, situação que perdurou desde 1943 até 1958, quando teve auxiliares também na área de Etnografia (Schmitz, 1997: 233). Manteve-se na função até 1961, quando faleceu.<sup>34</sup>

Padre Rambo pertenceu aos quadros do IHGRS a partir de 1943. Sua produção escrita foi bastante farta e variada, incluindo temas como a atuação da Igreja Católica, a geografia e a Imigração e Colonização italiana e alemã no Rio Grande do Sul, com poucas publicações na área da Antropologia e a grande maioria versando sobre Botânica e História Natural, área na qual sua atuação foi mais destacada.

∴

Seguindo as alterações e ingressos no corpo docente do curso de Geografia e História ano a ano, verifica-se que em 1944 houve algumas substituições através da transferência de docentes de uma disciplina para a outra e também da entrada de novos professores ocupando o lugar de outros que saíam.

<b>Geo. Física (1ª s.)</b>	Ney Costa é substituído por Othelo Sanchez Laurent
<b>Hist. Ant. Id. Méd.</b>	Dante de Laytano é substituído por Darcy Azambuja
<b>História Moderna</b>	F. Juruena é substituído por Francisco M. Carrion
<b>História do Brasil</b>	L. Medeiros é substituído por Dante de Laytano

A seguir, serão expostos os dados referentes a alguns dos professores que ingressaram no quadro docente do curso de Geografia e História em 1944.

---

<sup>34</sup> Além da bibliografia disponível para a reconstituição da trajetória de Rambo na UFRGS e fora dela, foram utilizadas as seguintes fontes primárias: Guia 1943, p.31; LPR/1939 a 1944, P. 50, 25 nov. 1943; LPR/1944, P. 5, 30 maio; CE/1946, 26 abr. 1946; CE/1947, 22 set.; Relatório, 1949; Lista NPH/1951; Anuário UFRGS, 1955, p.176; Martins, 1978, p. 468-470; Rev. IHGRS, 1982, p. 177-187.

## Othelo Sanchez Laurent

Othelo Sanchez Laurent foi designado inicialmente para a disciplina de Geografia Física da 1ª série do curso de Geografia e História em substituição ao engenheiro Ney Chrisóstomo da Costa. Nasceu em 1915 em Porto Alegre. Era bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais e tinha como experiências profissionais anteriores ao seu ingresso na Faculdade de Filosofia da UPA, o magistério em História Geral do Brasil no Colégio Sevigné e Geografia Geral e do Brasil no Colégio Júlio de Castilhos. Em 1945, saiu da cátedra de Geografia Física e assumiu a de História da Antigüidade e da Idade Média, permanecendo na mesma até 1955. Paralelamente ao magistério na URGS, foi professor de História da Antigüidade e Idade Média do curso de Geografia e História da PUCRS em 1951. Deve ter ingressado na PUCRS nesse mesmo ano pois não consta na lista de docentes do ano de 1950 apresentada por João, Clemente (1995: 124). Em 1956, estranhamente, foi efetivado como catedrático em Geografia Física na URGS, não tendo sido nenhum outro professor nomeado para a cátedra de História da Antigüidade e Idade Média, que assumiria novamente mais tarde. Além das atividades como docente na UPA, assumiu interinamente a direção da Faculdade de Filosofia para férias do diretor em 1948.<sup>35</sup>

Alguns dados sobre a vida pessoal e profissional foram fornecidos pelo depoimento de Earle Diniz Macarthy Moreira (2001), que ingressou na UFRGS como Instrutor da cátedra de História da Antigüidade e da Idade Média em 1955. Segundo Macarthy, Laurent detinha uma posição financeira que não o fazia depender do salário ganho na Universidade.<sup>36</sup> Tal posição deteriorou-se

---

<sup>35</sup> LPR/1939 a 1944, P. 46, 25 nov. 1943; LPR/1944, P. 3, 30 maio; Relatório do decreto 1506, 1945; CE/1947, 22 set.; Programa de História da Ant. e Id. Méd., 1948; CE/1948, 30 jan.; Relatório, 1949; Anuário PUCRS, 1951, p. 38; Anuário UFRGS, 1955, p. 176; Moreira, 1967, p. 49-56.

<sup>36</sup> O professor Macarthy Moreira relatou dois episódios que presenciou, demonstrativos tanto da generosidade de Laurent com os mais desfavorecidos (atribuídos ao seu temperamento e também ao seu envolvimento com a política) quanto da sua independência em relação ao salário ganho na Universidade. Em uma das ocasiões, Laurent entregou o envelope com todo o ordenado, que havia acabado de receber da universidade, em empréstimo a um professor que jamais o pagou. No outro episódio, entregou todo o dinheiro que levava em seu bolso a um pedinte na porta de um restaurante. Somente percebeu o que havia feito na hora de pagar a conta, quando o Professor Moreira teve de socorrê-lo.

posteriormente com a perda de seu patrimônio, que incluía terras no interior do Rio Grande do Sul, devido em parte à política e às amizades, segundo Moreira. Participava ativamente da política partidária, fazendo parte da UDN.

Laurent foi apontado por Trindade como um dos católicos atuantes que tiveram atividade docente destacada na UPA/URGS (Trindade, 1982: 45), o que foi confirmado pelo depoimento de Macarthy Moreira, em que afirmou sobre ele: “era católico de comunhão freqüente” (Moreira, 2001).

### **Francisco Machado Carrion**

Francisco Machado Carrion foi designado para reger a disciplina de História Moderna do curso de Geografia e História da UPA em 1944, quando a disciplina ocorreu pela primeira vez. Nasceu em 1911 em Dom Pedrito. Segundo um depoimento seu, vinha de uma família de fazendeiros e positivistas (Carrion, 1983: 685). No entanto, foi um militante ativo de um movimento que o próprio Carrion qualificou retrospectivamente de “ação política católica, isto é, menos católica do que política” que tinha “como grande objetivo renovar a cultura rio-grandense, profundamente impregnada pelo positivismo” (Carrion, 1983: 681, 684).<sup>37</sup>

Diplomou-se bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais em Porto Alegre em 1935. De 1936 a 1938, integrou o corpo docente do Colégio Universitário da UPA, posteriormente incorporado ao Colégio Estadual Júlio de Castilhos.<sup>38</sup> Em 1938, prestou concurso de títulos para a seção de História do Comércio, Indústria e Agricultura da Escola de Comércio, classificando-se em 1º lugar e mantendo-se na

---

<sup>37</sup> Suas atividades junto ao grupo denominado por Trindade de “geração católica” foram inúmeras, muitas das quais em posição de liderança. Fez parte do grupo fundador do Centro Católico de Acadêmicos em 1931 (do qual foi secretário e presidente) e da Revista “Idade Nova” em 1934, da qual foi diretor (Trindade, 1982: 46). Foi um dos secretários gerais da Associação de Professores Católicos quando de sua fundação em 19 dez. 1934 (Bastos, 1994: 83) e ministrou cursos para essa entidade (Konrad, 1994: 211). Foi presidente no 1º conselho diretor da Juventude Católica em 1935 (Trindade, 1982: 47). Participou da LEC no RS desde a década de 30 e inclusive em 1945 (Carrion, 1983: 682). Ingressou no PSD após a democratização (ib.: 687). Sobre essas e outras informações a respeito da ação católica e política de Carrion, ver Trindade (1984).

<sup>38</sup> Cópia de certidão expedida pelo Colégio Estadual Júlio de Castilhos em 1963, Pasta Funcional Francisco Machado Carrion na UFRGS.

instituição até a organização da Faculdade de Economia e Administração, em 1946, onde permaneceu até a sua aposentadoria em 1980.<sup>39</sup>

Em sua ficha cadastral, declarou exercer o magistério no Colégio Anchieta (Geografia e História do Brasil e História da Civilização) e no Ginásio Farroupilha (História do Brasil e História da Civilização) no ensino secundário, assim como História do Comércio, Indústria e Agricultura e Política Comercial na Escola Superior de Comércio da UPA e História das Doutrinas Econômicas, Economia Política e Fundamentos Sociológicos da Educação na FLECL. Em 1945, lecionava também História das Doutrinas Econômicas no Curso de Ciências Sociais da então Faculdade Católica de Filosofia.

Esteve fora do curso de Geografia e História da UPA em 1945 e 1946, voltando em 1947 para assumir a cátedra de História Moderna e Contemporânea até sua aposentadoria na Faculdade de Filosofia em 1968. Foi um dos catedráticos efetivados em 1956 na cátedra de História Moderna e Contemporânea. Sua produção escrita não foi destacada, tendo publicado alguns textos sobre educação e sobre a Igreja Católica em revistas católicas.<sup>40</sup>

Alternava suas atividades profissionais, portanto, entre o ensino secundário e o superior, inicialmente, sempre girando em torno das disciplinas de história contemporânea e aquelas ligadas à economia, demonstrando, desde então, uma profissionalização no magistério. Posteriormente, continuou sua orientação profissional voltada para o magistério, mas restringiu-se então ao ensino superior, acumulando funções nas duas faculdades em que trabalhava na URGS e na Faculdade Católica e mantendo sempre suas atenções divididas entre a História e a Economia.

As posições assumidas por Francisco Machado Carrion em sua militância católica revelam a existência de algumas discordâncias internas ao grupo. Em depoimento no Simpósio sobre a Revolução de 30, ocorrido em 1980, declarou uma divergência em relação à posição assumida por Dom João Becker, de apoio a Flores da Cunha: “razões tínhamos, nós moços irreverentes de então, ao dizermos

---

<sup>39</sup> Os professores da UFRGS que, como Carrion, davam aulas em duas Faculdades diferentes (Administração e Filosofia), tinham aposentadorias em separado para cada uma das Faculdades.

<sup>40</sup> LPR/1944, P. 8, 30 maio; Anais da FCF, 1944, p. 165; LPR/1945, P. 82, 24 maio; Anais da FCF, 1945, p.137-138; Decisões e Pareceres do Cons. Univ., 1946, CLR, Par. 1; Decisões e Pareceres do Cons. Univ./1946, CER, Par. 2; CE/1947, 22 set.; Relatório, 1949; Lista NPH/1951; Anuário UFRGS, 1955, p. 176; Moreira, 1967, p. 55-56.

que o Arcebispo se vendera a Flores da Cunha” (Carrion, 1983: 684). Desta forma, poderiam existir posições católicas mais ou menos próximas do poder estadual.

Em 1945, a configuração do corpo docente do curso de Geografia e História se altera novamente. Entretanto, inicia-se uma estabilização no quadro de pessoal do curso, já que as alterações verificadas mantêm-se por um período de tempo maior do que até então.

<b>Geogr. Física (1ª série)</b>	Othelo Laurent é substituído por José Carlos Haertel e José Luiz Paranhos de Araújo.
<b>Antr. e Etnogr. (1ª, 2ª s.)</b>	Salvador Petrucci como Assist. de B. Rambo
<b>Hist. da Ant. e Id. Méd.</b>	Darcy Azambuja transferido para Estética e substituído por Othelo Laurent.
<b>Geogr. Física (2ª s.)</b>	Cláudio Pereira, Mário Brasil e José C. Haertel
<b>Hist. Moderna e Contemp.</b>	Aryon Niepce da Silva substitui F. M. Carrion
<b>Geografia do Brasil</b>	L. Prunes no lugar de Amadeu F. de O. Freitas

### **José Luiz Paranhos de Araújo**

Foi designado para lecionar Geografia Física na 1ª série do curso de Geografia e História da UPA em 1945 e seguiu como professor interino até 1967, pelo menos, sendo que a cátedra de Geografia Física seguia sem catedrático efetivo.<sup>41</sup> Outras informações a respeito desse professor foram fornecidas pelo depoimento de Moreira (2001), segundo o qual Paranhos Araújo era um remanescente do Observatório Astronômico, instituição ligada à Escola de Engenharia da UFRGS. Moreira também o considerou participante do grupo católico “militante”. Além disso, sabe-se que o docente assinou juntamente com o

---

<sup>41</sup> O professor Othelo Laurent, que fora efetivado como catedrático em *Geografia Física* em 1956, segundo Moreira (1967: 55-56), é mencionado como catedrático em *História Antiga e Medieval* em 1960 (Guia da UFRGS, 1960, p. 152), enquanto *Paranhos Araújo* era o professor interino em *Geografia Física* em 1955 (Anuário UFRGS, 1955: 176). Provavelmente a cátedra tenha sido assumida por Othelo Laurent na efetivação em 1956, continuando sob a responsabilidade de Paranhos Araújo na prática, já que não há informação de catedrático efetivado em 1956 para a cátedra de *História Antiga e Medieval*.

grupo católico a moção de apoio ao padre Fritzen, referida anteriormente, em 1943.<sup>42</sup>

Em 1946, foi verificada a entrada de dois novos professores, Paulo Rubem Krebs Appel e Dorival Schmitt, no curso de Geografia e História, e a saída de Mário Brasil, que havia lecionado Geografia Física no ano de 1945. O que se destaca em relação aos novos nomes do ano de 1946 é a presença do primeiro licenciado em Geografia e História no corpo docente do curso de mesmo nome da UPA: Paulo Appel.

### **Dorival da Silva Schmitt**

Ingressou no curso de Geografia e História como assistente da cátedra de Antropologia, inicialmente, em 1946.<sup>43</sup> Antes disso, fez parte do grupo fundador do Centro Católico de Acadêmicos em 1931, e da Revista Idade Nova em 1934, também ligada à “geração católica” (Trindade, 1982: 49). Nasceu em São Leopoldo em 1910 e faleceu em 1963. Bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de direito de Porto Alegre em 1933. Ingressou na magistratura exercendo as funções de juiz municipal em Torres, Canoas e Pelotas e aposentou-se em 1945 (Moreira, 1967: 130).

Em 1948, passou a reger a disciplina de História da América, nela permanecendo até 1955, pelo menos, como professor interino.<sup>44</sup> Foi presidente do Departamento de Geografia e História no ano de 1954 e nomeado catedrático interino em História da América em 1956 (Moreira, *ib.*).

Em 1948 e 1949, também exercia o cargo de Secretário Geral da recém fundada Universidade Católica do Rio Grande do Sul.<sup>45</sup> Foi professor de Etnologia

---

<sup>42</sup> LPR/1945, P. 56, 30 abr.; Relatório, 1949; Lista NPH/1951.

<sup>43</sup> CE/1946, 30 ago.

<sup>44</sup> CR/1948, 29 mar.; Relatório, 1949; Lista NPH/1951; Anuário UFRGS, 1955, p. 176.

<sup>45</sup> Em 08 dez. 1948 as escolas superiores mantidas pela União Sul Brasileira de Educação e Ensino administrada pelos irmãos Maristas, dentre elas a Faculdade Católica de Filosofia, passaram a integrar a Universidade Católica do Rio Grande do Sul, atual PUCRS (João, Clemente, 1995: 88).

do Brasil na 3ª série do curso de Geografia e História da Faculdade Católica de Filosofia em 1949 e seguiu como docente dessa Universidade até pelo menos 1950. Produziu alguns textos sobre arqueologia e antropologia para publicações da URGS.<sup>46</sup>

Em 1947, o único ingresso verificado no corpo docente do curso de Geografia e História da UPA foi o da primeira mulher que veio a lecionar no mesmo, Stella de Brito Bastos Ribeiro, segunda bacharel em Geografia e História contratada pela UPA.

Em 1948, verifica-se a participação de Lélis Espartel e Jean Roche na disciplina de Geografia Física como colaborador e assistente, respectivamente. As presenças de Espartel e, principalmente, de Roche como especialistas e colaboradores convidados para lecionar uma das disciplinas da área da Geografia são evidências de uma mobilização realizada no curso, que, a julgar por iniciativas semelhantes na mesma área, têm, por trás delas, a presença de Lourenço Prunes. Foi ele quem enviou o plano da Disciplina de Geografia Física, dividido entre os ilustres colaboradores, ao diretor Álvaro Magalhães.

### Jean Roche

Adido cultural da França em Porto Alegre, foi designado como assistente da cátedra de Geografia Física. Desde 1946, o docente já fora disponibilizado pelo governo francês à URGS, desenvolvendo suas atividades no curso de Letras da Faculdade de Filosofia na disciplina de Língua e Literatura Francesa. Seguiu na disciplina de Geografia Física até o ano de 1949, pelo menos. Em 1950, também fazia parte do corpo docente da PUCRS. Os franceses marcavam, também no RS, a sua presença nas universidades pública e privada através de convênios culturais,

---

<sup>46</sup> João, Clemente, 1995, p. 88, 123; Anuário da Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1949, p. 3, 47; Martins, 1978, p. 533.

que resultaram, por exemplo, na criação da Aliança Francesa, em Porto Alegre, assim como o haviam feito em São Paulo, guardadas as proporções.<sup>47</sup>

Nasceu em 1917 na França, licenciou-se em Letras pela Universidade de Sorbonne e em Direito pela Faculdade de Direito de Paris. Além das atividades docentes e culturais acima descritas, foi Diretor do Centro Cultural Francês em Ankara, professor do Liceu Francês de Lisboa e catedrático de Estudos Luso-brasileiros na Faculdade de Letras de Toulouse. A figura de Jean Roche é bastante conhecida no Rio Grande do Sul, principalmente devido à obra que transformou-se em um marco para os estudiosos da colonização alemã no estado: *A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul*, de 1959, que é referência ainda na atualidade (Prado *et alli*, 1961: 291).

Em 1949, nenhuma mudança foi verificada além da saída do colaborador Lélis Espartel do corpo docente do curso de Geografia e História. Após esse ano, verifica-se que a disponibilidade de dados em relação à Faculdade de Filosofia como um todo apresenta modificações substanciais. Essa mudança pode ser atribuída à saída de Álvaro Magalhães da Direção da Faculdade de Filosofia e de Armando Câmara da reitoria da URGs no início de 1949.

Já foi salientada a situação de crise vivida na URGs no início de 1949, com a renúncia do Reitor e de todo o Conselho Universitário. Antes de renunciar, o reitor propunha já a federalização da universidade como uma saída viável para os problemas enfrentados com a incorporação dos institutos do interior do estado e o de Belas Artes. Esse processo viria a acontecer a partir de 1950, com a aprovação da Lei Federal n.º 1254.<sup>48</sup> A partir da federalização, a Universidade inicia uma adaptação que demanda um período razoável de tempo no que diz respeito às principais modificações ocorridas em relação à situação dos docentes da Faculdade de Filosofia, o que pode explicar parcialmente, também, o desaparecimento de alguns registros, como os relatórios da Faculdade, a partir de 1950.

---

<sup>47</sup> CE/1948, 08 jan.; CR/1948, n.º 182; Relatório, 1949; João, Clemente, 1995, p. 123; Martins, 1978, p. 494; CR/1948 até 1950 ; CE/1948 até 1950.

<sup>48</sup> Sobre a federalização, consultar Diniz [da Silva], 1960, p. 168 e 1992, p. 100-126.

Em 1955, o curso de Geografia e História inicia seu desmembramento em dois cursos diferentes, com currículos independentes e apenas algumas disciplinas em comum. Comparando-se as relações de professores e suas respectivas cátedras nos dados de 1951 e de 1955, verifica-se que não aconteceram modificações significativas nas principais posições do corpo docente do curso de Geografia e História da então chamada UFRGS. Verifica-se apenas a saída de Jean Roche, que já tinha uma situação transitória no corpo docente, e as saídas de Paulo Appel e Salvador Petrucci, ambos assistentes. Vários outros assistentes iniciaram suas atividades nos cursos em processo de desmembramento. Além deles, entram em cena novas posições inferiores na escala hierárquica do corpo docente universitário: os instrutores, auxiliares de ensino e colaboradores, invenções da gestão de Elyseu Paglioli na reitoria da UFRGS, que tinham como objetivo resolver a carência de docentes, driblando a carência de recursos da universidade.<sup>49</sup> Os nomes que aparecem nessas posições menos influentes do corpo docente naquele momento, no entanto, pertencem a uma outra etapa do ponto de vista da profissionalização do corpo docente de História na UFRGS, que não será aqui abordada especificamente.

### *3.2 Critérios de seleção, padrões e relações sociais dos docentes de Geografia e História*

Os critérios de seleção dos docentes da Faculdade de Filosofia não estavam sujeitos às regras explícitas na legislação devido ao seu caráter excepcional, conforme verificado em relação à necessidade de emissão de pareceres especiais por parte das autoridades estaduais, que foram tolerados pelas comissões verificadoras e executados pelas autoridades universitárias. Desta forma, o cruzamento dos dados obtidos sobre os docentes do curso de Geografia e História poderão auxiliar

---

<sup>49</sup> Essa informação foi obtida no depoimento do professor Earle Diniz Macarthy Moreira à autora em 2001. O Próprio professor Moreira ingressou no corpo docente do curso de Geografia e História por intermédio das novas funções criadas. Nesse caso, em particular, criaram-se dificuldades pessoais, pois Moreira havia sido convidado por Othelo Laurent para ser assistente da cadeira de História da Antigüidade e da Idade Média. Com a mudança das regras no meio do processo de admissão, em 1955, Moreira teve que assumir a função de instrutor, ganhando menos do que no seu antigo emprego, do qual havia se demitido para iniciar sua carreira na UFRGS (Moreira, 2001).

no esclarecimento de alguns critérios utilizados pela universidade no seu recrutamento, assim como os processos seletivos de outras unidades da UPA podem também fornecer informações a respeito de normas respeitadas pelos órgãos superiores da universidade na seleção de docentes. Embora não houvesse uma obrigatoriedade no seguimento de critérios e normas no caso da Faculdade de Filosofia, já que a contratação nesse instituto não se dava por concurso, pressupõe-se que a tradição da UPA impusesse um conjunto de valores a serem respeitados internamente. De outra forma, a seleção de professores não se teria legitimado, tornando-se insustentável a manutenção desse mecanismo e de seus beneficiários por tanto tempo à margem da legalidade.

A análise de alguns pareceres do Conselho Universitário emitidos entre os anos de 1936 e 1941, referentes a processos seletivos de institutos da UPA, evidencia os critérios invocados para legitimar a contratação, ou não, de um determinado docente. A formação ou titulação do candidato e a experiência didática prévia, ambas consideradas em relação à afinidade com a disciplina postulada, foram aspectos freqüentemente discutidos e sobre os quais nem sempre a Comissão de Ensino e Recursos do Conselho Universitário concordava com as comissões julgadoras dos institutos que realizavam seus processos seletivos.<sup>50</sup>

Em 1938, a comissão de Ensino e Recursos do Conselho Universitário rejeitava o protesto de Abdallah A. Creidy, candidato à seleção de docentes na Escola de Comércio, à inscrição de outro candidato, já que aquele era apenas bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais e não possuía o diploma da Escola Superior de Comércio. A resposta da comissão ao protesto foi a de que ele não tinha procedência, pois

“Na verdade, os cursos da Escola Superior de Comércio não são especializados, como o julga o Sr. Creidy, de modo a constituir a docência nessa Escola um privilégio dos indivíduos por ela diplomados. Todas as cadeiras podem ser regidas, com vantagens para o ensino, por professores diplomados por outros institutos”.<sup>51</sup>

---

<sup>50</sup> O Conselho Universitário possuía várias comissões internas, dentre as quais a Comissão de Ensino e Recursos, que era responsável, entre outras coisas, pela análise e emissão de pareceres sobre recursos impetrados por candidatos insatisfeitos com o resultado de algum processo seletivo. Os diferentes institutos da universidade conduziam seus próprios processos seletivos através de comissões julgadoras próprias.

<sup>51</sup> Decisões e Pareceres do Cons. Univ./1936 a 1941, CER, P. 21, 1938.

Ao referir-se a “privilégios dos indivíduos diplomados”, essa avaliação se aproxima de valores positivistas, vigentes de longa data no estado, quanto ao “livre exercício das profissões”, apesar de conferir uma importância relativa ao título quando admite a necessidade de algum diploma para os docentes do instituto. Em outro parecer do mesmo ano verifica-se que a comissão julgadora da Escola de Comércio baseava seu argumento na afinidade de títulos com a disciplina pretendida por um candidato, contrariando a concepção vigente naquela comissão do Conselho Universitário. Em um recurso impetrado pelo então candidato Ney Chrisóstomo da Costa a uma vaga na disciplina de Geografia Econômica, Psicologia, Lógica e Ética da Escola de Comércio, verifica-se que este fora desclassificado pela Comissão Julgadora “por não possuir diploma de curso comercial ou jurídico e por ser engenheiro de minas”. A comissão do Conselho Universitário discorda desse critério, reforçando a concepção anteriormente afirmada quanto à flexibilização do título necessário ao candidato à docência na Escola. No entanto, as duas comissões concordavam em relação ao critério da experiência didática, já que enfatizaram que o candidato aprovado tinha uma experiência didática mais afim da disciplina pretendida do que a do candidato recorrente.<sup>52</sup> A experiência didática, portanto, configurava-se como um critério menos polêmico do que o da formação em um período no qual se abriam novos cursos e era freqüente a necessidade de flexibilização quanto ao título dos docentes que se especializavam, de fato, através das escolhas profissionais, já que as opções de cursos superiores eram reduzidas. Isso significa que a institucionalização da maleabilidade dos títulos poderia servir, eventualmente, como justificativa para a aprovação de candidatos.

Outro parecer do mesmo livro reafirma a aceitação da experiência didática como um critério legítimo de avaliação da capacidade docente ao rejeitar o recurso de Dario Bitencourt contra a sua classificação no concurso para a cadeira de Direito Industrial e Legislação do Trabalho, que foi vencido por Eloy José da Rocha. Bittencourt alegava que havia sido dado um valor prioritário à experiência didática, o que não estava previsto em regulamentos e estatutos da UPA, nem de outras escolas de ensino superior, como a de Medicina de Porto Alegre e a de Direito de São Paulo. O processo seletivo da Faculdade de Direito foi confirmado

---

<sup>52</sup> Decisões e Pareceres do Cons. Univ./1936 a 1941, CER, P. 38, 1938.

pela comissão do Conselho Universitário, utilizando como primeiro argumento o de que Bitencourt obtivera nota zero na seção de atividade didática por não possuí-la. Reafirma-se, assim, uma uniformidade, pelo menos em relação à valorização de uma experiência didática prévia dos candidatos à docência.<sup>53</sup>

De outra forma, a análise desses recursos também possibilita a compreensão de que a adoção de alguns critérios não era considerada de forma rígida, permitindo uma relativa flexibilidade de argumentações, conforme o candidato que melhor aprovesse a uma ou outra comissão. Outros fatores, alheios aos critérios do mérito acadêmico, podiam intervir, desta forma, já que alguns indivíduos envolvidos nos recursos analisados eram claramente identificados com partidos políticos e militância religiosa, como no caso de Eloy José da Rocha e Dario Bitencourt.<sup>54</sup> A interposição de recursos, no caso das escolas tradicionais da UPA, em um processo de burocratização mais avançado em relação à Faculdade de Filosofia do início dos anos quarenta, era também uma forma de se buscarem posições mais favoráveis junto a diferentes grupos constituídos nas Faculdades e na administração superior da universidade. A criação da universidade, agrupando e normatizando as escolas tradicionais, acostumadas com suas regras particulares e sujeitas ao domínio de determinados grupos, pode ter servido para complexificar as disputas acadêmicas em seu interior. Envolvia-se um maior número de instituições, grupos, concepções e indivíduos nas tramas anteriormente desenvolvidas em nível de uma única escola, estratégia que não foi amplamente permitida e utilizada no caso da Faculdade de Filosofia devido à provisoriedade de seus mecanismos de recrutamento.

Não se pode deixar de referir também as considerações de Grijó (2000: 37), ao analisar a estruturação da Faculdade de Direito de Porto Alegre, no momento anterior à criação da UPA, utilizando concepções de Bourdieu sobre o “campo propriamente universitário”. Grijó ressalta, referindo-se às relações sociais e políticas que pudessem favorecer a um ou outro agente, que elas não teriam eficácia no meio universitário se não houvesse uma conversão desse capital baseado nas

---

<sup>53</sup> Decisões e Pareceres do Cons. Univ./1936 a 1941, CER, P. 29, s/data.

<sup>54</sup> Eloy José da Rocha fazia parte da “geração católica”, atuou na LEC e também elegeu-se para o legislativo federal, em 1945, pelo PSD (Trindade, 1982); (Carrion, 1983); (*Eleições...*, s/data: 251). Dario Bittencourt foi um dos principais líderes integralistas do RS em meados da década de 30 (Gertz, 1987: 158).

origens e trajetórias sociais “em capitais propriamente científico-escolares para investir com eficácia, sejam quais forem suas origens sociais” (ib.: 37). Desta forma, a experiência didática prévia e especializada, no interior da UPA, revelava-se uma das formas de realizar a conversão de prestígio social e político em prestígio acadêmico, mais do que o título possuído.

∴

Após essa breve exposição de critérios invocados na contratação de professores da UPA, será feita uma análise mais aprofundada dos dados apresentados até aqui, neste capítulo, através do cruzamento dos mesmos. Inicialmente será feito um exame da constituição do primeiro corpo docente do curso de Geografia e História em 1943, que apresenta características diferenciadas devido à necessidade de obtenção da autorização e reconhecimento federais e, posteriormente, serão acompanhadas as transformações seguidas ano a ano. A análise em separado do corpo docente inicial tem como objetivo também conferir os indícios de que este teria “uma pequena abertura ideológica” devido à intervenção pessoal do reitor Edgar Schneider (Trindade, 1982: 52) que assumiu a reitoria praticamente apenas durante o período de instalação da Faculdade de Filosofia, entre abril de 1942 e setembro de 1943.

Mesmo que a constituição inicial de 1943 tenha sido bastante transitória, já que três dentre os oito nomes apresentados não assumiram efetivamente as suas cátedras, as informações sobre esses docentes revelam os critérios que se pensava, ou se sabia, serem aceitos pela comissão verificadora. Ou seja, o perfil profissional dos primeiros docentes revela critérios legítimos, de acordo com a ótica das autoridades educacionais externas e da universidade, de ingresso no corpo profissional do curso de Geografia e História da UPA, embora eles não fossem rígidos a ponto de permanecerem inalterados ao longo do tempo.

A formação dos oito primeiros “supostos” integrantes do corpo docente da UPA era majoritariamente na área do Direito. Seis deles eram formados em Direito, um em Filosofia e Teologia e outro em Engenharia. Além destas, se verifica a formação em Economia, paralela às outras formações, realizada na Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas de Porto Alegre, administrada pelos irmãos Maristas.

A maior parte dos primeiros docentes tinha experiência didática prévia, com exceção de Lourenço Prunes, prevalecendo o magistério em escolas superiores, embora houvesse um professor que lecionava apenas no ensino secundário. Quatro eram professores do curso de Geografia e História da FLECL (dos irmãos Maristas), um lecionava na FCPE (também dos Maristas) e na Escola de Comércio, enquanto dois lecionavam na Faculdade de Direito. Quatro dos oito docentes da lista de 1943 faziam parte do corpo docente da UPA em outros institutos, significando, de fato, que a realização de um processo seletivo que impedisse a contratação desses professores em função da “lei de desacumulação” de funções, prejudicaria sensivelmente a constituição inicial do curso.

Em suma, para esse primeiro grupo de docentes, figurantes de uma lista que deveria ser aprovada pela primeira fiscalização federal, foram importantes os seguintes aspectos: formação superior, de preferência na área do Direito, e experiência prévia no magistério, principalmente no ensino superior, em especial no já existente curso de Geografia e História da FLECL. Além disso, destaca-se a presença de professores que detinham cargos administrativos que evidenciavam seu prestígio no meio universitário e junto ao setor administrativo e governamental.

O critério da experiência didática, tão enfatizado em outros momentos na universidade, não foi aplicado na contratação de Lourenço Prunes,<sup>55</sup> pode ser compreendido parcialmente através dos comentários da comissão verificadora no Relatório para o Reconhecimento, de 1944, na seção correspondente à “capacidade moral” do corpo docente:

“Como já tivemos ocasião de referir ao elaborarmos o relatório de verificação para o reconhecimento de cursos da Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Porto Alegre, a capacidade moral dos Srs. Professores desta Faculdade de Filosofia da Universidade é fato público e notório, que, como tal, dispensa qualquer prova e demonstração”.<sup>56</sup>

---

<sup>55</sup> As informações relativas à ausência de experiência didática prévia no currículo profissional de Prunes foram obtidas na ficha cadastral preenchida pelo mesmo e em diversas fontes secundárias que comentaram aspectos de sua trajetória. Em nenhuma dessas fontes foi referido o exercício do magistério secundário ou superior anterior ao seu ingresso na UPA, o que autoriza concluir que, na eventualidade de ter existido alguma experiência desse tipo, ela não foi significativa.

<sup>56</sup> Relatório para reconhecimento, 1944, p. 9. Pode parecer estranho que os relatores citem o nome da FLECL no Relatório referente à Faculdade de Filosofia da UPA, mas anteriormente já se havia aproveitado a presença das autoridades educacionais nacionais em Porto Alegre para a verificação de funcionamento da FLECL, para que estas providenciassem também os trâmites necessários ao processo de autorização para os cursos da UPA. Além disso, referir-se ao corpo docente da

A “capacidade moral” dos docentes, portanto, foi muito valorizada pela Comissão Verificadora e poderia constituir-se num aspecto distintivo do docente. Este podia emprestar à Faculdade o prestígio adquirido em outras esferas de atuação, principalmente em funções públicas e administrativas governamentais, ligadas à política partidária local e nacional:

“Todos os ilustres membros do magistério da Faculdade de Filosofia apresentam já em sua carreira de educadores grande acervo de reais serviços prestados ao País e ao Estado com dignidade e honradez, dedicação, assiduidade e carinho, dentro de uma linha de alta moralidade pública, privada e funcional”.<sup>57</sup>

Assim, pode-se compreender que os critérios valorizados no meio educacional e universitário da afinidade da formação e da experiência didática prévia podiam, eventualmente, tornar-se opacos mediante os serviços prestados ao estado e ao país em tempos de nacionalismo e autoritarismo em alta. Desta forma, evidencia-se novamente a falta de autonomia da Faculdade de Filosofia em relação ao poder político e social, já que em algumas situações se dispensava, conforme explícito na citação acima, a exigência de conversão de prestígio social em capital científico-escolar, possibilitando uma aplicação mais direta do primeiro. Tudo indica que esse foi o caso da admissão de Lourenço Prunes, já que, nesse momento, em 1943, não se tem notícia de que o docente se notabilizava pelo mérito acadêmico e científico, situação que mudaria posteriormente, conforme verificado na análise de sua trajetória na Faculdade.

Outro aspecto a ser examinado como um “critério” de recrutamento na constituição do corpo docente é a proximidade ou o pertencimento à “geração católica”, que, segundo Trindade, “foi o grupo ‘ideológico’ mais importante no Rio Grande do Sul a partir da década de 20 até os anos 50”, sucedendo a “geração positivista”, cuja influência se iniciara no final do século XIX, estendendo-se até os anos 1930 no plano político (Trindade, 1982: 39). O autor afirma que um dos meios mais importantes no desenvolvimento da disputa entre os dois grupos foi a UPA, em especial a Faculdade de Filosofia. Apesar da “pequena abertura ideológica” proporcionada pela contratação inicial de professores a cargo de Edgar Schneider, a

---

Faculdade de Filosofia da UPA, era quase o mesmo que referir-se ao da FLECL, pois muitos docentes trabalhavam em ambas.

<sup>57</sup> Relatório para reconhecimento, 1944, p. 9.

Faculdade encaminhou-se posteriormente para um controle rígido dos católicos na gestão de Armando Câmara. Schneider incluiu no corpo docente da Faculdade alguns metodistas que realizaram estudos nos Estados Unidos na área pedagógica para atuarem no curso de Didática e também no curso de Filosofia, apesar de manter ainda uma grande proporção de católicos no geral (Trindade, 1982: 51).<sup>58</sup> As proposições de Trindade, portanto, tornaram obrigatória a verificação da proporção de católicos no curso de Geografia e História da UPA.

Dos oito primeiros docentes, dois eram participantes ativos, enquanto o padre Balduino Rambo deve ser considerado como um aliado desse grupo devido à sua formação jesuítica e sua ligação profissional ao “berço” da “geração católica”, o Colégio Anchieta. Apesar dessa presença de católicos na lista de docentes de 1943, esse “critério” não parece ter sido tão determinante em comparação com o quadro posterior a 1944. Isso é coerente com o fato de que o corpo docente naquele instante deveria causar impacto na opinião da Comissão Verificadora do processo de Autorização e junto ao Departamento Nacional de Educação, que conferia o parecer final após o exame do relatório.

∴

Retomando retrospectivamente as alterações ocorridas na constituição do corpo docente do curso de Geografia e História desde 1943 até 1950, considerando-se apenas os docentes que assumiram efetivamente suas atividades, verifica-se que a maior rotatividade ocorreu na cátedra de Geografia Física e Geografia do Brasil. Doze diferentes professores lecionaram essa disciplina, sendo que oito deles não o fizeram por mais de dois anos. Entretanto, a variedade de professores ligados a essas disciplinas apresentou um aspecto positivo: dois dos docentes transitórios lecionaram a disciplina com o objetivo de enriquecê-la com seus currículos. O catedrático da Escola de Engenharia, Lélis Espartel, e Jean Roche, único professor estrangeiro que trouxe seu aporte de conhecimentos ao curso de Geografia e História da URGs. Além deste, apenas outro docente do curso de geografia e história realizou estudos no exterior – Balduino Rambo –, que, apesar disso, ficou deslocado, na Faculdade de Filosofia da UPA, da área na qual privilegiava seus estudos – a História Natural. A exceção que representou Jean Roche no curso

---

<sup>58</sup> Dentre os metodistas contratados, estavam Oscar Schneider, Derly Chaves e José Gomes, por exemplo. Sobre o assunto, ver também Liedcke Filho (1997).

contrasta com o caso da USP, na qual, como se sabe, lecionaram vários professores estrangeiros trazidos da Europa com o intuito de se iniciarem os estudos especializados na área das Ciências Sociais no Brasil.<sup>59</sup> A USP inseriu-se, desta forma, no que havia de mais atualizado na área na década de trinta, desempenho que a Faculdade de Filosofia da UPA estava longe de poder atingir no que diz respeito à contratação de professores altamente especializados e qualificados.

As demais cátedras, Geografia Humana, Antropologia, História do Brasil, História Moderna e Contemporânea, História da América e História da Antigüidade e Idade Média, mantiveram uma grande estabilidade em sua composição desde o início, não se verificando mais do que três diferentes professores no período, sendo que em muitos casos nesse número incluíam-se os assistentes.

Do total dos dezenove professores registrados em sua passagem pelo curso de Geografia e História, é conhecida a formação de dezessete deles. Destes, nove tinham formação em Direito, sendo que sete a obtiveram na Faculdade de Direito em Porto Alegre. Três dos docentes eram egressos dos próprios cursos de Geografia e História de Porto Alegre, um da FLECL e dois da UPA, e ocuparam apenas as posições de assistentes no período abordado.

As formações dos professores devem ser consideradas também em relação às composições do quadro docente em cada ano e em relação às posições mais prestigiadas. Pode-se considerar que, tão cedo quanto foi possível, o curso de Geografia e História da UPA passou a utilizar docentes formados pelo próprio curso. Já em 1946, assim que se formou a primeira turma de bacharéis pelo curso na UPA, contratava-se um recém bacharelado em Geografia e História e mais outros dois nos anos de 1947 e 1948. A utilização de egressos dos cursos de Geografia e História de Porto Alegre no curso da UPA/URGS, deve ser atribuída em parte à prescrição legal referida no Capítulo 2, de que o título da Faculdade seria exigido para a função de assistente a partir de 1943, aplicado às áreas específicas de atuação dos mesmos.

Se a Faculdade de Filosofia apressou-se em utilizar, logo que possível, os primeiros licenciados e bacharéis em História no Rio Grande do Sul em seu quadro

---

<sup>59</sup> Dentre os vários professores estrangeiros da USP estavam o historiador Fernand Braudel, o antropólogo Lévi-Strauss, o sociólogo Paul Bastide, por exemplo (Schwartzman, 1979: 210).

docente, é necessário observar que esses professores entraram e se mantiveram em uma condição inferior aos outros durante o período analisado, pois eram assistentes dos catedráticos. E essa posição era, de fato, de inferioridade na hierarquia institucional da universidade. Os salários eram menores, e eles estavam submetidos a uma autoridade bastante acentuada dos catedráticos em relação às suas responsabilidades profissionais. Nesse sentido, pode-se tomar como exemplo os depoimentos de Helga Piccolo e Earle M. Moreira. Embora tenham ocorrido em um período posterior, as situações por eles vividas ainda se situam sob o regime de cátedra que vigorou no Brasil desde as primeiras escolas de ensino superior até a reforma em 1968, quando se estabeleceu o regime departamental, com a extinção das cátedras (Fávero, 1990: 86).

A situação diferenciada criada pela condição interina dos catedráticos da Faculdade de Filosofia, durante todo o período abordado, em relação aos docentes dos demais institutos da universidade – que tinham, através dos CTAs e das Congregações, maior poder de interferência nos rumos da Universidade – não se revelou, ao que tudo indica, um diferencial nas relações de poder exercidas internamente à Faculdade. Desta forma, pode-se incorporar as reflexões de Fávero (1990) em relação às características do sistema de cátedra no Brasil, especificamente na Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi).

O catedrático detinha, no espaço acadêmico, um poder que se estendia tanto sobre o conhecimento produzido e veiculado no interior das unidades didáticas e administrativas quanto sobre as pessoas a elas vinculadas, poder esse que apresentava resultados variados, dependentes da pessoa que o detinha. O sistema de cátedras na FNFfi, em sua fase inicial (que coincide com o período que aqui interessa), teve como consequência, “por um lado, paternalismo, servilismo e uma rede muito bem articulada de influências, ao estilo do compadrio conservador, por outro, ampliaram-se os espaços para o desenvolvimento de talentos e vocações” (Fávero, 1990: 98). Acentuava-se, desta maneira, no interior da menor unidade da instituição universitária, o personalismo e o autoritarismo na maneira de conduzir os assuntos acadêmicos, como se verificava em outras instituições culturais no Estado e na própria direção da Faculdade de Filosofia, conforme discutido no Capítulo 2.

Esses resultados aparentemente contraditórios em relação ao sistema de cátedras evidenciaram-se nos dois depoimentos tomados para este trabalho, que revelaram, ambos, a relação amistosa que se estabelecia entre o catedrático e seus subordinados. Apesar disso, também deixaram clara a autoridade que o mesmo detinha sobre as funções que competiam aos seus assistentes, reforçada desde o momento da contratação que se dava pela indicação pessoal do catedrático. Othelo Laurent, catedrático em História da Antigüidade e da Idade Média, reagiu em favor de Macarthy quando, ao contrário do que havia sido combinado, este teria de ingressar na cátedra como instrutor e não como assistente. “O meu catedrático, de quem eu realmente tenho a melhor lembrança, e que era um grande amigo, se aborreceu muito com aquilo e foi lá interpelar. (...) ele foi ao [reitor] Paglioli mas não houve jeito” (Macarthy, 2001: 6). Piccolo (2001: 11) relatou que teve de interromper sua licença maternidade reassumir suas atividades na cátedra de História do Brasil por determinação do catedrático Dante de Laytano: “A minha filha, quando nasceu, eu já era professora da universidade. (...) Eu tinha direito a quatro meses. (...) Um mês depois o doutor Dante mandou um ofício para a reitoria dizendo que ele me requisitava, que ele precisava, e eu não ganhei os quatro meses”. Naquele tempo, segundo ela, não havia muito espaço para contestação das diretrizes do catedrático, e as mulheres ainda eram vistas com desconfiança em relação à sua disponibilidade de tempo para o trabalho acadêmico. Apesar disso, a depoente não demonstrou guardar ressentimentos de Laytano, reconhecendo, inclusive, uma influência do mesmo em sua carreira acadêmica.

Outro aspecto importante a ser mencionado é que a institucionalização da formação superior em geografia e história no Rio Grande do Sul através das Faculdades de Filosofia em Porto Alegre é que propiciou às mulheres o acesso ao quadro docente do curso da UPA. Pelos critérios vigentes no período anterior ao da existência e exigência de um título superior para a formação de professores secundários especializados, não havia mulheres habilitadas para a função docente no curso de Geografia e História nem nos outros cursos da Faculdade de Filosofia.

Em relação à formação requerida para os docentes que efetivamente ingressaram no curso de Geografia e História, constatou-se que o título na área do Direito era a habilitação preferencial, tal como o fora para o corpo docente de 1943. Nesse sentido, seguia-se no Rio Grande do Sul a tradição vigente nas Ciências Sociais do Brasil desde o século XIX, pela qual os estudos sócio-históricos e as

profissões eventualmente ligadas a esse campo de conhecimentos eram vinculados a indivíduos oriundos da área do Direito. Um dos fatores que influenciava na variedade de ocupações que podia desempenhar um egresso dos cursos de direito foi relatado por Piccolo (2001: 8). Dante de Laytano lhe revelara que seu interesse pela pesquisa histórica nasceu do *tempo livre* de que dispunha nas funções de jurista no interior do estado e do *acesso facilitado à documentação oficial*. Muitos pesquisadores em História no Rio Grande do Sul tiveram esse perfil e freqüentemente realizavam suas atividades de pesquisa em paralelo com suas atividades na área jurídica ou em outra função pública.<sup>60</sup> Desta forma, tanto o magistério superior e secundário quanto a pesquisa em alguma área de interesse podiam ser uma atividade paralela à magistratura, à advocacia e às funções administrativas no poder estadual.

Além de ser um pré-requisito “natural” à docência no curso de Geografia e História, a titulação em Direito estava vinculada às posições mais altas na hierarquia docente do curso. Dos onze docentes que ocuparam os cargos de catedráticos interinos em todo o período abordado, oito deles eram formados em Direito. O Professor Prunes, que era o docente do curso de Geografia e História de maior prestígio junto à direção da Faculdade, e respeitado também junto aos alunos, deveu parte de seu destaque à posição.

Além do destaque concedido à titulação em Direito, verifica-se que a Formação em Engenharia teve uma presença importante no curso, principalmente na cátedra de Geografia Física, sendo que, dos doze professores que por ela passaram, pelo menos cinco eram engenheiros. Observa-se, assim, que há um critério de divisão de áreas que considera a afinidade do título com a disciplina a ser lecionada, ao contrário do que fora verificado nos processos seletivos anteriores da UPA, quando se permitiu uma flexibilização maior nesse sentido. A vigência desse critério pode ser verificada também no caso da presença de um médico na disciplina de antropologia, que tinha, na época, uma inspiração na tradição da antropometria e da medicina legal (Lewgoy, 1997: 244). Constata-se, desta forma, que a tentativa de adequação da Faculdade de Filosofia entre título e disciplina

---

<sup>60</sup> Sobre os intelectuais que escreveram na *Província de São Pedro*, muitos deles historiadores do IHGRS, Gertz (1984: 80) observou que “o grupo de intelectuais congregados na revista gravitava em grande parte em torno do poder político estadual, pois muitos deles eram funcionários públicos ou ocupavam cargos indiretamente ligados à estrutura de poder”.

lecionada aponta para um novo contexto no qual já existe um maior número de detentores de títulos superiores disponíveis, acentuando o processo de diferenciação e especialização cultural, tendência de sociedades mais urbanizadas e burocratizadas. Tal tendência será ampliada pela própria implantação das Faculdades de Filosofia em Porto Alegre, o que se verifica na mudança progressiva no perfil de formação dos docentes do curso de Geografia e História, iniciada no final dos anos quarenta com a contratação dos egressos da própria Faculdade para ocuparem postos em suas cátedras.

Apesar da importância assumida pela afinidade entre título e disciplina lecionada, com destaque para a formação em Direito, a experiência prévia no magistério evidenciou-se como um pré-requisito importante, coerente com os critérios verificados acima em processos seletivos anteriores na Universidade e na constituição do corpo docente de 1943. Como nestes últimos, o corpo docente do curso de Geografia e História da UPA em 1944 e 1945 também evidenciou como critério prioritário, inicialmente, a experiência prévia no magistério, principalmente superior, na própria UPA/URGS ou na FLECL. Até 1945, dos quinze professores contratados para o curso, onze docentes tinham alguma experiência prévia no magistério superior ou secundário, dois não haviam lecionado e sobre os dois restantes não foram obtidos dados a respeito. Oito docentes tinham alguma experiência no magistério superior, sendo que quatro lecionavam na FLECL e destes, três, no curso de Geografia e História. Cinco docentes vinham de institutos da própria UPA, sendo que dois destes também lecionavam na FLECL. O outro docente com experiência no magistério superior era de uma universidade de fora do Rio Grande do Sul (Aryon Niepce da Silva, do Paraná). Apenas dois professores tinham experiência apenas em ensino secundário.

Se a experiência didática, com destaque para o magistério no ensino superior, foi inicialmente um critério preferencial na escolha dos professores, não se deve exagerar seu peso na concorrência interna às posições mais prestigiadas da Faculdade de Filosofia. Lourenço Prunes, como visto, não exercia nenhuma atividade relacionada ao magistério ao assumir a cátedra de Geografia Humana. Se esse critério se manteve importante para se ocupar o cargo de catedrático, o mesmo não aconteceu com as posições inferiores na hierarquia interna da Faculdade. Inicialmente os assistentes eram recrutados nos diferentes cursos da universidade, algumas vezes como colaboradores especiais, como no caso de Espartel e Roche.

Entretanto, gradualmente, essas posições começaram a ser ocupadas também por egressos dos cursos de Geografia e História (aí incluído o curso da FCF), que assumiam suas funções logo após se formarem, tendo como primeira experiência didática as aulas nas quais substituíam os catedráticos.

A situação colocada para este trabalho pela provisoriedade e imprecisão regimental da contratação dos docentes da Faculdade (e do curso) durante o período, obriga a uma atitude cautelosa em relação a afirmações conclusivas de critérios de seleção em algumas circunstâncias. Os fatores a serem analisados a seguir assumiram relevância na constituição geral do corpo docente e serão definidos, por vezes, com a palavra critério entre aspas, já que se pode apenas indicá-los hipoteticamente enquanto tal, conforme se procedeu no exame da constituição do corpo docente de 1943.

Quanto ao posicionamento dos docentes contratados a partir da mudança do quadro inicial de 1943 em relação à proximidade ou pertencimento à “geração católica”, observa-se que a proporção geral de católicos se manteve em 50%. Dentre os onze professores que ocuparam a função de catedráticos, a proporção de católicos atuantes é ainda maior, verificando-se que sete deles pertenciam ao grupo – incluindo-se aqui Darcy Azambuja, devido à sua proximidade com as lideranças católicas. Desta forma, as informações disponíveis para o curso de Geografia e História revelaram-se semelhantes às proposições de Trindade quanto à Faculdade de Filosofia como um todo, sendo que curso de Geografia e História nos dois primeiros anos apresentou uma proporção levemente reduzida de católicos, se comparada com a do período da gestão Câmara/Magalhães. Os dados sobre a proporção de católicos revelam que essa orientação confessional, assim como a atuação militante na religião chegaram a se constituir como uma característica importante dos professores do o curso, principalmente duante a gestão de Álvaro Magalhães, mas não somente nela. Entretanto, apesar de se estar analisando a orientação confessional católica como um possível “critério” não explícito de seleção de docentes, não se poder afirmar conclusivamente isto. Para uma definição mais clara do assunto seria necessário investigar-se o universo de candidatos efetivos ao curso de Geografia e História.

Menos importante do que os critérios e/ou características acima referidos para o recrutamento de docentes para o curso de Geografia e História, foi o pertencimento à mais importante instituição ligada à pesquisa histórica no Rio Grande do Sul na década de 40: o IHGRS. Sabe-se que Darcy Azambuja e Dante de Laytano já haviam ingressado nessa instituição, realizando pesquisas e publicando textos na revista do IHGRS antes de ingressar no corpo docente do curso de Geografia e História. Balduino Rambo e Lourenço Prunes ingressaram no IHGRS posteriormente à sua entrada na UPA. Entretanto, esse pode ter sido um meio importante, pelo menos para o caso de Laytano, já que Edgar Schneider, o reitor sob cuja administração a Faculdade de Filosofia iniciou suas atividades, fazia parte do Instituto na época.<sup>61</sup>

A produção escrita dos docentes foi avaliada como um indício de atividade de pesquisa, tal como o pertencimento ao IHGRS. Dentre os docentes, cinco podem ser destacados pela sua produção escrita: Balduino Rambo, Darcy Azambuja, Dante de Laytano, Lourenço Prunes e Jean Roche, sendo que apenas os três últimos produziam trabalhos afins às disciplinas que lecionavam, se considerada a data em que ingressaram no corpo docente. No caso dos dois primeiros, apesar de contarem com uma farta produção escrita já na época em que ingressaram no corpo docente do curso, não se verificava na maioria de suas obras uma afinidade no que diz respeito à área específica na qual atuavam. O padre Rambo estava muito mais próximo da História Natural do que da Antropologia ou da Geografia e da História, e seu ingresso na cátedra de Antropologia foi atribuído como um prêmio de consolação pela perda da disputa com Alarich Schultz para a cátedra de Botânica (ver seção 3.1). Desta forma, nem sempre foi observado o critério da afinidade entre título e disciplina lecionada. A quebra desse critério, nesse caso, também pode ter sido motivada por três aspectos: o jogo de pressões a que se referiu Lewgoy (1997: 242) no sentido de contentar os setores católicos; o reconhecimento do mérito científico de Rambo em um campo de pesquisa, apesar de não ser o da Antropologia; mas também a precária especialização do campo de conhecimentos da Antropologia no Rio Grande do Sul, tornando mais flexível o critério da afinidade da titulação e/ou prática profissional com a área de atuação do docente no curso.

---

<sup>61</sup> Schneider ingressou no IHGRS em 1941 (Rev. IHGRS, 1982: 177-187).

A grande maioria dos docentes não tinha produção escrita significativa anterior ao ingresso no corpo docente do curso de Geografia e História, o que, considerado juntamente com o número inexpressivo de docentes do curso ligados ao IHGRS (antes de seu ingresso na UPA), evidencia que a atividade de pesquisa não era um “critério” necessário de recrutamento. Isso não significa que não fosse valorizada, já que Prunes, a grande exceção em quase todos os critérios acadêmicos de recrutamento “tradicionais” na universidade, não possuía experiência didática anterior, mas contava com alguma pesquisa e produção especializada afim com a disciplina que lecionava. Laytano também pode ter auferido vantagens importantes de seu pertencimento ao IHGRS e de sua produção especializada em História, já que esses dois fatores, somados à sua experiência didática também especializada, tornavam-no um candidato irrecusável ao corpo docente do curso da UPA. De fato, o único predicado “favorável” de que não dispunha Laytano era a militância nos movimentos leigos católicos, que pode ter empalidecido inicialmente sua carreira no magistério superior em História, sem, no entanto, lhe ser um impedimento.

A caracterização do pertencimento ao IHGRS e da produção escrita dos professores enquanto “critérios” de seleção, será melhor esclarecida mediante a análise das atividades da Faculdade de Filosofia na próxima seção deste capítulo. As relações estabelecidas entre a Faculdade de Filosofia – através de seu curso de Geografia e História – com o IHGRS, ou seja, entre os agentes coletivos do campo analisado, assim como a compreensão dos “fins” concebidos para a Faculdade de Filosofia permitirão uma compreensão mais clara dos dados até aqui apresentados.

Os cruzamentos seguintes, a serem propostos neste trabalho, em relação às informações obtidas nos perfis profissionais e intelectuais dos professores, têm como objetivo estabelecer alguns padrões e tendências gerais verificados no corpo docente do curso de Geografia e História ao longo do período abordado. Um desses padrões era a atuação profissional diversificada, sendo que as áreas nas quais os professores atuavam simultaneamente eram, em sua grande maioria, ligadas ao magistério superior tanto na UPA quanto nas Faculdades Católicas, principalmente, e ao secundário em menor número. Destacam-se também as

atividades na administração universitária (seja na UPA ou nas Faculdades católicas), em funções públicas ligadas ao governo estadual, na magistratura e no exercício da advocacia. Além da diversificação de atividades profissionais, apenas três catedráticos de longa permanência no curso, conforme referido, envolviam-se em pesquisas, verificando-se também a produção de trabalhos literários, principalmente no início do período abordado.

Essas informações, analisadas em conjunto, apontam para uma significativa tendência do corpo docente do curso à especialização profissional no magistério, principalmente superior. Essa tendência geral se destaca quando comparada à produção intelectual e de pesquisa especializadas observada em alguns casos individuais. Essa situação se supõe estar vinculada a dois fatores: a expressiva presença de membros da geração católica em todos os setores da hierarquia da Faculdade de Filosofia, desde o diretor até o assistente, com sua ênfase nos assuntos de ensino e o processo mais aprofundado da profissionalização no magistério no país e no estado, reforçado pelas respectivas legislações sobre o ensino. Esses dois fatores, associados e reforçados mutuamente, conferiram um grande destaque à formação de professores na Faculdade de Filosofia da UPA, fazendo com que a produção de pesquisa especializada nas áreas de Geografia e História permanesse relegada a um segundo plano.

Algumas modificações ocorreram ao longo dos anos estudados, evidenciando uma tendência no perfil profissional e intelectual de alguns docentes que seria aprofundada em períodos posteriores ao abordado nesta pesquisa: uma crescente especialização dos campos de conhecimento vinculada tanto à prática profissional no magistério quanto à pesquisa empreendida em caráter individual ou nas instituições do “campo” da história no Rio Grande do Sul. Na área da História a trajetória de Laytano fornece o exemplo da referida especialização. O seu ingresso no corpo docente das duas faculdades de filosofia (UPA e Católica) coincidiu com o abandono da carreira no Direito e o desenvolvimento de atividades profissionais e intelectuais vinculadas, cada vez mais, a instituições do campo da História (Museu Júlio de Castilhos e IHGRS). Se a abertura dos postos de trabalho nas Faculdades de Filosofia possibilitou o desenvolvimento de uma carreira mais especializada na Geografia e na História e voltada crescentemente para atividades acadêmicas e científicas, esse desenvolvimento, entretanto, não pode ser apontado como um padrão geral de todo o corpo docente. Manteve-se, ainda, o caráter

diversificado da atuação profissional para maioria dos professores, principalmente vinculada à área do Direito, assim como o desenvolvimento simultâneo de atividades ligadas ao poder público estadual e à política partidária, evidenciando especialização e autonomização precárias da área da História na universidade.

O tipo de socialização verificado entre os docentes de Geografia e História em decorrência de sua atividade no curso diz respeito muito mais às relações verticais estabelecidas a partir da hierarquia acadêmica baseada na estrutura de cátedra<sup>62</sup> do que às relações horizontais entre os docentes dos diferentes cursos e disciplinas. A experiência mais marcante no curso de Geografia e História nesse período refere-se às relações desenvolvidas entre catedrático e assistente e professores e alunos, devidas em grande parte à inexistência de uma sede que congregasse todos os cursos. Desta forma, a “pós-graduação informal e interdisciplinar”, só seria possibilitada a partir de meados dos anos 50 com a conclusão da sede própria da Faculdade, quando se resolveria o problema da grande dispersão física dos seus cursos e atividades administrativas. A experiência interdisciplinar se verificava apenas entre alunos que decidiam realizar o curso de Didática, após os três anos de bacharelado, encontrando-se pela primeira vez com os colegas egressos dos diferentes cursos da Faculdade, que a essa altura já deviam estar ambientados em uma socialização construída nos anos anteriores de seus respectivos cursos.

Essa limitação quanto às relações sociais possibilitadas na Faculdade de Filosofia também facilitou a cristalização das relações estabelecidas anteriormente ao ingresso na UPA/URGS. Assim, a proeminência ou opacidade de uns e outros docentes pode ter sido reforçada pela ausência de oportunidades de reversão dos “rótulos” adquiridos anteriormente à constituição do corpo docente do curso.

---

<sup>62</sup> Nesse período, na Faculdade de Filosofia, a hierarquia administrativa e docente compunha-se de poucas posições: o diretor da Faculdade, os chefes de departamentos (que equivaliam a coordenadores dos cursos), os catedráticos e os assistentes. Apenas na gestão Paglioli, a partir de 1952, foram incluídas novas posições hierárquicas (inferiores ao assistente), assim como foram compostas as instâncias decisórias intermediárias entre os catedráticos e o diretor: a Congregação e o CTA.

### *3.3 As atividades da Faculdade de Filosofia: ênfase na formação de professores e dificuldades para a pesquisa em História*

As atividades do curso de Geografia e História foram muito vinculadas às diretrizes tomadas para a Faculdade de Filosofia devido à sua integração administrativa. Algumas atividades ligadas mais ou menos explicitamente ao curso devem ser abordadas no sentido de se estabelecerem suas relações, enquanto instituição universitária, travadas com outros setores da própria universidade, com o campo intelectual no estado e especificamente com o da história.

Para o período entre 1943 e 1946, antes de a Faculdade de Filosofia ser dotada de uma mínima estrutura administrativa: diretor e secretário, os registros referentes à Faculdade foram obtidos nos livros de portarias da reitoria e nos documentos disponíveis do Conselho Universitário. Nessas fontes, verificou-se que as atividades desenvolvidas naquele período restringiram-se ao estritamente necessário para o atendimento das demandas básicas da Faculdade, tais como a nomeação das comissões examinadoras para o exame vestibular, a contratação dos professores e o atendimento às prescrições legais que eram baixadas relativas ao funcionamento da Faculdade, como o decreto estadual 1506 (ver Capítulo 2) que dispõe sobre a matrícula especial de professores com formação para o magistério primário.<sup>63</sup>

Algumas exceções à ausência de iniciativas nesse período, no entanto, podem ser apontadas, como a pronta organização do Centro Acadêmico Franklin Delano Roosevelt (CAFDR) em 1943, com a aprovação de seus estatutos pelo Conselho Universitário.<sup>64</sup> Antes de 1945, o CAFDR já organizava cursos preparatórios para os candidatos aos exames de obtenção do título secundário, realizados pela Faculdade de Filosofia, conforme a legislação previa, merecendo o reconhecimento do Conselho Universitário, que propôs a remuneração dos “alunos

---

<sup>63</sup> LPR/1939 a 1944, P. 3, 15 mar. 1943; P. 18-60, 25 nov. 1943; LPR/1944, P. 3-55, 30 maio 1944; LPR/1945, P. 20, 16 abr. 1945; LPR/1946, P. 307, 03 dez. 1946.

<sup>64</sup> Decisões e Pareceres do Cons. Univ./1943 a 1945, CLR, Par. 1, 20 out. 1943.

professores”.<sup>65</sup> Além da atuação do CAFDR, observa-se que a única iniciativa tomada pelas autoridades universitárias responsáveis pela Faculdade nesse período, o reitor e o Conselho Universitário, afora o cumprimento das funções mínimas, foi abrir para os alunos de outros cursos da Universidade a possibilidade da freqüência como ouvintes às aulas dos cursos da Faculdade com o objetivo de “estender os benefícios culturais visados pela Faculdade de Filosofia aos alunos dos cursos profissionais da Universidade”.<sup>66</sup> A atividade seguinte seguramente não entra no rol de iniciativas das autoridades universitárias, pelo contrário, evidencia a iniciativa individual de um docente do curso de Geografia e História cuja atuação se revelaria marcante nos próximos anos da Faculdade de Filosofia. Em 1945, Lourenço Prunes era o encarregado de uma visita didática dos alunos do curso no qual lecionava à cidade de Santo Amaro, aprovada e incentivada pelo Conselho Universitário.<sup>67</sup>

A partir de 1946, a situação descrita muda radicalmente com o início da gestão de Álvaro Magalhães na direção da Faculdade de Filosofia, que foi muito dinâmica, apesar das permanentes dificuldades financeiras da universidade e da precariedade da estrutura burocrática da Faculdade abordada no Capítulo 2. Magalhães tratou desde logo de estabelecer contatos por correspondência com varias instituições universitárias, oficiais e culturais de dentro e fora do país. Buscava informações diversas com o intuito de organizar e estruturar a Faculdade, conforme os recursos de que dispunha, tentando cumprir o que a legislação determinava para o assunto. No entanto, providenciava também junto aos chefes de departamento, reitor e aliados implementar as atividades que concebia como parte dos fins da Faculdade de Filosofia. As concepções gerais construídas na gestão Magalhães a respeito dos fins a que se destinava a instituição seguiram orientando as ações das gestões seguintes até 1950, que não lograram, contudo, o mesmo dinamismo da primeira.

Uma das atividades desenvolvidas pela Faculdade, freqüentemente vinculada ao curso de Geografia e História, foi a promoção de conferências destinadas sobretudo a professores secundários, ao público em geral e, às vezes, a

---

<sup>65</sup> Decisões e Pareceres do Cons. Univ./1943 a 1945, CLR, Par. 14, 17 ago. 1945.

<sup>66</sup> LPR/1945, P. 3, 05 mar. 1945.

<sup>67</sup> Decisões e Pareceres do Cons. Univ./1943 a 1945, CER, Par. 1, 05 jan. 1945.

públicos mais seletos sobre temas da “especialidade” dos docentes e de palestrantes convidados. Em 1946, foi promovida uma conferência na área da geografia por um professor uruguaio.<sup>68</sup> No mesmo ano, Lourenço Prunes realizou uma conferência sobre “Imigração e Colonização”, para a qual foram emitidos convites destinados às mesmas instituições que a palestra anterior, dentre as quais se destaca a presença de entidades ligadas à engenharia e à Escola de Engenharia, assim como de escolas particulares confessionais, não só da Igreja Católica.

No agradecimento enviado a Prunes, o diretor evidencia alguns aspectos de suas intenções na promoção do evento:

“Vem V. Ex.<sup>a</sup>, juntamente com os demais professores que aceitaram o convite para realizar conferências sobre temas especializados, transformando em realidade esplêndida o projeto concebido por esta Direção no sentido de fazer com que a nossa Faculdade *assuma a liderança, como lhe compete, na difusão da cultura em geral*, vindo desse modo a integrar-se completamente nas linhas mestras da sua destinação histórica e social” (grifos meus).<sup>69</sup>

Desta forma, a busca de uma “liderança na difusão da cultura geral” pela Faculdade de Filosofia, aludida pelo seu diretor, destinava-se nesse caso à disputa pela liderança na formação intelectual da clientela ilustre dos colégios de elite da capital. Seguramente, a referência oposta a essa disputa pela “liderança cultural” não seria a Faculdade Católica de Filosofia, que seguia os mesmos princípios, era conduzida também por integrantes do coeso grupo católico de Porto Alegre e era presença constante nos destinatários de convites para atividades da Faculdade de Filosofia. Em 1948, um requerimento dos alunos do curso de Ciências Sociais da Faculdade Católica de Filosofia criou uma situação que pode ser elucidativa sobre a atitude da gestão Câmara/Magalhães de evitar a concorrência nociva por parte da Faculdade da URGs àquela instituição. Um grupo de oito alunos desejava transferir-se da FCF para o curso de Ciências Sociais, que se tentava implementar então na URGs. Em carta ao reitor, Magalhães avalia que, embora fosse interessante para a Faculdade da URGs aumentar o número de alunos do novo curso, poderia ser criada uma situação indesejada:

“Entretanto pareceu-me pouco curial dar ensejo a uma situação algo desagradável entre as duas Faculdades com a admissão, por este Instituto [Faculdade de Filosofia da URGs], de grande parte dos alunos que concluíram

---

<sup>68</sup> CE, 1946, 5 out.

<sup>69</sup> CE/1946, 21 out.

o primeiro ano do Curso de Ciências Sociais da Faculdade Católica. Rogo a aprovação de V. Ex.<sup>a</sup> para a solução dada”.<sup>70</sup>

A resposta do reitor a essa demanda foi negativa e justificada com base na argumentação de que o curso de Ciências Sociais da URGS ainda dependia de autorização federal. De fato, a implantação definitiva do curso aconteceu somente em 1959, sem que tenha havido alguma referência às causas da interrupção dessa primeira tentativa. No entanto, além de católico militante, Câmara também era um dos fundadores da antiga FLECL, que dera origem à Faculdade Católica de Filosofia, e chegaria a exercer paralelamente ao cargo de reitor da URGS o mesmo cargo na Universidade Católica no final daquele mesmo ano de 1948 (João, Clemente, 1995). Essas estreitas relações com as instituições universitárias católicas evidenciam a inexistência de uma intenção de concorrência entre as duas Faculdades de Filosofia, pelo contrário, o que se buscava era a convergência nas formas de atuação.

Provavelmente, a procura de liderança aludida por Magalhães em 1946 referia-se à tradicional disputa dos católicos com os positivistas pela influência cultural na elite do estado, assim como a uma demonstração de prestígio intelectual perante colégios confessionais não católicos, já que dentre os destinatários das referidas palestras estavam as direções do Colégio Americano e do Instituto Porto Alegre.

Ainda no ano de 1947, foi promovido um ciclo de mais de cinco palestras em diferentes áreas de conhecimento abrangidas pelos cursos da Faculdade de Filosofia, dentre elas, uma sobre Geografia do Rio Grande do Sul. No ano de 1948, foi promovida outra palestra sobre geografia também, dessa vez pelo geógrafo Francês Pierre Gourou. No ano seguinte, já na gestão de Ochoa, é aceita e implementada a sugestão de Laytano de convidar Harald Schultz, do Museu Paulista e Serviço de Proteção aos Índios, para realizar conferências e exibição de filmes sobre os indígenas do Mato Grosso, Goiás e Araguaia. Novamente, no mesmo ano, Laytano toma a iniciativa de vincular a Faculdade de Filosofia a um de seus empreendimentos intelectuais desenvolvidos fora dela, convidando Ochoa e solicitando a liberação das aulas dos alunos do curso de Geografia e História para assistirem a uma conferência sobre Folclore e Educação proferida por Renato de

---

<sup>70</sup> CE/1948, 7 jan.

Almeida, um de seus aliados no campo do folclore em nível nacional.<sup>71</sup> Ainda no ano de 1949, a direção, com a devida autorização da reitoria, tentou convidar Lucien Fébvre para palestrar no estado, aproveitando sua estada no Rio de Janeiro, sendo que as conferências não parecem ter sido efetivadas, apesar do convite feito. Mas muitas das atividades relativas a conferências e cursos na área de atuação da Faculdade de Filosofia foram transferidas para a alçada do Departamento Cultural da Universidade, que contou com a coordenação de Álvaro Magalhães, continuando, após sua renúncia à direção da Faculdade, a empreender uma série de atividades, tal como fazia naquela gestão. Um desses eventos foi o ciclo de conferências proferidas pelo geógrafo francês Louis Papys em 1950, que seria saudado na abertura do evento, evidentemente, por Lourenço Prunes.<sup>72</sup>

Uma das atividades mais incentivadas pela Faculdade de Filosofia era a promoção de cursos de férias para professores secundários da rede pública e privada de todo o estado. No final de 1946, Magalhães enviava uma correspondência ao Secretário da Educação comunicando sobre o curso de férias de Geografia Regional do Brasil a ser ministrado pelo professor Lourenço Prunes. A clientela que se desejava atingir no momento não se restringia à rede privada de ensino, estendendo-se também aos professores dos estabelecimentos da rede pública estadual.<sup>73</sup> Desta forma, verifica-se uma estratégia de ação utilizada desde o momento inicial pela gestão Magalhães: atingir amplamente o público docente das escolas particulares e públicas, com diferentes tipos de atividades, adequadas ao perfil da clientela de cada tipo de escola.

Em abril de 1947, o Grêmio das professoras do Instituto de Educação solicitou à direção da Faculdade de Filosofia a criação de uma cadeira de Folclore, que Magalhães considerou melhor incluir futuramente no currículo do curso de Geografia e História. Essa demanda fez com que o diretor idealizasse a realização de um curso de “difusão cultural” sobre Folclore do Rio Grande, cuja comissão organizadora seria composta por Darcy Azambuja, na presidência, Othelo Laurent e Lourenço Prunes. A idéia do curso, no entanto, somente seria retomada um

---

<sup>71</sup> CR, 1949, s/data. Sobre as relações entre Laytano e Renato de Almeida, ver Nedel (1999).

<sup>72</sup> CE/1947, 10 set.; CR/1948, 11 out.; CR/1949, 01 abr.; CE/1949, 26 abr.; CR/1949, 20 ago.; CR/1950, 24 out.

<sup>73</sup> CE/1946, 31 dez.

pouco antes do período de férias, no verão de 1947/48, quando Magalhães volta a escrever para Azambuja solicitando a realização dessa tarefa.<sup>74</sup> Um dos aspectos a serem destacados em relação a essa iniciativa da Faculdade de Filosofia é a ausência de Dante de Laytano na comissão organizadora de um curso que envolvia um assunto de sua especialidade, assim como em outros empreendimentos da Faculdade.

Outros cursos para professores secundários de todo o estado foram organizados também no verão e inverno de 1948, abrangendo docentes dos vários cursos da Faculdade, mas contando sempre com a atuação de Lourenço Prunes. Além desses, em 1947, Magalhães estimulou os cursos de férias preparatórios para o concurso de habilitação e outros exames da Faculdade de Filosofia, organizados pelo Centro Acadêmico da Faculdade desde 1945, intercedendo junto ao reitor para que continuassem sendo realizados. Em 1948, no lugar dos “alunos professores” que eram recompensados pelas aulas ministradas nesses cursos preparatórios, foram designados assistentes da Faculdade para ministrá-los, contando mais uma vez com o auxílio de Prunes, que realizara o planejamento didático. Após a gestão de Magalhães, que se encerrou em janeiro de 1949, tudo indica que os cursos de férias acima referidos passaram exclusivamente à alçada do Departamento Cultural da URGS, que já convidava, em maio de 1949, o diretor da Faculdade para uma reunião sobre a organização dos cursos de férias. Nas férias de inverno desse ano, os cursos de férias para professores secundários continuaram a acontecer, não sendo encontradas referências em relação às férias de verão. Sabe-se que os cursos preparatórios para os exames de suficiência, destinados a professores em atividade no ensino secundário, e para os vestibulares continuaram ocorrendo, pelo menos nas férias de inverno de 1950.<sup>75</sup> É possível que, além da organização, os registros referentes aos demais cursos tenham competido apenas ao Departamento Cultural e não mais à Faculdade de Filosofia.

Além dos cursos para professores, outras atividades eram realizadas no período de férias escolares, envolvendo os alunos e formandos dos cursos da Faculdade. As excursões de alunos eram atividades freqüentemente realizadas

---

<sup>74</sup> CE/1947, 28 e 30 abr. e 2 maio; CE/1948, 09 jan.

<sup>75</sup> CE/1948, 12 jan., 23 jul.; CR/1948, 07 jun.; CE/1947, 25 out.; CE/1948, 12 jan.; CR/1949, 18 maio; CE/1950, 01 jul., 14 jul.

através da organização da Faculdade de Filosofia, para as quais a universidade fornecia verbas, vindo a se intensificar nas gestões posteriores à de Magalhães. Os destinos podiam ser a região das Missões ou outra cidade histórica do interior do Rio Grande do Sul, como Santo Amaro, e também para lugares mais longínquos, como Rio de Janeiro e São Paulo, Uruguai e Argentina e Bahia. Além das verbas fornecidas pela universidade para essas excursões, buscava-se desconto nas passagens de trem ou avião. Os objetivos das viagens, na maioria das vezes, era generalizado como “viagens de estudos”, que contavam com a orientação de um professor, que levava sua esposa, “presença conveniente para fazer companhia às moças”.<sup>76</sup> Em uma dessas viagens, em 1946, foram selecionados os seis bacharéis que detinham as melhores médias gerais da Faculdade, encarregados de irem à Argentina e ao Uruguai.<sup>77</sup> Essa excursão diferenciou-se das demais em função do pequeno número de alunos e da precisão dos critérios de seleção referidos, assim como dos objetivos instruídos diretamente pelo reitor Armando Câmara, que eram estudar os métodos de ensino, programas e aparelhamento didático dos estabelecimentos de ensino secundário e superior visitados.

Para a realização dessas atividades, assim como para subsidiar a tradução dos fins a que se propunha a Faculdade em atividades práticas e cotidianas, desde logo a administração Magalhães procurou colocar-se em contato com autoridades educacionais e instituições culturais do restante do país, principalmente a USP. Em 1946, Magalhães enviou correspondências à Faculdade de Filosofia da USP, solicitando os programas das disciplinas de didática Especial de Filosofia e Didática Especial de Pedagogia.<sup>78</sup> Além disso, foram enviados professores em missões de estudo ou visitas que eram precedidas por uma correspondência que os apresentava à direção da Faculdade de Filosofia da USP, pedindo que lhes fosse permitida ou facilitada a missão a que se destinavam. Dentre essas visitas, uma foi realizada por Salvador Petrucci, assistente da cadeira de Antropologia.<sup>79</sup> O intercâmbio com a USP mostrou-se bastante proveitoso para a Faculdade, principalmente na área de História Natural, cujos contatos já existentes na gestão

---

<sup>76</sup> CE/1948, 04 jun.; CE/1949, 28 maio, 20 jun., 12 jul., 14 jul.; CE/1950, 03 jul.

<sup>77</sup> CE/1946, n.º 67.

<sup>78</sup> CE/1946, 12 out.

<sup>79</sup> CE/1946, 23 abr., 06 abr.

Magalhães foram intensificados na gestão de Ochoa. Um assistente do curso permaneceu durante um bom período na USP, intermediando o contato daquela universidade com a Faculdade de Filosofia da URGs e trazendo um professor dos EUA para realizar uma série de conferências em Porto Alegre. As atividades relacionadas a esse convênio que acabou se estabelecendo entre a URGs, a USP e a Columbia University nos EUA absorveram boa parte das ocupações do novo diretor da Faculdade, a se julgar pelo número de correspondências que trataram do assunto em 1949.<sup>80</sup>

Algumas instituições nacionais contatadas, mais próximas do curso de Geografia e História, evidenciam que esses contatos deviam-se em parte aos vínculos administrativos e burocráticos da Faculdade e sua inserção em um âmbito mais ampliado das instituições de ensino e de cultura no país. Nesse sentido, nem sempre a iniciativa dos contatos com instituições partia do diretor da Faculdade, como no caso do serviço do Ministério da Educação, que solicitou a Magalhães uma relação de endereços dos professores e alunos do curso de Geografia e História para envio dos “Documentos Holandeses” que aquela instituição acabava de editar. No entanto, a maior parte dos contatos referentes ao campo de estudos de Geografia e História revelaram a existência de articulações dos docentes individualmente no seu campo de estudos específico que acabavam envolvendo a direção da Faculdade de Filosofia sem que esta tivesse tomado a iniciativa. Esse é o caso, seguramente, do contato estabelecido com o Conselho Nacional de Geografia, que pode ter sido iniciado pelo próprio Conselho, mas que foi intensificado pela atuação de Prunes, já que, após a primeira correspondência recebida daquele conselho pela Faculdade, as demais referências ao mesmo estavam freqüentemente ligadas ao seu nome.<sup>81</sup>

Além dos contatos realizados nacionalmente, havia os contatos internacionais que, tais como os primeiros, podiam se originar da iniciativa do diretor da Faculdade, das instituições que lhe contatavam ou da atuação individual de docentes, verificando-se novamente a influência de Prunes em um desses e a de Laytano em outro. Em 1946, concretiza-se um dos mais importantes contatos

---

<sup>80</sup> Sobre o assunto, ver em geral os livros de correspondência recebida e expedida pela Faculdade no ano de 1949 e em especial: CE/1949, 22 mar., 16 maio, 18 jun. 20 out; CE/1950, 11 nov.

<sup>81</sup> CR/1946, 02 abr.; CE/1947, 17 out.; CR/1948, 30 nov.; CR/1949 abr., 05 maio.

culturais com o exterior, que teve a iniciativa do governo francês e que possibilitou a atuação de Jean Roche na Faculdade de Filosofia, inicialmente apenas no curso de Letras e posteriormente também no de Geografia e História, sendo que o docente chegou a lecionar no mesmo curso da Faculdade Católica em 1949. O convênio com a URGS foi mediado pela criação de um Instituto que funcionaria em conexão com os professores de Língua e Literatura francesa, proposto em 1946, que teve conseqüências na área até a atualidade.<sup>82</sup> A atuação de Roche, no entanto, conforme referido, não se restringiu ao magistério nas Faculdades de Filosofia e estendeu-se à pesquisa em Geografia e História, iniciando a produção em um campo de conhecimentos no qual ainda é referência obrigatória no Rio Grande do Sul.

Esse tipo de convênio cultural com países europeus e com os Estado Unidos, que já aconteciam na década de trinta em São Paulo e Rio de Janeiro, articulados com as universidades e Escolas Superiores recém criadas como Escola Superior de Sociologia e Política, USP e Universidade do Distrito Federal, foram intensificados no Brasil no período pós-guerra. Desta forma, se uma das primeiras iniciativas junto à Faculdade de Filosofia da UPA foi do governo Francês, o governo americano também se apresentou. Em 1948, Álvaro Magalhães respondia ao oferecimento de colaboração de um professor de Oklahoma, realizado através do adido cultural norte-americano, pedindo informações sobre o currículo do docente:

“A Universidade do R. G. S., que já tem recebido valiosa cooperação de elementos representativos da cultura da grande nação norte-americana, teria satisfação em acolher nesta Faculdade de Filosofia quem, realmente credenciado, pudesse trazer aos estudantes brasileiros a expressão da intelectualidade dos Estados Unidos”.<sup>83</sup>

É provável que o convênio americano não tenha sido tão proveitoso quanto o francês. Ou ainda a solicitação de Magalhães poderia estar vinculada a diferenças confessionais ou a concepções teóricas a respeito da Educação como as do pedagogo americano Dewey que influenciava os defensores da Escola Nova. É difícil entender os motivos, mas verifica-se de fato uma preferência aos contatos estabelecidos com a França, como se pode constatar em uma correspondência enviada pouco depois da anterior, quando Jean Roche viajaria para a França:

---

<sup>82</sup> CR/1946, 26 jun.; 09 jul. e 20 dez.

<sup>83</sup> CE/1948, 24 set.

“Valendo-me de sua ida à França venho solicitar a V. Ex.<sup>a</sup> se digne a enviarnos por seu intermédio, livros, mapas, folhetos e demais publicações de interesse para o incremento das relações franco-brasileiras, que tantos e tão excelentes frutos tem produzido”.<sup>84</sup>

De qualquer forma, era importante estabelecer contatos com os EUA, mesmo que mais seletivos do que com a França, o que ficou demonstrado nos contatos que Magalhães estabeleceu por conta própria com o Departamento de Cooperação Intelectual da União Pan-americana de Washington e com o cônsul dos Estados Unidos. Para o cônsul, solicitou dados atualizados sobre os sistemas educacionais e pedagógicos vigentes nos EUA para subsidiar a cadeira de história e Filosofia da Educação.<sup>85</sup>

Além disso, existiam contatos mais ou menos regulares com os países do Prata através da participação de docentes em congressos nesses países, como a do próprio Magalhães,<sup>86</sup> por exemplo, de excursões de alunos e também de contatos individuais realizados pelos docentes em outras instituições a que se ligavam. Exemplo disso foi o contato realizado em 1947 por Magalhães com uma escola de Corrientes com o objetivo de obter uma cópia de um trabalho conhecido por Laytano para um dos alunos<sup>87</sup> do curso de Geografia e História, interessado na pesquisa sobre folclore.<sup>88</sup> No mesmo ano, Magalhães solicita publicações do Instituto Pan-americano de Geografia e História do México por sugestão de Prunes.<sup>89</sup>

Além das informações e atualizações obtidas através dos contatos no exterior e nos eventos e instituições nacionais, havia outro tipo de estratégia individual e institucional envolvida nesses contatos. Em 1950, Gaspar Ochoa explicita uma das vantagens que podiam ser obtidas pelos contatos de professores da Faculdade de Filosofia com instituições no exterior ao endossar o pedido de dispensa das aulas do professor Oscar Machado para viagem aos EUA: “Creio não

---

<sup>84</sup> CE/1948, 03 nov.; sobre os contatos com a França, ver também: CR/1948, 16 fev.

<sup>85</sup> CE/1947, 29 out.; CE/1948, 16 nov.

<sup>86</sup> CR/1949, 02 maio.

<sup>87</sup> O aluno interessado nesse trabalho era Carlos Galvão Krebs, que, apesar de uma proximidade com Laytano na época de estudante, afastou-se deste devido às disputas ocorridas pela liderança nas instituições ligadas ao folclore no RS na década de 50. Sobre o assunto, ver Nedel (1999).

<sup>88</sup> CE/1947, 08 set.

<sup>89</sup> CR/1947, 06 out.; CE/1947, 16 out.

haver nenhum inconveniente na saída temporária do professor Machado, advindo, ao contrário, vantagens honoríficas para esta Faculdade pelas homenagens que serão tributadas a um de seus ilustres docentes”.<sup>90</sup> É dessa forma também que se compreende um telegrama enviado por Lourenço Prunes ao reitor, de Goiânia, onde participava da Conferência de Colonização e Imigração para a qual havia sido dispensado de suas aulas:

“Prof. Alexandre Martins Rosa – Reitor Universidade – Palegre. – Comunico grande honra recebi convite para hoje fazer discurso inaugural Conferência Imigração em nome Plenário pt Também falaram Ministros Daniel Carvalho e Jorge Latour pt Acredito não deslustrei nossa Universidade pt Sds. Ats. Lourenço Mario Prunes” (*sic*).<sup>91</sup>

Dentre as demais atividades e contatos desenvolvidos pela Faculdade de Filosofia ligadas especificamente aos docentes do curso de Geografia e História, podem ser destacadas mais algumas que evidenciam as estratégias individuais e coletivas no sentido de se auferir prestígio e galgar posições no ambiente acadêmico e científico. Em agosto 1948, Magalhães empenhou-se na organização de um museu etnográfico para cuja tarefa foi encarregado o catedrático de Antropologia, Balduino Rambo. Mas, em novembro, o diretor voltava a lembrar o professor Rambo das providências solicitadas nesse sentido, pois estava sendo organizado o curso de Ciências Sociais, que necessitaria desse empreendimento para ter mais chances de ser efetivado.<sup>92</sup> Aparentemente, essa iniciativa não foi adiante devido à falta de instalações, à não-efetivação do funcionamento do curso de Ciências Sociais e ao pouco interesse demonstrado pelo encarregado da tarefa proposta, que era um destacado pesquisador, conforme referido, em História Natural, investindo muitas de suas energias nessa área de estudos fora da URGs.

Em março de 1948, quando ainda se pensava seriamente na instalação do museu etnográfico e antropológico, Magalhães solicitou um assessor para a Faculdade, especificando as funções que lhe caberiam, dentre elas, além do auxílio na instalação do referido museu, estava também promover contato com entidades oficiais especializadas em Geografia para a instalação de uma mapoteca para o

---

<sup>90</sup> CE/1950, 11 maio.

<sup>91</sup> CR/1949, 05 maio.

<sup>92</sup> CE/1947, 20 ago., 03 nov., 22 nov.

curso de Geografia e História.<sup>93</sup> A mapoteca continuou em projeto, evidenciando-se posteriormente que Prunes a idealizara, já que logo após a saída de Magalhães da direção da Faculdade, dirige pessoalmente ao novo diretor a solicitação de uma sala especial na nova sede da Faculdade, a ser construída, na qual seriam depositados mapas que ele mesmo doaria ao curso.<sup>94</sup>

Outra tentativa de criar um museu ligado ao curso de Geografia e História partiu de Laytano. Logo após a renovação dos cargos de reitor, diretor da Faculdade de Filosofia e Conselho Universitário da URGs, ocorrida no início de 1949, Laytano toma a iniciativa de propor a criação de um museu de folclore na Faculdade.<sup>95</sup> Ochoa deve ter enviado a sugestão ao conselho Universitário, pois recebeu em agosto uma comunicação do reitor informando que o Conselho Universitário havia aprovado as sugestões de Laytano.<sup>96</sup> Não se verificou mais nenhuma informação sobre a efetivação da idéia do museu nas correspondências da Faculdade, mas o importante é assinalar a mudança de atitude de Laytano evidenciada nesse caso, como em outras iniciativas tomadas a partir de 1949, principalmente ligadas ao folclore. Além das palestras e conferências citadas, estimuladas pelo docente, e da proposição do museu, Laytano redigiu um projeto de Boletim Bibliográfico a ser editado pela Universidade, endossado por Ochoa e repassado ao reitor.<sup>97</sup>

Se Magalhães não lhe dava espaço, eventualmente guardando ressentimentos do posicionamento de Laytano em relação à polêmica Veríssimo/Fritzen, como sugeriu Trindade, não é possível afirmar. Mas, de alguma forma, Laytano se mostrava mais “à vontade” para tomar iniciativas que envolvessem a Faculdade de Filosofia após a saída daquele. Talvez essa nova atitude também coincida com a perda de espaço de Laytano em suas disputas intelectuais e de poder na Comissão Estadual de Folclore nessa época, conforme sugere Letícia Nedel (1999), fazendo com que buscasse espaços alternativos nos quais poderia reconverter de maneira mais favorável o seu capital intelectual em

---

<sup>93</sup> CE/1948, 26 out.

<sup>94</sup> CR/1949, 07 abr.

<sup>95</sup> CR/1949, 05 abr.

<sup>96</sup> CR/1949, 13 ago.

<sup>97</sup> CE/1949, 02 abr.

prestígio de autoridade científica. As novas estratégias adotadas por Laytano em relação à Faculdade de Filosofia, seja devido à ampliação de suas possibilidades pela saída de Magalhães, ou pelos desdobramentos desfavoráveis de sua estratégia intelectual individual fora da universidade, tiveram como resultado a sua progressiva valorização nesta última instituição. Isso não significou, no entanto, um decréscimo no prestígio de Prunes nas novas gestões da Faculdade, demonstrando que doravante haveria lugar de destaque para ambos, desde que seguissem negociando em seus campos de ação intelectual em prol da instituição. A Faculdade não tinha outros recursos para se afirmar no campo educacional senão o prestígio de seus docentes, já que o período abordado foi de constante escassez de recursos materiais para a universidade.

A tendência da primazia da Geografia e de Prunes nos assuntos relativos ao curso de Geografia e História atravessou todas as gestões na direção da Faculdade de Filosofia até 1950, demonstrando uma atuação intelectual pautada pelos critérios do mérito acadêmico e do reconhecimento de seus pares, obtidos não apenas na Faculdade de Filosofia e no Rio Grande do Sul, mas estendendo-se em nível nacional. Isso evidenciou-se não apenas na ocasião em que participou da Conferência de Imigração e Colonização,<sup>98</sup> mas também quando foi indicado por Ochoa para ocupar a vaga oferecida à Faculdade no Conselho Econômico da Associação Comercial de Porto Alegre.<sup>99</sup>

As ações da Faculdade de Filosofia a partir de 1946 foram pautadas por uma determinada concepção dos fins a que se propunha a instituição, influenciada, conforme discutido nos capítulos anteriores, por uma legislação inspirada e conduzida pelos intelectuais católicos nos níveis nacional e regional, respectivamente. Mas essas informações não são suficientes para se compreender que essa concepção foi também construída e limitada pelos contatos estabelecidos pela instituição, pelas dificuldades financeiras a que esteve submetida e pelas

---

<sup>98</sup> Ochoa reencaminhou a Prunes e endossou um elogio de Jorge Latour à sua atuação na conferência. CE/1949, 02 ago.

<sup>99</sup> CR/1949, 13 out.; CE/1949, 17 out.

perspectivas proporcionadas pelas estratégias intelectuais individuais dos seus docentes dentro e fora da universidade.

A concepção dos fins da Faculdade de Filosofia como uma construção gradual, embora houvesse os condicionantes da legislação e da inspiração confessional, evidencia-se nas atitudes tomadas e nas reflexões realizadas no início da gestão Magalhães expressas em suas correspondências. Durante o primeiro ano de sua administração, como vimos, o diretor procurava informações em diversas instituições com o intuito de efetivar o funcionamento dos cursos iniciados em 1942 e 1943. Dentre as consultas feitas nesse sentido, destaca-se a que Magalhães dirigiu em uma carta gentil e elogiosa a Lourenço Filho, funcionário do Conselho Nacional do Ensino Superior e expoente do grupo escolanovista no centro do país. Referia-se a um trabalho do segundo sobre as possibilidades de aproveitamento dos diplomados nas Faculdades de Filosofia em “determinados cargos e funções públicas, que por sua natureza exigem conhecimentos especializados dentro de certos setores da cultura ou da ciência, e para os quais estão naturalmente indicados os egressos dos citados estabelecimento de ensino”.<sup>100</sup> Magalhães desejava saber quais eram os cargos apontados pelo CTA da Faculdade Nacional de Filosofia ou por outros informes para que pudesse “aconselhar e encaminhar” os bacharéis e licenciados “na vida post-universitária” (*sic*). Essa função orientadora era de grande responsabilidade, devido aos “objetivos precípuos das Faculdades de Filosofia, instituições que por sua própria destinação devem preparar cientistas e pesquisadores de cujo saber e atividade nos mais variados setores sociais estão diretamente vinculados ao progresso e engrandecimento do Brasil”.<sup>101</sup>

O diretor encontrava-se, assim, em uma atitude de investigação quanto à aplicação prática e profissional dos diplomas expedidos pela Faculdade, assunto que não parecia muito claro aos responsáveis pela concretização dos fins da Faculdade em todo o país. Apesar da tão propalada necessidade de desenvolvimento de uma cultura desinteressada na época da criação das primeiras Faculdades de Filosofia no país, a efetivação desse ideal encontrava dificuldades práticas na realidade e apontava para a necessidade de profissionalização dos cursos superiores tal como existiam nas faculdades tradicionais. Desta forma, em

---

<sup>100</sup> CE/1946, 04 out.

<sup>101</sup> *Ib.*

um inquérito sobre as dificuldades para a manutenção dos cursos de Ciências Sociais no Rio Grande do Sul, já que as tentativas da Faculdade Católica e da URGS haviam falhado, no início dos anos 50, a conclusão a que chegaram os organizadores da discussão foi que as causas para a situação referida residiam, em parte, nas pequenas possibilidades que se abriam para o magistério nessa área.<sup>102</sup>

Em 1947, após a realização de um inquérito também entre os professores da Faculdade de Filosofia para a fundamentação de um projeto para sua reestruturação, intencionado por Armando Câmara, Magalhães resume as sugestões dos professores incorporando suas próprias reflexões a respeito dos fins da instituição. Na correspondência enviada a Câmara com a proposição final elaborada para a reestruturação, Magalhães explicitava que as diretrizes básicas da Faculdade de Filosofia estavam em processo de construção e enfrentavam dificuldades específicas na implementação dos objetivos “desinteressados”, que não visavam à profissionalização:

“Esta, por ser uma instituição nova ainda, possui problemas vários cujo estudo, embora se tenha iniciado, ainda não se perfez, com a tranquilidade e o descortínio já conseguidos para o planejamento dos cursos de outras Faculdades e Escolas cuja tradição já sedimentada e cujas finalidades perfeitamente delimitadas, em unção das artes liberais a que se propõem servir, forneceram o quadro mais consentâneo às funções que devem desempenhar por sua própria natureza”.<sup>103</sup>

Portanto, a forma pela qual se executaria, na prática, os fins propostos pela legislação ainda estava em discussão. Magalhães considerava que, devido às razões históricas da fundação das Faculdades de Filosofia, elas se destinavam a “servir essencialmente a duas finalidades específicas: 1. formar professores do curso secundário; 2. formar pesquisadores”. Ao analisar as finalidades que não seriam tão “essenciais” e “específicas” quanto as duas primeiras, evidenciava novamente as dificuldades de se atingir o ideal do desenvolvimento de uma “cultura desinteressada”.<sup>104</sup>

“A estas poderia se acrescentar uma terceira que lamentavelmente ainda não está, ao que me consta, suficientemente afirmada ou difundida entre os interessados, para que apresente rendimento efetivo. Refiro-me à realização de

---

<sup>102</sup> Costa Pinto (1955). Também segundo esse autor, a Reforma do Ensino Secundário de 1942 acabou com o ensino de Sociologia nesse nível de ensino.

<sup>103</sup> CE/1947, n.º 88, s/data.

<sup>104</sup> *Ib.*

cultura desinteressada por parte de pessoas atraídas naturalmente por determinados ramos do conhecimento humano, sem a intenção de lograr certificados ou diplomas, mas pela pura e louvável ambição de alargar seus horizontes e aprender simplesmente para saber”.<sup>105</sup>

Nesse sentido é interessante tomar como contraponto a fundação da FFCL da USP, que foi idealizada com base na oposição à concepção das faculdades profissionais com o objetivo de “criar uma faculdade não-utilitária, não-prática e purgada ao máximo do caráter profissionalizante” (Limongi, 1989: 157). Segundo o testemunho de Fernando de Azevedo, “abertas as inscrições para os cursos na Faculdade de Filosofia verificou-se, com decepção para muitos, ser insignificante o número de candidatos, inferior ao número de professores já contratados e por contratar no estrangeiro” (ib.). A estratégia utilizada para aumentar o número de inscrições foi sensibilizar os professores normalistas que afluíam ao Instituto de Educação em busca de aperfeiçoamento e especialização e que foram matriculados condicionalmente na FFCL, já que o curso Normal nem sempre equivalia ao curso secundário, como visto (ib.). Desta forma, se mesmo a Faculdade na qual mais se enfatizava o caráter da cultura desinteressada no Brasil enfrentou dificuldades de encontrar interessados nesse tipo de produto que ela oferecia, não é de se estranhar que a terceira função permanecesse inatendida no Rio Grande do Sul. Em um processo menos aprofundado de industrialização, urbanização e complexificação social, as demandas culturais no estado não se encontravam especializadas ao ponto de que a formação sistemática, nos moldes acadêmicos, fosse uma exigência para os interessados em determinados ramos do conhecimento. A formação autodidata ainda se prestava a suprir esse tipo de necessidade requintada.

Às três finalidades citadas por Magalhães e coincidentes com a prescrição da legislação federal para as Faculdades de Filosofia, conforme discutido no Capítulo 2, o diretor acrescentava uma quarta função, compreendida no texto legal como uma das formas de se atingirem as finalidades: “e finalmente uma quarta: a Faculdade de Filosofia ministraria cursos de extensão especiais destinados a completar a cultura dos diplomados ou dos professores do curso secundário que o desejassem”. A seguir, Magalhães passava a expor as sugestões de modificações no currículo e na estrutura dos cursos a serem introduzidas no sentido de se atenderem àquelas quatro finalidades. Essas sugestões, apesar da intenção de Armando

---

<sup>105</sup> Ib.

Câmara em discuti-las com as autoridades educacionais brasileiras no Rio de Janeiro, nunca foram implementadas. No entanto, a sua proposição revela um pouco mais a respeito das possibilidades que condicionavam a visão da direção da Faculdade quanto a seus fins, assim como sobre as concepções prévias que a inspiravam. Propunha-se uma especialização maior, em detrimento da amplitude de áreas de conhecimento a serem abrangidas dentro de cada curso, para que se pudessem aumentar o número de disciplinas didáticas e pedagógicas visando à formação profissional do professor secundário. Desta forma, seriam emitidos títulos especiais aos alunos que optassem pelo sistema da especialização, tornando-os habilitados ao ensino de uma única disciplina e não de um grupo de disciplinas, mas, em compensação, preparando-os melhor para serem formadores da juventude através do magistério.<sup>106</sup> A ênfase dos intelectuais católicos na formação da juventude através da educação secundária foi verificada, por exemplo, por Alceu Amoroso Lima (1959), para quem esta deveria preparar o homem físico, intelectual e moral.

Na discussão sobre os fins a que se propunha a Faculdade de Filosofia, ficava claro que a construção da concepção da mesma estava voltada, em primeiro lugar, para a formação de professores secundários, princípio de inspiração católica, que demonstrava aqui a preocupação com a formação moral da juventude que a Igreja desejava controlar. Embora não deixasse de citar e tomar algumas iniciativas no sentido de favorecer a pesquisa durante o período em que dirigiu a Faculdade, o modelo pensado por Magalhães não previu uma alternativa para aqueles que não desejassem cursar as disciplinas didático-pedagógicas. É de se pensar se haveria um número significativo de interessados que justificasse a proposição de um modelo específico para a formação em pesquisa que, de qualquer forma, poderia ser realizada com base no modelo convencional, que permitia a realização do bacharelado sem as disciplinas do curso de Didática.

Além das proposições mais explícitas, como a analisada acima, as ações referidas da Faculdade, não só durante a gestão de Magalhães, mas principalmente nela, evidenciaram a ênfase da instituição na formação de professores secundários, principalmente através do esforço empreendido na realização dos cursos de férias, uma das principais iniciativas da Faculdade no período. Portanto, outras iniciativas

---

<sup>106</sup> *Ib.*

de menor monta podem ser destacadas no sentido de corroborar essa ênfase, como as várias correspondências em que Magalhães tratava de assuntos referentes às disciplinas da Didática Geral e Especial.<sup>107</sup> Um desses exemplos foi a tentativa de trazer Everardo Backheuser, eminente educador católico do Rio de Janeiro, para lecionar Didática Geral e, quem sabe, introduzir um nome de peso no “campo minado” por professores metodistas do curso de Didática.<sup>108</sup> Outro exemplo foi a realização de uma enquête, um dos instrumentos tradicionais de abordagem de temas educacionais desde os anos 20 no Brasil, com o corpo docente e os alunos da Faculdade na tentativa de melhorar a qualidade do estágio prático de aplicação pelos bacharéis que cursavam a licenciatura.

No ano de 1948, em uma dessas correspondências a respeito da cadeira de Didática, Magalhães chegava a uma definição mais clara a respeito dos fins a que se destinava a Faculdade de Filosofia, assunto que desde 1946 procurava elaborar melhor. A correspondência inicia definindo o propósito ao qual estava dedicado o diretor naquele momento: “dar maior amplitude e intensidade aos trabalhos do curso de didática em vista da importância intrínseca de tal curso que constitui, por assim dizer, *a chave da abóbada do sistema educacional que a Faculdade representa*” (grifo meu). Para que isso se concretizasse, o diretor propõe que fossem

“multiplicados os relatórios de observação crítica do ensino, discutidos e analisados problemas especiais relacionados com o programa teórico e com a observação e prática do ensino, tudo no sentido de ir estabelecendo dentro da Faculdade uma tradição de autêntica Escola Normal Superior” (sublinhado no original).<sup>109</sup>

Essas idéias escritas e grifadas pelo próprio Álvaro Magalhães esclarecem que a trajetória da Faculdade de Filosofia, apesar de algumas tentativas em se enquadrar também na finalidade do desenvolvimento da pesquisa, enfatizou sempre a formação de professores secundários e centrou todas as energias nesse fim. Quanto aos projetos que envolviam a pesquisa durante o período abordado neste trabalho, situaram-se principalmente no curso de História Natural desde a gestão Magalhães, configurando-se uma tendência reforçada nas gestões de Ochoa e Geisel. O Laboratório de Genética chegou a contar com assistentes de dedicação

---

<sup>107</sup> CE/1946, 03 maio; CE/1948 31 maio; 22 jun., 23 ago.

<sup>108</sup> CE/1946, 14 maio.

<sup>109</sup> CE/ 1948, 09 mar.

exclusiva que trabalharam em conjunto com a USP e a Columbia University no convênio já mencionado, suplementação de verba por parte da universidade, além de pedidos de bolsas de estudos para os egressos daquele curso na USP.<sup>110</sup> É necessário reforçar, no entanto, que, apesar de serem incrementadas as atividades de pesquisa nessa área, a orientação geral da Faculdade voltada para a ênfase na formação de professores não se alterou significativamente durante as gestões posteriores a Magalhães até 1950.

Quanto à pesquisa no campo da Geografia e da História, tentou-se compreender quais eram as relações desenvolvidas entre a Faculdade de Filosofia, através do seu curso de Geografia e História, com as instituições já existentes nesse campo no Rio Grande do Sul. A única instituição citada nas correspondências da Faculdade foi o IHGRS. As comunicações com essa instituição já se efetuavam antes da criação da Faculdade, como se verifica na correspondência que o Instituto enviou à reitoria da UPA em 1938, convidando para a sessão extraordinária que seria realizada em comemoração ao dia da pátria.<sup>111</sup> Idêntica àquela foi a primeira correspondência que a Faculdade de Filosofia recebeu do Instituto em 1946.<sup>112</sup> No mesmo ano, a Faculdade convidou o Instituto para a conferência de um geógrafo uruguaio. Em 1948, Luiz Carlos de Moraes, vice-presidente do IHGRS, responde a uma solicitação da Faculdade para a obtenção de um mapa topográfico com referências geológicas, à que o primeiro não pode atender.

Portanto, após a revisão de toda a correspondência da Faculdade no período que abrange esta pesquisa, foram encontradas apenas três correspondências entre as duas instituições, já que a primeira fora direcionada à reitoria da universidade. Pode-se dizer, em suma, que a posição da direção da Faculdade em relação ao IHGRS naquele momento parecia ser de indiferença, uma vez que não havia uma atitude clara de disputa que pudesse explicar a escassez de contatos formais entre ambos. Se a Faculdade de Filosofia não foi completamente ausente no que diz respeito ao incentivo à pesquisa quando considerados todos os cursos, em relação ao de Geografia e História a situação foi diferente. Até 1949, pelo menos, não se destacava na Faculdade o docente que mais realizava pesquisas históricas,

---

<sup>110</sup> CE/1950, 23 mar., 13 set., 11 nov., 17 nov., 25 nov.

<sup>111</sup> CR/1935-1938, 01 set. 1938.

<sup>112</sup> CR/1946, 31 ago.

além de participar de instituições especializadas no campo, como o próprio IHGRS, o Museu Júlio de Castilhos e a comissão estadual de Folclore, que era de uma área considerada circunscrita ao curso. Essa situação já se esboçara quando se analisou o peso que poderia ser atribuído ao pertencimento dos docentes do curso ao IHGRS como critério de ingresso no corpo docente.

Quanto ao estímulo à pesquisa histórica – assim como à realizada em áreas abrangidas pelo curso de Geografia e História – dentro da universidade, constatou-se que as iniciativas isoladas que aconteceram eram individuais e não faziam parte do escopo de atividades propostas pela direção da Faculdade. Desta forma, Prunes, Rambo, Roche e Laytano deveram muito pouco de suas pesquisas à Faculdade de Filosofia, continuando suas atividades como *honoratiores* (ver Capítulo 1) que não dependiam do salário da universidade para sobreviver ou desdobrando-se em várias atividades profissionais paralelas, dentre elas o magistério superior, a advocacia, as funções públicas e a magistratura, retirando daí os recursos financeiros necessários para o custeio daquelas. Os apoios institucionais que eventualmente tiveram para desenvolver suas pesquisas foram obtidos principalmente fora da universidade, no próprio IHGRS, por exemplo, onde ingressaram posteriormente à sua entrada no corpo docente do curso de Geografia e História,<sup>113</sup> com exceção de Laytano. Segundo os depoimentos tomados de Macarthy e Piccolo, essa situação só mudaria significativamente a partir da década de setenta, na qual a legislação federal do ensino superior passou a exigir a titulação dos professores em cursos de pós-graduação para evolução na carreira. Desta forma, introduzindo uma valorização ao título obtido através da atividade de pesquisa, ou seja, profissionalizando a pesquisa, é que esta atividade foi perdendo gradualmente as características assumidas nas décadas de 1930, 40 e 50 no Rio Grande do Sul.

A situação não poderia ser muito diferente, já que a direção concebia a Faculdade como sendo vocacionada para uma “Escola Normal Superior”, o que, apesar de demandar verbas muito inferiores às necessárias ao custeio de pesquisas, já era uma tarefa com grandes dificuldades para ser implementada. Além disso, a inexistência de uma profissionalização prevista para o pesquisador em História e em outras áreas de conhecimento da Faculdade de Filosofia, com abertura de um

---

<sup>113</sup> Prunes, Rambo e Roche foram admitidos no IHGRS, respectivamente, em 1949, 1943 e 1980 (Rev. IHGRS, 1982, ps. 177-187).

mercado de trabalho na própria universidade ou fora dela, inibia seriamente as iniciativas com esses propósitos. Desta forma, a atitude de aparente indiferença da Faculdade de Filosofia em relação ao IHGRS, pode bem ter sido um indício da concepção de uma diferenciação marcante entre as atribuições e fins de uma e outra instituição (ensino e pesquisa), condicionada não somente pelas orientações “filosóficas” mas, sem dúvida, também pelas dificuldades materiais encontradas para se realizar integralmente os fins da pesquisa na Faculdade.

Uma das possibilidades nesse sentido que não chegou a ser implementada foi o curso de Doutorado previsto na Faculdade Nacional de Filosofia, para o qual surgiram vários interessados assim que concluíram seus cursos os primeiros bacharéis e licenciados da Faculdade. Em 1947, Magalhães chegou a comunicar ao reitor que deveria funcionar, pela primeira vez, o curso de Doutorado da Faculdade de Filosofia, mandando anexa uma relação de dezoito bacharéis inscritos, dos mais diversos cursos, dentre os quais dois eram da Geografia e História. Também em anexo foi enviado ao reitor o regulamento do curso, conforme regimento da FNFi, que previa uma duração de dois anos, com a orientação de um catedrático da área pretendida pelo candidato e com defesa de tese sobre estudos especializados perante uma comissão de três membros que realizaria uma arguição.<sup>114</sup>

No entanto, apesar de Magalhães tentar encaminhar o assunto em outras oportunidades,<sup>115</sup> procurando efetivar as atividades e finalidades previstas na legislação sobre a Faculdade que permitiriam através do doutoramento, no máximo, o desenvolvimento de estudos especializados e não de uma pesquisa inédita, essa possibilidade não foi efetivada. Após um pedido do diretor ao Conselho Universitário para regulamentação do curso no intuito de se definir a sua forma de implantação, a Comissão de Ensino e Recursos do Conselho lhe emitiu um parecer desfavorável, que foi aceito pelo reitor. Dentre as considerações iniciais dessa comissão, estava a de que não se podia mais invocar a Universidade do Brasil, à qual pertencia a FNFi, como padrão para as demais no país devido à adoção do seu regime de autonomia ampla. Além disso, o curso de doutorado, antes de ser regulamentado pelo Conselho Universitário, deveria ser por ele aprovado, de forma que a verdadeira discussão que se deveria estabelecer nessa

---

<sup>114</sup> CE/ 1947, 31 mar.

<sup>115</sup> CE/1947, 13 ago., 03 set., 10 out.; CE/1948, 12 jan., 30 abr.

comissão sobre o doutoramento não era relativa à sua regulamentação e sim à sua aprovação ou não. Por fim, o Conselho justificou que não poderia se pronunciar sobre o funcionamento do curso, já que deveria existir um pedido prévio de autorização que desaconselhava ser feito:

“lutando a Universidade com a mais absoluta carência de espaço, com evidentes prejuízos já para os cursos em funcionamento, sem mais um metro quadrado de área coberta a ser utilizada, é desaconselhável seja tomada qualquer iniciativa no sentido de promover a autorização para funcionamento do curso de doutorado, referido neste processo”.<sup>116</sup>

A partir dessas considerações, reforça-se a afirmação anteriormente feita de que a construção da concepção das finalidades da Faculdade de Filosofia da UPA/URGS foi condicionada não apenas pelas prescrições legais e de inspiração confessional, sendo reforçada pelas dificuldades materiais e pela quase ausência de um mercado de trabalho para os pesquisadores. Além disso, mas não menos importante, os interessados na pesquisa histórica encontravam um campo científico em vias de especialização, porém ainda bastante mesclado às áreas da Geografia e da Antropologia, não exigindo dos praticantes de então uma sistematização maior que a possibilitada pela sua formação autodidata já estruturada.

Contudo, a despeito da situação amplamente desfavorável ao desenvolvimento da pesquisa histórica no interior da universidade, o caráter burocrático da instituição permitiu que através do curso de Geografia e História se proporcionasse padronização e sistematização de conhecimentos, acumulados na área pelos autodatas e transmitidos aos novos iniciados. Desta forma, estes podiam, com menores investimentos e capital social, alcançar mais rapidamente um patamar de ilustração que lhes permitisse empreender a pesquisa histórica no estado, apesar de continuarem dependendo de fontes de financiamento alheias ao exercício do magistério superior e da pesquisa. Esse foi o caso de Carlos Galvão Krebs e de Sérgio da Costa Franco, por exemplo, bacharelados pelo curso de Geografia e História nas décadas de 40 e 50, que exerceram, paralelamente às suas atividades de pesquisa em folclore e história, funções públicas e magistratura, respectivamente (Martins, 1978: 230, 296).

---

<sup>116</sup> CR/1948, 04 dez.

## Conclusão

A análise dos perfis profissionais e intelectuais dos docentes do curso de Geografia e História ao longo do período inicial de sua implantação, combinados a informações referentes aos processos seletivos anteriores da UPA e aos dados disponíveis em relação a contratação de professores para a Faculdade de Filosofia, permitiu uma compreensão dos critérios utilizados no recrutamento dos primeiros assim como dos padrões e tendências decorrentes desse processo.

Um dos critérios adotados na seleção dos professores do curso foi o de afinidade entre o título de formação superior que detinham e disciplina que lecionariam. Verificou-se que a formação em Direito era considerada como a de maior afinidade às disciplinas lecionadas no curso, mormente as da área da História, sendo que a formação em Engenharia também se fez presente, principalmente entre os docentes da disciplina de Geografia Física. Os postos mais privilegiados na hierarquia docente, as cátedras, foram ocupados majoritariamente pelos docentes formados em Direito.

O fator mais importante para definição dos docentes a serem contratados, no entanto, era o da experiência didática prévia, de preferência no ensino superior e/ou em disciplinas idênticas ou próximas às que seriam assumidas no curso de Geografia e História. Ao longo do período se observou que esse critério era mais importante para a contratação de catedráticos, sendo que na dos assistentes privilegiou-se a formação em Geografia e História, conforme prescrevia a lei, e a indicação pessoal do docente responsável pela cátedra na qual iriam atuar.

Dentre as influências da orientação confessional católica e da atuação nos movimentos de professores e intelectuais leigos católicos apontadas na bibliografia como um dos critérios importantes de recrutamento de docentes, observou-se que principalmente a primeira direção da Faculdade, de 1946 até 1949, se empenhou na formação de um corpo docente com essas características. Logrou-se sucesso em relação a esse intento, sendo que a proporção de professores católicos atuantes

esteve sempre em torno de, pelo menos, metade do conjunto dos professores, sendo ainda maior dentre os catedráticos.

A orientação confessional, portanto, foi bem mais importante que o pertencimento à instituição de maior prestígio no campo da História e da Geografia no estado, o IHGRS, no padrão de ingresso estabelecido para o corpo docente do curso. Realizar pesquisas, não era uma qualidade exigida pela Faculdade de Filosofia em relação aos docentes do curso, como pode ser verificado também em relação à presença pouco freqüente de produção escrita anterior dos docentes no momento de sua contratação.

Estes critérios e características do recrutamento dos professores do curso de Geografia e História tiveram como conseqüência o estabelecimento de um perfil profissional e intelectual geral dos docentes cuja marca foi a atuação diversificada. Desempenhavam simultaneamente às atividades no curso, principalmente, o magistério, de preferência superior, a magistratura, a advocacia, funções administrativas nos estabelecimentos de ensino superior em Porto Alegre, e também funções públicas em instituições federais e no governo estadual. Dentre o total de docentes foram observados casos que se desviaram do padrão geral, apresentando características que se estabeleceriam mais solidamente em períodos posteriores ao analisado, como a especialização no magistério e na pesquisa e produção escrita em uma área. O perfil mais exemplar nesse sentido foi o de Dante de Laytano que deixou gradualmente as atividades mais próximas em afinidade à formação em Direito e passou a trabalhar no magistério superior e em instituições culturais especializadas na área da história e folclore.

A socialização que era possibilitada no ambiente universitário aos docentes do curso, caracterizava-se nesse período pela predominância das relações verticais na hierarquia acadêmica, entre catedráticos e assistentes e professores e alunos. O relacionamento entre os docentes das diferentes cadeiras não encontrava espaço físico para se realizar e a multiplicidade de atividades profissionais que desenvolviam limitavam o tempo de contato possível entre eles. Assim, prevaleciam as relações de conhecimento e amizade travados em outros setores e instituições externas à universidade. Essa forma de socialização causou uma cristalização das relações estabelecidas entre os docentes e destes com a administração da Faculdade, anteriores ao ingresso no curso de Geografia e História dificultando a reversão das impressões obtidas em situações anteriores

e/ou externas ao ambiente da Faculdade de Filosofia. Dessa forma, a representação da Faculdade de Filosofia como uma miniuniversidade, presente nos depoimentos e declarações de pessoas que se sociabilizaram nesse meio a partir dos anos 1950, não tinha lugar na década de 1940.

As atividades e contatos realizados pela Faculdade de Filosofia, consideradas juntamente à discussão que se estabeleceu em relação às suas finalidades definidas pela legislação e à maneira de concretizá-las, possibilitou a apreensão do perfil institucional do curso de Geografia e História. A construção de uma concepção das finalidades e da execução das mesmas se estabeleceu através da articulação das prescrições legais, federais e estaduais, com a orientação confessional católica, influente na elaboração da legislação e na administração da instituição, e com as possibilidades profissionais do mercado de trabalho estadual. A legislação federal e estadual auxiliaram no sentido de normatizar a profissionalização do magistério secundário, estimulando a expansão da mesma através da criação da Faculdade de Filosofia e da exigência legal de seus títulos como habilitação necessária ao exercício do mesmo. Procedimento semelhante não foi adotado em relação à pesquisa em História, que somente foi impulsionada dentro das universidades nas décadas de 1960 e 70, no Brasil, novamente a partir de uma legislação que vinculou o ingresso no magistério superior à titulação obtida por meio da pesquisa realizada, principalmente nos cursos de pós-graduação. Portanto, através de um processo de construção condicionado pelas variáveis acima, as finalidades da Faculdade de Filosofia chegaram a ser definidas pelo seu mais importante administrador no período como a de ser uma “Escola Normal Superior”.

Em suma, a formação para a pesquisa tinha um papel secundário nas atividades do curso de Geografia e História da Faculdade de Filosofia da UPA/URGS, apesar de constar entre as principais finalidades da mesma e de terem sido verificadas algumas preocupações e tentativas no sentido de implementá-la. No entanto, se o curso de Geografia e História, enquanto instituição do campo da história, não representou papel significativo para o desenvolvimento de pesquisas nesse momento, alguns egressos do curso puderam acelerar a formação básica para a pesquisa através da padronização e da sistematização de conhecimentos proporcionada pelo mesmo. Além disso, pela abertura de novas posições no mercado profissional do magistério superior a alguns autodidatas pesquisadores no

campo, o curso proporcionou uma atuação profissional mais especializada na área de estudos pela qual se interessavam. Em relação à pesquisa, portanto, apenas algumas bases foram lançadas para a modificação posterior de critérios e procedimentos acadêmicos no campo da história: a padronização e sistematização de conhecimentos via burocratização do ensino superior e uma pequena ampliação no mercado profissional especializado aos interessados na área de História que não dispunham de condições financeiras e sociais comparável aos *honoratíores*.

Sendo assim, ao longo do período abrangido neste trabalho, o curso de Geografia e História teve um papel muito discreto no campo da pesquisa em História no Rio Grande do Sul, sem que se possa reconhecer indícios da racionalização “revolucionária” nos procedimentos e critérios acadêmicos que ocorreriam mais tarde. O IHGRS, continuou inabalável na situação de instituição privilegiada e detentora do monopólio da competência científica nessa área, emitindo pareceres demandados pelas próprias autoridades educacionais no estado.<sup>1</sup> Nesse sentido, não pode se invocar sequer que o curso, enquanto instituição, tenha entrado em disputa com o IHGRS para adquirir alguma proeminência no campo da História já que muitos dos docentes interessados em pesquisas afetas às áreas de atuação das duas instituições, vieram a ingressar no Instituto após sua entrada no curso. Isso significa que, se o curso possibilitava uma atuação profissional mais especializada nas áreas de estudo que abrangia, não oferecia, porém, o estatuto de autoridade científica aos seus docentes/pesquisadores.

Quando se refere a uma atuação profissional mais especializada, não se intenta negligenciar o caráter precário da especialização dos conhecimentos abrangidos no curso que apresentava agrupadas as áreas de estudo da antropologia, com uma abordagem médico/biológico e evolucionista; da geografia, muito próxima em alguns enfoques da engenharia e astronomia; e da história, muito próxima também do folclore. A especialização referida diz respeito apenas às atividades profissionais e intelectuais dos docentes consideradas individualmente.

---

<sup>1</sup> O parecer da Comissão de História do IHGRS que gerou a polêmica veiculada nos jornais entre platinistas e lusitanistas, em 1956, foi resultado de uma solicitação da própria Secretaria Estadual de Educação e Cultura ao Instituto. O governo desejava uma opinião avalizada em relação à legitimidade da construção de um monumento ao bicentenário da morte de Sepé Tiarajú, solicitado por um major do exército.

Situação semelhante, de precária especialização pode ser verificada em relação ao IHGRS, no qual também se encontravam as mesmas áreas de conhecimento agrupadas. Além disso, observa-se que a abordagem da história por um significativo número de membros do IHGRS nessa época, ainda, tinha como marca a tradicional abordagem de historiadores locais de décadas anteriores que enfatizava a influência dos aspectos geográficos sobre as características da sociedade no Rio Grande do Sul. Aumentando a variedade de campos de conhecimento agrupados na instituição e/ou nas abordagens da história, também se verificava a ascensão dos estudos folclóricos no seio do IHGRS.

No entanto, quando considerados os perfis intelectuais de muitos dos integrantes do IHGRS, o que se destaca é que aqueles que eram docentes do curso de Geografia e História tendiam a se afastar da produção e das atividades relacionadas à literatura, ao contrário, pelo que tudo indica, dos demais pesquisadores em história. Se analisados em conjunto os docentes/pesquisadores e os demais historiadores do IHGRS, conforme as informações obtidas na bibliografia<sup>2</sup> a respeito dos mesmos, verifica-se que quase todos desenvolveram atividades literárias e jornalísticas no início da carreira, sendo que somente alguns continuaram a fazê-lo. Dentre os que abandonaram progressivamente a literatura enquanto uma atividade intelectual, seja na produção de obras literárias ou no exercício da crítica, estiveram os professores Laytano, Prunes e Rambo, no período abordado. Dentre os historiadores do Instituto que se mantiveram próximos da produção literária ou da crítica, podem ser citados, Othelo Rosa, Moysés Vellinho, Guilhermino César, Mansueto Bernardi e Manoelitto de Ornellas.<sup>3</sup> Destaca-se, assim, que o curso de Geografia e História influenciou de alguma forma, o afastamento entre história e literatura no período analisado, provavelmente por contar, dentre seus membros, com um maior número de pesquisadores que

---

<sup>2</sup> As informações sobre as atividades intelectuais dos historiadores do IHGRS relacionadas com a produção e a crítica literária foram obtidas em Gutfreind (1998) e Martins (1978). A caracterização de alguns intelectuais como historiadores seguem os critérios de seleção realizados por Gutfreind (ib.) e Almeida (1983).

<sup>3</sup> Othelo Rosa fazia parte da Academia Rio-Grandense de Letras, na década de 1940 (*Revista da Academia*, 1980), Moysés Vellinho dirigiu a revista *Província de São Pedro* que tinha como objetivo principal a divulgação de artigos literários de autores locais, de 1945 até 1957; Guilhermino César e Manoelitto de Ornellas lecionaram no curso de Letras da UPA/URGS, mas não no de Geografia e História.

necessitavam exercer atividades profissionais simultâneas, principalmente do magistério, optando pelo desenvolvimento da pesquisa em seu tempo livre.

Essa tendência de afastamento entre literatura e história observada na prática intelectual dos docentes do curso de Geografia e História, já tinha sido verificada nas alterações referentes à legislação do ensino superior brasileiro, na década de 30. No decreto da Reforma Campos (1931) o curso de Geografia e História aparecia na seção de letras enquanto que no decreto que serviu de modelo para a Faculdade da UPA, de 1939, o curso pertencia à seção de ciências, junto com o curso de ciências sociais. Desta forma, é possível propor que dentre os desenvolvimentos verificados nesse período que tiveram influência na pesquisa histórica que se desenvolveu posteriormente na universidade, estava já configurada a progressiva separação entre literatura e história e a aproximação entre história e ciências sociais. Esse movimento em direção às ciências sociais pode ter sido um dos fatores que impulsionaram mais tarde as modificações da pesquisa em história no Rio Grande do Sul a partir universidade.

As ciências sociais, além de trazerem do centro do país uma tradição em pesquisa diferenciada da realizada no campo da história no Rio Grande do Sul durante o período abordado, também teve um desenvolvimento diferenciado no estado, dentro da universidade, apesar de o curso de Ciências Sociais ter sido um dos últimos implementados dentre os previstos para a Faculdade de Filosofia. A área da Sociologia Rural, vinculada ainda ao curso de Economia e Administração, chegou a ter pós-graduação em nível de mestrado já em 1963, na UFRGS, através do Instituto de Estudos e Pesquisas Econômicas (IEPE). Além disso, também eram realizadas pesquisas relacionadas à sociologia, através do Centro de Estudos Sociais (CES), vinculado à Faculdade de Filosofia da UFRGS, desde 1963 até a criação do primeiro pós-graduação do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), em 1972, o Mestrado em Sociologia e Política (Liedke Filho e Neves, 1997: 30; Leite, 1993: 90). O IFCH, como se sabe, foi o sucessor da Faculdade de Filosofia da UFRGS e incluiu também o curso de História, do qual alguns egressos freqüentaram esse pós-graduação até a instalação do primeiro mestrado em história do Rio Grande do Sul, na década de 80, na PUCRS. A vinculação entre ciências sociais e pesquisa, e sua influência local no curso de História e na pesquisa nesse campo, pode ser corroborada pelo caráter paradigmático assumido por algumas publicações oriundas de pesquisas realizadas no sul como a do sociólogo da USP,

Fernando H. Cardoso, na década de 60. Foi a partir dessa e de outras influências, como a dos brasilianistas e a do próprio Jean Roche, que foram renovados os procedimentos e as teorias de pesquisa em história no Rio Grande do Sul, a partir da universidade, na década de 80, segundo Piccolo (1995: 47).

É necessário ressaltar que as diferenças e aproximações que foram propostas em relação às diferentes disciplinas e a história dizem respeito à especialização das áreas de conhecimento e da prática *intelectual*, já que para os professores analisados durante o período abordado por este trabalho, apesar de algumas exceções, não se pode falar de uma prática *profissional* especializada. Portanto, se atualmente se pode propor uma espécie de reaproximação da história em relação à literatura, quando a primeira toma a segunda por objeto, por exemplo,<sup>4</sup> a proximidade anterior se dava pelo exercício simultâneo da produção intelectual nas duas áreas por alguns de seus praticantes.

O quadro assim constituído indica que os docentes do curso de Geografia e História, podem ter levado para o interior do IHGRS a progressiva separação entre a prática da produção literária e as áreas vinculadas ao curso, assim como a progressiva aproximação entre história e ciências sociais, com sua tradição de pesquisa diferenciada. As possíveis modificações nas concepções da pesquisa em história no estado em decorrência desses desenvolvimentos, no entanto, não se fizeram sentir nesse momento. Além disso, essas considerações não podem ser conclusivas, indicando um questionamento a ser desenvolvido complementarmente em relação à produção escrita dos docentes e pesquisadores que não foi a fonte privilegiada neste trabalho. Desta forma, espera-se estar contribuindo, através da abordagem diferenciada do campo da história, para o levantamento questões pertinentes ao objeto, mas que necessitam, contudo, de uma investigação mais ampla do que a que foi possível realizar neste trabalho.

As considerações acima já carregam em si, propositadamente, um direcionamento diferenciado em relação ao ponto de observação do objeto da pesquisa no sentido de se encaminhar outra conclusão. Quando se referiu às prováveis conseqüências da atuação dos docentes do curso no IHGRS, já se embutiu nessa perspectiva, a necessidade dos docentes em buscarem uma

---

<sup>4</sup> Esse é o caso de *Leituras Cruzadas* (Pesavento *et alli*, 2000) no qual se propões uma releitura de romances históricos de autores gaúchos que haviam tomado a história como objeto ou pano de fundo de suas construções literárias, algumas produzidas no período abrangido nesse trabalho.

instituição externa à universitária na busca do prestígio científico. Assim, esse movimento dos docentes de dentro da universidade para o IHGRS demonstra que a primeira pode ter sido um caminho para se ingressar no segundo e não o contrário, como se verificou na investigação dos critérios e padrões do recrutamento do corpo docente do curso de Geografia e História. Esse estado de coisas evidencia, seguramente, que a instituição de prestígio no campo da história do Rio Grande do Sul era o IHGRS.

Em meados da década de 1950, a situação permanecia inalterada no campo da história, um meio no qual predominavam ainda os *honoratíores*. Sabe-se que nesse período a Faculdade de Filosofia promoveu uma série de conferências chamada “Fundamentos da Cultura Rio-grandense” para as quais foram convidados como palestrantes vários integrantes do IHGRS, assim como alguns professores dos cursos de Letras, Filosofia e Pedagogia da própria Faculdade. Dentre os docentes do curso de História que ministraram essas palestras estiveram Balduino Rambo, Lourenço Prunes e Dorival Schmitt. Os demais palestrantes de temas históricos eram membros do IHGRS, como Othelo Rosa, Moysés Vellinho, Edgar Schneider, Manoelito de Ornellas, Mansueto Bernardi, Darcy Azambuja. Os historiadores tradicionais eram reconhecidos, portanto, como autoridades legítimas em assuntos de história do Rio Grande do Sul, sendo que Dante de Laytano ficava de fora, mais uma vez, de um dos principais eventos promovidos pela instituição na qual lecionava e em cuja área de atuação era um dos mais especializados intelectuais.

Essa situação, portanto, confirma o reconhecimento pela própria universidade da autoridade e prestígio científicos do IHGRS, o que não significa que se esteja propondo neste trabalho uma comparação entre os méritos da pesquisa realizada no instituto e a realizada na universidade posteriormente. A ausência de Laytano nos *Fundamentos*, pode ser evidência do acirramento das disputas desenvolvidas internamente ao instituto, na década de 1950, quando Laytano referia-se ao mesmo como “Instituto Othelo Rosa” (Nedel, 1999: 235). Assim, é provável que nesse período, imediatamente posterior ao que foi estudado neste trabalho, as disputas internas ao IHGRS, que já ganhavam a imprensa e atingiam o Museu Júlio de Castilhos, ganhavam uma nova arena para seus combates: a universidade. É importante ressaltar o sentido no qual se dava o

movimento das disputas: do IHGRS para as demais instituições do campo da história, dentre elas a Faculdade de Filosofia.

Desta forma, verifica-se que o curso de Geografia e História, logo após criado, não apresentava nem remotamente o papel que desempenharia posteriormente no campo da pesquisa em história que era, então, um meio cujos méritos assentavam-se ainda fortemente no capital social e nas relações de seus membros com o poder político e governamental do estado. A primeira causa que pode ser apontada nesse sentido é a ausência de uma normatização do mercado de trabalho dos pesquisadores tal qual foi realizada para o magistério secundário. Nesse sentido, o processo de burocratização efetuado a partir da estipulação de uma série de regras e finalidades de caráter racionalizante e impessoal a ser instituído em um campo de atuação intelectual e profissional, não se estabeleceu na realização da pesquisa em história no estado. Não houve exigência de um título específico obtido em condições padronizadas e sistematizadas para os indivíduos interessados no desenvolvimento de pesquisas, nem tampouco essa atividade foi considerada pré-requisito para a obtenção de um título profissionalizante, como atualmente se exige dos candidatos ao magistério superior.

Em suma, é importante retomar os projetos em disputa na definição das finalidades propostas para as Faculdades de Filosofia quando da elaboração da legislação do ensino superior no país durante a década de trinta. Principalmente por inspiração da ABE, propunha-se uma concepção dessas instituições em oposição ao ensino superior profissionalizante nos cursos das Faculdades tradicionais de Engenharia Medicina e Direito. Se em São Paulo a representação da Faculdade de Filosofia como oposta ao ensino profissionalizante contribuiu para o desenvolvimento da pesquisa em ciências sociais dentro da universidade, no Rio Grande do Sul, no entanto, foi justamente a falta de profissionalização através da pesquisa aliada ao predomínio dos católicos que restringiu o papel desempenhado pelo curso de Geografia e História nessa atividade. Assim, o estabelecimento de regras racionais e impessoais no sentido de favorecer a primazia do critério do mérito propriamente científico, em detrimento da valorização do capital social no campo da História estava dificultado na década de 1940, pela representação da Faculdade de Filosofia como uma “Escola Normal Superior”. O problema não era a profissionalização, portanto, e sim o direcionamento quase único da instituição

nesse sentido, condicionado pelas concepções de seus dirigentes, assim como pelas condições do mercado de trabalho local para a pesquisa em história.

A falta de um mercado profissional normatizado aos egressos do curso de Geografia e História no campo da pesquisa, favoreceu a continuidade de uma estrutura elitista do recrutamento de pesquisadores exclusivamente através de uma “academia ilustrada”. Esta incorporou os docentes/pesquisadores do curso de Geografia e História da década de quarenta e de períodos posteriores, não impedindo o avanço dos critérios do “mérito propriamente científico” no campo da história, mas sem o facilitar, nesse momento, de modo algum.

As conclusões a que se chegou neste trabalho, não poderiam exceder aos limites colocados pela própria teoria. Uma análise mais conclusiva de um campo científico demandaria a abordagem de conteúdo das produções escritas dos docentes, comparadas às produções dos demais pesquisadores e das posições relativas que ocupavam, além de demandarem igualmente a abrangência de um período maior de tempo. Se algumas questões puderam ser levantadas apontando desenvolvimentos posteriores ao período abordado, isso se deveu à possibilidade de incluir nesta pesquisa as análises feitas anteriormente por outros autores de reconhecido percurso intelectual.

Entretanto, se as conclusões deveriam ser poucas e de alcance limitado para se preservar a responsabilidade e os limites característicos de uma dissertação de mestrado, buscou-se, através da teoria, inovar o recorte do objeto através de uma configuração diferenciada na organização de informações já trabalhadas e de outras inéditas. A formatação dessas informações conforme as proposições da teoria bourdiana do campo científico e de aspectos teóricos weberianos relativos ao processo de burocratização revelou-se a tarefa mais trabalhosa, que espera-se servir de base para interpretações mais amplas desta e de outros autores no futuro.

## Anexo

### Abio Hervé

Aparece na listagem dos docentes de 1943 na disciplina de História da América, sem ter assumido a mesma, entretanto. Foi professor catedrático da Faculdade de Direito e lecionou a disciplina de Direito Constitucional da Escola de Comércio. Em 1945 passou a fazer parte da organização provisória da Faculdade de Economia e Administração na disciplina de Ciência da Administração e Direito Administrativo. Era diretor da mesma Faculdade quando renunciou, em 1946.<sup>1</sup>

### Amadeu Fagundes de Oliveira Freitas

Ingressou no curso de Geografia e História para reger a cadeira de Geografia do Brasil em 1943, lecionando efetivamente no curso apenas no ano de 1944, quando assumiu a disciplina de Geografia Física. Nasceu em 1900, Palmas, Paraná. Declarou como curso oficial concluído o de bacharel em Direito.

Já lecionava na Faculdade de Direito da UPA em 1940. Em 1942 fazia parte do CTA da FLECL e, depois, foi catedrático em Geografia Humana da então Faculdade Católica de Filosofia em 1944. Lecionou como professor contratado para as disciplinas de Estatística Aplicada do curso de Ciências Sociais e Estatística Educacional do curso de Pedagogia da mesma Faculdade em 1945. Seguiu como docente da PUCRS até, pelo menos, 1950. Além das funções de docência, em 1946 era Superintendente do Ensino Secundário do Estado.<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> LPR/1945, Ps. 38 e 46, 30 abr. 1945, P. 82, 24 maio 1945; Moreira, 1967, p.125; Diniz da Silva, 1992, p. 90.

<sup>2</sup> Relatório para Reconhecimento, 1944; Relatório da Escola de Comércio, 1940; João, Clemente, 1995, ps. 4 e 122; Moreira, 1967, ps. 125 e 127; Guia da Faculdade de Filosofia, 1943, p.31;

Fez parte da primeira diretoria da Associação de Professores Católicos como secretário geral, em 1934 (Trindade, 1982: 49).

### **Francisco da Silva Juruena**

Consta na lista de docentes de 1943, na disciplina de História Moderna e Contemporânea, sem ter chegado a assumir a disciplina. Nasceu em 1910, Corumbá, Mato Grosso. Declarou como curso oficial concluído o de bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de Porto Alegre, que foi concluído em 1932.

Lecionava Direito Internacional Público e Diplomacia na FCPE, História da Literatura Brasileira e História Moderna na FLECL. Foi diretor da FCPE de 1939 a 1941, de 1943 a 1951 e 1954 a 1961. Foi membro do Conselho Universitário da recém-fundada Universidade Católica em 08 de dezembro de 1948. Em 1950 era docente da PUCRS nas Faculdades de Filosofia, Direito e Economia. Chegou a vice-reitor desta universidade de 1966 a 1971.

Tinha carreira na magistratura, paralela à docência, ocupando as funções de Consultor Jurídico do Departamento Administrativo do Estado, Auditor do Tribunal de Contas do Estado e sendo nomeado Ministro do Tribunal de Contas do Estado do RS em 1955. Publicou trabalhos e fez conferências na área jurídica, se desempenhando, também, como poeta, com publicações em jornais.<sup>3</sup>

### **Laudelino Teixeira de Medeiros**

Fez parte da lista de docentes designados para o curso de Geografia e História na cadeira de História do Brasil em 1943, sem chegar a assumi-la, entretanto. Nasceu em 1914 em Dom Pedrito. Consta como cursos oficiais concluídos os de bacharel em Administração e Finanças e bacharel em Ciências

---

LPR/1944, P. 7, 30 maio; Anais da FCF, 1944, p.164; Anais da FCF, 1945, p. 137-138; CE/1946, 20 dez.

<sup>3</sup> Relatório para Reconhecimento, 1943; PUCRS, 1971, ps. 25 e 36; Moreira, 1967, p.125; Anais da FCF, 1944, p. 164; Anais da FCPE, 1944; João, Clemente, 1995, ps. 88 e 123; João, Clemente, 1997, p. 116; Martins, 1978, p. 288.

Jurídicas e Sociais. Os cursos foram feitos, respectivamente, na FCPE e na Faculdade de Direito de Porto Alegre. Lecionava Economia Política, Técnica Comercial e Processos de Propaganda e Sociologia e Economia no Colégio Universitário da UPA e Técnica Comercial e Processos de Propaganda na Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas.

Esteve entre os membros mais ativos do Centro Católico Acadêmico, fundado em 1931 e da Revista Idade Nova, fundada em 1934. Foi secretário do 1º conselho diretor da Juventude Católica em 1935 e participou várias iniciativas do movimento dos católicos e da LEC, assinando um de seus manifestos em 1945.

Antes de ingressar na listagem do curso de Geografia e História, participou das comissões examinadoras do vestibular para a Faculdade de Filosofia em 1943. Não chegou a assumir a disciplina do curso de Geografia e História mas foi docente da Faculdade de Filosofia da UPA em outros cursos. Lecionou Sociologia e Fundamentos Sociológicos da Educação no curso de Pedagogia em 1944 e seguiu como professor da Faculdade de Economia e Administração, em 1945, após a reestruturação da antiga Escola de Comércio na qual lecionava. Nesta, havia prestado concurso de títulos, em 1938, para a seção de Economia Política e Sociologia, classificou-se em 6º lugar sendo contratado em setembro de 1942, por indicação do Conselho Técnico Administrativo da Escola, para reger a seção de Sociologia e Psicologia, Lógica e Ética, na qual se manteve até 1946. Chegou a diretor na Faculdade de Economia e Administração em 1946 no início do processo de adequação da mesma à legislação federal, sucedendo Abio Hervé, na gestão de Armando Câmara como reitor. Foi professor também da disciplina de Fundamentos Sociológicos da Educação do curso de Didática quando este iniciou suas atividades, seguindo nesta função até ser nomeado catedrático em Sociologia em 16 de janeiro de 1956, juntamente com os demais catedráticos interinos da Faculdade de Filosofia.

Produziu e publicou diversos trabalhos na área da sociologia urbana nas décadas de 50 e 60 e foi integrante do IHGRS, a partir de 1972.<sup>4</sup>

---

<sup>4</sup> Relatório para Reconhecimento, 1943; Trindade, 1982, ps. 47 e 49; Carrion, 1983, ps. 682 e 689; LPR/1939 a 1944, P. 3, 15 mar. 1943, P. 52, 25 nov. 1943, Moreira, 1967, p.125; LPR/1944, P. 55, 30 maio; LPR/1945, P. 82, 24 maio; Decisões e Pareceres do Cons. Univ./1946, CLR, Par. 1, 05 jul.; Relatório, 1949; lista NPH/1951; Moreira, 1967, ps. 55-56; Martins, 1978, p. 357; Rev. IHGRS, 1982, ps. 177-187.

## **Ney Chrisóstomo da Costa**

Ney Chrisóstomo da Costa, foi contratado para assumir interinamente, assim como os demais docentes, a cadeira Geografia Física do curso de Geografia e História. Seu nome aparece vinculado ao curso e à respectiva disciplina nos Relatórios de Autorização e Reconhecimento e no guia da Faculdade de Filosofia de 1943. Através de sua ficha cadastral sabe-se que ele nasceu em Pelotas, em 1895. Foi um dos poucos engenheiros do corpo docente do curso de Geografia e História. Registrou na mesma ficha como cursos oficiais concluídos e títulos que possuía os de Engenheiro Geógrafo, Engenheiro de Minas e Civil e Doutor em Ciências Econômicas. O curso de Engenharia de Minas e Civil fora realizado na Escola de Ouro Preto. Era professor catedrático de Geografia Econômica e professor interino de História Econômica da América na Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas de Porto Alegre desde 1937 até 1944, pelo menos.

Em 1943 era catedrático de Geografia Física e substituto do catedrático na cadeira de Geografia Humana e Estatística, na Faculdade Livre de Educação, Ciências e Letras. Foi docente da PUCRS nas Faculdades de Filosofia e Economia até 1950, pelo menos. Em 1938 prestou concurso de títulos para a seção de Geografia Econômica e Política Comercial da Escola de Comércio da UPA, no qual foi classificado e contratado naquele mesmo ano. Ainda em 1938 era integrante da comissão examinadora de Geografia Humana na Faculdade de Direito, engenheiro do Serviço Nacional e Estadual, membro do Conselho Consultivo da Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio do Estado, engenheiro da Viação Férrea e fiscal do Governo Federal junto à Cia Carbonífera de Urussanga. Em março de 1943, antes de assumir a cátedra de Geografia Física no curso de Geografia e História da UPA, participou de várias comissões examinadoras nos exames de habilitação para a Faculdade de Filosofia. Em 1946 deixou a cadeira de Economia Política na Escola de Comércio da UPA, optando por uma cátedra no curso de Arquitetura do Instituto de Belas Artes. No curso de Geografia e História, Ney da Costa permaneceu apenas no ano de 1943, sendo

substituído por Othelo Laurent.<sup>5</sup> A situação que causou seu afastamento foi descrita anteriormente, na seção 2.3 do capítulo 2.

Não foram encontrados dados sobre produções na área da Geografia Física sendo verificadas duas publicações sobre numismática (Villas Bôas, 1991: 68).

### Darcy Azambuja

Os dados sobre Azambuja são vários, mas inversamente proporcionais ao tempo em que este intelectual lecionou no curso de Geografia e História da UPA. Azambuja foi designado para reger a cátedra de História da Antigüidade e da Idade Média em 1944, em substituição a Dante de Laytano, que havia se transferido para História do Brasil. Azambuja permaneceu na disciplina naquele ano, transferindo-se para a disciplina de Estética, do curso de Filosofia da UPA, em 1945.

Nasceu em Encruzilhada, Rio Grande do Sul, em 1903 e morreu em 1970 (Assis Brasil *et alli*, 1999: 63-4). Em 1916, ingressou no Colégio Militar em Porto Alegre, concluindo o curso em 1922. Em 1923, iniciou a Faculdade de Direito em Porto Alegre. Após a publicação de “No Galpão”, em 1925, quando ainda estudante, foi premiado pela academia Brasileira de Letras, sendo convidado para trabalhar como redator em “A Federação”, jornal do Partido Republicano Rio-grandense (PRR). Casou-se em 1928, tendo como testemunhas o então deputado e jornalista Othelo Rosa e o Engenheiro Civil Dr. Egydio Hervé.

Bacharelou-se em 1927, foi promotor público e inspetor de ensino. Em 1933, recebeu em concurso público o título de Doutor, tornando-se professor de Direito Constitucional e de Teoria Geral do Estado. Foi secretário do Interior do governador Flores da Cunha, substituindo-o ocasionalmente (Assis Brasil *et alli*, 1999: 63-4). Em uma dessas ocasiões, como interventor interino em 1936, assinou, juntamente com Othelo Rosa, o decreto que criava a Faculdade de Educação, Ciências e Letras da UPA (Moreira, 1967: 100).

Na Faculdade de Filosofia, lecionou Introdução à Filosofia no curso de Filosofia e depois, em 1944, a cadeira de História da Antigüidade e da Idade Média

---

<sup>5</sup> Relatório para Autorização, 1943; Decisões e Pareceres do Cons. Univ./1936 a 1941, CER, Par. 36, s/data; Anais da FCPE, 1944; Decisões e Pareceres do Cons. Univ./1946, CLR, Par. 1, 05 jul.; LPR/1939 a 1944, P. 3, 15 mar 1943; João, Clemente, 1995, p.124.

no curso de Geografia e História. Antes disso, já lecionava Teoria Geral do Estado e Direito Constitucional na Faculdade de Direito na mesma universidade, onde era docente desde 1933. Quando surgiu a lei proibitiva de acumulação de funções, em 1937, optou pelo cargo de Consultor Geral do Estado, abandonando sua cátedra e sendo a ela reconduzido posteriormente, em 1938, assim como outros professores na época. Em 1942, já lecionava na FLECL e, em 1945, era catedrático em Política no curso de Ciências Sociais, seguindo no corpo docente da FCF até 1950, com segurança, e assumindo, além dessas, uma cátedra na Faculdade de Direito da PUCRS. Também foi membro do Conselho Universitário da recém criada Universidade Católica de Porto Alegre, em 1948 e 1949, acumulando essa função com a de membro do CTA da FCF. Em 1956, foi efetivado catedrático em Política, na UPA, quando foi regularizada a situação dos docentes da Faculdade de Filosofia.<sup>6</sup>

Era membro do Instituto Histórico e Geográfico do RS desde 1930,<sup>7</sup> com muitas de suas conferências publicadas na Revista do instituto. Além disso, emitiu com Othelo Rosa um parecer contrário às interpretações de Fagundes Varela em relação à Revolução Farroupilha, em 1934, em uma das primeiras manifestações mais explícitas, por parte do IHGRS, de afirmação do anti-separatismo e da brasilidade no Rio Grande do Sul (Gutfreind, 1998: 91).

Trindade ressaltou em dois momentos a posição de Darcy Azambuja, próxima da “geração católica”:

“À primeira vista, parece surpreendente que Darcy Azambuja vincule-se à ‘geração católica’, levando-se em conta sua formação no Colégio Militar e sua atuação política. Porém, naquele momento, por amizade a Armando Câmara, ele está bem cotado entre os católicos. Prova disso é o seu artigo sobre ‘O Brasil e a Companhia de Jesus’ e ‘O Naturalismo e o Direito’, esse último publicado na Revista ‘Estudos’ de 1940” (Trindade, 1982: 52).<sup>8</sup>

Além disso, Azambuja não assinou, como visto, o manifesto a favor de Érico Veríssimo em 1943, apesar de seus fortes vínculos com o grupo dos escritores

---

<sup>6</sup> Relatório do Reconhecimento, 1943; Livro do Relatório da Escola de Comércio, 1940; LPR/ 1939 a 1944, P. 43, 25 nov. 1943; LPR/1944, P. 6, 30 maio; Moreira, 1967, p. 127; Anais da FCF, 1944, p.164; LPR/1945, P. 59, 30 abr.; Anais da FCF, 1945, p.137; João, Clemente, 1995, p. 88; João, Clemente, 1995, p. 51, 123; Moreira,1967, p. 55-56; pasta funcional de Darcy Azambuja na UFRGS.

<sup>7</sup> Rev. IHGRS, 1982, p. 177-187.

<sup>8</sup> A revista “Estudos” era uma das publicações organizadas e dirigidas por integrantes do grupo leigo católico em Porto Alegre. Sobre o assunto, ver o mesmo texto de Trindade.

da Livraria do Globo, nem assinou o apoio ao padre Fritzen. Segundo Trindade, Darcy Azambuja certamente “estava numa posição difícil: de um lado, comprometido com a Globo e de outro, com o grupo de católicos, por ser professor da recém instalada Faculdade de Filosofia da Universidade de Porto Alegre” (Trindade, 1984: 62). No entanto, a relação com o grupo católico deveria apresentar outros complicadores além de sua posição nas Faculdades de Filosofia. Dante de Laytano, conforme afirmado anteriormente, estava em situação semelhante e se posicionou contra os católicos. Talvez o que mais tenha influenciado sua decisão de “neutralidade” fosse a existência de negociações políticas mais amplas com a geração católica, tendo em vista sua posição de intermediário, na década de 30, entre o governo estadual e o grupo católico. As concessões feitas de parte a parte, no lugar de obrigarem Azambuja a assinar o apoio a Fritzen, provavelmente deixaram-no na constrangedora posição de não assinar o apoio a Érico Veríssimo. A ambigüidade do escritor/docente nessa situação é mais surpreendente quando se verifica que um espírita havia sido seu padrinho de casamento em 1928: Egidio Hervé.<sup>9</sup> Ou talvez se trate de uma conversão inesperada ao catolicismo, iniciada na década de 30 e consolidada na década de 40.

A produção escrita de Azambuja é farta, incluindo várias obras literárias, publicações sobre temas políticos, sociológicos, educacionais, do Direito e inclusive sobre teoria e metodologia da História<sup>10</sup> (Martins, 1978: 51-52).

### **Aryon Niepce da Silva**

Ingressou no corpo docente do curso de Geografia e História da UPA em 1945, lecionando História Moderna, História Contemporânea e História da América, em substituição ao professor Francisco Machado Carrion e a Abio Hervé, que não chegou a lecionar a disciplina para a qual fora contratado em 1943 (História da América ocorria na 3ª série do curso, que se iniciava em 1945). Além

---

<sup>9</sup> A cópia da certidão de casamento de Azambuja está em sua pasta funcional na UFRGS. Quanto à religião de Egidio Hervé ver Gertz (1999) e Martins, 1978, p. 273.

<sup>10</sup> “História e Imaginação”, *Província de São Pedro*, n. 1, 1945.

dessas disciplinas, lecionou Fundamentos Sociológicos da Educação, do curso de Didática, em 1945. Também foi professor na FLECL na disciplina de História Moderna no ano de 1945. A informação que mais se destaca em relação ao docente é a de que foi um dos componentes da Comissão Verificadora que inspecionou a Faculdade de Filosofia da UPA, assinando parecer favorável para fins de reconhecimento dos cursos em novembro de 1944. Através dos dados sobre o inspetor Niepce da Silva, transcritos no Relatório do Reconhecimento, sabe-se que era docente da Faculdade de Direito do Paraná e, como tal, tinha formação na área do Direito, como a maioria dos professores do curso de Geografia e História nesse período. Silva também manteve escritório de advocacia em Curitiba e Porto Alegre, pois uma correspondência sua para a Faculdade de Filosofia foi enviada com um papel timbrado com endereço de seu escritório em Curitiba e com um carimbo apresentando o endereço do escritório de Porto Alegre.<sup>11</sup>

Em 1947, Francisco Machado Carrion voltou às disciplinas de História Moderna e Contemporânea, e a disciplina de História da América seria ocupada por Dorival Schmitt em 1948, como será visto adiante. Se Aryon Silva permaneceu no curso de Geografia e História da UPA além do ano de 1946, foi, no máximo, até 1947. Sua presença, mesmo que passageira, no corpo docente da Faculdade de Filosofia, introduz mais um elemento para se pensar em um jogo de interesses que se estabelecera no sentido de garantir um parecer favorável ao Reconhecimento da instituição em 1944, sendo que a contratação posterior de Aryon da Silva poderia ser uma forma de retribuição.

### **Mário da Silva Brasil**

Lecionou Geografia Física, mas apenas em 1945 aparecendo secundariamente nas comissões examinadoras, provavelmente como assistente. Havia ingressado na Faculdade de Filosofia já em 1943 como professor de Física Geral e Experimental no curso de Matemática e aposentou-se nesta Faculdade em

---

<sup>11</sup> Relatório para Reconhecimento, 1944, p. 1; Relatório, 1945; Relatório, 1946; Anais da FCF, 1945, p. 137; CR/1946.

1958. Exercia suas funções na Faculdade de Filosofia em paralelo com uma cátedra na Faculdade de Engenharia.

Nasceu em Santa Maria, em 1889 e faleceu em 1962. Formou-se engenheiro mecânico eletricitista em 1912 na Escola de Engenharia de Porto Alegre. Ingressou no quadro docente da mesma escola em 1928 e aposentou-se em 1953 como catedrático em Física. De 1939 a 1942 foi designado pelo Governo Federal como membro efetivo da Comissão de Metrologia (Moreira, 1967: 134). Foi chefe do serviço astronômico da URGS e produziu artigos sobre astronomia e geofísica, com publicações na revista *Egatéa* da Escola de Engenharia (Martins, 1978: 102). Na polêmica Fritzen/Verissimo, ficou do lado dos católicos assinando o apoio ao padre (Trindade, 1984: 54-59).

∴

A cadeira de Geografia do Brasil, apesar de constar sob a responsabilidade do professor Amadeu F. de O. Freitas em 1943, só iniciou suas atividades no ano de 1945 (3ª série do curso), quando foi designado o professor Lourenço Prunes e **Cláudio Pereira**, que permaneceu no curso apenas até 1946, lecionando Geografia Física e, provavelmente, na função de assistente de Lourenço Prunes, nas disciplinas de Geografia Humana e Geografia do Brasil.<sup>12</sup> A dificuldade em se estabelecer exatamente qual teria sido a atribuição de cada professor consiste na existência de algumas contradições entre as portarias que contratavam os professores e suas posições nas comissões examinadoras das provas aplicadas aos alunos. Neste sentido, o caso acima é exemplar e será tomado para esclarecer melhor a estratégia adotada na pesquisa para compreender a função de cada docente no curso.

A portaria que contratou Cláudio Pereira menciona que sua designação era para a disciplina de Geografia Física do Brasil. Essa disciplina não existia com esse nome, portanto, deveria se referir à Geografia do Brasil, lecionada na 3ª série do curso, ou à Geografia Física, lecionada nas duas séries iniciais. A posição ocupada por Cláudio Pereira nas comissões examinadoras aumenta um pouco a confusão pois ele aparece como segundo nome nas comissões das Geografias Humana, do Brasil e Física, em 1945, como se fosse um assistente de todas as disciplinas de

---

<sup>12</sup> LPR/1945, P. 54, 30 abr.; Relatório, 1945; Relatório, 1946; CE/1946, 26 abr.

Geografia. Já no ano de 1946, aparece como primeiro nome nas comissões examinadoras de Geografia das séries iniciais e como segundo nome na disciplina de Geografia do Brasil. Uma correspondência expedida, de 1946, o apresenta em uma lista de professores e assistentes designados para reger as disciplinas da Faculdade de Filosofia durante o ano letivo de 1946 na disciplina de Geografia Física, sem definir entretanto, quais eram os catedráticos interinos e quais eram os assistentes.

Esta variação de posições indica que não se poderia confiar exclusivamente na portaria de contratação para compreender a função de um docente no curso, sendo necessário o cruzamento com as comissões examinadoras. A indefinição das funções que cabiam ao assistente e a rotatividade de professores nas disciplinas revela o que já se havia afirmado anteriormente: o caráter de improvisação e organização incipiente desta fase inicial do curso de Geografia e História e da Faculdade de Filosofia como um todo. As posições ocupadas pelos professores nas respectivas Comissões Examinadoras são as informações que se revelaram mais seguras, pela sua confirmação com outros tipos de fonte. No casos em que existiam poucas fontes sobre um professor, assumiu-se esta carência de informações como uma evidência de que o referido ocupava uma posição menos importante, como a de assistente, privilegiando-se as posições nas comissões examinadoras para definir a sua função.

### **José Carlos Haertel**

Foi apontado por Trindade (1982: 46) como um dos professores da Faculdade de Engenharia que integrava a “geração católica” e um dos que assinou a moção de apoio ao padre Fritzen, contra Érico Veríssimo, em 1943 (Trindade, 1984: 54-59). Haertel foi contratado para a disciplina de Geografia Física da 1ª série do curso de Geografia e História da UPA em 1945.<sup>13</sup> Lecionou esta disciplina no ano de 1945 mantendo-se no curso até 1946, pelo menos e saindo do corpo docente entre 1947 e 1948.

---

<sup>13</sup> Portaria n.º 55, de 30 abr. 1945 (Livro de Portarias do Reitor, 17 fev. a 31 dez. 1945); Relatório 1945; Relatório 1946.

## **Salvador Petrucci**

Ingressou no curso de Geografia e História em 1945 como assistente da cadeira de Antropologia em 1945. Esta cátedra incluía três disciplinas – Antropologia na 1ª série, Etnografia Geral na 2ª série e Etnografia do Brasil na 3ª série – dentre as quais, as duas primeiras tiveram maior atuação de Petrucci. Também lecionou Fundamentos Biológicos da Educação, juntamente com o professor Romeu Mucillo, professor de Biologia Geral, no curso de Didática em 1947 e 1948. Seguiu como assistente da cadeira de Antropologia até 1951, pelo menos.<sup>14</sup>

Segundo Lewgoy (1997: 244), “A disciplina de Antropologia Física foi inicialmente ministrada pelo professor Petrucci, médico de filiação científica positivista – ainda que não ficasse bem claro a acepção precisa que este equívoco termo guardava para este professor”. A referência de Lewgoy à filiação “equivoca” de Petrucci, pode ser devida a posicionamentos que não coincidiam com os do grupo de intelectuais gaúchos tradicionalmente caracterizado como positivistas. O exemplo aparentemente contraditório que se verificou em relação a este docente foi o seu posicionamento favorável ao padre Fritzen, na época da referida polêmica deste com Érico Veríssimo (Trindade, 1984: 54-59) em uma época que se verificavam posicionamentos polarizados entre positivistas e católicos no Rio Grande do Sul.

## **Paulo Rubem Krebs Appel**

Ingressou no curso de Geografia e História como assistente nas disciplinas de Geografia Física e Geografia do Brasil em 1946. Em 1948 era assistente apenas em Geografia do Brasil. Seguiu no curso de Geografia e História até 1951, pelo menos, quando era professor interino em Geografia Física e Geografia do Brasil.

---

<sup>14</sup> LPR/1945, P. 57, 30 abr.; CE/1947, 26 maio, 16 set.; CE/1948, 16 mar.; CR/1948, 17 mar.; Relatório, 1949; Lista NPH/1951.

Paulo Appel foi da primeira turma de bacharéis em Geografia e História licenciados pelo curso de Didática da UPA, em 1946. Escreveu livros didáticos de geografia.<sup>15</sup>

### **Stella de Brito Bastos Ribeiro**

Esta docente também aparece em algumas fontes mais recentes com o nome de Stella Ribeiro Maya, nome adotado após o casamento. Formou-se na primeira turma de bacharéis do curso de Geografia e História da UPA, em 1945, e como licenciada no curso de Didática, em 1946. Ingressou no curso de Geografia e História da UPA como assistente em 1947, seguindo nessa função. Em 1951 estava vinculada às cátedras de História do Brasil e História da América, e em 1955 à de História Moderna e Contemporânea, na qual continuou até 1967, pelo menos, quando, ainda como assistente, respondia pela cátedra.<sup>16</sup>

### **Arthur Frederico Reif**

Ingressou em 1946 no curso de Didática assumindo a disciplina de Didática Especial em Geografia e História. Mas é apenas no ano de 1948 que este docente integra-se no curso de Geografia e História, lecionando Geografia Física, e permanecendo nas duas disciplinas, dos dois cursos até, pelo menos, 1951. Em 1955 era assistente de Geografia Física, sendo a disciplina de Didática Especial de Geografia e História lecionada por outra professora.<sup>17</sup> Permaneceu nesta última função até 1967, pelo menos. Arthur Reif bacharelou-se em Geografia e História

---

<sup>15</sup> Relatório do decreto 1506, 1945-1946; CE/1947, 22 set.; Relatório, 1946; Martins, 1978, p. 40

<sup>16</sup> Relatório, 1946; CE/1947, 25 jun., n.º 237; Lista NPH/1951; Anuário UFRGS, 1955, p. 176.

<sup>17</sup> No mesmo Anuário UFRGS de 1955 em que Reif aparece como assistente da disciplina de Geografia Física (p. 176), Elita Teresinha Pinós Copstein aparece como auxiliar de ensino na Disciplina de Didática Geral, sem especificar sua função (p. 177). Como não há outro nome vinculado à disciplina de Didática Especial em Geografia e História e Elita Copstein era a única da lista de nomes vinculados à Didática Geral que pertenceu, também, ao curso de Geografia e História (Moreira, 1967: 130), ela provavelmente era a responsável pela Didática desta área.

pela Faculdade Católica de Filosofia em 1942 e licenciou-se em 1943 na mesma Faculdade.<sup>18</sup>

### **Lélis Espartel**

Catedrático da Escola de Engenharia, como colaborador do curso de Geografia e História, para ministrar noções de Topografia. Sua carreira desenvolveu-se basicamente na Escola de Engenharia, onde desempenhou cargos de diretor, inclusive do Instituto de Meteorologia. Além disso, foi empresário do ramo madeireiro. Publicou escritos técnicos em sua área e sobre topografia, especificamente.<sup>19</sup>

---

<sup>18</sup> Anais da FCF, 1945, ps. 178 e 183; CE/1946, 24 abr.; CE/1947, 03 out. 1947; Relatório, 1949; Lista NPH/1951; Anuário UFRGS, 1955, p. 175; Guia da UFRGS, 1960, p. 152; Moreira, 1967, p. 51.

<sup>19</sup> CE/1948, 27 fev.; Martins, 1978, p. 199.

## Bibliografia

### *Livros e artigos*

- ALBERTI, Verena. *História oral: a experiência do CPDOC*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 1990, pp. 96-100.
- ALMEIDA, Marlene Medáglio. *Introdução ao estudo da historiografia Sul-riograndense. Inovações e recorrências do discurso oficial. 1920-1935*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Porto Alegre: UFRGS, 1983.
- ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. Dilemas da Institucionalização das Ciências Sociais no Rio de Janeiro. In: MICELI, S. (org.). *História das Ciências Sociais No Brasil*. Vol. 1. São Paulo, Editora Revista dos Tribunais, 1989, pp. 188-216.
- ASSIS BRASIL, L.A., MOREIRA, M.E., ZILBERMAN, R. (orgs.). *Pequeno Dicionário da Literatura do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. Novo Século, 1999.
- AZAMBUJA, Darcy. História e imaginação. *Província de São Pedro*, Porto Alegre: Globo, 1945, n. 1, pp. 18-22.
- BARBOSA, Maria Carmen S. *Estado Novo e Escola Nova: Práticas e Políticas de Educação no Rio Grande do Sul: 1937-1945*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: UFRGS-FACED, 1987.
- BARCELLOS, Daisy. Dante de Laytano e o Folclore no Rio Grande do Sul. *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, ano 3, n. 7, nov. 1997, pp. 252-275.

- BASTOS, Maria Helena Câmara. *O Novo e o Nacional em Revista: a Revista do Ensino do Rio Grande do Sul (1939-1942)*. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, Faculdade de Educação, 1994.
- BEOZZO, José Oscar. A Igreja entre a Revolução de 1930, o Estado Novo e a Redemocratização. In: FAUSTO, Bóris. (org.) *O Brasil Republicano*, 4 vol., capítulo VI, História Geral da Civilização Brasileira. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1995, pp.271-341.
- BOEIRA, Nelson. O Rio Grande de Augusto Comte. In: DACANAL, H. e GONZAGA, S *RS: Cultura e Ideologia*. 2 ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, Série Documenta 3, 1996, pp. 34-59.
- BOURDIEU, Pierre. A Força da Representação. In: BOURDIEU, P. *A Economia das Trocas Lingüísticas*. São Paulo: EDUSP, 1996a, pp. 107-116.
- \_\_\_\_\_. A ilusão biográfica. In: AMADO, J., FERREIRA, M. M. *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996b.
- \_\_\_\_\_. O campo científico. In: ORTIZ, Renato (org.), *Pierre Bourdieu*. 2 ed, São Paulo: Ática, 1994. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).
- \_\_\_\_\_. Sobre o Poder Simbólico. In: BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000a, pp. 7-15.
- \_\_\_\_\_. A gênese dos conceitos de *habitus* e de campo. In: BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000b, p. 59-73.
- CARVALHO, José Murilo de. O Positivismo Brasileiro e a Importação de Idéias. In: GRAEBIN, Cleusa M. G., LEAL, Elisabete (orgs.). *Revisitando o Positivismo*. Canoas: La Salle, 1998, pp. 13-27.
- CARVALHO, Marta Maria Chagas de. O território do consenso e a demarcação do perigo: política e memória do debate educacional dos anos 30. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). *Memória Intelectual da Educação Brasileira*. Bragança Paulista: EDUSF, 1999, pp. 17-30.

- COMISSÃO 50 ANOS. Abertura da solenidade comemorativa dos 50 anos de criação da Faculdade de Filosofia. In: COMISSÃO 50 ANOS (org.). *50 anos Filosofia e Ciências Humanas: 1943-1993*. Porto Alegre: UFRGS, 1993, pp. 13-20.
- CORADINI, Odaci Luiz. “Grandes famílias” e elite “profissional” na medicina no Brasil. *Cadernos de ciência política* (série: pré-edições). Porto Alegre, UFRGS/PPGCP, n. 2, 1995.
- COSTA PINTO, L. A., CARNEIRO, Edson. *As Ciências Sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: CAPES, Série Estudos e Ensaio, 1955.
- CUNHA, Luiz Antônio. *A Universidade Temporã*. O Ensino Superior da Colônia à Era de Vargas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira e UFC, 1980.
- CUNHA, Luiz Antônio. *A Universidade Crítica*. O Ensino Superior na República Populista (1945/64). Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983.
- DIAS, Romualdo. *Imagens da Ordem*. a doutrina católica sobre autoridade no Brasil, 1922-1933. São Paulo: UNESP, 1996.
- DIEHL, Astor. *A matriz da cultura histórica brasileira*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1993.
- \_\_\_\_\_. Aspectos da historiografia positivista no exemplo da história do Rio Grande do Sul. In: DIEHL, Astor. *A cultura historiográfica brasileira: do IHGB aos anos 1930*. Passo Fundo: EDIUPF, 1998, pp. 120-137.
- DINIZ [DA SILVA], Pery Pinto. *Origem e Evolução da Universidade do Rio Grande do Sul*. In: FUNDAMENTOS DA CULTURA RIO-GRANDENSE. 4ª série. Porto Alegre: Faculdade de Filosofia da UFRGS, 1960, pp. 167-196.
- DINIZ DA SILVA, Pery Pinto, SOARES, Mozart Pereira. *Memória da Universidade Federal do Rio Grande do Sul: 1934 – 1964*. Porto Alegre: UFRGS, 1992.
- AS ELEIÇÕES NO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre: Ed. Síntese, s/data.

- FAUSTO, Bóris. *A Revolução de 1930*. historiografia e história. 16 ed. São Paulo: Cia das Letras, 1997.
- FÁVERO, Maria de Lourdes de A. A Cátedra na Faculdade Nacional de Filosofia. *Educação Brasileira*. Revista do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras. Brasília, Ano XII, n.º 24, 1º sem. 1990, pp. 77-100.
- FLORES, Moacyr. Historiografia de Dante de Laytano. *Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre, PUCRS, v. XXVI, n.º 1, julho 2000, pp. 7-22.
- FRANCO, Maria Estela dal Pae. *Identidade e Poder: Uma Análise de Objetivos e de Dimensões Organizacionais da Universidade*. Tese de Doutorado. Porto Alegre: UFRGS, Faculdade de Educação, 1984.
- FRANCO, Maria E. D P., MOROSINI, M. C. (orgs.). Universidade Técnica: Cultura Antecipativa na Escola de Engenharia de Porto Alegre (1922-1934). Relatório de Pesquisa. Porto Alegre, UFRGS, Grupo de Estudos Sobre Universidade, PPGEduc/DEE/DEC/FACED; PGSoc/IFCH, 1993.
- FUNDAMENTOS DA CULTURA RIO-GRANDENSE. 1ª série. Porto Alegre: Faculdade de Filosofia da URS, 1954.
- FUNDAMENTOS DA CULTURA RIO-GRANDENSE. 2ª série. Porto Alegre: Faculdade de Filosofia da URS, 1957.
- FUNDAMENTOS DA CULTURA RIO-GRANDENSE. 3ª série. Porto Alegre: Faculdade de Filosofia da URS, 1958.
- FUNDAMENTOS DA CULTURA RIO-GRANDENSE. 4ª série. Porto Alegre: Faculdade de Filosofia da URS, 1960.
- FUNDAMENTOS DA CULTURA RIO-GRANDENSE. 5ª série. Porto Alegre: Faculdade de Filosofia da URS, 1962.
- GERTZ, René, O integralismo e os teutos no sul do Brasil. In: GERTZ, R. *O facismo no sul do Brasil*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987, pp. 111-202.

- \_\_\_\_\_. Matérias historiográficas da revista “Província de São Pedro”. *Estudos Ibero-Americanos*, I – II. Porto Alegre: PUCRS, 1983, pp. 221-238.
- GERTZ, René. Intelectuais gaúchos pensam o Rio Grande do Sul. *Estudos Ibero-Americanos*, I. Porto Alegre: PUCRS, 1984, pp. 79-113.
- \_\_\_\_\_. D. João Becker e o nacionalismo. *Estudos Leopoldenses – Série História*. Vol. 3, n.2, 1999, pp. 155-175.
- GLÉNISSON, Jean. Esboço da Historiografia Brasileira nos Séculos XIX e XX. *Iniciação aos Estudos Históricos*. In: SIMÕES DE PAULA, E. (org.) *História Geral das Civilizações*. Volume complementar, São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1961, pp. 250-293.
- GOMES, Ângela de Castro. *História e historiadores*. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 1999a.
- \_\_\_\_\_. O Estado Novo e os Intelectuais da Educação Brasileira. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). *Memória Intelectual da Educação Brasileira*. Bragança Paulista: UNESF, 1999b, pp. 9-15.
- GRIJÓ, Luiz Alberto. A Fundação da Faculdade Livre de Direito e a “Vida Acadêmica” em Porto Alegre no início do século XX. *Cadernos de Ciência Política*. Série: Teses e Dissertações. Porto Alegre: UFRGS, Pós-Graduação em Ciência Política, n. 4, 2000.
- GUEDES, Paulo Coimbra, SANGUINETTI, Yvonne (org.). *UFRGS, Identidade e Memórias, 1934 - 1994*. Porto Alegre: UFRGS, 1994.
- GUIMARÃES, Manoel L. S. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n. 1, 1998, pp. 5-27.
- GUTFREIND, Ieda. *A historiografia rio-grandense*. 2 ed. Porto Alegre: UFRGS, 1998.
- \_\_\_\_\_. Historiografia Sul-rio-grandense e o Positivismo Comtiano. *Estudos Leopoldenses*. Vol. 30, n. 137, maio/jun. 1994, pp. 69-78.

- IGLESIAS, Francisco. *Historiadores do Brasil*. capítulos de historiografia brasileira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Belo Horizonte: UFMG, 2000.
- JANOTTI, Maria de L. M. O Diálogo Convergente: Políticos e Historiadores no Início da República. In: FREITAS, Marcos C. *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Contexto; Bragança Paulista: USF, 1998, pp. 119-144
- JOÃO, Faustino, CLEMENTE, Elvo. *História da PUCRS*. Vol. 1. Porto Alegre: 1995.
- JOÃO, Faustino, CLEMENTE, Elvo. *História da PUCRS*. Vol. 2. Porto Alegre: 1997.
- KONRAD, Glaucia V. R. *A Política Cultural do Estado Novo no Rio Grande do Sul: Imposição e Resistência*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: PUCRS, 1994.
- LAYTANO, Dante de. *Mar Absoluto de Memórias*. Porto Alegre: Martins Livreiro/EST, 1986.
- \_\_\_\_\_. Palavras, e necessárias, do autor. In: LAYTANO, D. *Manual de Fontes Bibliográficas para o Estudo da História Geral do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 1979, pp. 13-18.
- LEITE, Luiz Osvaldo. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas: subsídios históricos. In: COMISSÃO 50 ANOS (org.). *50 anos Filosofia e Ciências Humanas: 1943-1993*. Porto Alegre: UFRGS, 1993, pp. 81-104.
- LEITE, D., CUNHA, M.I., MOROSINI, M., LONER, B., BLUMENTHAL, G. MARSICO, H. *Universidade e Ensino de Graduação: memória e caracterização na UFRGS e UFPEL*. Pelotas: Ed. UFPEL, 1996, pp. 37-78.
- LEWGOY, Bernardo, PRADO, Eduardo B. Notas para a história da Antropologia no Rio Grande do Sul. (1940 – 1969). *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, ano 3, n. 7, 1997, pp. 239-251.
- LIEDCKE FILHO, E., NEVES, Clarissa E. B. Experiências regionais de institucionalização do ensino e da pesquisa em sociologia: a experiência da

- UFRGS. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA, 8., 1997, Brasília, mimeo.
- LIMA, Alceu Amoroso. *O Espírito Universitário*. Rio de Janeiro: Agir, Ensaios III, 1959.
- LIMONGI, Fernando. Mentores e Clientelas da Universidade de São Paulo. In: MICELI, S. (org.). *História das Ciências Sociais No Brasil*. Vol. 1. São Paulo, Editora Revista dos Tribunais, 1989, pp. 111-187.
- LOURO, Guacira Lopes. *Prendas e Antiprendas*. Porto Alegre, UFRGS: 1987.
- MARTINS, Ari. *Escritores do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, IEL, 1978.
- MICELI, Sérgio. *Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo – Rio de Janeiro: DIFEL, 1979.
- MICELI, S. Por uma Sociologia das Ciências Sociais. In: MICELI, S. (org.). *História das Ciências Sociais No Brasil*. Vol. 1. São Paulo, Editora Revista dos Tribunais, 1989a, pp. 5-19.
- \_\_\_\_\_. Condicionantes do Desenvolvimento das Ciências Sociais. In: MICELI, S. (org.). *História das Ciências Sociais No Brasil*. Vol. 1. São Paulo, Editora Revista dos Tribunais, 1989b, pp. 72-110.
- MOREIRA, Earle Diniz Macharty, HESSEL, Lothar Francisco. *Faculdade de Filosofia: 25 anos de atividade*. Porto Alegre: UFRGS, 1967.
- NAGLE, Jorge. A Educação na Primeira República. In: FAUSTO, Bóris. (org.) *O Brasil Republicano*, 2 vol., capítulo VII, História Geral da Civilização Brasileira. 5 ed. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1997, pp. 261-291.
- NEDEL, Leticia Borges. *Paisagens da Província: o regionalismo sul-riograndense e o Museu Júlio de Castilhos nos anos cinqüenta*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999.

- NUNES, Clarice. O Estado Novo e o debate educacional nos anos trinta. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). *Memória Intelectual da Educação Brasileira*. Bragança Paulista: EDUSF, 1999, pp.33-46.
- PÉCAUT, Daniel. *Os Intelectuais e a Política no Brasil*. São Paulo: Ática, 1990.
- PESAVENTO, Sandra. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997.
- \_\_\_\_\_. Historiografia e ideologia. In: DACANAL, H. e GONZAGA, S. *RS: Cultura e Ideologia*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996 [1980], pp. 60-88.
- \_\_\_\_\_. A Invenção da Sociedade Gaúcha. In: *Ensaio FEE*. Porto Alegre, 1993, pp. 383-396.
- PESAVENTO, S. (org.). *Leituras Cruzadas: diálogos da História com a Literatura*. Porto Alegre: UFRGS, 2000.
- PETERSEN, Silvia R. F. Historiografia Positivista e Positivismo Comtiano: origem e Desvirtuamento de uma Relação Teórica. In: GRAEBIN, Cleusa M. G., LEAL, Elisabete (orgs.). *Revisitando o Positivismo*. Canoas: La Salle, 1998, pp. 31-46.
- PICCOLO, Helga I. L. Historiografia Gaúcha. *Anos 90*. Porto Alegre: PPG em História da UFRGS, n.º 3, maio de 1995, pp. 43 -60.
- \_\_\_\_\_. Inauguração do Retrato do Prof. Ângelo Ricci. In: COMISSÃO 50 ANOS (org.). *50 anos Filosofia e Ciências Humanas: 1943-1993*. Porto Alegre: UFRGS, 1993, pp. 95-98.
- PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL. *40 Anos a Serviço da Cultura*. 1931-1971. Porto Alegre: PUCRS, 1971.
- REGNER, Anna Carolina Krebs Pereira. IFCH: origens e trajetórias. Da criação da Faculdade de Filosofia à década da Reforma Universitária. In: INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - UFRGS, *50 anos. Filosofia e Ciências Humanas. 1943-1993*. Porto Alegre: UFRGS, 1993.

- ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da Educação no Brasil*. 23 ed. Petrópolis: Vozes, 1999.
- ROSA, Othelo. Dois Perfis. *Província de São Pedro*. Porto Alegre: Globo, 1945, nº 3, pp. 97-105.
- SADECK, Maria T. A. A Questão Ideológica na Década de 30. In: *Simpósio sobre a Revolução de 30*. Porto Alegre: ERUS, 1983, pp. 437-450.
- SCHMITZ, Pedro I. Balduino Rambo, S. J. e o começo da Antropologia na UFRGS. *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, ano 3, n. 7, 1997, pp. 232-238.
- SCHWARTZMAN, Simon. *Formação da Comunidade Científica no Brasil*. São Paulo: Ed. Nacional, Rio de Janeiro: FINEP, 1979. Capítulos 6 e 7, pp. 163-214.
- \_\_\_\_\_. (org.). *Estado Novo, um Auto-retrato*. Arquivo Gustavo Capanema. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, Brasília: Ed. UnB, 1983. Capítulo 3, pp., 355-378.
- SCHWARTZMAN, Simon, BOMENY, Helena M. B., COSTA, Vanda M. R. *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro: Paz e Terra,; São Paulo: USP, 1984.
- SILVA, José Luiz Werneck (org). *O feixe e o prisma*. RJ: Jorge Zahar Editor, 1991.
- SPALDING, Walter. *Construtores do Rio Grande*. Vol. 1. Porto Alegre: Sulina, 1969.
- TAVARES DE ALMEIDA, Maria Hermínia. Dilemas da Institucionalização das Ciências Sociais no Rio de Janeiro. In: MICELI, S. (org.) *História das Ciências Sociais no Brasil*, Vol. 1, São Paulo, editora Revista dos Tribunais, 1989.
- TEIXEIRA, Anísio. A Universidade Brasileira no Século XX e a premente necessidade da escola pós-graduada. In: TEIXEIRA, Anísio. *Ensino Superior no Brasil*. Análise e interpretação de sua evolução até 1969. Rio de Janeiro: FGV/Instituto de Documentação, 1989, p.104-110.

- TORRES, Luiz Henrique. *Historiografia Sul-Rio-grandense. O lugar das Missões Jesuítico-guaranis na formação histórica do Rio Grande do Sul (1819-1975)*. Tese de Doutorado. Porto Alegre: PUCRS, IFCH, Pós-Graduação em História: 1996.
- TORRESINI, Elisabeth Rochadel. *Editora Globo*. São Paulo, Porto Alegre: EDUSP, Com Arte e UFRGS, 1999.
- TRINDADE, Fernando Casses. Uma contribuição à história da Faculdade de Filosofia da UFRGS. *Revista do IFCH - UFRGS*. Porto Alegre: UFRGS, 1982. Ano X, pp.39-53.
- \_\_\_\_\_. A polêmica entre Érico Veríssimo e o Pe. Leonardo Fritzen, S. J. *Revista do IFCH – UFRGS*. Porto Alegre: UFRGS, 1983/84. Ano XI/XII, pp. 35-98.
- TRINDADE, Héliqio. Aspectos políticos do sistema partidário republicano rio-grandense (1882 – 1937). In: DACANAL, J. H., GONZAGA, S. (orgs.). *RS: Economia e Política*. 2 ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993.
- VILLAS-BÔAS, Pedro Leite. *Dicionário Bibliográfico Gaúcho*. Porto Alegre: Edigal, 1991.
- VEYNE, Paul. *Como se escreve a História*. 3ª ed. Brasília: UnB, 1995.
- WEBER, Max. Sociologia da Dominação. In: WEBER, Max. *Economia e Sociedade*. Fundamentos da Sociologia Compreensiva. Vol. 2. Brasília: UnB, 1999, p. 187-233.
- WEBER, Regina. História do IFCH: fontes para pesquisas da instituição e seus intelectuais: Projeto de Pesquisa. Porto Alegre: UFRGS/NPH, outubro de 2000, mimeo, 7p.
- WEBER, Regiina. Relatos de quem colhe relatos: pesquisas em História Oral e Ciências Sociais. *Dados*, Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 39, n. 1, 1996, pp. 163-183.

WHITE, Hayden. *Meta-História*. A imaginação histórica do século XIX. 2 ed. São Paulo: EdUSP, 1995.

### *Revistas e periódicos*

*Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, n.º 122, 1982, pp. 177-187.

*Revista da Academia Rio-Grandense de Letras*. Porto Alegre: Epecê Gráfica, 1980.

PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO. In: MOTTIN, Antônio, MOREIRA, Alice; GLOCK, Flávio et al. *Revista Província de São Pedro/1945/57*. catálogo e texto. Porto Alegre, PUCRS, 1999. CD-ROM.

### *Depoimentos*

CARRION, Francisco Machado. Depoimento. In: *Simpósio sobre a Revolução de 30*. Porto Alegre: ERUS, 1983, pp. 677-690.

LAYTANO, Dante. Depoimento. In: *Simpósio sobre a Revolução de 30*. Porto Alegre: ERUS, 1983, pp. 597-599.

\_\_\_\_\_. Memórias de um Estudante. *Revista da Comissão de História da UFRGS*. V.1, n. 1.

\_\_\_\_\_. Depoimento do professor Dante de Laytano. *História; ensino e pesquisa*. Vol. 1, n.2, 1985, Porto Alegre, Sulina, pp. 116-119.

MAGALHÃES, Álvaro. Depoimento. In: *Simpósio sobre a Revolução de 30*. Porto Alegre: ERUS, 1983, pp. 589-592.

SOARES, Mozart Pereira. Depoimento. In: *Simpósio sobre a Revolução de 30*. Porto Alegre: ERUS, 1983, pp. 581-587.

PAES, Isolda. Depoimento. In: *Simpósio sobre a Revolução de 30*. Porto Alegre: ERUS, 1983, pp. 600-602.

### *Entrevistas*

MOREIRA, Earle Diniz Macarthy. Entrevista concedida à autora em junho de 2001.

PICCOLO, Helga Iracema Landgraff. Entrevista concedida à autora em agosto de 2001.

### *Legislação*

BRASIL. Decreto-lei n. 19851, de 11 de abril de 1931. Estatuto das Universidades Brasileiras. REITORIA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. *Legislação Federal do Ensino Superior*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1939.

BRASIL. Decreto-lei n. 19852, de 11 de abril de 1931. Dispõe sobre a organização da Universidade do Rio de Janeiro. REITORIA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. *Legislação Federal do Ensino Superior*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1939.

BRASIL. Decreto-lei n. 1190, de 4 de abril de 1939. Dá organização à Faculdade Nacional de Filosofia. REITORIA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. *Legislação Federal do Ensino Superior*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1939.

BRASIL. Decreto-lei n. 9092, de 26 de março de 1946. Amplia o regime didático das faculdades de filosofia e dá outras providências. *Coleção das Leis*. (1946, vol. D). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946.

BRASIL. Lei n. 2594, de 8 de setembro de 1955. Dispõe sobre o desdobramento dos Cursos de Geografia e História nas Faculdades de Filosofia. Disponível em: <http://wwwt.senado.gov.br/servlets/NJUR.Filtro?tipo=LEI&secao=NJUULE.../nphbrs.ex>. Acesso em 27 de março de 2001.

RIO GRANDE DO SUL. Decreto n. 547, de 6 de junho de 1942. Dá nova denominação à Faculdade de Educação, Ciências e Letras da Universidade de Porto Alegre e estabelece outras providências. *Jornal do Estado*, 6 jun. 1942.

RIO GRANDE DO SUL. Decreto n. 548, de 6 de junho de 1942. Regulamenta o funcionamento dos cursos da Faculdade de Filosofia da Universidade de Porto Alegre. *Jornal do Estado*, 6 jun. 1942.

RIO GRANDE DO SUL. Decreto-lei n. 451, de 22 de novembro de 1943. Dispõe sobre o provimento e remuneração dos cargos dos professores da Faculdade de Filosofia. *Diário Oficial do Estado do R. G. S.*, 23 nov. 1943.

RIO GRANDE DO SUL. Decreto-lei n. 1500, de 7 de julho de 1947. Dá organização à Faculdade de Filosofia da Universidade de Porto Alegre, cria o quadro do pessoal docente e dá outras providências. *Diário Oficial do Estado do R.G.S.*, 7 jul. 1947.

## Fontes Primárias

### **1. *Biblioteca Central e Biblioteca Setorial de Ciências Sociais e Humanas da UFRGS***

ANUÁRIO UFRGS. Porto Alegre, 1955.

FACULDADE DE FILOSOFIA. *Guia*. Porto Alegre: Universidade de Porto Alegre, 1943.

FACULDADE DE FILOSOFIA. *Guia*. Porto Alegre: UFRGS, 1957.

### **2. *Núcleo de Pesquisa em História da UFRGS***

Relação Nominal dos professores interinos da Faculdade de Filosofia da UFRGS, 1951.

Relatório da Faculdade de Filosofia de 1949

### **3. *Museu Universitário da UFRGS***

Livro de posse do Conselho Técnico-Administrativo - 1956/70.

Livro de Pareceres da Comissão de Ensino e Recursos do Conselho Universitário - 1940

Livros de ofícios e correspondências expedidas pela Faculdade de Filosofia da UPA/URGS de 1946 até 1950.

Livros de correspondências recebidas pela Faculdade de Filosofia da UPA/URGS de 1946 até 1950.

Livro de Atas das Sessões da Congregação da Faculdade de Filosofia 1956 a 1959.

Livro do Processo de verificação para efeito de autorização federal, 1942. Cursos de Matemática, Física, Química, História Natural.

Livro do Processo de verificação para efeito de autorização federal, 1943. Cursos de Filosofia, Geografia e História, Letras Clássicas, Letras Neolatinas, Letras Anglo-germânicas, Pedagogia, Didática.

Livros dos Relatórios da Faculdade de Filosofia em 3 volumes, referentes aos anos de 1942, 1943 e 1944.

Livros dos Relatórios da Faculdade de Filosofia de 1945, 1946 e 1949.

#### **4. *Conselho Universitário da UFRGS***

Livro de correspondência recebida pela Reitoria da UPA, de 1935 a 1938.

Livro de Portarias e Ordens de Serviço Diretas da Reitoria - 1939 a 1944.

Livro de Processos do Conselho Universitário, 1940 a 1943.

Livro de Portarias do Reitor de 1944 - Reitor Saint Pastous.

Livro de Portarias do Reitor de 1945- Egídio Hervé.

Livro de inscrições dos concursos para professores catedráticos na Faculdade de Filosofia – início em 17 abr. 1957.

**5. *Setor de cadastro da pró-reitoria de Recursos Humanos da UFRGS***

Pastas funcionais dos professores Dante de Laytano, Darcy Azambuja, Lourenço Mário Prunes, Francisco Machado Carrion.

**6. *Fontes da Pontifícia Universidade Católica, Biblioteca Central da PUCRS.***

Anais da Faculdade Católica de Filosofia, 1944, 1945.

Anais da Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas, 1944, 1945.

Anuário da Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1949.

Anuário da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1951.